



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares - PPGCULT

ANGELITA QUEIROZ

**A FESTA DA RETOMADA:**

Uma Celebração Identitária de ser XOKÓ na Ilha de São Pedro – Porto da Folha/ SE

São Cristóvão (SE)

2020

ANGELITA QUEIROZ

**A FESTA DA RETOMADA:**

Uma Celebração Identitária de ser XOKÓ na Ilha de São Pedro– Porto da Folha/ SE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares (PPGCULT) – Mestrado da Universidade Federal de Sergipe (UFS) como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestra em Culturas Populares.

**Orientador: Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar**

São Cristóvão (SE)

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Queiroz, Angelita  
Q3f A festa da retomada : uma celebração identitária de  
ser Xokó na Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE /  
Angelita Queiroz ; orientador Fernando José Ferreira  
Aguiar. – São Cristóvão, SE, 2020.  
209 f. : il.

Dissertação (mestrado Interdisciplinar em Cultura  
Popular) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Folclore. 2. Índios Xokó. 3. Indígenas na cultura  
popular. 4. Indígenas – Sergipe. I. Aguiar, Fernando  
José Ferreira, orient. II. Título.

CDU 398.1(813.7)

ANGELITA QUEIROZ

**A FESTA DA RETOMADA:**

Uma Celebração Identitária de ser XOKÓ na Ilha de São Pedro– Porto da Folha/SE

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Culturas Populares e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares da Universidade Federal do Sergipe.

São Cristóvão, SE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar (PPGCULT/UFS)  
Universidade Federal de Sergipe  
Presidente - Orientador

---

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto  
Universidade Estadual de Alagoas  
1º examinador - Membro Externo

---

Mestre dos Saberes e Fazeres Cacique Bá - Lucimário Apolonio Lima  
Comunidade Indígena Xokó  
2º examinador - Membro Externo

---

Prof. Dr. Roberto dos Santos Lacerda  
Universidade Federal de Sergipe  
3º examinador - Membro Interno (PPGCULT/UFS)

---

Profª. Drª. Neila Dourado Gonçalves Maciel  
Universidade Federal de Sergipe  
Suplente - Membro Interno (PPGCULT/UFS)

*Este trabalho é dedicado ao meu Pai Joel  
Queiroz (in memoriam) e à minha mãe Vanda  
Agostinho Queiroz.  
Pilares exímios da minha educação.*

## **AGRADECIMENTOS**

DEUS, magnífico e extraordinário amigo. Presente ininterruptamente nos momentos de dúvidas, angústias, ansiedade, leituras e solidão. Nhanderu, o Deus dos Xokó e o Deus que cada um acredita e que torna o mundo mais fortalecido na fé.

Aos povos originários, especialmente a Comunidade Indígena Xokó, pela receptividade na Ilha de São Pedro - Município de Porto da Folha/SE e por me concederem participar de momentos singulares da pesquisa, da amizade e da vida.

Aos meus pais, primeiros e eternos Professores de toda trajetória da minha vida. Pelo exemplo de dedicação com a nossa família, pelos gestos de humanidade, humildade e altruísmo, pela aprendizagem diária e constante no convívio e nos valores da educação informal exercida, pelas correções nos momentos necessários, pelo respeito às diferenças e compreensão de minhas limitações e imperfeições. Pela paciência e compreensão na construção da minha diferenciada caminhada pessoal, acadêmica e profissional.

Ao meu companheiro e amigo Gerson Praxedes Silva, por todo apoio, incentivo e exemplo de perseverança na sua vida profissional e acadêmica. Por acreditar em mim como estudante, pesquisadora e profissional. Por entender meus momentos de reclusão para os estudos. Por ser um guerreiro na luta diária.

Ao meu Orientador Professor Dr. Fernando José Ferreira Aguiar, por todo seu vasto conhecimento em diversas áreas e saber verbalizar muito bem sobre. Pelas indicações de textos, autores e livros para leitura. Pelas reflexões e provocações. Pelos momentos difíceis e fáceis, pois serviu para nosso crescimento pessoal e profissional. Gratidão pela paciência diante das minhas dúvidas e dificuldades e pelo compartilhamento do conhecimento.

Ao Estado de Sergipe que me recebeu, mais especificamente na Capital Aracaju desde minha chegada em 22 de novembro de 2016.

A Universidade Federal de Sergipe – UFS que bem recebe seus alunos e profissionais. Agradeço inicialmente ao Curso que tive primeiro contato: PPGA (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) pela atenção e acolhimento do Professor Dr. Ugo Maia de Andrade e pela oportunidade de cursar a disciplina Tópicos Especiais em Antropologia II – Métodos e Técnicas: Investigações Contemporâneas em Cultura e Identidades, como aluna especial com a Professora Dra. Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa. E, especialmente ao Curso que frequentei integralmente PPCULT - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares e destaco aqui os discentes que ministraram disciplinas nos primeiro e segundo semestres de 2019: Dra. Ana Maria de São José, Dra. Christine Arndt de Santana,

Dr. Denio Santos Azevedo, Dr. Fernando José Ferreira Aguiar, Dra. Maicyra Teles Leão e Silva; Dr. Micael Carmo Cortes Gomes, Dra. Neila Dourado Gonçalves Maciel, Dr. Roberto dos Santos Lacerda; e, também Professora Dra. Lourdisnete Silva Benevides que sempre apoiou a temática indígena. Todos e todas contribuíram direta ou indiretamente para meu crescimento pessoal e acadêmico. Também agradeço a Professora Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (PROARQ/UFS) que participou da banca de qualificação dando valiosas dicas e contribuições para o meu trabalho; e, ao Professor Dr. José Adelson Lopes Peixoto do Curso de História e do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena de Alagoas (CLIND/AL), da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) que com muito comprometimento participou da banca de defesa, cooperando com sua revisão minuciosa e detalhada da dissertação, aprimorando ainda mais a finalização da pesquisa. E, não poderia deixar de mencionar a Professora Emérita da UFS Beatriz Góis Dantas por todo seu apoio à pesquisa da temática indígena, especialmente os Xokó, por toda atenção que teve comigo pessoalmente e por e-mail. Sobre ela tem várias citações e reflexões no desenvolvimento da dissertação. Muita gratidão a todos e a todas!

Aos meus colegas de Turma 2019/1: Adinoia, Luiz César, Janalice, Luana, Maycol, Nilton Alex, Patrícia, Raíssa, Rogério e Wexyza. Boa sorte em todas as conquistas e decisões. Ao meu amigo Nilton, gratidão pelo apoio na edição do documentário “Xokó: Os 40 anos da Retomada.”

Ao GT Índios na História Seção Sergipe, colegas aos quais destaco os que tenho contato há mais tempo: Diogo Francisco Cruz Monteiro, Kléber Rodrigues Santos, Liliane da Silva Santos, Lindamar Oliveira da Silva, Taysa Kawanny Ferreira Santos e Tathiana Santos Soares. E novamente a Professora Beatriz Góis Dantas pelo apoio e incentivo ao grupo.

A Psicopedagoga Nielza da Silva Maia de Souza que me oportunizou ser voluntária no em 2017 na sua Clínica de Psicopedagogia (Aracaju/SE) ajudando assim na minha integração em um novo território.

Aos professores de Florianópolis/SC que me deram suporte na aprendizagem e na formação como estudante para continuar trilhando o percurso acadêmico e profissional, destaco alguns: Professora Juçara (1ª série do Ensino Fundamental); Professora Salma Mari Ramos (5ª a 8ª série do Ensino Fundamental - Disciplina de Língua Portuguesa); Professora de Inglês do Ensino Médio: Dóris Beatriz de Oliveira; Docentes do Curso de Graduação em Pedagogia: Professora Vera Mendes dos Santos; Professor Edy Genovez Luft; Professora Dra. Jimena Furlani.

Ao Professor Dr. Jaci Rocha Gonçalves da Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNISUL) que lá atua em defesa dos povos indígenas há 40 anos, pela conversa profícua que tivemos em novembro/2018 e pelas trocas realizadas no Seminário Integrador de História I que participamos na plataforma virtual em maio/2020.

Por toda minha árvore genealógica, meus ancestrais e aos meus familiares Maternos e Paternos Agostinho e Queiroz respectivamente. Por toda transmissão de sabedoria, pelo apoio e incentivo nas escolhas que fiz e faço na minha vida. Pelo incentivo especial das primas paternas: Mylene pelo apoio desde o teste de proficiência, e a prima Yara pelo apoio constante e pela generosidade financeira (emprestando quando foi necessário sem eu precisar pedir). Minha tia materna Terezinha que muito se emocionou quando soube de minha aprovação no Mestrado e me apoia desde sempre para os estudos, vida pessoal e profissional com suas dicas pedagógicas, criativas e também apoio espiritual.

Às minhas irmãs Berenice (Berê) e Joelma por sempre me apoiarem, orientarem e aconselharem, contribuindo nas minhas buscas pessoais, acadêmicas e profissionais.

Ao meu irmão Olavo e minha cunhada Odete; meus cunhados José Antônio e Marcelo; minhas cunhadas Salete e Sônia; e meu enteado Lucas; pelo apoio e torcida nesse momento.

Destaco a generosidade do meu cunhado José Antônio com a doação que me fez de sua máquina fotográfica para que eu pudesse fazer registros fotográficos e de audiovisual de melhor qualidade no meu trabalho de campo e que assim pude utilizar na dissertação e no documentário idealizado durante o período de pandemia. Isso ajudou muito, considerando que realizei toda pesquisa desempregada e não recebi bolsa.

Aos meus sobrinhos Augusto, Lucas, Maicon Henrique e Raul, e minha sobrinha Caroline, agradeço por existirem e tornarem minha vida mais bonita, colorida e divertida.

À minha amiga Maria Lúcia Junqueira de Arantes que também foi minha chefe por dois anos (2002-2004) e que até hoje mantém a amizade. Foi muito presente no período da pandemia com ligações telefônicas e conversas leves para me ajudar a finalizar a dissertação.

À Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, meu Orientador Espiritual. Pela sua atenção, amizade, orientações e fé inabalável.

As pessoas que me faltaram com a gentileza e a amizade em toda trajetória da minha vida, gerando momentos de desconforto e dificuldade. Tribulações que me serviram de base para o enfrentamento de obstáculos seja ele no trabalho, nos estudos, no meio da rua, num inesperado momento qualquer do cotidiano. Tudo isso me serviu de aprendizado para fortalecer ainda mais a busca do meu caminho como mulher, estudante, pesquisadora,



profissional e ser humano. Fazendo-me trabalhar constantemente no exercício diário da paciência, renúncia e alteridade para compreender momentos de conflitos e dificuldades.

Aos meus amigos e minhas amigas de Florianópolis que não tem como citar nomes e nem colocar tod@s nas fotos, assim como as novas amigadas que aos poucos estou fazendo em Aracaju, obrigada!

Por todas as pessoas com quem trabalhei em diversos momentos e lugares, por manterem contato e amizade.

Pela minha mãe, mais uma vez, porque sempre que eu ligava durante os estudos das disciplinas e falava das minhas dificuldades e das quantidades de páginas para ler, ela ouvia e respondia: “Toca o barco para frente!” Porque essa fala proporcionou minha escolha criativa para escrita, convidando o leitor para navegar na leitura.

Diante de todos esses agradecimentos, ressalto que escolhi escrever todo o trabalho na terceira pessoa do plural (nós), acreditando que um pouquinho de cada ser trago comigo. Agregando ainda mais autores (as) e pesquisadores (as) que agora também fazem parte da minha trajetória acadêmica e que está por vir.

Porque como dizia o saudoso poeta Fernando Pessoa “Navegar é preciso”, mas estudar e pesquisar também. Então sigamos com gratidão até o próximo barco que a vida nos permitir remar!

Muita Gratidão!

Cultura popular é reinventar o mundo. É fundir o ouro, o cobre, o chumbo, a prata, é construir os instrumentos, é curtir o couro; é moldar o barro, polir a pedra, tingir a areia, converter penas em coroas verdadeiras, talhar a madeira, tecer as fibras das árvores e, com elas, tecer a fibra da humanidade nova. E cantem livres aos ventos que os levem a uma roda de dança que cultive nossos povos, nutrindo assim a nossa espiritualidade.

Final da Carta Sul-Americana das Culturas Populares  
Caracas, 28 de novembro de 2008

## RESUMO

Esta dissertação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares (PPGCULT) - Mestrado da Universidade Federal de Sergipe (UFS), tendo como título: A Festa da Retomada: uma Celebração Identitária de ser Xokó na Ilha de São Pedro - Porto da Folha/SE. A pesquisa teve como propósito norteador a investigação dos elementos constituintes da cerimônia da retomada, que configuraram um ambiente de análise sobre a autoafirmação identitária dos Xokó. Os desígnios subsequentes foram: refletir sobre as relações, as possíveis modificações e a organicidade da Festa da Retomada, bem como as demais características relevantes da comunidade que serviram de sustentáculo e de ambiência de análise. Diante da pesquisa documental e bibliográfica examinamos terminologias que conjecturamos relevantes para obter uma compreensão maior dos povos originários. A base teórica que direcionou nossa investigação sobre os Xokó foi fundamentada nas pesquisadoras sergipanas: Beatriz Góis Dantas, Hélia Maria de Paula Barreto e Valéria Maria Santana Oliveira. Com relação aos indígenas do Nordeste nos amparamos nos pesquisadores José Adelson Lopes Peixoto, Siloé Soares de Amorim e Ugo Maia de Andrade e no sentido mais amplo brasileiro, na Antropóloga Manuela Carneiro da Cunha. O trabalho de campo desenvolvido na 40ª Festa da Retomada, proporcionou o uso do método da pesquisa qualitativa com uma análise interpretativa de registros fotográficos, audiovisuais, entrevistas, história oral, etnografia; e, com esse arcabouço de conhecimentos e informações elencamos como elementos componentes da cerimônia: o Ouricuri, a Dança do Toré e a Celebração na Igreja. Tais elementos formaram assim, uma triangulação de autoafirmação e unindo-se às materialidades indígenas de produções cerâmicas, plumas e palhas formaram mais um triângulo que acoplamos aos três componentes e foi criado o Tripé Identitário Xokó. Entendemos que esse tripé revigora a Comunidade Indígena Xokó, tendo como notoriedade a comemoração dos 40 anos da retomada, a consolidação de uma luta política pelos seus direitos de reconquista da terra; o fortalecimento da preservação da natureza; a recuperação de seus costumes mediante a história oral de seus anciãos; e a significação de demais elementos da cultura tradicional indígena presentes na vida diária da comunidade.

**Palavras-chave:** Indígena. Festa da Retomada. Cultura Tradicional Indígena. Xokó.

## ABSTRACT

This Master Thesis is linked to the Interdisciplinary Graduate Program in Popular Cultures (PPGCULT) - Master's Degree from the Federal University of Sergipe (UFS), with the title: The Retake Party: an Identity Celebration of being Xokó on São Pedro Island - Porto Folha / SE. The research had as a guiding purpose the investigation of the constituent elements of the retake ceremony, which configured an environment of analysis on the Xokó's self-affirmation identity. The subsequent referrals were: to reflect on the relationships, the possible modifications and the organicity of the Retake Party, as well as the other relevant characteristics of the community that served as support and ambience of analysis. In view of the documentary and bibliographic research, we examine terminologies that we think are relevant to obtain a greater understanding of the original peoples. The theoretical basis that guided our investigation on the Xokó was based on the Sergipeans researchers: Beatriz Góis Dantas, Hélia Maria de Paula Barreto and Valéria Maria Santana Oliveira. Regarding the indigenous people of the Northeast, we rely on the researchers José Adelson Lopes Peixoto, Siloé Soares de Amorim and Ugo Maia de Andrade and in the broadest Brazilian sense, the anthropologist Manuela Carneiro da Cunha. The fieldwork developed at the 40th Retake Party, provided the use of the qualitative research method with an interpretative analysis of photographic, audiovisual records, interviews, oral history, ethnography; and, with this framework of knowledge and information, we list as component elements of the ceremony: Ouricuri, Toré Dance and Church Celebration. Such elements formed a self-affirmation triangulation and, joining the indigenous materialities of ceramic productions, plumes and thatch formed another triangle that was coupled to the three components and created the Xokó Identity Tripod. We understand that this tripod invigorates the Xokó Indigenous Community, having as notoriety the commemoration of the 40th anniversary of the retake, the consolidation of a political struggle for their rights to reclaim their land; strengthening nature preservation; the recovery of their customs through the oral history of their elders; and the significance of other elements of traditional indigenous culture present in the daily life of the community.

**Keywords:** Indigenous, Resumption Festival, Traditional Indigenous Culture, Xokó.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tripé Identitário Xokó .....	26
Figura 2 - Barcacinha representada por Antonio Alves Camara em 1888. ....	32
Figura 3 - Barcaça representada por Antonio Alves Camara em 1888. ....	33
Figura 4 - Recortes: Jornal do Brasil de 03/10/1978: “Índios Xocó querem ilha de volta”; Jornal O Estado de São Paulo de 24/11/1978: “Bispo ignora interpelação” e 28/11/1978: “Bispo de Propriá volta a apontar pressões e ameaças”: .....	103
Figura 5 - Socó / Socó-boi ( <i>Tigrisoma lineatum</i> ), o pássaro que inspirou o nome da etnia Xokó. ....	117
Figura 6 - Catecismo do Frei Bernardo de Nantes, Capuchinho (folha de rosto/parte inicial). .....	143
Figura 7 - Partes de um cachimbo – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	145

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Os pés de um Xokó ancião. ....	54
Fotografia 2 - As raízes sustentadoras da terra Xokó.....	55
Fotografia 3 - Quadro em homenagem ao Frei Doroteo de Loretto e seus restos mortais na Igreja de São Pedro (Ilha de São Pedro/ Porto da Folha/ SE). ....	64
Fotografia 4 - Resquícios da Edificação em estado de degradação do Convento dos Capuchinhos (parte frontal) ao lado da Igreja de São Pedro. ....	65
Fotografia 5 - Resquícios da Edificação em estado de degradação do Convento dos Capuchinhos (parte dos fundos) ao lado da Igreja de São Pedro. ....	66
Fotografia 6 - Frei Enoque Salvador de Melo na ocasião de homenagem recebida na Igreja de São Pedro pelos Xokó – Porto da Folha/SE. ....	69
Fotografia 7 – Rastros da casa de taipa – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	71
Fotografia 8 - Com as bênçãos do “Velho Chico” (um dos termos que os sertanejos apelidaram carinhosamente o Rio São Francisco) - Povoado Niterói - Beira do Rio São Francisco - Porto da Folha/SE. ....	84
Fotografia 9 - No balanço do barco – Rio São Francisco (Porto da Folha/SE).....	85
Fotografia 10 - O barco na Igreja de São Pedro – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	86
Fotografia 11 - II Seminário Xokó RECONHECIMENTO E GRATIDÃO (40 anos de Luta, Resistência e Vitórias) 2019 – Igreja de São Pedro – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE	87
Fotografia 12 - Cacique Bá na Igreja de São Pedro - Porto da Folha/SE. ....	88
Fotografia 13 - Detalhe da participação das crianças cantando na Igreja de São Pedro - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	89
Fotografia 14 – A alegria de Gustavo – Igreja de São Pedro – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE .....	89
Fotografia 15 - - Registro após entrevista com Sr. Antônio Clementino de Melo, o indígena mais ancião da comunidade naquele período – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	91
Fotografia 16 - Registro da entrevista com Seu Oliveira - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	93
Fotografia 17 - Registro da entrevista com Seu Heleno - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	98
Fotografia 18 - Registro da entrevista com Dona Maria Idalina - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	101

Fotografia 19 - Registro da entrevista com Frei Enoque - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE .....	106
Fotografia 20 - A barca no fim da tarde – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	106
Fotografia(s) 21 - Toré noturno – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	107
Fotografia 22 - Toré noturno conduzido pelo Cacique Bá e Pajé Jair.....	109
Fotografia 23 - Frei Enoque e os Xokó na frente da Igreja de São Pedro .....	109
Fotografia 24 - Entrando com Toré Noturno na Igreja.....	110
Fotografia 25 - Lançamento do livro de Anísio Apolônio Lima - Igreja de São Pedro .....	111
Fotografia(s) 26 - - Livro Histórias do Talento Xokó (Anísio Apolônio Lima). ....	111
Fotografia 27 – Homenagem das Crianças ao Frei Enoque e Agradecimento à Igreja pelos trabalhos e apoio realizados - Igreja de São Pedro – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	113
Fotografia 28 - Homenagem para Frei Enoque na Igreja de São Pedro - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	113
Fotografia 29 - Frei Enoque com Cocar e o Cacique Bá na Igreja de São Pedro - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	114
Fotografia 30 - Toré da madrugada I - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	121
Fotografia 31 - Toré da madrugada II - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	121
Fotografia 32 - Toré da madrugada e Oração - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	122
Fotografia 33 - Bandeira dos 40 anos de Retomada do Território Indígena Xokó. ....	123
Fotografia 34 - Exposição e venda das Produções Cerâmicas. ....	124
Fotografia 35 - A matéria prima da argila: o barro.....	125
Fotografia(s) 36 - Pannels da Indígena Maria Damiana dos Santos.....	126
Fotografia(s) 37 - Demais registros de cerâmicas – Ilha de São Pedro. ....	127
Fotografia 38 - Presença da FUNAI na Festa - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	128
Fotografia 39 - Almoço Comunitário dos Xokó – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE...	129
Fotografia 40 - Chegando da Caiçara, do Ouricuri – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	130
Fotografia (s) 41 - A dança do Toré Xokó – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	131
Fotografia 42 - O Toré dos Xokó e a Igreja Católica - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	132
Fotografia(s) 43 - O Cacique, o Bispo e o Pajé – Igreja de São Pedro - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	133

Fotografia 44 - O Bispo Dom Vitor e os Xokó – Igreja de São Pedro - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	134
Fotografia 45 - Agradecimentos ao Frei Enoque, Cacique Bá e Pajé Jair - Igreja de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	135
Fotografia 46 - Os rastros da engenhosidade ancestral – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	136
Fotografia 47 - Vassoura de relógio e as plantinhas – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	136
Fotografia 48 - O barco vai e volta – Rio São Francisco – Porto da Folha/SE.....	137
Fotografia 49 - Cemitério da Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	138
Fotografia 50 - Cocares de plumas e palhas dos Xokó – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	140
Fotografia 51 - Colar do Cacique Bá – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	141
Fotografia 52 - Na Caiçara – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	144
Fotografia 53 - Mergulhando no Rio São Francisco - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE. ....	145
Fotografia 54 - Cachimbo de cerâmica – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.....	146



## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Mapa de grupos indígenas que ocuparam Sergipe, entre os séculos XVI e XX.....	59
Mapa 2 - Parte do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes Curt Nimuendaju em 1944. Adaptado pelo IBGE em 1987. ....	60
Mapa 3 - Mapa atual ampliado da Ilha de São Pedro - Porto da Folha/SE .....	72

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Variações da grafia etnia Xokó (Tabulação cronológica).....	51
Quadro 2 – Cronologia de Atos normativos segundo Dantas (1980) e demais observações de outros autores.....	75
Quadro 3 - Registro de demarcações ocorridas no Brasil até 19/04/2018.....	147

## LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMINE	Associação de Missionários e Missionárias do Nordeste
ANPUH	Associação Nacional de História
CIMI	Conselho indigenista missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPI/SE	Comissão Pró-Índio de Sergipe
CPI/SP	Comissão Pró-Índio de São Paulo
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social Indígena
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNCAJU	Fundação Cultural Cidade de Aracaju
GT	Grupo de Trabalho
IHGSE	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPGCULT	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares
SINTESE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe
TI	Terra Indígena
UFS	Universidade Federal de Sergipe

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: UM RIO DE SIGNIFICADOS E CONHECIMENTOS.....	13
NA BEIRA DE UM RIO TEÓRICO .....	18
TRIANGULAÇÃO E TRIPÉ IDENTITÁRIO.....	24
1 OS REMOS QUE DIRECIONAM O RUMO.....	30
1.1 O EIXO PROPULSOR QUE PULSA NAS NARRATIVAS: A ENCRUZILHADA ENTRE A NEGAÇÃO DA IDENTIDADE NA RETOMADA OU RECONSTRUÇÃO DE VELHAS IDENTIDADES .....	38
1.2 APROPRIAÇÃO DO QUE NÃO LHE É PRÓPRIO .....	43
2 A CONCEPÇÃO DOS INDÍGENAS XOKÓ .....	47
2.1 GESTAÇÃO DE TERMINOLOGIAS.....	48
2.2 GESTANDO OUTROS COMPONENTES .....	54
2.3 CHÃO XOKÓ.....	57
3 A RECONQUISTA DOS FILHOS DA TERRA .....	74
3.1 LINHA DO TEMPO DAS IDAS E VINDAS: RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA .....	74
3.2 ENTRE DATAS, REFERÊNCIAS E CONQUISTA: O APOIO DA PESQUISA NO RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE XOKÓ .....	79
3.3 DIÁRIO DE CAMPO, DE RIO, DE TERRA E DE AR: IMERSÃO NA ILHA ..	83
3.4 A VÉSPERA DO RETORNO QUE RETOMA O RECOMEÇO.....	90
3.5 NA CHAMA DO TORÉ E NA LUZ DA IGREJA .....	107
3.6 A NOITE DA VÉSPERA PERANTE AS NARRATIVAS DO CACIQUE BÁ...	114
3.7 TORÉ DA MADRUGADA .....	120
3.8 O GRANDE DIA: A FESTA DA RETOMADA! .....	123
3.9 O DIA SEGUINTE .....	135
3.10 O RETORNO.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	155
APÊNDICE A - TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO.....	164
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	165
APÊNDICE C - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DO CACIQUE .....	166

<b>APÊNDICE D - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA UTILIZADA COMO APOIO</b>	
.....	<b>169</b>
<b>ANEXO A - REGISTROS DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (2017 – 2019) .....</b>	<b>170</b>
<b>ANEXO B - RELAÇÃO DOS TRABALHOS PUBLICADOS SOBRE OS INDÍGENAS</b>	
<b>EM SERGIPE .....</b>	<b>180</b>
<b>ANEXO C - BOLETIM – CPI/SP – “A OUTRA VIDA DOS XOCÓ” .....</b>	<b>182</b>
<b>ANEXO D - MEMORANDO – CIRCULAR Nº 7/2020/CGETNO/DPDS-FUNAI.....</b>	<b>209</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS: UM RIO DE SIGNIFICADOS E CONHECIMENTOS

Este trabalho apresenta um estudo sobre o processo de (re)construção da identidade e da autoafirmação de ser Xokó<sup>1</sup> tendo por ambiência de análise A Festa da Retomada, evento que acontece na comunidade indígena<sup>2</sup> da Ilha de São Pedro, situada no município de Porto da Folha – Sergipe, como momento de celebração e manifestação cultural. (PORTAL DA FOLHA, 2019).

Faz-se necessário um olhar mais atento para algumas particularidades da cultura tradicional indígena que podem trazer uma contribuição às pesquisas sobre as múltiplas manifestações da cultura popular. Os indígenas no mundo contemporâneo vivem às margens do silenciamento, da negação identitária e da invisibilidade, quando deveria ser o contrário, principalmente no território brasileiro. Por serem povos originários, os indígenas deveriam ser reconhecidos não só como os donos legítimos da terra, mas também como seres humanos dignos da terra, da dignidade do sustento, tendo as suas visões de mundo, seus costumes e valores tradicionais respeitados, amparados e salvaguardados não só pelo Estado Brasileiro, mas do mesmo modo, pela sociedade que compõe esse mesmo estado e ainda pelos indivíduos, independentemente dos seus valores identitários, o que constitui em peça fundamental na engrenagem desse estudo.

A naturalidade e o respeito às origens que ainda pairam no modo de viver indígena, preservam o bem mais precioso: a sabedoria adquirida com seus antepassados. A forma de olhar para terra, cantar, ornamentar, criar, a sincronicidade dos passos na Dança do Toré, por exemplo, e o respeito aos rituais e demais especificidades que ocorrem na Festa da Retomada, são aspectos que necessitam de análises mais aprofundadas, sendo o propósito central desta pesquisa.

Os textos apresentados nas disciplinas incorporadas no Programa Interdisciplinar de Culturas Populares exploraram noções elementares de Antropologia, Arte, Dança, História, Museologia, Pedagogia, Teatro, Turismo e demais áreas, formando um arcabouço teórico que nos impulsionaram para um mergulho efetivo na temática.

---

<sup>1</sup> O termo XOKÓ foi sendo alterado no decorrer do tempo e detalharemos mais adiante. Utilizaremos a nomenclatura Xokó com K e sempre no singular, seguindo a Convenção para a grafia dos nomes tribais, na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953. (USP, 1954).

<sup>2</sup> Adotaremos as terminologias “indígena, povos originários ou povos indígenas”, considerando dentre outros autores, observação do historiador Leandro Karnal, que conjecturou “o europeu que criou a abstração indígena a partir de um equívoco geográfico” de Cristóvão Colombo, visto que o mesmo acreditava ter chegado às Índias. Trataremos do assunto com demais contribuições no capítulo II. (KARNAL, 2004).

Querer investigar a maneira como acontece a Festa da Retomada, seus sentidos e seus significados para os seus realizadores na Ilha de São Pedro que acontece na data de 09 de setembro há 39 anos, foi o que nos motivou a pesquisar a celebração de 40 anos da conquista do território da Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha em Sergipe; e quais modificações foram acontecendo durante esses anos, bem como de que maneira essas tradições e suas transformações são passadas dos seus ancestrais às novas gerações.

Acreditamos na triangulação de elementos amalgamados para a realização da Festa da Retomada, como um conjunto de ritos que propiciam essa celebração e é, a partir desses três elementos, que essa identidade Xokó também é construída.

O primeiro elemento é o Ritual do Ouricuri – uma ocasião em que apenas os indígenas se deslocam para a mata e por lá permanecem durante três dias e três noites em contato com os costumes e o modo de viver dos seus ancestrais. É um momento de rememorar e vivenciar o contato com os recursos naturais, sem o uso da eletricidade e da tecnologia, efetuando assim um desprendimento total do mundo moderno. Presumimos então, que por ser um ritual sagrado e sigiloso, intensificam o contato com seus ancestrais por meio da espiritualidade. O ritual normalmente acontece uma vez por mês, e na Festa da Retomada, acontece na madrugada, quando despertam a comunidade e de lá alguns indígenas vão para mata.

O segundo elemento ocorre quando retornam do Ouricuri e se encontram com a comunidade na Ilha de São Pedro, para comemorarem com todos mediante apresentação da Dança do Toré, que é muito sincronizada, com passos fortes, pés descalços no chão de terra, o olhar também voltado para a terra, movimentos precisos e repetitivos intensificados com o pé direito, ao som do maracá (chocalho indígena) confeccionado por eles mesmos, sendo alguns cantos ainda na linguagem materna que poucos conseguem preservar. Os trajes, pinturas e adornos são também características que observamos pelas prováveis alterações que possam ter acontecido ao longo do tempo.

O terceiro elemento é o traslado de todos os indígenas que chegam da Caiçara dançando Toré e encontram-se com os visitantes e seguem movimentando-se até o Pátio Central da Comunidade e depois continuam dançando o Toré em direção ao Pátio da Igreja de São Pedro, e juntos entram acompanhados pelo Bispo da Diocese de Propriá<sup>3</sup>. Nesta Igreja, o ritual da Dança do Toré continua com o canto e é finalizado comunitariamente com uma Celebração Festiva, uma Missa, louvando a Retomada dentro da Igreja.

---

<sup>3</sup> CNBB REGIONAL NE3. **Diocese de Propriá**, [S.l., 2019?]. Disponível em: <https://www.cnbbne3.org.br/dioceses/diocese-de-propria/>. Acesso em: 15 jun. de 2019.

É importante registrar que, antes mesmo dessa pesquisa, já vínhamos realizando contatos informais com os Xokó por meio de participações em eventos que eles participaram em Aracaju, entre eles: Fóruns Sergipanos de Cultura Indígena<sup>4</sup> (I, II e III - 2017, 2018 e 2019 respectivamente) realizados no Centro Cultural de Aracaju, com apoio da Fundação Cultural Cidade de Aracaju (FUNCAJU); 1º Encontro de Educadores (as) Negros (as) e Indígenas (as) (2018), organizado pelo SINTESE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe) que, embora a autora não seja associada foi autorizada a participar como ouvinte; VI Seminário Nacional Filosofia e Natureza (2019), com participação da representante da Associação Indígena de Mulheres Xokó, Karine Santos; 17ª Semana Nacional de Museus (2019), realizada no Museu da Gente Sergipana e Jornada dos Povos Originários – SONORA BRASIL (2019) - um projeto de circulação musical do Serviço Social do Comércio – SESC que, em sua 22ª edição no Estado de Sergipe, se transformou na Jornada dos Povos Originários, em parceria com a UFS/CECH/NEABI (Universidade Federal de Sergipe/Centro de Educação e Ciências Humanas/Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas). (FUNCAJU, 2019; EVIDENCIE-SE, 2018; INFONET, 2019; POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2018a; MUSEU..., 2019; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS), 2019).

Estes contatos iniciais geraram um vínculo com a comunidade, especialmente nas pessoas do Cacique Bá, nome de registro Lucimário Apolônio Lima e nome indígena Apoá que significa “fruto das águas” (SOMOS..., 2016), e sua esposa Daniely Silva dos Santos Lima<sup>5</sup>. Tais contatos proporcionaram maior fluidez, encorajamento e desenvoltura para realização da pesquisa etnográfica, possibilitando boa comunicação (inclusive pelo *Whatsapp*), acolhimento e troca de informações necessárias para o agendamento de visitas, dicas de deslocamento e demais detalhes relevantes da região.

Neste caso, consideramos que o objetivo maior desta pesquisa é analisar os sentidos celebrativos da Festa da Retomada, buscando compreender a autoafirmação da Identidade Xokó. Para isso atentamos a 40ª Festa como eixo de análise.

---

<sup>4</sup> O Fórum Sergipano de Cultura Indígena foi idealizado pelos Pesquisadores Diogo Francisco Cruz Monteiro e Kléber Rodrigues Santos e os mesmos coordenaram as duas primeiras edições. A partir da terceira edição foram auxiliados pelo Grupo de Trabalho (GT) Índios na História (ANPUH/SE), também implantado por eles em janeiro de 2019. O GT tem Estatuto, e mantém reuniões mensais registradas em Ata pela pesquisadora que ocupa a função de Secretária. É vinculado ao GT homônimo da ANPUH (Associação Nacional de História) – Brasil. Atualmente o GT Seção Sergipe é composto por oito integrantes.

<sup>5</sup> Daniely Silva dos Santos Lima é graduada em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe, Coordenadora e Professora do Colégio Indígena Estadual Dom José Brandão de Castro. Muitos também a conhecem como “Dany Xokó”.



Os demais propósitos são apresentar o que entendemos serem as raízes sustentadoras na demarcação da identidade Xokó, assim indicadas:

- a) OURICURI: conforme mencionamos, um momento que pertence só aos indígenas. Então, compreendemos que pode ser algo como se fosse a lapidação de uma joia, por tentarem contato com seus ancestrais, por ficarem na mata desprovidos de contatos externos e qualquer uso da tecnologia, por aproximarem-se cada vez mais dos rituais originários, burilando o “ouro”<sup>6</sup>, o ser, o interior indígena;
- b) DANÇA DO TORÉ: nossa proposta é observar o caminho de chão batido que trilham da Caiçara (uma região da caatinga) até a Ilha de São Pedro, pois a grande maioria faz o trajeto descalços ou de sandálias de dedo “havaianas”, parecendo derreter o pé na terra, na “mãe natureza”, com o pisar sincronizado pela Dança do Toré;
- c) CELEBRAÇÃO NA IGREJA: pretendemos investigar o encontro com o sagrado da Igreja Católica durante toda Celebração da comunidade, amalgamando com os rituais dos Xokó e de maneira uníssona aglomerando todos (as) os (as) presentes.

Observamos que paira em nós muita curiosidade em querer pesquisar sobre os costumes e o modo de viver, principalmente quando pensamos na cultura tradicional indígena, desde a culinária, a linguagem, a dança, a mitologia, a música, a educação, a elaboração de ornamentos de palhas e plumas, a confecção de cerâmica, a religiosidade e o uso das ervas medicinais, visto que o ir e vir das pessoas em qualquer território acaba gerando e contribuindo com as trocas de conhecimentos e vivências que possivelmente influenciam e integram para novas descobertas. Todavia, limitamos nesta dissertação, analisar os elementos ritualísticos da retomada e as produções de artesanato para que possamos conduzir o estudo sobre a identidade dos Xokó. Ruben George Oliven é conciso quando trata de identidades sociais e grupos dentro de espaços demarcados.

Até há pouco tempo as identidades sociais eram normalmente associadas a grupos que ocupavam um espaço – um país, uma cidade ou um bairro – e nele projetavam valores, memórias e tradições. A preocupação em demarcar fronteiras era fundamental nesse processo. O que vinha de fora era visto como impuro e, portanto, perigoso. Em tudo isto estava presente a ideia que uma cultura sempre pode ser delimitada e que ela é definida pelas suas fronteiras. Ou seja, tradicionalmente, definir uma cultura seria um exercício de afirmar quais eram seus limites e o que caberia e não caberia nela. Para tanto, era fundamental delimitar o território em que habitavam os portadores desta cultura, estabelecer sua língua, seus símbolos, seus

---

<sup>6</sup> Considerando o ouro aqui como um elemento raro e puro da natureza, uma verdadeira preciosidade. O termo vem do latim “aurora reluzente”. (OURO, 2012).

costumes, etc. Mas as pessoas viajam. E com elas viajam suas roupas, suas línguas, seus costumes e suas ideias. Estas – as ideias –, muitas vezes viajam sozinhas através de livros, filmes, programas de televisão e, agora, da Internet. Ao chegarem a outros solos as pessoas se adaptam. Conservam sua cultura, mas entram em contato os novos costumes e valores. A influência é recíproca. O viajante – ou o imigrante – acaba aprendendo a língua do novo país e aceitando parte de seus hábitos, ao mesmo tempo que influencia as pessoas com quem se relaciona. (OLIVEN apud NUSSBAUMER, 2007, p. 235-236).

De fato, inspirados nesse pensamento, observamos que muitas vezes basta atravessar uma rua, andar algumas quadras, mudar de um bairro ou de uma cidade para outra que os olhares são modificados. Olhar que pode ser acolhedor ou distanciador. Acolhedor quando considera alguém que chega para melhorar, fortalecer, ensinar e aprender junto; ou distanciador quando vê o outro como perigoso, um outro que venha para invadir, competir, se destacar, tirar lugar, ameaçar.

O exercício da alteridade é imprescindível para troca de costumes e valores, na adaptação de quem chega e de quem recebe. O entrelaçar das informações e das relações não se limita em territórios ou espaços demarcados, mas em fronteiras humanas abertas para o novo como agregador de uma experiência singular e coletivamente renovadora.

Esse entrelaçamento constituído de sensibilização e movimento é o que nos faz perpassar, reconhecer, dialogar, embrenhar no olhar do outro e assim desvelar que:

A descoberta da alteridade é a de uma relação que nos permite deixar de identificar nossa pequena província de humanidade com a humanidade, e correlativamente deixar de rejeitar o presumido ‘selvagem’ fora de nós mesmos. Confrontados a multiplicidade, a priori enigmática, das culturas, somos aos poucos levados a romper com a abordagem comum que opera sempre a naturalização do social (como se nossos comportamentos estivessem inscritos em nós desde o nascimento, e não fossem adquiridos no contato com a cultura na qual nascemos). A romper igualmente com o humanismo clássico que também consiste na identificação do sujeito com ele mesmo, e da cultura com a nossa cultura. (LAPLANTINE, 2003, p. 14).

É como se esse enigma múltiplo de culturas germinasse em nós um reflexo da cultura do outro, expandindo sensações e sentimentos ondulados e fragmentados que vão compondo um mosaico contemporâneo vibracional de nós no outro e do outro em nós. Seguindo esse pensamento, Todorov (1993), também aprofunda e reflete:

Pode-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um *eu* também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão *lá* e eu estou só *aqui*, pode realmente separá-los e distingui-los de mim. Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a *mim*. Ou então como um grupo social concreto ao qual *nós* não

pertencemos. Este grupo, por sua vez, pode estar contido numa sociedade: as mulheres para os homens, os ricos para os pobres, os loucos para os 'normais'. Ou pode ser exterior a ela, uma outra sociedade que, dependendo do caso, será próxima ou longínqua: seres que em tudo se aproximam de nós, no plano cultural, moral e histórico, ou desconhecidos, estrangeiros cuja língua e costumes não compreendo, tão estrangeiros que chego a hesitar em reconhecer que pertencemos a uma mesma espécie. (TODOROV, 1993, p. 3)

Mesmo com dúvidas, observamos uma espécie que pode se reconfigurar e se misturar, e quando se propõe de fato a buscar, consegue até encontrar no outro, respostas para si. Independente das diferenças, dos avessos e das origens, pode obter conexões concretas, renovadoras e singulares.

## NA BEIRA DE UM RIO TEÓRICO

O conceito da cultura de um povo não tem um território delimitado, fechado ou definido, mas contempla características que consideram suas distinções de outras etnias e grupos. Podemos mencionar, como exemplo, o jeito de falar, as expressões e manifestações artísticas, as brincadeiras, os jogos, os mitos, a forma de ensinar e propagar costumes do local, o cuidado e o respeito com a biodiversidade, os métodos de plantar e colher, as fachadas e as cores das casas, assim como as calçadas e a manutenção ou não delas, o transitar das pessoas e os meios de transporte, a religiosidade, as festas, os variados tipos de trabalho, a gastronomia, as celebrações de vida e de morte. Enfim, demais peculiaridades que variam de região para região.

Há de se saber que existe um campo bibliográfico para a pesquisa sobre a temática indígena, bem como, suas contribuições à Cultura Popular e à Cultura Tradicional Indígena. Entretanto, especificamente sobre a Festa da Retomada poucos materiais temos para pesquisar. Malgrado existirem escassas publicações, dentre estas podemos contar com a brilhante contribuição da Professora Mestra em Antropologia Beatriz Góis Dantas<sup>7</sup>, mediante pesquisas incessantes. Essas investigações muito contribuíram para rememorar aspectos essenciais da história dos Xokó, que nos inspirou desde o I Fórum Sergipano de Cultura

---

<sup>7</sup> Professora emérita da UFS Beatriz Góis Dantas, eminente Pesquisadora, Geógrafa e Antropóloga, Também fundadora da CPI/SP (Comissão Pró-Índio) entre 1978/1979. É apoiadora do Fórum Sergipano de Cultura Indígena e continua mesmo depois de aposentada escrevendo e pesquisando sobre os temas. Sempre muito solícita, dentro de suas possibilidades, para participações em eventos e entrevistas. Mestra que muito contribuiu com seu vasto repertório bibliográfico referente os indígenas do Nordeste e de Sergipe, e destacamos sua contribuição com o texto "Os índios em Sergipe", na obra "Textos para a História de Sergipe, organizado por Diana Diniz. (DANTAS, 2013).

Indígena, além dos estudos realizadas pelos Mestres Diogo Francisco Cruz Monteiro e Kléber Rodrigues Santos, que nos servirão de apoio para análise e pesquisa.

Dantas (1983), adentra o território indígena e nos insere nesse universo, quando apresenta estudos sobre a língua tupi e a presença dos Tupinambá em Sergipe, passando a “ideia” que eles foram “os primitivos habitantes da terra sergipana”. Todavia, sua busca não foi tão fácil assim para encontrar os registros na história escrita, não só por uma certa escassez, mas também pela imprecisão perturbadora que ela descreve:

O ingresso dos índios de Sergipe na história escrita se faz através dos documentos que relatam as primeiras tentativas de sua cristianização, pelos jesuítas, e das guerras que culminam com a conquista em 1590. Estes eventos marcam a entrada dos índios na história escrita e ao mesmo tempo o massacre e a perda da autonomia das suas sociedades. Estranhos desígnios estes da história escrita de tratar os índios, quando eles se acham ameaçados de conquista e, não raro, de extinção. O seu ingresso na história é assim marcado por uma ambiguidade desconcertante. As denominações étnicas registradas nos documentos são, muito frequentemente, não mais designativos de sociedades organizadas e autônomas, mas denominam grupos de índios aldeados sujeitos a um esquema exterior de poder e forte pressão sociocultural. (DANTAS, 1983, p. 40).

No livro “Temas de História e Cultura Indígena em Sergipe”, Monteiro e Rodrigues (2016) apresentam uma coletânea de artigos científicos de pesquisadores que atuam ou atuaram em Sergipe. O evento do III Fórum (maio 2019), conforme já mencionamos, contou com o apoio do Grupo de Trabalho Os Índios na História – Seção Sergipe, do qual fazemos parte e contribuímos na Apresentação Cultural “Eram mais de três milhões de índios?” com o roteiro e direção da Professora Dra. Lourdisnete Benevides da Silva, que atuou no Departamento de Teatro da Universidade Federal de Sergipe.

Observamos, em todos os três fóruns, representantes dos indígenas Xokó presentes como participantes e ouvintes. Nos I e II Fóruns, contamos inclusive com a presença do Ex-Cacique Apolônio Xokó (José Apolônio dos Santos) que participou das mesas redondas, mas na edição de 2019 por motivo de saúde não pode comparecer, inclusive vindo a falecer em 28/05/2019 com 58 anos. (NASCIMENTO, 2019). Naquele ano, com o III Fórum, contamos então com a participação da Professora Daniely Silva Santos Lima como palestrante, já mencionada anteriormente.

Ressaltamos ainda, que o propósito maior dos Fóruns é trazer pesquisadores (as), docentes, discentes e indígenas para elucidar questões presentes no ambiente acadêmico e na população em geral. Monteiro e Rodrigues (2016) no artigo presente no livro mencionado que:

À necessária contribuição das produções acadêmicas que aliam História e Antropologia, soma-se a atuação das lideranças indígenas, que já desenvolvem projetos de intervenção didático-pedagógica, com intuito de esclarecer a população não indígena sobre a importância da valorização de suas culturas no espaço escolar. (MONTEIRO; RODRIGUES, p. 143)

Outro apoio da pesquisa teórica que podemos destacar é a tese da Professora Dra. Valéria Maria Santana Oliveira<sup>8</sup>, “Memória/Identidade Xokó: práticas educativas e invenção das tradições,” como resultado de sua pesquisa de Doutorado em Educação.

Demais leituras e pesquisas realizadas nos inspiraram para uma aventura num trabalho de campo, que foi amparado nos registros fotográficos e de audiovisuais com o uso do celular e de máquina fotográfica, nas observações interpretativas durante toda nossa estada na Comunidade Indígena Xokó, nas entrevistas realizadas e nas anotações etnográficas do caderno de campo; e, será explicitado detalhadamente em nosso terceiro capítulo. Bronislaw Malinowski, embora não seja o esteio da pesquisa, é um dos que nos entusiasmou e despertou ainda mais a vontade de escrever, quando tivemos contato com seu livro “Um diário no sentido estrito do termo”, onde Malinowski (1967) detalha fatos ocorridos com preciosas descrições da natureza e de suas sensações emocionantes, por vezes até de forma poética, que encantam o leitor e o fazem querer buscar a concretização de um trabalho de campo:

Levantei-me e me cobri com um cobertor, sentando-me perto do mar, sobre um tronco. Céu leitoso, sombrio, como que repleto de algum fluido sujo – a faixa rósea do pôr-do-sol gradativamente se expandindo, cobrindo o mar com um cobertor móvel de metal rosado – envolvendo o mundo por um momento em algum feitiço estranho de uma beleza imaginária. As ondas batiam no cascalho a meus pés. Noite solitária. Mal toquei no lauto jantar. (MALINOWSKI, 1967, p.75).

Uma descrição densa e peculiar, um diário de campo vivenciado profundamente com suas observações de temperatura, lugar, natureza, fome, dor, distância, poesia, paixão. Um relato entregue ao papel, rompendo limites do medo, da angústia, do cansaço, da busca.

Por alguns instantes, estas narrativas fazem o leitor se sentir lá, mesmo estando aqui, como descreve Geertz (2009):

Os etnógrafos precisam convencer-nos (como fazem esses dois, de maneira muito eficaz) não apenas de que eles mesmos realmente ‘estiveram lá’, mas ainda (como também fazem, se bem que de modelo menos óbvio) de que, se houvéssomos estado lá, teríamos visto o que viram, sentido o que sentiram e concluído o que concluíram. (GEERTZ, 2009, p. 29)

---

<sup>8</sup> Valéria Maria Santana Oliveira é Doutora em Educação pela Universidade Tiradentes – UNIT, Professora no Centro de Excelência Deputado Jonas Amaral, vinculado à Secretaria Estadual de Educação de Sergipe. Professora EBTT no Instituto Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão. Vice-líder do Grupo de Pesquisa “História, Memória, Educação e Identidade” (GPHMEI). (OLIVEIRA, 2020).

A etnografia, encapsulada na nossa pesquisa com vertente antropológica-interpretativa, quando detalhada minuciosamente enriquece a escrita enfatizando especificidades e encontrando novos e distintos aspectos no itinerário da pesquisa. O “estar lá” ou “estar aqui” é uma característica que pode ser explorada pelo pesquisador, vivenciada com o interlocutor e transmitida para o leitor, dando a possibilidade de uma imersão imaginária nas páginas férteis de conhecimento, experiência e das novas revelações. Defende-se, portanto que, independentemente do tempo que se faça um trabalho de campo, a forma como se pretende adquirir as informações, a observação, o sentir e o escrever são apoios fundamentais à pesquisa, bem como, o retorno dos informantes que podem facilitar ou não.

Nesta perspectiva, uma contribuição enriquecedora para nossos olhos e sentidos, está em “Os Argonautas do Mangue”, de André Gustavo Alves Nunes. (Nunes, 1998). Nesse livro, o autor esmiúça e desenvolve magnificamente sua pesquisa com o respaldo da Antropologia Visual, seguindo os conselhos de Malinowski (1967), praticando a vivência, deixando a máquina fotográfica de lado em alguns momentos e participando das atividades que ocorrem durante sua investigação:

As fotografias quando utilizadas em entrevistas ou em conversas informais, podem funcionar como verdadeiras ‘muletas da memória’, ajudando o entrevistado na lembrança de fatos ou provocando nos grupos, através da projeção dessas imagens, ‘um ativar coletivo da memória grupal’. (NUNES, 1998, p. 32).

Mais do que “muletas da memória”, o uso da fotografia na pesquisa enriquece as histórias, deixando um rastro nas páginas da memória o que foi vivenciado e descoberto. A fotografia é uma arte que parece congelar o tempo, registra e emoldura um momento como apoio pelo trabalho executado, como lembrança da vivência germinada.

Com essa perspectiva, o uso da fotografia será um dos métodos utilizados em nosso estudo, não como mera ilustração, mas como parte imprescindível do próprio texto, sendo explorada no trabalho de campo, como também, investigação de imagens realizadas na internet, mediante verificação da etnografia virtual. Por considerarmos em algumas situações que mais imagens sejam apresentadas para aprimorar o olhar científico e a visualização, pedimos compreensão das leitoras e dos leitores quando inserirmos um mosaico de fotografias, visto que contribuiu com nossa elucidação da escrita. Buscamos, dessa forma, nos métodos utilizados de fotografia, etnografia, entrevistas e observação interpretativa, novas maneiras para enriquecer ainda mais a pesquisa.

As fotografias foram registradas por nós com o uso do celular e de máquina fotográfica, sem termos curso ou treinamento para tal, mas tentando capturar imagens e momentos dos elementos componentes de nossa investigação, da melhor maneira possível. Todas as fotografias do acervo pessoal são de nossa autoria, e quando não forem, os nomes estarão descritos. As entrevistas foram realizadas de forma que os (as) entrevistados (as) se sentissem a vontade, e fomos autorizados a utilizar a máquina fotográfica que cumpriu seu papel com foto, áudio e filmagem. Realizamos diariamente anotações em nosso caderno, o que contribuiu para analisar, rememorar e cumprir com o objetivo da etnografia, assim como algumas mensagens de áudio enviadas para nosso Professor-Orientador pelo whatsapp. A observação interpretativa ocorreu em todo momento, desde as impressões do lugar, do clima, da vegetação, das pessoas, desde que saímos de casa até nosso retorno.

O processo de desenvolvimento das atividades artísticas indígenas é fundamentado no método de como foi ensinado pelos seus ancestrais. A técnica para extração da argila para confecção de cerâmica, a colheita e escolha de sementes, as plumagens, palhas e demais materiais para o feitiço de produtos artesanais, também são consideradas no processamento.

O manuseio, a escolha das cores, formas, desenhos, pinturas, os instrumentos utilizados para confecção, são características que variam nas comunidades indígenas. Muitos desenhos são utilizados, inclusive como afirmação da identidade de determinada etnia. Ademais, é um elo de aproximação ainda maior com os recursos naturais que reforça a valorização da cultura tradicional indígena.

Mesmo com as alterações dos produtos que são ressignificados ao longo do tempo, os povos originários buscam perpetuar o que aprenderam com seus ancestrais mediante narrativas de histórias orais, rememorando em seus artesanatos a imagem categórica de suas etnias.

Além de todas essas e as demais contribuições interdisciplinares, que se complementam e fazem importantes amarrações, podemos também citar músicas populares como subsídios para nossos estudos, sejam elas desveladas no ambiente indígena, ou aquelas que tentam retratar essa cultura.

O artesanato é uma das expressões indígenas que vem enraizada desde a pré-história, com a presença da pintura rupestre em grutas e cavernas, como forma de manifestação e comunicação sobre rituais religiosos, alimentação, biodiversidade e demais símbolos. As imagens podiam ser cravejadas ou pintadas e representavam aspectos e características da cosmologia.

Somando-se à produção de cerâmica, existem outras produções artesanais da cultura tradicional indígena. Como exemplo, podemos citar a palha<sup>9</sup> entre os Xokó, utilizada na produção de indumentária, como saias e outras vestimentas para rituais sagrados, bem como demais adornos como os artefatos de plumas, empregados na confecção de cocares e tiaras nas mais diversas cores e também na produção de brincos e colares para comercialização e uso dos indígenas.

Aqui, revendo o tema da triangulação de rituais já citado anteriormente na Festa da Retomada, a dança tem papel de destaque. A dança é uma expressão corporal fortemente enraizada em culturas tradicionais, que agrega a presença de diferenciados símbolos artísticos como a indumentária, os instrumentos, o canto, os passos, os movimentos, a sincronicidade. Todos esses elementos estão presentes na Dança do Toré.

A música é um recurso muito presente nos rituais indígenas e uma das características que observamos nos Xokó é o respeito que a tratam, principalmente na Dança do Toré, concebendo a melodia e direcionando a espiritualidade na tentativa de conexão com seus ancestrais.

Na música popular brasileira encontramos diversas criações enfatizando a presença indígena em suas letras e canções. O sentido com que trazem a temática é diversificado, pois determinados autores ou autoras retratam uma visão romantizada do tema, enquanto outros (as) direcionam para um olhar desbravador e resistente. Entretanto, a depender de contextos e autorias distintas, os sentidos e interpretações podem ser os mais amplos possíveis e não cabe aqui julgamentos prévios.

Baby Consuelo ou “Bernadete Dinorah de Carvalho Cidade” (DONATELLO 2011), regravou a música “Curumin chama cunhatã que eu vou contar” (Todo dia era dia de índio), lançada em 1981, de autoria de Jorge Benjor, “Jorge Duílio Lima Menezes” (INSTITUTO CULTURAL CRAVO ALBIN, [20--]), considerada um samba rock, é um dos destaques da MPB que podemos citar como exemplo. (VIDIGAL, 2016). Essa letra, na memória e no imaginário popular, parece fixar-se apenas no refrão/título “todo dia era dia de índio”, desprezando a essência do conteúdo na letra da música que contextualiza a beleza da historicidade indígena que desde sempre habita a “Terra Brasilis” antes mesmo do dito “descobrimento”.

---

<sup>9</sup> A palha é produzida a partir da fibra retirada da entrecasca da planta Embira que é bastante resistente. (CENTRO NORDESTINO DE INFORMAÇÕES SOBRE PLANTAS, 2020).



Certamente, que as distintas abordagens bibliográficas com relatos de vivências, fotografias, canções, pesquisas, sensações e angústias, enriquecem muito nosso trabalho. Além disso, ampliam as possibilidades de um olhar perspicaz sobre novos momentos e variadas circunstâncias, contemplando assim, uma criteriosa análise interdisciplinar do caminho a ser desbravado.

## TRIANGULAÇÃO E TRIPÉ IDENTITÁRIO

Acreditamos, nesse momento da pesquisa que, enquanto o caminho não estiver identificado e bem explorado as ervas daninhas do desconhecimento podem dificultar o trajeto. No entanto, o sujeito ao se reconhecer e dar significado para sua própria história e de seu grupo, recupera por meio de narrativas e partilha de informações, a memória de seus antepassados.

Podemos pensar que um sujeito, indígena ou não, mesmo que vivendo em constante processo de transformação, carrega em si lembranças, resistências e conquistas que o faz protagonista de sua própria história, garantindo o pertencimento em determinada etnia.

Identificar-se como sujeito – quem sou, onde vivo, com quem convivo – quais características confirmam o modo de viver, vestir, falar, morar, transitar, as raízes da história, os ramos familiares, o lugar, o território, o sentimento de pertencer, reconhecer, existir, resistir, conquistar, é o que faz o indígena (e o não indígena também?) sobreviver diante das alterações do tempo, mantendo o que ainda resta e preserva de sua tradição.

Para os povos originários, a conquista do território é possivelmente o entrelaçamento do contato, é o renascer e reviver no útero da mãe terra. A natureza é a preciosidade do território que abrange as veias e as raízes de seus ancestrais, um respeito e admiração singular que perdura e ultrapassa a fome, as dores, os gemidos, as guerras, os massacres e as torturas desumanas avassaladoras.

Hélia Maria de Paula Barreto cita, dentre outros elementos culturais presentes na comunidade indígena Xokó, a Dança do Toré, a produção cerâmica e o Ritual do Ouricuri como fortalecedores da identidade Xokó que por anos foi negada:

Velhas identidades são retomadas e reconstruídas em busca de garantia de direitos perdidos, destacando-se o direito ao território. [...] Durante mais de cem anos, os índios Xokó tiveram sua identidade negada. Foram desqualificados sob a égide de que não mais seriam portadores das manifestações culturais originárias, passando a ser confundidos com os sertanejos pobres, estigmatizados como preguiçosos e

portadores de valores que impediam o desenvolvimento econômico. (BARRETO, 2010, p. 49).

Logo, a triangulação que observamos na Festa da Retomada envolvendo o ritual do Ouricuri, a Dança do Toré e o momento celebrativo na Igreja de São Pedro, formando um tripé que congrega além das três características relevantes da Festa da Retomada, somado a artesanaria cerâmica e as produções plumárias e de palhas como fatores determinantes para autoafirmação de ser Xokó.

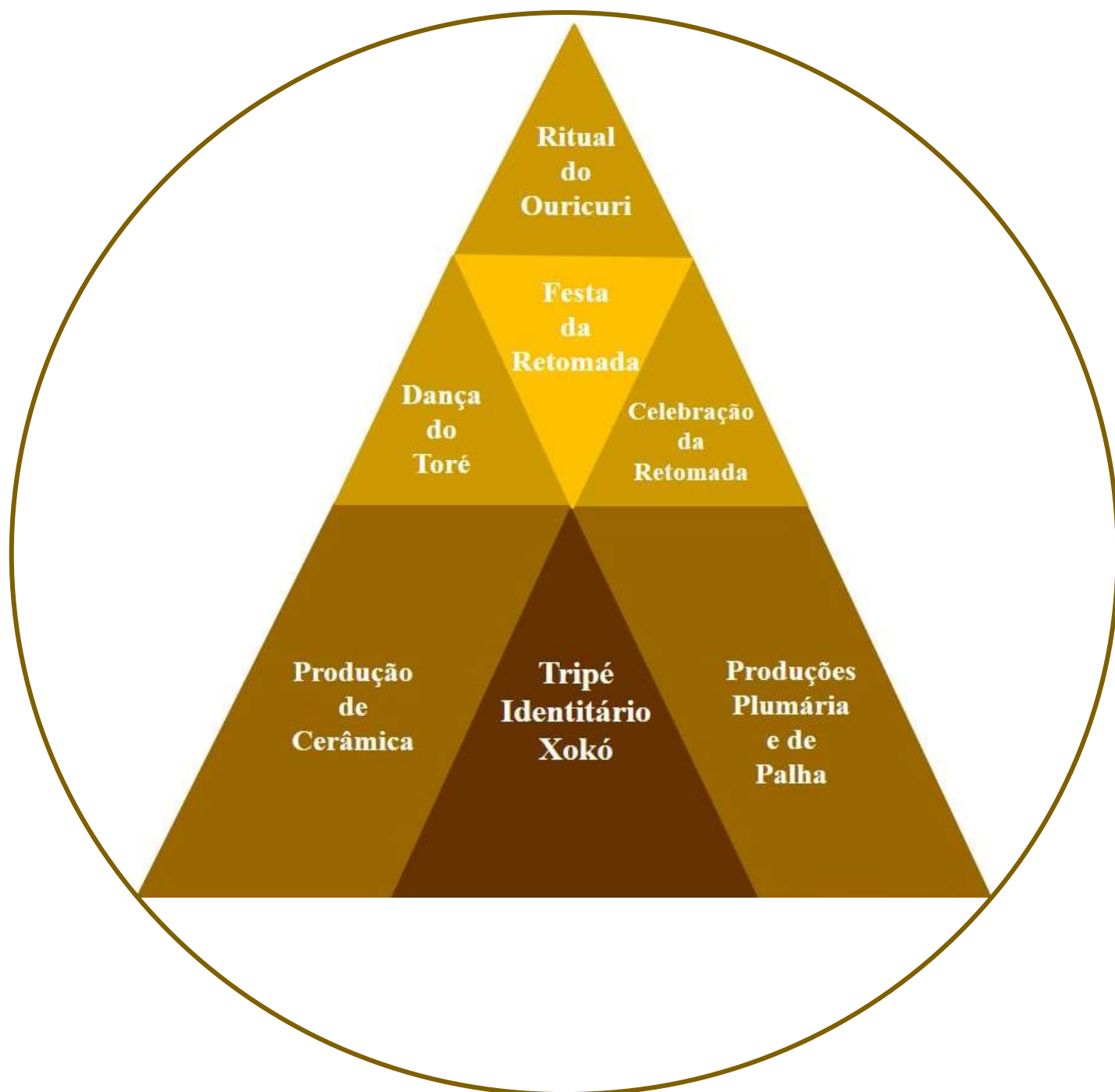
Sendo assim, entendemos que a ideia de identidade Xokó é um processo construtivo e dinâmico, é construída efetivamente a partir do encontro entre a produção de cerâmica, enquanto cultura popular e a inserção das peças de artesanias plumárias e de palhas, enquanto elemento distintivo. Além disso, a cultura tradicional litúrgica ou ritualística como suporte dessa identidade.

Todo esse entrelaçamento de elementos culturais, o uso da arte tradicional e suas reinvenções, as novas configurações são reflexões também trazidas por Arantes (1981, que apresenta as múltiplas transformações das culturas fundamentado na história da cultura e da arte.

Embora se procure ser fiel à “tradição”, ao “passado”, é impossível deixar de agregar novos significados e conotações ao que se tenta reconstituir. Isso é inevitável, porque a própria reconstituição é informada por e é parte de uma reflexão sobre a história da cultura e da arte que, em grande medida, escapa aos produtores “populares” da cultura. (ARANTES, 1981, p.19)

Possivelmente outras ramificações compõem a identidade Xokó, conectando um arco com flechas de revelações ou segredos sagrados e encapsulados que só a eles pertencem e que, por hora, não vamos nos ater.

Figura 1 - Tripé Identitário Xokó



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A triangulação, os entrelaçamentos culturais, as ramificações, reconfigurações e modificações nos direcionam para um horizonte de significados quando Geertz afirma na *Interpretação das Culturas* “**o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu**” (GEERTZ, 1989, p. 15, grifo nosso).

Amalgamar ideias e saberes, dúvidas e certezas entre o passado e o futuro, o velho e o novo do cotidiano acadêmico, das pesquisas sobre as manifestações e os rituais indígenas é uma busca constante. Essa perspectiva é o que nos instiga a pesquisar, para contribuir com o universo da vivência, da história e da cultura tradicional indígena, ampliando assim, as ferramentas de apoio à pesquisa e, conseqüentemente, ao ambiente acadêmico.

Logo, o entrelaçar interdisciplinar das vertentes científicas antropológicas, pedagógicas, sociais, históricas e artísticas será o desfecho sublimar da pesquisa.

Essas vertentes contribuíram significativamente nas investigações, análises e demais questões peculiares, o que proporcionou um bom desenvolvimento na Etnografia (trabalho de campo de 07 a 10 de setembro de 2019) durante a festa comemorativa aos 40 anos de Conquista da Terra Indígena, articulando o olhar, o ouvir, o sentir e o escrever interdisciplinar. Assim como infindos estudos e investigações de distintas fontes e áreas.

Para realização de uma análise interpretativa, a coleta de dados com entrevistas/fotos realizadas com os Xokó, utilizaremos o Termo de concordância da Instituição e o Termo de consentimento livre e esclarecido – ambos se encontram nos “APÊNDICES A e B”, respectivamente, páginas 159 e 160.

Desse modo, a dissertação está organizada em três capítulos:

No primeiro Capítulo analisamos o conceito de identidade, cultura, culturas populares e demais ramificações. Categorias que nos servem de alicerce para adentrar num oceano de conhecimentos e informações. Dentre outros autores que decodificamos, nos sustentamos em Clifford James Geertz, Manuela Carneiro da Cunha, Maria Celestino de Almeida, Néstor Garcia Canclini e Stuart Hall, destacados, respectivamente, conforme seguintes citações: Geertz (1989, 2009); Cunha (2009, 2012); Almeida (2010, 2017); Canclini (1983, 2013) e Hall (1997/98, 2000).

No segundo capítulo, investigamos a formação do povo Xokó, na Ilha de São Pedro, destacando suas lutas pela posse e demarcação da terra, bem como, a reorganização da comunidade a partir da Festa da Retomada. Para tanto, nos apoiamos na pesquisa documental e bibliográfica, a partir dos olhares de: Beatriz Góis Dantas, Antropóloga e Pesquisadora já citada anteriormente; Hélia Maria de Paula Barreto, Antropóloga, Historiadora e Arqueóloga, com a contribuição de sua obra “Produção cerâmica Xokó: a retomada de uma identidade”, Barreto. (2010) e Valéria Maria Santana Oliveira, Historiadora, com a apresentação de sua tese: “Memória/Identidade Xokó: práticas educativas e reinvenção das tradições”, Oliveira (2018).

No terceiro Capítulo, observamos e examinamos o que é ser Xokó. Como se organizam socialmente, culturalmente, economicamente e espiritualmente. Apresentamos uma descrição minuciosa sobre a Festa da Retomada, com enfoque para a 40ª Festa que aconteceu dia 09 de setembro de 2019, na qual nos fizemos presentes e cuja vivência proporcionou momentos de observação interpretativa, entrevistas, fotografias e filmagens para registro da pesquisa.

Os principais elementos que constituem a comemoração da Retomada são o Ouricuri, a Dança do Toré e o momento celebrativo na Igreja que rememoram a trajetória dos Xokó e os anos de luta e resistência. Esses momentos carregam em si a presença de elementos das culturas tradicionais e populares, que acompanham o processo de identidade da comunidade, tendo também como objetos de análise, a produção de cerâmica, de palhas e de plumas no contexto dessas celebrações e na autoafirmação de ser Xokó.

Acreditamos que essa dissertação seja de grande relevância acadêmica, com reflexões e conexões interligadas das culturas populares e tradicionais indígenas, que congregam conceitos elementares para compreensão do respeito às etnias e miscigenação, do convívio social, do sistema coletivo. Além disso, do conhecimento dos indígenas Xokó, que vivem na Ilha de São Pedro, município de Porto da Folha, pertencentes ao estado de Sergipe, região exuberante pelos recursos naturais, pelo sol que fortalece e demais riquezas do Nordeste do Brasil!

Tenho em mim um sentimento de aldeia e dos primórdios. Eu não caminho para o fim, eu caminho para as origens. Não sei se isso é um gosto literário ou uma coisa genética. Procurei sempre chegar ao criancimento das palavras. O conceito de Vanguarda Primitiva há de ser virtude da minha fascinação pelo primitivo. Essa fascinação me levou a conhecer melhor os índios.

*Manoel de Barros*

## 1 OS REMOS QUE DIRECIONAM O RUMO

Embarcamos juntos, num rio teórico de conhecimentos, que nos convida a compreender conceitos que direcionam a pesquisa com um remo para novas descobertas e afirmações. Em cada onda, vamos diluindo nos parágrafos saberes e conhecimentos, formando, no final, um mosaico de compreensão do todo.

Nessa busca, nos deparamos observando Carta *Mundus Novus* (Mundo Novo) de Américo Vespúcio, citado por Lindo (2015) como (Amerigo ou Alberico Vespucci), Avistamos, nas entrelinhas, algumas características do “selvagem” enumeradas por Lindo e apontadas por Vespúcio (1501) em sua terceira viagem ao subcontinente sul-americano, realizada em 1501. Assim, elencamos alguns itens abaixo:

[...]02 – ‘Trata-se de “gente mansa e tratável”.

03 – ‘Todos dum e doutro sexo andam nus.’

04 – ‘Têm corpos grandes, sólidos, bem feitos e proporcionados.’

05 - Eis como tratam os próprios corpos: ‘...perfuram as faces, os lábios, o nariz e as orelhas”. Ornamentam os orifícios com “pedras cerúleas, marmóreas, cristalinas e de alabastro, belíssimas, e com ossos branquíssimos e outras coisas lavradas com artifício...’.

06 – ‘As suas mulheres, sendo muito libidinosas, fazem inchar os membros de seus maridos a tal ponto que vêm a parecer disformes e brutais, e isto mercê dum certo artifício e da mordedura de certos animais peçonhentos; e por causa disto muitos deles o perdem e tornam-se eunucos.’

07 - Seus costumes passam pelo desapego à vestimenta: ‘Não têm panos de lã, nem de linho, nem sequer de bombazina, porque de nada disso necessitam.’ [...]

10 – ‘Tomam tantas mulheres quantas querem; e o filho se junta com a mãe, o irmão com a irmã, o primo com a prima e o desconhecido com quem encontra. Toda vez que querem desfazem o matrimônio, ninguém nisto observando ordem alguma.’ [...]

14 – ‘Os povos combatem entre si sem arte e sem ordem. Os velhos com certas perorações inclinam os jovens ao seu querer, incitando-os à batalha, na qual se matam com crueldade: e aqueles que na batalha são feitos cativos, não vivos, antes para seu alimento servem, por ocasião de sua morte; pois que os vencedores comem os vencidos, e das carnes a humana é entre eles alimento comum.’

15 – ‘As suas armas são o arco e a flecha, e, quando se enfrentam na batalha, não cobrem nenhuma parte do corpo para se defenderem, assim que nisto se parecem aos animais.’

16 - As mulheres ‘...nenhum defeito apresentam e seus corpos são formosos e limpos, nem tampouco são tão feias como talvez se poderia supor (...) Vivem 150 anos e poucas e raras vezes adoecem [...] (VESPUCCI, 1501 apud LINDO, 2015, p. 287-288).

Para isso, lançamos nosso olhar e viajamos até 1888, momento em que nos deparamos com o livro “Ensaio sobre as construções navaes indígenas do Brasil” onde Camara (1888) descreve sobre as embarcações da época no Brasil e menciona Sergipe, quando narra sobre as “Barcaças”, tal como foi escrito:

As províncias do Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, e a parte do norte da Bahia, representam um trecho da costa do Brasil, em que figuram typos puramente indígenas. O que mais se salienta por sua construção e velame é a *barcaça*, quer de dous, quer de tres mastros. É uma embarcação muito conhecida de quem navega essa zona da costa, onde é cila empregada principalmente no transporte de assucar e algodão. As suas fôrmas e systema de construção differem muito das dos typos pertencentes á província da Bahia. A barcaça é uma embarcação, cuja construção não está sujeita a regras e proporções; mesmo entre ellas aleumas assemelham-se bastante a um caixão, e do parallelipipedo circumscripto pouco se tem de tirar. Ellas são de fundo de prato, e sem quilha, os costados são quasi verticaes, fechando mais para prôa do que para popa. (CAMARA, 1888, p. 133)

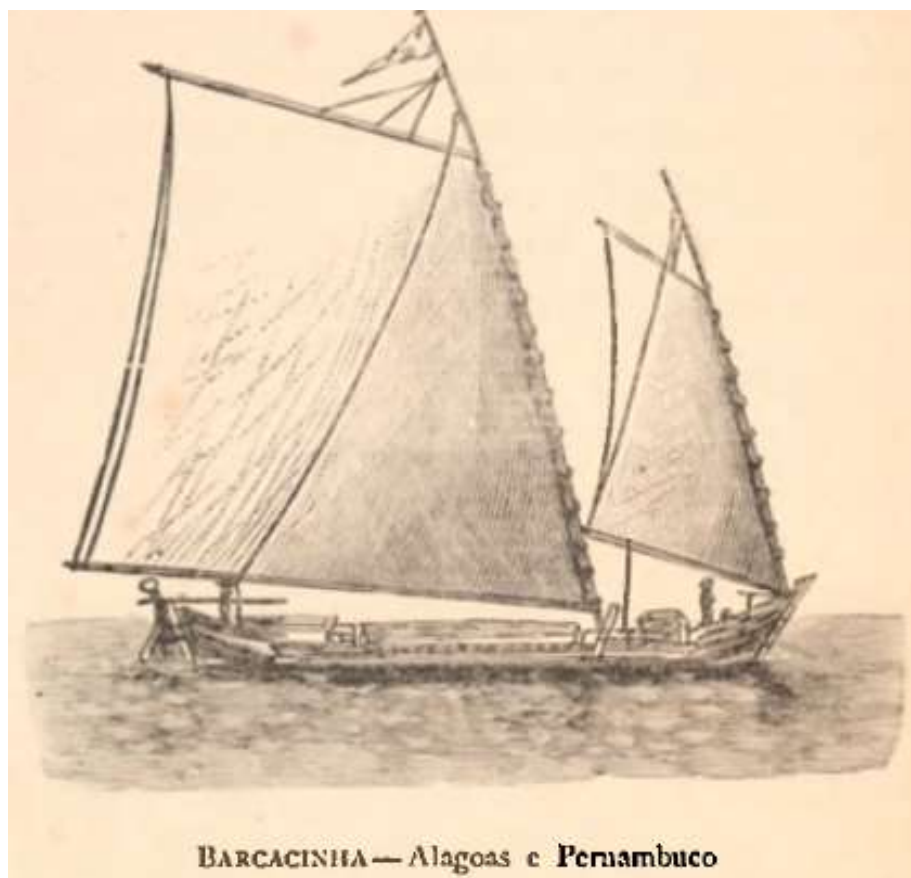
Camara (1888), em cada construção vai detalhando as características e especificidades, mas este não é nosso objetivo. Pegamos apenas carona na Barcaça que nos leva e faz voltar na ampulheta do tempo, deixando-nos livres nas interpretações.

Não aprofundaremos nem analisaremos as embarcações indígenas, mas elas nos servem para relembrar e auxiliar como fonte inspiradora de ancoragem para nossa pesquisa e seguir no fluxo do conhecimento, considerando que um pesquisador, mesmo não sendo antropólogo, pode também “entrar em contato com uma verdadeira árvore genealógica de autores consagrados”. (PEIRANO, 1995).

Na imagem 2, Câmara desenha a barcacinha com dois mastros. Conforme o autor, a barcaça e a barcacinha eram utilizadas principalmente para o transporte de açúcar e algodão e eram confeccionadas sem regras ou proporções.



Figura 2 - Barcacinha representada por Antonio Alves Camara em 1888.



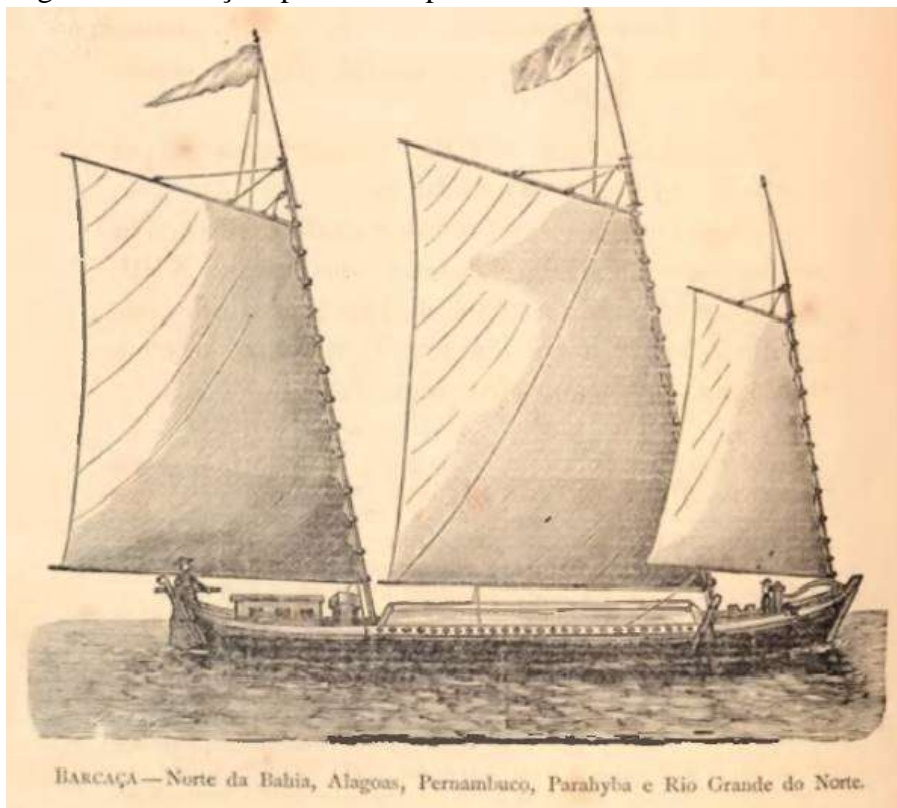
Fonte: Camara (1888, p. 134).

Na imagem 3, o autor apresenta a barça com três mastros. Câmara explica que os mastros eram “inteiriços”, que as barças e barcacinhas eram bastante semelhantes a um “caixão” e que na tolda, na proa e na popa<sup>10</sup> havia um convés que chamavam de “sepultura”, cujo local servia para receber e abrigar a carga do mar.

---

<sup>10</sup> A proa é a extremidade anterior (frente) e a popa é a extremidade posterior da embarcação (traseira). O convés é o pavimento da embarcação (o piso). A tolda é uma parte do convés.

Figura 3 - Barcaça representada por Antonio Alves Camara em 1888.



Fonte: Camara (1888, p. 136).

Rememorando a história, voltamos para uma imersão no rio e para entender melhor seus afluentes, investigamos conceitos que nos levam a decifrar um caleidoscópio científico de informações sobre as culturas, as tradições, as identidades, as autoafirmações indígenas e as festas tradicionais e populares.

Cultura é um termo apresentado de forma acessível e científica por Arantes (1981):

Em se tratando de vida social, a cultura (significação) está em toda parte. Todas as nossas ações, seja na esfera do trabalho, das relações conjugais, da produção econômica ou artística, do sexo, da religião, das formas de dominação e de solidariedade, tudo nas sociedades humanas é constituído segundo os códigos e as convenções simbólicas a que denominamos 'cultura'. (ARANTES, 1981, p. 34)

Aqui, observamos que os hábitos, as habilidades, os relacionamentos pessoais e profissionais, as escolhas da vida afetiva e religiosa são características norteadoras que, de alguma maneira, identificam uma comunidade.

O termo cultura por vezes é mencionado de forma comum, banal e sem um aprofundamento delineado. Muitos são os conceitos e muitas são as reflexões sobre um tema que estimula a imergir nas leituras, como discorre Santos (1987):

Cultura está muito associada a estudo, educação, formação escolar. Por vezes se fala de cultura para se referir unicamente às manifestações artísticas, como o teatro, a música, a pintura, a escultura. Outras vezes, ao se falar na cultura da nossa época ela é quase que identificada com os meios de comunicação de massa, tais como o rádio, o cinema, a televisão. Ou então cultura diz respeito às festas e cerimônias tradicionais, às lendas e crenças de um povo, ou a seu modo de se vestir, à sua comida, a seu idioma. A lista pode ser ampliada. Já eu tenho falado de cultura de maneira mais genérica, preocupado com tudo o que caracteriza uma população humana. Não há por que nos confundirmos com tanta variação de significado. O que importa é que pensemos sobre os motivos de tanta variação, que localizemos as ideias e temas principais sobre os quais elas se sustentam. Vamos então cercar o assunto, localizar os sentidos básicos da concepção de cultura, mostrar como eles se desenvolveram. (SANTOS, 1987, p. 19)

Esse caleidoscópio de variações e significados do termo Cultura é o que fica impregnado na memória, nas narrativas e histórias orais de um povo. Ressaltamos que, para que possamos conduzir um olhar analítico mais aprofundado, é imprescindível desbravar continuamente esse caleidoscópio.

Clifford Geertz, um dos principais representantes da antropologia simbólico-interpretativa, já citado anteriormente, defende o conceito de cultura sobre a forma que o homem dá significado às coisas, confeccionando uma teia de informações enigmáticas sobre as interpretações:

O conceito de cultura que eu defendo [...], é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que **o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu**, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície. Todavia, essa afirmativa, uma doutrina numa cláusula, requer por si mesma uma explicação. (GEERTZ, 1989. p. 15, grifo nosso).

Com isso, consideramos que o desconhecimento sobre o significado de cultura, culturas populares e culturas tradicionais indígenas é o que, por vezes, dificulta uma reflexão mais lapidada. Os termos parecem que fundem os conceitos e acabam amalgamando, também, os saberes. Sendo assim, optamos por nos guiar na bússola norteadora de Abreu e Soihet (2003), que explicam:

Para uns, a cultura popular equivale ao folclore, entendido como o conjunto das tradições culturais de um país ou região; para outros, inversamente, o popular

desapareceu na irresistível pressão da cultura de massa (sempre associada à expansão do rádio, televisão e cinema) e não é mais possível saber o que é originalmente ou essencialmente do povo e dos setores populares. Para muitos, com certeza, o conceito ainda consegue expressar um certo sentido de diferença, alteridade e estranhamento cultural em relação a outras práticas culturais (ditas eruditas, oficiais ou mais refinadas) em uma mesma sociedade, embora estas diferenças possam ser vistas como um sistema simbólico coerente e autônomo, ou, inversamente, como dependente e carente em relação à cultura dos grupos ditos dominantes. (ABREU; SOIHET, 2003, p. 1)

Sendo assim, entendemos que a cultura popular é dinâmica, manifestada em ondulações coletivas que se transformam, movimentam e reinventam. Entretanto, para a maioria dos grupos de cultura popular que se apresentam em festas e manifestações é um desafio manter-se financeiramente diante da falta de reconhecimento e valorização do poder público e das pessoas que às vezes avaliam preconceituosamente o trabalho e a arte popular.

A presença de produções artísticas nas manifestações culturais é muito forte. Os trajes, as danças, as performances, as músicas, os poemas, os artesanatos, os cordéis, as pinturas, a gastronomia, o teatro, a religiosidade e tantos outros processos criativos que a compõem, são elementos extraordinários na execução de um fabuloso espetáculo coletivo.

O respiro das culturas populares é sentido no povo, na comunidade, na região que a pertence e no suor da produção que por vezes não proporciona aos próprios Mestres um título para que possam subsidiar melhor seus próprios gastos.

Canclini (1983) opta pela terminologia “culturas populares” e nos direciona com uma luneta os seus registros:

As culturas populares (termo que achamos mais adequado do que a cultura popular) se constituem por um processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais de uma nação ou etnia por parte dos seus setores subalternos, e pela compreensão, reprodução e transformação, real e simbólica, das condições gerais e específicas do trabalho e da vida. (CANCLINI, 1983, p. 42)

As culturas populares e tradicionais indígenas fazem parte dos setores subalternos, o que para alguns passam a ser inferiorizados e descartados. Todavia, mantêm-se resistentes, agregando e reunindo artes, saberes e sentidos. Dessa maneira, estimulam criações e expressam, nas manifestações, a identidade e a essência do lugar em que vivem. As pessoas envolvidas trazem no corpo vestes que estampam o motivo porque estão ali.

Nos trajes, nas danças, nas pinturas e nos adornos, os indígenas entregam-se e rememoram, homenageiam e imergem no tempo que se mistura entre o passado e o presente. O que nos faz lembrar Geertz (2009), mais uma vez, quando discorre sobre o trabalho de campo “é um estar lá e aqui”, e neste caso, no passado e no presente, recordando e

vivenciando. Isso tudo sendo sentido e manifestado na pele, no suor, no cheiro e no cansaço, que às vezes revelam um mosaico de pinturas e tatuagens que carimbam uma luta, uma dor, um choro e uma resistência ou uma alegria, um sorriso, um passo de dança e um canto de louvor.

Peixoto (2018), contribui e afirma em sua pesquisa “Minha identidade é meu costume: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó – Alagoas” quando lança seu olhar para o cenário da diversidade cultural e da identidade étnica:

A diversidade cultural passou a ocupar um papel relevante nos estudos atuais e a inserção de povos com costumes, economia ou religião diferenciada em um sistema global é marcado por alguma resistência, apesar de discursos afirmando que compreender o mundo contemporâneo é encontrar nele o lugar de cada comunidade, sobretudo das comunidades tradicionais com permanências ou ressignificações de elementos e valores culturais oriundos dos seus saberes ancestrais, porém geradoras de uma nova identidade e de um novo indivíduo com características enraizadas na tradição do passado e permeadas por temporalidades históricas do presente. O mundo contemporâneo é caracterizado por profunda tentativa de interação entre os povos e as culturas e nele, a identidade vai se definindo como o resultado dessas interações reguladas por alguma instituição. Isso gera a consciência de que compartilhar saberes e informações é primordial na convivência social e envolve a interação entre indivíduos com variadas identidades étnicas. Pensar em identidade étnica é pensar em um processo de construção assentado na comunicação entre um grupo social em contraste com outros, a partir das suas relações. Esta sua afirmação é revestida de um posicionamento ideológico, desembocando no confronto com outras identidades a partir do estabelecimento de relações sociais que são efetivadas através de escolhas e adoções estrategicamente selecionadas por um grupo ou etnia como mecanismos de sobrevivência social. (PEIXOTO, 2018, p. 16).

Sobre “as características enraizadas na tradição do passado” citadas por Peixoto (2018), refletimos que, tanto as culturas populares como as culturas tradicionais, têm como âncoras essenciais as narrativas. São elas que traduzem, descrevem e rememoram minúcias de uma indumentária, um ritual, um gesto, um paladar, um cheiro e um sabor, sempre vinculados nas lembranças de narrativas dos seus ancestrais. Sentimentos e sentidos solidificados na memória.

A cultura tradicional indígena, por mais que sofra algum tipo de adaptação, fica ainda enraizada com imagens de suas origens, na presença do cocar, das folhas, das imagens infindas da natureza, da pintura rupestre, da plumagem das aves, dos instrumentos de caça, das cores da natureza. Parece que tudo vai compondo um repertório de criação do novo, alicerçado no velho, enraizado no coração dos indígenas que ainda sobrevivem com o pouco que conseguem manter de contato com os seus ancestrais.

A tradição, a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável são componentes que se destacam na definição de povos e comunidades tradicionais, no Decreto n. 6.040, de 7

de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)

Art 3. Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Observamos que, além dos povos indígenas, outras categorias também são consideradas comunidades tradicionais no Decreto n. 6.040/ 2007: seringueiros, quilombolas, babacueiros, caçaras, quebradeiras de coco, ribeirinhos, ciganos, apanhadores de flores sempre vivas, vazanteiros, geraizeiros, veredeiros e catingueiros. Cada um com suas especificidades elencadas. Todavia, todos têm em comum a sustentabilidade como forma de se relacionar com a biodiversidade.

Dentro dessas demais categorias, enfatizamos os quilombolas que, também são amparados pelo Decreto-lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que ampliou suas considerações, definindo-os como sendo todos os grupos “étnicos/raciais que tenham trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Sua caracterização é estipulada segundo critérios de auto definição atestados pelas comunidades.” (PATEO, 2016, p. 22).

Todo esse hibridismo da Cultura Popular e da Cultura Tradicional é resguardado por representantes das comunidades ou grupos pertencentes. O cabedal de conhecimentos e saberes acumulados, ao longo das vivências/experiências com os membros de um mesmo grupo ou comunidade, propicia aos mesmos grupos e comunidades, o reconhecimento e a construção da ideia de liderança tanto nas culturas populares quanto nas culturas tradicionais.

Neste seguimento, por serem detentores/detentoras de saberes e conhecimentos e por terem a responsabilidade de repassar conhecimentos aos demais membros do grupo, ou comunidade, as lideranças acabam por serem reconhecidas como Mestres e Mestras, o que reforça o compromisso para com o ensinamento dos valores, costumes e tradições peculiares e comuns ao grupo. Na cultura tradicional indígena, os Mestres e as Mestras podem receber a denominação de Caciques, Pajés e Anciões, conforme o papel desempenhado na salvaguarda e transmissão dos saberes e dos conhecimentos.

Esse pensamento vem ao encontro do ponto de vista de Carneiro da Cunha “O conhecimento se fundamenta no peso das experiências visuais, auditivas e perceptivas. A

sabedoria atribuída a certos anciões e pajés se deve às muitas coisas que teriam visto, ouvido e percebido”. (CUNHA, 2009).

A cultura tradicional indígena tem como propósito preservar suas raízes, manter o contato, o cuidado e seu modo de admirar a terra e todos os recursos naturais. O que coincidentemente podemos ver na etimologia da palavra cultura, quando observamos sua evolução na Idade Média, cujo significado no latim é cultivar a terra, cuidar do campo. No seu sentido figurado, passa de cultura como ação de instruir para o estado do indivíduo que tem cultura. A cultura então é um processo, é a “soma de saberes acumulados”. (CUCHE, 2002).

São esses saberes acumulados que vão formando o indivíduo e toda uma comunidade. Constituindo as relações, os costumes, as narrativas, as memórias e vão tecendo uma teia de códigos, enigmas e significados que se entrecruzam e formam a história de um povo.

#### 1.1 O EIXO PROPULSOR QUE PULSA NAS NARRATIVAS: a encruzilhada entre a negação da identidade na retomada ou reconstrução de velhas identidades

Os saberes rememorados, o modo de viver, as tradições e os costumes são categorias muito presentes na cultura tradicional indígena que tem como desafio preservar, perseverar e lutar ininterruptamente pelo direito de pertencimento ao seu lugar, seu espaço, pelo direito de defender suas terras, a memória dos seus antepassados, a vivência do seu povo, o respeito pela sua vida, seu sangue, seu corpo. Essa luta é de toda uma comunidade amparada em seus guardiões: os Caciques, os Pajés e os anciões que transmitem seus saberes nas histórias orais, nas narrativas e em suas práticas ritualísticas. Formando dessa maneira, uma verdadeira transmissão geracional de saberes, importante arma de luta, muitas vezes latente pelo sangue derramado, pelo olhar agonizado, pelo grito sufocado.

O grito só passa a ser amenizado, muitas vezes, quando as terras são demarcadas, identificadas como Terras Indígenas (TI). O papel, o registro que confirma um dos pilares fundamentais da ancestralidade que é a terra, faz do documento um vínculo, que passa a contribuir para o sentimento de pertencimento e reconhecimento da presença indígena. A terra e o registro, concretizado e reafirmado no papel, sustentam um valor que vai além do sentido monetário, pois em sua magnitude indescritível, a terra legitima uma etnia e toda uma comunidade.

Contudo, também sabemos que o grito hoje é mais midiaticizado, veiculado e exposto. O grito não é mais camuflado, velado. A tecnologia da informação tem servido para proliferar o que é feito de mau, escancarando ofensas, maldades, crueldades. Os indígenas, também

tendo acesso ao mundo digital, usam de seus meios para provar ameaças e invasões, denunciando e reivindicando justiça.

Observamos, no cenário atual, gigantesca e incessante evolução tecnológica, mas o não indígena parece afastar-se cada vez mais de suas origens, sua essência, seus valores e sua vivência com a biodiversidade que eles tanto reverenciam. Consequentemente, ausentam-se cada vez mais do convívio social. No caso dos indígenas, mesmo tendo acesso mais frequente ao mundo virtual, ao uso da tecnologia e da internet, não deixam de praticar seus rituais, principalmente o Ouricuri, buscando o contato com seus ancestrais, dançando o Toré e mantendo a vida coletiva.

Enquanto a velocidade das informações midiáticas não chegava, um “sinal de fumaça” sinalizava dentre outras comunicações, um grito silenciado, não ouvido, emudecido e representado na música “Canto das três raças”, composta por Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro, interpretada por Clara Nunes (Clara Francisca Gonçalves), lançada em 1976, com a seguinte letra:

Ninguém ouviu  
Um soluçar de dor  
No canto do Brasil  
Um lamento triste  
Sempre ecoou  
Desde que o índio guerreiro  
Foi pro cativeiro  
E de lá cantou  
Negro entoou  
Um canto de revolta pelos ares  
No Quilombo dos Palmares  
Onde se refugiou  
Fora a luta dos Inconfidentes  
Pela quebra das correntes  
Nada adiantou  
E de guerra em paz  
De paz em guerra  
Todo o povo dessa terra  
Quando pode cantar  
Canta de dor  
E ecoa noite e dia  
É ensurdecador  
Ai, mas que agonia  
O canto do trabalhador  
Esse canto que devia  
Ser um canto de alegria  
Soa apenas  
Como um soluçar de dor  
(NUNES, 1976).

De qualquer modo, mesmo antes das velozes informações tecnológicas, a escrita, os registros e os documentos serviram como base de apoio para muitos pesquisadores,



principalmente antropólogos e historiadores, que bravamente desobstruíram caminhos e deixaram suas pesquisas com respaldo científico para nossos estudos. Assim, podemos voltar no tempo e entender melhor onde tudo começou ou onde tudo “parece” ter começado, conforme explica Almeida:

Essas ideias, até muito recentemente, embasavam o **desaparecimento dos índios**, em diversas regiões do Brasil, já nos primeiros séculos da colonização. Desapareciam, porém, deve-se ressaltar, **apenas da história escrita**. Estudos recentes têm demonstrado que, do século XVI ao XIX, os índios inseridos no mundo colonial, em diferentes regiões da América portuguesa, **continuavam muito presentes nos sertões, nas vilas, nas cidades e nas aldeias**. Inúmeros documentos produzidos pelos mais diversos atores sociais evidenciam essa presença. Como se explica terem desaparecido da história do Brasil? Em grande parte, parece-me, devido à ideia acima apontada e predominante, por muito tempo, entre antropólogos e historiadores. Trata-se da ideia segundo a qual os índios integrados à colonização iniciavam um **processo de aculturação**, isto é, de mudanças culturais progressivas que os conduziam à assimilação e consequentemente à **perda da identidade étnica**. Assim, as relações de contato com sociedades envolvidas e os vários processos de **mudança cultural** vivenciados pelos grupos indígenas eram considerados simples relações de **dominação impostas aos índios** de tal forma que não lhes restava **nenhuma margem de manobra, a não ser a submissão** passiva a um processo de mudanças culturais que os levaria a serem assimilados e **confundidos com a massa da população**. (ALMEIDA, 2010, p.14, grifo nosso).

E, nessa variedade de etnias que buscam uma identidade, observamos no espelho retrovisor de nossas vidas, que vamos sendo originários de embriões e sementes que nossos ancestrais deixaram para continuar com a linhagem, a espécie, a etnia. No lugar que nascemos, ficamos ou escolhemos mudar, ou as circunstâncias assim o fazem. Vamos construindo nossa história e nos identificando com ela.

Identificar-se vai muito além da apresentação do documento de identificação, um registro geral (RG) ou cadastro de pessoa física (CPF). É aquilo que nos faz sentir e pertencer a um lugar, uma comunidade, um núcleo. Pertencendo a um espaço, um sistema coletivo que segue um costume, um ambiente familiar, um modo de viver e lutar pelo que se faz legitimar na história. Stuart Hall nos assessoria quando questiona para quem serve e quem precisa de identidade? “Está-se efetuando uma completa desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas disciplinares, todas as quais, de uma forma ou outra, criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada.” (HALL, 2000, p. 103).

A identidade indígena perpassa além de períodos de sofrimento, dor, medo e negação, pelo preconceito das características de traços fenotípicos, que foram sendo alterados com o passar dos anos por uma mesclagem cultural e étnica, totalmente imposta para tentar exterminar o que era considerado “puro”.

Amorim disserta sua pesquisa sobre “Índios Ressurgidos: A construção da auto-imagem - Os Tumbalalá, os Kalankó, os Karuazu, os Catókin e os Koiupanká” e reflete sobre a miscigenação dos indígenas do Brasil no Nordeste:

Para os povos indígenas, o Brasil completou 500 anos de invasão no dia 22 de abril de 2000. Essa invasão trouxe consigo uma drástica diminuição dos povos existentes anteriormente a 1500, além da dispersão, miscigenação e perdas identitárias e construções de outras, como a língua, prática de rituais, usos e costumes, práticas medicinais, educação continuada. Além disso, muitos desses povos - principalmente os do litoral e, sobretudo, os do Nordeste - vivem atualmente o ‘drama da miscigenação’, devido ao contato. Porém, é necessário esclarecer que a ‘descaracterização’ ou miscigenação é preocupante no que se refere aos aspectos ideológicos da população e a falta de preparo dos que lidam com as questões indígenas e sua realidade presente, já que tem uma enorme resistência e dificuldade em entendê-la. A miscigenação ou mistura racial, vista desde os aspectos da transfiguração indígena (muito mais na atualidade contra os povos amazônicos), não deixará de ser um ato de barbárie cometida contra a população nativa, ao passe que a mistura inter-racial (entre o Índio, o branco e o negro) no Nordeste vem ocorrendo desde o início do século XVI. (AMORIM, 2003, p. 24).

Vários termos podem ser atribuídos na composição de etnias, como a mestiçagem, a miscigenação e o hibridismo, entretanto, não são apenas cores, tons de pele, a forma e a cor do cabelo, que podem identificar um sujeito. Destacamos aqui um dos PRINCÍPIOS do já citado Decreto 6040/2007 em seu Artigo 1º, inciso XIV, e o OBJETIVO GERAL em seu Artigo 2º:

Artigo 1º, inciso XIV – “a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a **identidade racial e étnica**.” Artigo 2º - A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com **respeito e valorização à sua identidade**, suas formas de organização e suas instituições. (BRASIL, 2007, grifo nosso).

A hibridização funde e mistura as etnias, e é o que, por vezes, confunde e gera olhares distantes e superficiais pela falta de conhecimento, de estudo e da vivência com o outro, pela falta do exercício da alteridade.

Os povos originários, pela identificação que têm com a terra, a sua etnia e a sua linhagem, na maioria das vezes, escolhem ficar numa comunidade que lhe é afeita, com seus costumes e práticas dos seus ancestrais. Assim vão se identificando com seus pares, com seus familiares, com sua comunidade.

Permanecer no lugar e resistir à invisibilidade também é uma forma de autoafirmação. Almeida, em suas revisões historiográficas, discorre bem sobre o processo de tentativa de

apagamento dos indígenas e as nomenclaturas que tiveram que assumir para sobreviverem. No entanto, hoje a autoafirmação da identidade indígena os torna cada vez mais presentes e protagonistas de suas próprias histórias e conquistas:

Apresentados como civilizados e extintos, inúmeros índios, ainda aldeados, acabaram perdendo suas terras e aldeias; e muitos, com certeza, assumiram a identidade de caboclos e mestiços na desfavorável conjuntura do século XIX, em que **não havia lugar para a pluralidade étnica**. [...] Não é de estranhar, portanto, que vários deles estejam ressurgindo, hoje, por meio dos movimentos de etnogênese da atualidade (Oliveira, 1999). Ao **assumirem suas identidades indígenas** em busca dos direitos garantidos pela Constituição de 1988, muitos desses grupos buscam suas origens nos antigos aldeamentos extintos no século XIX. A partir dessas atuais leituras sobre as trajetórias dos ‘índios desaparecidos’ **fica fácil compreender como povos declarados extintos no século XIX tornam-se, hoje, cada vez mais presentes e atuantes no cenário político e acadêmico do país**. (ALMEIDA, 2017, p. 30, grifo nosso).

Sobre essa tentativa de apagamento, Cunha também contribuiu com considerações que nos fazem entristecer ao atestar o sangramento nas páginas da história pelo martírio dos povos originários:

Povos e povos indígenas desapareceram da face da terra como consequência do que hoje se chama, num eufemismo envergonhado, ‘o encontro’ de sociedades do Antigo e do Novo Mundo. Esse **morticínio** nunca visto foi fruto de um processo complexo cujos agentes foram homens e micro-organismos, mas cujos motores últimos poderiam ser reduzidos a dois: **ganância e ambição**, formas culturais da expansão do que se convencionou chamar o capitalismo mercantil. **Motivos mesquinhos** e não uma **deliberada política de extermínio** conseguiram esse resultado espantoso de reduzir uma população que estava na casa dos milhões em 1500 aos pouco mais de 800 mil índios que hoje habitam o Brasil. (CUNHA, 2012, p. 14, grifo nosso).

Logo, quando discorremos sobre identidade, faz-se necessário compreender não apenas sobre a identidade indígena quando investigamos os Xokó, mas também os negros, por conta da miscigenação. Referente a esse quesito, Dantas (2013, p. 60) argumenta que “A ideia era que, após um longo período de mestiçagem (mistura racial) e aculturação (mudança de culturas em contato), os índios se tornavam iguais aos nacionais, deixavam de ser índios”.

Concernente à identidade, Hall elucida em seus estudos que:

A identidade se forma no ponto instável onde as histórias inenarráveis da subjetividade encontram as narrativas da história e da cultura. E uma vez que o indivíduo se posiciona em relação a narrativas cultivadas, que foram profundamente desapropriadas, o sujeito colonizado está sempre ‘em outro lugar’: duplamente marginalizado, sempre deslocado para outro lugar que não aquele onde se encontra ou de onde possa falar. [...] O fato é que a identidade ‘negra’ nunca teve exatamente o seu lugar. Tem sido sempre uma identidade instável, tanto no aspecto psíquico como cultural e político. Essa identidade também é uma narrativa, uma história e uma história. (HALL, 1997/98, p. 25 e 27).

Diante desses conceitos e reflexões teóricas de um oceano de informações, podemos continuar navegando e, mesmo em meio ao sofrimento desses povos excluídos e marginalizados, conseguir atracar nas margens de um rio perseverante, que desemboca nas comunidades resistentes e que se fortalecem com as festas populares, onde congregam especificidades e sistematizações próprias. O processo coletivo, o grupo, as pessoas envolvidas e pertencentes ao movimento, são veias distintas que se entrecruzam e formam na comunidade a unicidade de uma identidade coletiva. Entretanto, Canclini reflete que:

Num sentido fenomênico é verdade que a festa apresenta uma certa descontinuidade e excepcionalidade: os índios interrompem o trabalho habitual (ainda que para realizar outros, às vezes mais intensos e prolongados), vestem roupa especial, preparam comidas e adornos incomuns. Mas não pensamos que a soma destes fatos seja determinante para situarmos a festa num tempo e lugar opostos ao cotidiano. (CANCLINI, 1983, p. 54).

Mesmo saindo do cotidiano, as cerimônias tradicionais indígenas trabalham com a organicidade, o compromisso e a responsabilidade de toda comunidade. Mesmo que atualmente seja uma vez por ano, é uma festa esperada e respeitada, e que faz parte de um comprometimento com o calendário anual da Comunidade Indígena.

Todas essas vivências, histórias orais, festas, danças e práticas ritualísticas além de serem bens culturais imateriais também são um patrimônio tangível ou de ‘pedra e cal’, que realçam o ‘saber-fazer’, com um toque especial do ‘conhecimento tradicional’. (ABREU, 2010, p. 73). Sobre esses elementos nos debruçaremos com maior afinco nos capítulos posteriores.

## 1.2 APROPRIAÇÃO DO QUE NÃO LHE É PRÓPRIO

Com relação às Culturas Populares e Tradicionais, um aspecto que nos preocupa é a invasão da “espetacularização” e da “canibalização” e para esses termos nos amparamos no raciocínio de José Jorge de Carvalho.

A espetacularização, retratada na indústria do entretenimento e do turismo (estimulador e regulador do consumo) acontece quando um evento das culturas populares “é transformado em espetáculo para consumo de outro grupo, desvinculado da comunidade de origem”, quando é tratado como “objeto de consumo, mercadoria” e quando é “ressignificado

de fora para dentro”. Passa a ser um “espetáculo da moderna sociedade de massas: turístico, narcotizante, mercantilizado”. (CARVALHO, 2010).

Nesse sentido, a canibalização é o processo de predação e expropriação das culturas populares, associada principalmente à indústria do turismo, que induz viagens para lugares distantes com seres exóticos e ambientes inexplorados. O turista passa ser o canibal do canibal, um consumidor dos costumes alheios, do modo de vida e de expressões culturais. A canibalização, para Carvalho (2010), seria então o “ato de deglutir a cultura do outro”.

Ao que nos parece, a espetacularização é tida como um produto, uma apresentação artificial, uma máscara imposta que fica distante da comunidade para atingir o desejo dos turistas e, a canibalização, uma apropriação da cultura do outro, uma captura de criações e ideias recheadas de sentimentos e sentidos que passam a ser desrespeitados e enfraquecidos. É uma verdadeira desconsideração e violação ao direito autoral coletivo.

Se a apropriação das produções artísticas populares é algo preocupante, mais ainda é da materialidade de produção tradicional indígena, que desde sempre foi invadida e aculturada. Referente a tais terminologias exploradas por Carvalho (2010, p. 41), ele discorre que:

Os dois termos procuram exprimir a percepção e a consciência de que as culturas populares estão sendo expostas a um movimento crescente e contínuo de invasão, expropriação e predação, conectado basicamente com a voracidade das indústrias do entretenimento e do turismo e também com a cooptação de artistas populares por parte de políticos regionais populistas.

Consequentemente, os variados processos artísticos (músicas, poesias, pinturas, artes cênicas, danças, figurinos, bijuterias artesanais, produções cerâmicas, plumárias e de palhas, objetos decorativos, design, artefatos indígenas e demais variantes) podem ser alvo da canibalização, de apropriação da autoria, da criação do outro, sua forma, sua técnica, sua cor, sua criação.

No artesanato indígena, por exemplo, dentre outras categorias de criações artísticas, podemos elencar a produção de peças em cerâmica, o trabalho com a argila. Barreto (2010, p.71), empenhou-se em salientar a produção cerâmica: “A Produção da louça de barro é uma das expressões técnicas e artísticas mais representativas da criação popular sergipana”. E, no caso dos Xokó enquanto retomada da identidade, e para isso escorou seu estudo desde meados da década de 1980 no conceito do que é cerâmica e aqui transcrevemos:

‘Keramus’, em grego, significa barro, argila, vaso. Dela vem a palavra Keramiké, que designa, geralmente, a arte de dar forma a terra, transformando-a em objetos variados, desde os de uso caseiro até peças de cunho estético e artístico. Também era o nome do local onde os gregos da antiguidade faziam e vendiam cerâmica. Em geral são tidos como artefatos de argila cozida objetos tais como louças, tijolos, vasos, manilhas. (BARRETO, 2010, p. 71).

As materialidades de produções de cerâmica, de plumas e palhas também são elementos identitários dos Xokó que analisaremos mais adiante. A produção da cerâmica produzida pelos Xokó sempre foi mais direcionada na confecção de painéis e outros utensílios de uso doméstico, as produções de palhas nas feitura de saias e cocares; e, a confecção plumária é utilizada na composição de cocares e adornos indígenas, que hoje também são comercializados em festas ou eventos.

Consideramos que esse arsenal de conceitos e teorias nos propiciam uma viagem mais fortalecida e sustentada nas âncoras do conhecimento. As noções de cultura, cultura(s) popular(es) e culturas tradicionais indígenas e seus elementos nos conduzem para a construção de um cocar de possibilidades e novas descobertas. Esse cocar, em nossa perspectiva, é formado pelo mosaico do conhecimento com a experiência vivenciada durante a Festa da Retomada.

Logo, em meio às distintas ondulações e afluentes que encontramos no trajeto, sigamos para as próximas páginas com aventuras no papel, nas palavras e no pensar. São letras, linhas, palavras, parágrafos e páginas como se fossem gotas, ondas e afluentes que nos guiam desde a nascente, passando pelo leito e nos levando até as margens do rio que onde queremos atracar.

Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida.

*Ailton Krenak*

## 2 A CONCEPÇÃO DOS INDÍGENAS XOKÓ

No cais da Ilha de São Pedro continuamos a ancorar nossos estudos. Agora, atracamos o barco e estamos quase em terra firme, admirando o território indígena, a terra, a natureza, os olhares e as narrativas que nos servem de guia para o que queremos desbravar e compreender.

Antes, porém, foi necessário compreender o processo vivenciado pelos povos indígenas da Região Nordeste. Nisso, Peixoto (2018, p. 45), discorre que:

Os povos indígenas na Região Nordeste do Brasil vivenciaram um processo de expulsão dos seus territórios e, com a extinção oficial dos aldeamentos a partir de meados século XIX, adotaram o silêncio e a invisibilidade étnica como estratégia de sobrevivência. Assim, alguns migraram para as áreas periféricas das cidades próximas, outros passaram a trabalhar para os fazendeiros da região e houve ainda aqueles que fugiram para outras áreas mais distantes, [...]. O silenciamento foi a estratégia adotada como sobrevivência até o século XX[...], um processo de reivindicação por reconhecimento étnico que se efetivou no final da década de 1980. O tempo de anonimato lhes conferiu modelagens e adaptações socioculturais, dentre elas a perda do idioma nativo, os casamentos exogâmicos e a adoção de práticas religiosas cristãs. Seus rituais foram ressignificados com a adoção dos cânticos em português, homenageando divindades católicas romanas.

Logo, além de um grito sufocado já mencionado, também analisamos esse silenciamento, como forma de resistência, que é uma das características do processo vivenciado e que foi reconfigurando as lutas e a constante busca da autoafirmação étnica.

Amorim, reforça e investiga as formas de reconhecimento que os indígenas do Nordeste passaram, conseguindo manter as raízes culturais de cada etnia mediante as referências dos rituais:

É bom reforçar que os Índios no Nordeste se autoconcebem ou se autorreconhecem de várias formas. Partem primeiro do ‘tronco’, isto é, da aldeia principal, o grupo do qual descendem, e que transfere ou transmite os referenciais étnicos, danças e rituais para todas as outras aldeias que ressurgem e que retém informações suficientes para se autorreconhecer e praticar os rituais, aspecto último que os aglutina como Índios. (AMORIM, 2003, p. 78).

Considerando à triangulação que arquitetamos da Festa da Retomada e o tripé identitário Xokó, trataremos neste capítulo de conceitos básicos de algumas nomenclaturas que nos remetem a um entendimento maior da comunidade indígena Xokó, suas lutas pela posse e demarcação da terra, bem como, a reorganização da comunidade a partir da Festa da Retomada.



A prática da alteridade é fundamental para que possamos desnudar conceitos e julgamentos. Adentrar no espaço do outro requer discrição, leveza, respeito e cuidado. Afinal, ninguém quer ver um estranho em sua casa reparando sua intimidade ou entrando sem bater na porta e sem pedir autorização. Ninguém quer um estranho em sua casa perguntando e investigando sobre seus segredos, seus problemas ou até mesmo seus ganhos e gastos mensais. Ninguém quer um estranho espiando na janela e controlando quem entra e sai e o que faz ou não faz. Parece estranho estranhar um estranho em nossa casa. Para uns parece fácil e comum, mas para outros é uma invasão de privacidade, um roubo do espaço e de sua própria liberdade.

Assim não é muito diferente quando um (a) pesquisador (a) tem num dos seus métodos de pesquisa o trabalho de campo, a etnografia. Desnudar-se de si mesmo (romper com preconceitos, julgamentos, medos, angústias, dúvidas, tirar a viseira da timidez e a “couraça” da superficialidade) e entrar “mergulhar na profundidade, de corpo e alma” na pesquisa, no “território” da vida do outro, requer muita sutileza, cordialidade, ternura e paixão. Paixão pelo o que estuda e o que busca entender, pelo desafio de incessantemente investigar. Pelo cansaço e exaustão de ler, escrever, apagar, reescrever, tecer, costurar, remendar, desfiar palavras e decifrar conceitos. De lançar um arpão ou uma flecha no rio com o intuito de pescar respostas, saberes, informações, curiosidades e também dores, choros, medos e lutas.

Estudar sobre a cultura de uma comunidade tradicional requer um olhar apurado, delicado e sensibilizado, como vimos anteriormente nas ondas dos conceitos. É como percorrer um rio de significados e códigos enigmáticos. Por vezes, é um sair de si e olhar com uma luneta de interpretações para decodificar o código de viver do outro.

O outro é o que buscamos. Pode ser um espelho ou um reflexo do retrovisor, ou ainda, uma imersão nas águas cristalinas ou turvas de um rio interno e revelador de nós mesmos. Por vezes, temos uma rosa dos ventos para nos guiar e outras vezes, o vento bate e nos derruba sem avisar. Assim vamos prosseguindo na busca, investigando os caminhos e o percurso que o vento nos ajuda a orientar, chegar e enraizar.

## 2.1 GESTAÇÃO DE TERMINOLOGIAS

Para nós nesse momento, esse outro tem um nome, uma vida, uma etnia. Pensando em nossa pesquisa, deparamo-nos com o termo “índio”. Uma nomenclatura intrigante para nós, comum para outros e fonte de reflexão e pesquisa para algumas autoras e alguns autores que

aqui traremos como pilares para decifrarmos juntos um pouco das entrelinhas de como isso foi sendo transmitido e acontecendo na história.

Nos estudos de Cunha encontramos em suas pesquisas as seguintes reflexões sobre o termo “índios” em meados do século XVI:

A palavra ‘índios’ é aqui usada anacronicamente: ela parece começar a ser empregada por meados do século aparentemente para designar os indígenas submetidos (seja aldeados, seja escravizados), por oposição ao termo mais geral ‘gentio’, que designa os indígenas independentes. Caminha e Vespúcio dizem ‘gente’, ‘homens’ e ‘mulheres’. Ao longo do século, usam-se para designar as etnias os termos ‘gerações’, ‘nações’ e ‘linhagens’. Pela metade do século, começa-se também a empregar a expressão ‘negro da terra’ por escravo – além dos termos tradicionais ‘gentio’, ‘brasil’ e ‘brasileiro’. (CUNHA, 2009, p. 183).

Dessa maneira, observamos que cada pesquisador (a) vai deixando um rastro de suas análises. O que também podemos nos referenciar em Tayassu (2013, p. 173), quando trata da terminologia “índio”: “Essa denominação, tanto no passado, quanto no presente, comporta preceitos e reproduz preconceitos associados (de forma velada ou não) aos ‘selvagens’, aos ‘não civilizados’, segundo a linguagem forjada pelo Velho Mundo sobre o Novo Mundo.”

Mas, tratando dessa palavra, ninguém melhor para falar dela do que um próprio indígena, como Daniel Munduruku, que além de ser uma liderança indígena é Doutor em Educação:

Para ficar mais claro, lembro que, até o final da década de 1950, o termo índio era desprezado pelos povos indígenas brasileiros. Esse desprezo era provocado pela visão distorcida que a sociedade brasileira tinha a respeito do ‘índio’. Para ela, os povos originários eram um estorvo ao desenvolvimento do país, que ficava parado por conta da presença indígena em seu território. Os trabalhos antropológicos haviam revelado que nossa gente tinha um sistema cultural bastante complexo, mas isso não era levado em consideração.” (MUNDURUKU, 2013, s.p.).

Para complementar esses pensamentos, também encontramos análise de Rosa sobre o termo “índio” fundamentada em Cunha, Karnal e Quijano, e que não poderíamos suprimir:

O termo ‘índio’ apresenta-se na historiografia brasileira como uma espécie de eco que ressoa por mais de 500 anos, desde que aqui se iniciou um determinado processo de colonização e constituição histórica de identidades sociais. Índios e negros são classificações inventadas, forjadas em meio a uma estrutura signífica, e essencializadas para que resguardassem distintas categorias de tipificação baseadas no pressuposto da raça e em uma determinada forma de escrita das outridades. Para o historiador Leandro Karnal (2004), os europeus construíram uma representação do termo ‘índio’ por meio do equívoco geográfico de Colombo, que registrou erroneamente a sua chegada às Índias. Esse ‘equívoco’, como adverte Karnal, foi normatizado no seio de um discurso sobre raça que se formava e imbricado a uma construção hierárquica de valores que, por sua vez, foram respaldados em uma dada suposição de diferenças biológicas, psíquicas e intelectuais entre os indivíduos. Para

Quijano (2005), a ideia de raça, oriunda dessas novas identidades sociais, estabeleceu-se em concomitância com o modelo de dominação econômica que se fortalecia com o andamento do projeto colonial, ao mesmo tempo que lhe garantia legitimação. (ROSA, 2015, p. 28).

Com esses pilares de apoio, interagimos e consentimos com a análise que Oliveira implementa sobre essa denominação:

Considerando a importância do protagonismo indígena, penso que deve ser respeitada a maneira como cada povo se autorreconhece e se autodenomina, o que na prática, acaba incorrendo na utilização de ambos os termos: índio e indígena. Contudo, também acredito que o problema não está exatamente na denominação utilizada, mas na forma, pois é fundamental priorizar a singularidade de cada etnia, reconhecendo e valorizando a diversidade étnica. Diante disso, se faz necessário o constante combate às distorções que levam à discriminação e ao preconceito. (OLIVEIRA, 2018, p. 26).

Com essas alegações sobre o termo “índio”, observamos como realmente é uma maneira distorcida de identificar e nomear o outro, o que é desconhecido aos nossos olhos. Sabemos que muitos ainda assim o chamam (de índio) pelo costume e hábito imposto na sociedade inclusive em datas festivas, por desconhecimento desse repertório acadêmico ou até mesmo por descaso. Alguns indígenas afirmam ainda hoje ser o que são com a palavra índio; outros preferem o nome da etnia.

Após essas reflexões, outra palavra também nos inquieta pelas modificações e alterações que foram acontecendo ao longo do tempo. É indispensável nosso entendimento sobre o termo “Xokó”.

Consideramos Beatriz Góis Dantas relevante alicerce com relação ao termo e aos estudos da comunidade indígena Xokó, por todo seu processo de pesquisa, empenho profissional e solicitude até hoje com participação em eventos, entrevistas e conversas quando solicitada. A professora, além de organizar cautelosamente documentos no Arquivo Público do Estado de Sergipe, que estavam quase perdidos, registrou em artigos, relatórios e livros significativas informações históricas e antropológicas que norteiam as pesquisas atuais.

Dantas no seu texto “A Tupimania na historiografia sergipana” discorre sobre as alterações do nome Xokó:

É passível de redução a multiplicidade de grupos indígenas aqui enumerados, pois parece que alguns dos etnônimos registrados são grafias diferentes do nome de um mesmo grupo. Ou seja, formas diversas pelas quais diferentes autores grafaram, como as regras fonéticas de suas línguas de origem, a denominação do grupo Indígena dada em suas línguas nativas. Nos casos em que a variação gráfica é evidente, foi feita a devida redução. **Shocós, Xocós, Ciocoses e Ciocós** - esta última significativamente grafada por autor italiano - são, sem nenhuma dúvida, diferentes formas gráficas de indicar um mesmo grupo. (DANTAS, 1983, p. 44, grifo nosso).

Em seu relatório preliminar e parcial da Pesquisa “Barro e etnicidade: os índios Xocó e sua cerâmica” sobre a denominação dos Xokó, Dantas disserta que “A presença de índios com esta denominação **Xocó** é registrada desde fins do século XVIII em Alagoas. Nos séculos seguintes, sob as grafias de **Ciocó, Shocó, Chocó ou Ceocoses** são localizados em Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Ceará.” (DANTAS, 1983, p. 90, grifo nosso).

No livro “A terra dos índios Xocó” de Dantas e Dallari (1980): Dantas (p. 18, 152, 178 e 179) novamente nos atenta sobre as variações da nomenclatura ao longo dos séculos e que tabulamos abaixo:

Quadro 1 - Variações da grafia etnia Xokó (Tabulação cronológica).

PERÍODO	VARIAÇÕES DA GRAFIA	OBSERVAÇÕES
SÉC. XVII	Aramarus, Ara-Maru, Reumiris (?); Ciocó; Shocó e Chocó; Ceocoses.	Os Romaris são talvez os Aramurus no início da missão. Sob a denominação <b>Ciocó</b> , aparecem no final do século no Aldeamento de Pacatuba. <b>Shocó e Chocó</b> são registrados na margem esquerda do Rio São Francisco. <b>Ceocoses</b> são provavelmente os <b>Xocó</b> (Sergipe até o Sul do Ceará).
SÉC. XVIII	Urumarus, Orumarus, Urumas, Onumas, Orimarais, Romaris, Omaris, Roumaris e Romanez.	
SÉC. XIX	Romaris e Aramurus.	<b>Shocó</b> – no início do século viviam nos sertões de Pernambuco e no sul do Ceará. <b>Ceocoses</b> – Aldeia de São Pedro.
SÉC. XX	Shocó, Xocó	Porto Real do Colégio (AL) e nas mediações de São Pedro.
SÉC. XXI	“Caboclos” da Caiçara Xocó Xokó	Os <b>Shocós</b> de Porto Real do Colégio se ligam aos “caboclos”. Nos anos cinquenta os <b>Xocó</b> são encontrados nas imediações de São Pedro. <b>Xokó</b> – grafia atual.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, fundamentada em Dantas e Dallari (1980).

Observamos que, muito embora em 1953 tenha ocorrido na I Reunião Brasileira de Antropologia, a convenção para grafia dos nomes tribais, até pouco tempo, alguns escritos do nome Xokó ainda eram com C. Todavia, hoje os próprios indígenas adotaram o K. Na reunião, dentre outras definições, ficou acordado o modo de padronizar a maneira de escrever os nomes das comunidades indígenas em textos da língua portuguesa:

- Utilizar todas as letras do alfabeto e sinais diacríticos da ortografia oficial brasileira, e ainda as letras **k**, **ñ**, **w** e **y**, mas descartar o **c** e o **q** (substituindo-os pelo **k**), o **til** (substituindo-o pelo **n** posposto à vogal) e o acento grave.

- Os nomes tribais, quer usados como substantivos, quer como adjetivos, não terão flexão de gênero e de número, a não ser que sejam de origem portuguesa ou morficamente aportuguesados. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1954).

Compreendendo melhor essas alterações e análises sobre os termos “índio” e “Xokó”, ainda precisamos levar em conta mais um termo considerado pejorativo por alguns estudiosos que é “tribo”, para então atracar o barco na Ilha de São Pedro. Acreditamos ter uma variação de preferência com relação aos termos entre as comunidades, da mesma forma, é o nome da terra indígena que vivem. Algumas etnias intitulam de aldeia, outras de tribos e outras, ainda de comunidade indígena.

Em Fortaleza, 10 de fevereiro de 1985, foi publicado pela Universidade Aberta, no JORNAL O POVO a segunda aula de um Curso chamado “O Nordeste e a questão regional no Brasil”, coordenado pelo Professor Dr. Julio Cezar Mellati. O curso foi apoiado por um Projeto intitulado RETORNO, patrocinado pela Petrobrás, e a aula foi proferida pelo Professor Dr. Wilson Cano. Nesta época, já haviam estudos e reflexões referentes ao termo “tribo”:

Na América do Sul o **conceito de tribo**, dependendo dos interesses em jogo, tem sido aplicado elasticamente para englobar vários grupos indígenas **independentemente de presença ou ausência de vinculações entre eles**, ou tem sido contraído para excluir grupos que são cultural, social e politicamente próximos. Os agentes desses feitos têm sido, principalmente, missionários e funcionários governamentais. Agrupar compulsoriamente sociedades indígenas diversas numa mesma missão ou ‘redução’, ignorando diferenças e divergências por vezes profundas, tem sido uma prática missionária bastante difundida. A ilusória tribo dos ‘Tapúya’, por exemplo, foi uma tal invenção dos chamados civilizados. Por outro lado, se o que importa é impressionar as autoridades ou fontes de recursos financeiros pelo trabalho de assistência ao maior número possível de índios, é **conveniente considerar aldeias da mesma sociedade como se fossem tribos diferentes**; ou, **na questão da demarcação de terras**, quando se quer retalhar um território, é útil afirmar que quem vive nele são **tribos diversas**, mesmo quando essas ‘tribos’ não passam de grupos locais de uma mesma sociedade ou de sociedades cultural e historicamente tão próximas que tornam sem sentido uma tal separação. (MELATTI et al., 1985. p. 2, grifo nosso).

A Coleção “Cadernos de Direitos Humanos: Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais (EFDH-MG)”, também trata dessa questão quando introduz a reflexão sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A OIT é uma instituição internacional que promove a justiça social e tem como foco de atenção os povos indígenas, as populações nativas e tradicionais. A Convenção 169 é um instrumento significativo para o “reconhecimento e promoção da autodeterminação” e traz além de diversos artigos a seguinte reflexão:

Além das populações indígenas, a Convenção 169 é aplicável às demais categorias de populações tradicionais não porque elas vivam em **‘tribos’**, **termo de caráter pejorativo atualmente em desuso**, mas porque eles cumprem os requisitos definidos pela OIT: possuem estilos de vida diferenciados da massa das populações nacionais e possuem leis específicas que só se aplicam a elas. (PATEO, 2016, p. 36).

Com uma análise mais aprofundada, encontramos na tese de Figueiredo um apanhado geral que ele mesmo fez, onde explica sobre a nomenclatura “tribo” aos olhos do Antropólogo Morgan:

O termo ‘tribo’ foi introduzido como conceito antropológico desde muito cedo, já em 1871, pelo estadunidense Lewis Henry Morgan, um dos pais fundadores da antropologia. Morgan elaborou uma teoria geral da evolução humana em três estágios, cada um materializado em uma forma específica de organização das coletividades. A **‘tribo’** era característica do segundo estágio, a **‘barbárie’**, sucedendo a **‘horda primitiva’** do estágio da **‘selvageria’** e antecedendo o ‘Estado’, identidade política da ‘civilização’. A tribo era definida como uma forma de organização social segmentada em grupos de parentesco menores, cada um conformando um ‘clã’ ou *génos*<sup>11</sup>. Morgan supunha que o desenvolvimento de clãs e tribos era um **processo natural de diferenciação**: à medida que o número de descendentes do antepassado comum a tribo aumentava, aumentava a distância geográfica e as diferenças culturais entre seus descendentes, até que o grupo se segmentasse: novas tribos originavam-se de clãs importantes, que por sua vez subdividiavam-se em novos clãs. A verdadeira ruptura estava no surgimento do Estado, que não brotava, por assim dizer, da situação anterior. Muito pelo contrário — Morgan considerava necessário que a organização gentílica fosse dissolvida para que o Estado pudesse afirmar seu poder sobre um território e a totalidade de seus habitantes. Dessa forma, acredito poder perceber sob os três estágios de Morgan apenas uma distinção fundamental (‘tribo’ versus ‘Estado’), e apenas um ponto de ruptura que se projeta no tempo (o estabelecimento da polis grega). Ao considerar que o estágio da selvageria e as formas de organização social correspondentes estavam já extintos em sua época, Morgan projeta esse **ponto de ruptura fundamental também no espaço** entre os Estados da Europa que se quer herdeira de Atenas e as **tribos do resto do mundo, perdido em algum lugar do passado**. (FIGUEIREDO, 2012, p. 56, grifo nosso).

Por conseguinte, compreendemos que a execução da alteridade também se faz indispensável nos detalhes, que pode ser desde as minúcias de uma grafia até a nomenclatura de uma pessoa. Como já tratamos anteriormente, todos buscam uma autoafirmação e o nome que lhe é dado ou de sua etnia deve ser respeitado tanto na fala quanto na escrita. Afinal, se ninguém quer ver sua casa invadida, também não vai querer ver seu nome adulterado.

<sup>11</sup> Conforme discorre o autor: “Cla” deriva do latim “planta” pela via dos idiomas gaelicos falados na Irlanda e na Escócia na baixa Idade Média; *génos* (pl. *géne*) vem do grego antigo — ambos significando um grupo de parentesco extenso do passado europeu. A tradição antropológica sacralizou o uso de “cla” em detrimento de *génos*. (FIGUEIREDO, 2012, p. 56).

## 2.2 GESTANDO OUTROS COMPONENTES

Agora, atracamos o barco na Ilha de São Pedro. Pisamos em terra firme, empoeirada e quente. Uma terra que cheira vida, verde e gente! Para decifrar melhor os pés que pisam a terra Xokó, os donos que por ali resistiram e até hoje sobrevivem, é imprescindível dialogar sobre o processo de mistura e mestiçagem.

Registramos os pés de um Xokó ancião que descansava na sombra de uma árvore e apresentamos na Fotografia 1<sup>12</sup>. Entendemos que os pés por vezes mostram o caminho percorrido e a labuta da vida, evidente na pele seca e envelhecida do sol forte na caatinga, também podendo revelar a trajetória vivenciada, o sofrimento, a luta e a reconquista da terra.

Fotografia 1- Os pés de um Xokó ancião.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

As raízes são os fios condutores que vivificam uma árvore, assim como os pés que sustentam a vida e a veia da ancestralidade Xokó. Na Fotografia 2, as raízes entranhadas e ao mesmo tempo expostas na terra, parecem amalgamar a semente do passado com os troncos do presente, a fusão de dois tempos, como se fosse uma metamorfose da dor para a libertação.

---

<sup>12</sup> Ressaltamos novamente, que todas as fotografias do acervo pessoal são de autoria da pesquisadora. Quando não forem de sua autoria, os nomes estarão descritos.

Fotografia 2 - As raízes sustentadoras da terra Xokó.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019)

A ideia de mestiçagem veio como proposta para que os indígenas fossem “confundidos com a massa de população civilizada”. Uma tentativa evidente de “manipulação da identidade”, de uma suposta “anulação” das diferenças, desintegrando as etnias, “etiquetando” os indígenas e os deixando em contato maior com os ‘brancos’. Logo, iam tirando-lhes as terras. “O raciocínio era simples: o contato prolongado com os ‘brancos’ acabara com os índios. As populações que estão nas aldeias não são mais indígenas, são mestiças. Retiremos-lhes as terras”. (DANTAS, 1983, p. 92).

Sentimos pela escolha de uma estratégia tão desumana e totalmente desrespeitosa, com o objetivo de extinção dos indígenas para tirarem-lhes a terra, o elo de vinculação com seus ancestrais, seus princípios. Mais uma tentativa de calar o grito, de emudecer. Mais uma evidência de que não eram visibilizados, reconhecidos, e muito menos ouvidos. Não era considerado o direito de voz e com isso, era excluída a vez.

Saber escutar é um ato imprescindível para quem trabalha, estuda e pesquisa as comunidades tradicionais, os povos originários e toda uma nação. Escutar e respeitar as diferenças, as dificuldades e as dúvidas são exercícios de humanidade que não precisaria estar em leis, decretos e regras, mas em gestos de reconhecimento, identificação, tolerância e conhecimento sobre o outro, como bem reflete Freire:

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de *cima para baixo*. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me *escutá-lo* ou *escutá-la*. O diferente não



é o *outro* a merecer respeito é um *isto* ou *aquilo*, destratável ou desprezível. (FREIRE, 1996, p. 118).

Miremos nossos olhos e nossa audição para compreender o que a terra quer nos dizer sobre a investigação acerca da tentativa de retirada de direitos dos indígenas de pertencimento a terra. Nossa escuta tem ruídos, um repertório polifônico de ondas perturbadoras, pois as leis não são cumpridas como deveriam. As leis, os decretos, os artigos, os incisos, os parágrafos, as alíneas e tantos outros escritos parecem ser um adorno para o papel, apenas mais um discurso camuflado e encapsulado: “Se até a Constituição de 1969 os índios eram tutelados e seus direitos territoriais fundamentados em uma suposta ‘capacidade relativa’, após a Constituição de 1988 esses direitos foram reconhecidos como ‘originários’.” (PATEO, 2016, p. 18).

Em meados do século XIX, mais precisamente em outubro de 1859, ocorreu à visita de D. Pedro II aos Estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, inclusive conhecendo a Ilha de São Pedro – Porta da Folha/SE, e até os dias atuais é comum o endeusamento entre os indígenas do Nordeste sobre a figura do Imperador, pois eles entendiam que ele seria o responsável pela doação de suas terras. “Em 18 de setembro de 1850, foi promulgada a Lei das Terras, determinando que a posse das mesmas deveria ser legalizada, o que somente poderia ocorrer por compra.” (BARRETO, 2010, p. 34). Há de se compreender o “endeusamento” por D. Pedro II, não apenas ao analisar a trajetória dos Xokó, mas de todos os indígenas brasileiros ao lermos a Lei das Terras (601/1850) que dispõe sobre as terras devolutas do Império. Destacamos sua descrição e o Artigo 12, itens 1º, 2º e 3º, mantendo a forma escrita da época:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte: Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval. (BRASIL, 1850).

Após a promulgação da Lei das Terras (601/1850), observamos que coincidentemente se passaram 169 anos (o mesmo número da Convenção da OIT 169) e as lutas continuam. O

genocídio, quando não acontece no corpo, dilacera a alma, pela tentativa constante de extermínio dos povos originários. O sangue quando não sai da veia, cai em terra.

Dentre tantas outras leis e decretos que surgiram, a Constituição de 1988 tem várias inserções sobre os direitos constituições indígenas também citados no site do Instituto Socioambiental, que aqui elencamos ao que se refere às terras indígenas: Constituição de 1934 - Art. 129; Constituição de 1937 - Art. 154; Constituição de 1946 - Art. 216; Constituição de 1967 - Art. 186; Emenda Constitucional número 1/ 1969 - Art. 198, sempre destacando o respeito à posse de terras de silvícolas; e a Constituição de 1988 - Artigo 231, que além do respeito à posse de terras, trata do reconhecimento dos indígenas quanto a “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” e estabelecendo demais tópicos referentes aos bens da União. (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2008b).

Além das Constituições citadas, a Convenção 169 (Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho), convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho e tendo ali se reunido a 7 de junho de 1989 e sendo promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de Abril de 2004 é um instrumento cujo arcabouço teórico fundamenta-se dentre outros aspectos sobre as terras e abrange o assunto dos Artigos 13 ao 19 da Convenção, enfatizando o reconhecimento dos povos, o respeito às culturas e atividades tradicionais, bem como aos valores espirituais, os direitos de propriedade e de posse, garantindo assim a proteção efetiva desses povos. (BRASIL, 2004).

## 2.3 CHÃO XOKÓ

Para pisarmos juntos no chão de terra batida com cheiro de sol quente, pulverizamos aqui poeira no papel com um breve conhecimento geográfico, que também se faz necessário para saber qual caminho estamos trilhando. Mas, afinal, aonde vivem os Xokó? Para isso, usamos o “remo” de Barreto que nos direciona com sua descrição:

O território dos índios Xokó, compreendendo na atualidade 4.317 ha e conhecido popularmente como Caiçara, está inserido no município de Porto da Folha, no norte sergipano. Faz limite com o rio São Francisco e com o município alagoano de Pão de Açúcar, fazendo parte das sub-bacias de Campos Novos. O regime pluviométrico é do tipo ‘mediterrâneo’ sendo um período seco de primavera-verão (7 a 8 meses, de setembro a março), e outro considerado chuvoso, de outono-inverno (4 meses, de abril a agosto). Os relevos predominantemente são o plano e o suave ondulado, sobre cuja superfície uma vegetação variada, característica da caatinga com

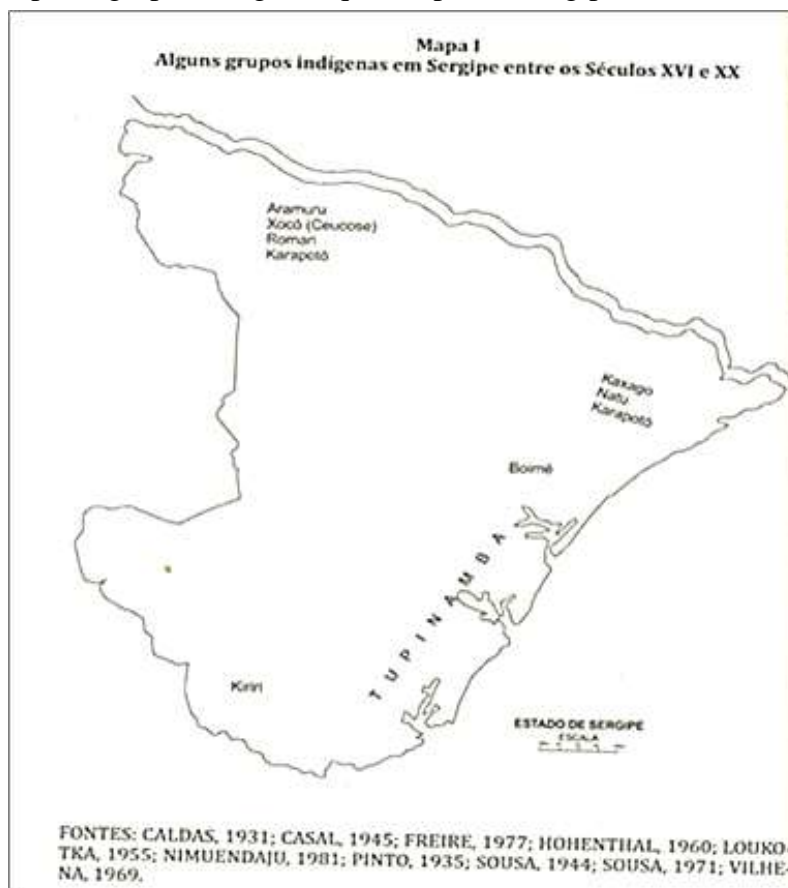
predomínio de formações arbustivas e herbáceas, sendo pequena a quantidade de árvores na atualidade. (BARRETO, 2010, p. 20-22).

Escrevendo sobre as veias que intercalam e entrecruzam o chão de terra Xokó, transitamos e recordamos brevemente sobre o processo de colonização que iniciou em 1530. Os indígenas foram obrigatoriamente estimulados à miscigenação, gerando não apenas a fusão das etnias, mas de um todo: de costumes, línguas, maneiras de se relacionar e as características fenotípicas.

Esses seres amalgamados passaram a ser então um instrumento favorável nas mãos do colonizador, dos fazendeiros que puderam usar desse artifício para facilitar o usufruto das terras indígenas. “O espaço geográfico que hoje constitui o estado de Sergipe, foi ocupado por diferentes povos indígenas que, a exemplo dos demais índios do Brasil, tinham maneiras próprias de organizar-se para explorar a natureza e viver em sociedade.” (DANTAS, 2013, p. 25).

De fato, Sergipe foi um polo de concentração de diferentes etnias com variações desde o modo de interagir com o meio ambiente até com demais aspectos dos meios social, cultural e educacional. Dantas (2013) fundamentada em diversos (as) pesquisadores (as) esquematiza um Mapa com a presença das distintas etnias em Sergipe, e algumas nomenclaturas já foram apresentadas em nosso Quadro 1 (inserido no item 3.1). O que afirma sobremaneira a presença dos Xokó no alto sertão sergipano.

Mapa 1 - Mapa de grupos indígenas que ocuparam Sergipe, entre os séculos XVI e XX.



Fonte: DANTAS (2013, p. 26).

Relativo aos sítios arqueológicos historicamente registrados, observamos mediante nossas leituras e pesquisas bibliográficas que são verdadeiros alicerces que contribuem no entendimento do embrião originário. Por vezes, como raízes, também são fios condutores. Sobre essa questão destacamos:

Não se tem ainda resultados que permitam datações seguras sobre os sítios arqueológicos de Sergipe. Pesquisas realizadas no Piauí indicam que o homem está presente no Nordeste há cerca de 32.000 anos. Muitos especialistas, porém acham mais seguro situar por volta de 10 a 15.000 anos a presença do homem no Brasil. Para se ter uma ideia da antiguidade da ocupação do Nordeste por populações humanas pré-históricas, basta lembrar que os portugueses aqui chegaram a menos de 500 anos. (DANTAS, 2013, p. 28).

Ainda seguindo rastros dos registros históricos e geográficos, ressaltamos uma pesquisa de etno-mapeamento que foi realizada por Curt Nimuendaju em 1944, adaptada e republicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1987. Destacamos

que a nomenclatura ainda era “Chocó” (a Convenção de Antropologia para nomes tribais ocorreu em 1953) e foram situados nas datas e locais discriminados:

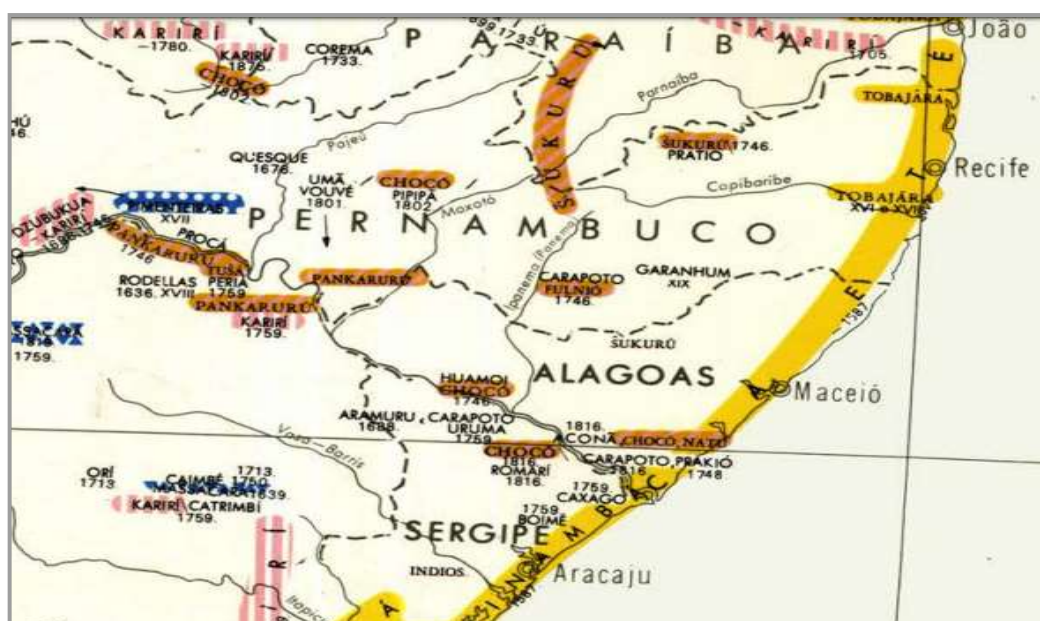
1746 – os Xokó estavam no território atual, Porto da Folha<sup>13</sup> e também em Pacatuba/SE e, possivelmente, em Porto Real do Colégio/AL;

1802 – nos sertões do Ceará e Pernambuco;

1816 – nas margens e terras adjacentes ao Rio São Francisco.

Feito um artesão, Nimuendaju traçou em linhas e cores no Mapa Etno-Histórico as etnias presentes no Brasil em 1944 e que aqui recortamos para facilitar a visualização da grafia dos “Chocó” em Sergipe, Alagoas e em parte de Pernambuco. Isso consolida o transitar da etnia, reforça a ancestralidade e novamente as transmutações da grafia.

Mapa 2 - Parte do Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes Curt Nimuendaju em 1944. Adaptado pelo IBGE em 1987.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1987).

Localizados no tempo e no espaço, um respiro é necessário para compreender todo o processo de perdas e lutas vivenciado pelos Xokó. O Boletim da Comissão Pró-Índio/SP de nº 14 (maio/junho-1983), conforme indicado no “ANEXO C”, trata das relações de lutas vivenciadas pelos Xokó de forma cronológica entre os anos de 1978-1983. Toda uma descrição sobre os momentos de lutas, violências e exclusão dos indígenas de suas terras, principalmente por parte dos fazendeiros. (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO - SP, 1983).

<sup>13</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Porto da Folha**. 2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/porto-da-folha/historico>. Acesso em 03 dez. 2019.

Esse momento, foi marcado como um período em que diversas instituições se fizeram presentes para a situação de regularização das terras indígenas fosse resolvida: A FUNAI, os Juízes e Juízas da Comarca de Porto da Folha; a 3ª Delegacia Regional; a Comissão Pró-Índio/SP; o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e a Diocese de Propriá. A família dos “Brito” que se considerava “dona” das terras indígenas, promovendo ameaçadas e invasões também é bastante citada.

No Boletim, da mesma forma, consta a transcrição da entrevista realizada em janeiro e março de 1983 com Ex-Cacique José Apolônio dos Santos (já citado no início) e o Ex-Pajé Raimundo Bezerra Lima, em Belarmino (2016). Os dois pajés já falecidos.

Abaixo destacamos um fragmento da entrevista com o Ex-Pajé Raimundo e outro com o Ex-Cacique José Apolônio (Zé) em entrevistas concedidas para o Boletim, em São Paulo, no dia 06 de março de 1983, que consideramos interessante constar:

**Boletim** - Seu Raimundo, eu queria que o Senhor contasse a história do povo Xocó. O que o senhor lembra da história do seu povo?

**Raimundo** - O início da história dos Xocó é um romance tão comprido... talvez a gente vá amanhecer o dia aqui e eu contando essa história, né? Eu vou contar porque eu sei, isso está gravado na minha memória: isso é que é interessante, isso é que é bonito! No tempo do pai dos Brito, do Élcio, do Toninho e tem mais uns irmãos... então, ele era o poderoso lá da Fazenda Belém dizia que era o dono. E ele dava grito lá. Ele era durão. Política tudo de cima... ele era o poderoso. A casa lá é grande... quando saía no alpendre da casa chamava os moradores: dava grito, dava ordem e todo mundo tinha que baixar a cabeça e ouvir a voz dele.

**B** - A ilha fica em frente à terra Caiçara?

**ZÉ** - Em frente à Caiçara, que é uma légua em quadro, que foi dada pelo rei D. Pedro II. Aí a Igreja começou a fazer um trabalho. Mas ela encontrou muita dificuldade pra organizar a gente porque a gente estava com medo de dizer que era Xocó... A gente não tinha o costume assim de lutar, nós estava por fora da política indigenista. Mas quando nos começamos a sofrer, nos fomos abrindo os olhos, colocando na cabeça que aquela não era a nossa vida. Que nos tinha outra vida pra viver. Aí a Igreja começou a realizar um trabalho que foi de muita importância para nós. Ela vendo que nós estava com aquele medo... mas que aquele medo um dia ia se transformar numa coragem. E ela insistiu até que nós enxergamos que a gente devia partir pra uma outra vida melhor. Essas dificuldades que nos enfrentamos junto com a Igreja, em 78, foi que nós conseguimos ver que aquele trabalho que estava sendo implantado era de futuro para nós. Então os Brito proibiram de nós plantar por completo. Nós plantamos em 78 e eles disseram: ‘- Vocês plantaram mas não vão colher, porque nós vamos botar o gado dentro’. Como eles botaram! Quem foi à 1ª Romaria em 78 viu. Todo mundo tirou fotografia com o gado dentro do nosso arroz. Nós plantamos, mas não colhemos. Pensamos: ‘Então o que nós vamos fazer? Vamos reivindicar as nossas terras. A Caiçara é muito extensa pra nós... somos poucos índios por aqui, pra nós lutar pela Caiçara agora... é melhor pensar e lutar pela ilha.

Então nós recebemos as instruções daquele pessoal, daqueles trabalhadores rurais: ‘Ali vocês têm que cercar’. O próprio presidente do Sindicato também disse que a gente tinha que cercar...” (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO - SP, 1983, p. 6 e 9).

Diversas tramitações foram ocorrendo até os Xokó conquistarem o reconhecimento e a posse de suas terras. A presença da Igreja Católica foi fundamental para que isso acontecesse. Registros de Dantas (2013, p. 43-44) mostram que em 1575 já havia presença da Igreja Católica e que vieram da Bahia Padre Gaspar Lourenço e Irmão Salônio com a tentativa de catequização dos indígenas.

Alicerçada em Felisberto Freire (1977) cujo livro “História de Sergipe” teve sua 1ª edição em 1991, Dantas (2013) destaca: carta de Padre Inácio de Tolosa; a atuação dos jesuítas com andanças entre os indígenas atingindo 30 aldeias e algumas inclusive procuravam os missionários; fundação de três igrejas: São Tomé (nas mediações do Rio Piauí, possivelmente no município de Santa Luzia do Itanhy), Santo Inácio (provavelmente na cidade de Itaporanga D’Ajuda) e São Paulo (perto do mar, na cidade de Aracaju).

A legislação da época não permitia que os indígenas catequizados fossem vendidos como escravos. Logo, além de curiosidade sobre as atividades dos missionários eles buscavam essa alternativa da catequese, como forma de se protegerem. Todavia, apesar de conseguirem esses feitos, a tentativa de catequização foi fracassada por conta da intervenção governamental de Luís de Brito e Almeida, tendo como resultado muitas mortes e escravização dos indígenas.

Mandou naquele ilhéu armar um esperavel, e dentro dele um altar mui bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que todos eram ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção. Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho. Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção. Enquanto estivemos à missa e à pregação, seria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, a qual andava folgando. E olhando-nos, sentaram-se. E, depois de acabada a missa, assentados nós à pregação, levantaram-se muitos deles, tangeram corno ou buzina, e começaram a saltar e dançar um pedaço. (CAMINHA, 1500).

Um ano antes em que foi promulgada a Lei das Terras (601/ 1850) chegou um frade capuchinho na região dos Xokó: Frei Doroteo de Loretto<sup>14</sup>, cujo ossário encontra-se até hoje no interior da Igreja de São Pedro com um quadro pintado, conforme fotografia 3, pelo Frei

<sup>14</sup> Escolhemos considerar a escrita do nome do Frei conforme consta no quadro em sua homenagem na Igreja de São Pedro – Porto da Folha/SE: Doroteo de Loretto.

Juvenal Vieira Bonfim<sup>15</sup> em 1974 em homenagem ao Frei Doroteo. No quadro pintado, observa-se ao lado do Frei Doreto um pergaminho e nele está escrito “Esta terra pertence aos meus caboclos. Frei Doroteu”. O que confirma mais adiante os relatos nas entrevistas dos indígenas que não podiam dizer que eram índios, mas sim caboclos, por todo processo de miscigenação, de negação e silenciamento que passaram. Todavia, também mostra que mesmo ele tendo atitudes rudes, defendia o pertencimento da terra para eles.

A presença da Igreja Católica, desde a chegada do Frei Doroteo, foi determinante para garantir a terra dos indígenas, entretanto, após a morte de Frei Doroteo, os indígenas ficaram desprotegidos nos finais da década de 1870. Nesse período, as terras passaram para Câmara da Ilha do Ouro e depois para Câmara de Porto da Folha, o que resultou em vendas de lotes de forma indevida. A partir daí, os próximos anos foram de muitas lutas e inconformismo por parte dos indígenas. (BARRETO, 2010, p. 35 e 37).

---

<sup>15</sup> Chegaram em 1968 e assumem Porto da Folha: Frei Angelino, Frei Enoque Salvador de Melo, Frei Roberto Eufrásio, o leigo Sebastião José de Lima (A Defesa, 11/10/1969, p. 2.). No dia 06/04/1970 chegou **Frei Juvenal Bonfim** (A Defesa, 18/04/1970, p. 4.) e, depois, chegou o vocacionado Anízio Freire. Frei Angelino, Frei Juvenal e o Anízio retornaram a Pernambuco em 1973. Em 1986, Frei Anízio, Frei Walter e Frei Juraci abrem uma fraternidade na periferia de Propriá (A Defesa, 12/1987). No dia 18/04/1965 chegou o Pe. Raimundo Peretti, japoratubense, mas incardinado à Diocese de Niterói, Rio de Janeiro, que assumiu a paróquia de Brejo Grande (A Defesa, 15/04/1965, p. 1). No dia 21/08/1968, chegou o angolano Pe. Rui da Silva, que assumiu a Paróquia de Aquidabã (A Defesa, 31/08/1968, p. 1). [...] Os frades Enoque Salvador e Roberto Eufrásio registraram aquele momento de vida missionária: Em 1972, na companhia de frei Angelino Caio Feitosa e de frei **Juvenal Vieira Bonfim**, começamos nossa vida itinerante pelas cidades e povoações dos municípios de Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé. Autorizados pelo bispo de Propriá, Dom José Brandão de Castro e conduzidos pelo Espírito, saímos anunciando a boa notícia de Jesus, convocando aquelas populações sertanejas a sair do isolamento e abandono em que viviam e a experimentar uma vida nova em pequenos grupos e comunidades. (NASCIMENTO FILHO, 2012, p. 57 e 77, grifo nosso).



Fotografia 3 - Quadro em homenagem ao Frei Doroteo de Loretto e seus restos mortais na Igreja de São Pedro (Ilha de São Pedro/ Porto da Folha/ SE).



Fonte: Acervo da pesquisadora (15/02/2020).

A atual Igreja que tem na Ilha foi construída pelos freis capuchinhos, assim como o convento bem ao lado, que serviu de moradia para os religiosos. Hoje restam apenas ruínas. O que para alguns parece apenas destroços de uma construção qualquer, para quem sabe um pouco mais da história, o Convento dos Capuchinhos é um dos marcos que ficou na memória dos Xokó. Por isso, é mantido mesmo com o desgaste ao tempo, como se pode ver na Fotografia 4.

Fotografia 4 - Resquícios da Edificação em estado de degradação do Convento dos Capuchinhos (parte frontal) ao lado da Igreja de São Pedro.



Fonte: Acervo da pesquisadora (14/02/2020).

Observando a Fotografia 4, na lateral direita, notamos a pintura de um cocar de forma “estilizada” e moderna. Na parte central, o indício de uma parede que se sustenta e apoia um pé de algodão seda muito comum na região.

“A Igreja de São Pedro e o Convento, construídos em 1716 têm importância histórica, social e religiosa. Os Xokó não se esquecem que a igreja serviu de abrigo durante a retomada da Ilha de São Pedro.” (ANAÍ, 2016, p. 64).

Em seguida, apresentamos o registro da parte dos fundos que revela com maior visibilidade os vestígios da construção como os tijolos maciços e o barro. Certamente, uma estrutura que traz na memória além da fortaleza em mantê-la firme, uma mistura de proteção do concreto com a repressão intimidadora do Frei Doroteo.

Fotografia 5 - Resquícios da Edificação em estado de degradação do Convento dos Capuchinhos (parte dos fundos) ao lado da Igreja de São Pedro.



Fonte: Acervo da pesquisadora (14/02/2020)

Oliveira (2018) faz uma compilação histórica detalhada sobre o processo de colonização e catequização em sua tese de doutorado e apresenta uma investigação mais aprofundada sobre a chegada e participação de Frei Doroteo no Brasil. Segundo Oliveira, o Frei é natural de Obervaz, Suíça e nasceu no ano de 1814. Pertencia a província italiana Marcas de Ancona, a qual Sergipe estava subordinada. Por isso, muitos pensavam que Frei Doroteo fosse italiano. Chegou à Bahia em 1847 (com 33 anos) e nas terras da Ilha de São Pedro em 1849 onde permaneceu até sua morte em 30 de outubro de 1878 (64 anos).

As atividades de Frei Doroteo eram direcionadas às orientações espirituais dos indígenas e demais população de Porto da Folha. Na análise de Oliveira, dentre outras referências, fundamenta-se em documentos arquivísticos como o Memorial em torno de Frei Doroteo de Loretto (Diocese de Propriá/SE) e Missionários Capuchinhos (Arquivo Histórico Nossa Senhora da Piedade – Salvador/BA).

Além da pesquisa de Oliveira (2018), também analisamos o Diário de Dom Pedro II quando esteve em Sergipe em 1859 e o mesmo descreve em alguns trechos sobre o Frei (Fr.) Doroteo em 23 de outubro de 1859:

Às 10 e 40' fomos para São Pedro Dias e às 11 e 10' o vapor tornou a seguir. Haverá na aldeia 100 índios, e muitos portugueses. Aqueles queixam-se destes que lhes aproveitam as terras, dizendo o diretor interino, Fr. Doroteu, capuchinho, que os índios são indolentes, e quando não plantam, dá terras aos pobres às vezes sem

exigir renda alguma. Algumas mulheres pediram-me para não sair de lá o vigário encomendado, Fr. Doroteu, e os mesmos índios dizem que ele é mau diretor, porém bom vigário, por ser muito religioso. As pedras, de que fala o Vieira de Carvalho, estão numa casa particular, conforme disse Fr. Doroteu, mas não as vi porque o sol está ardentíssimo. Encontrei três beatas, tendo já visto uma em Paulo Afonso, a qual me disseram ter-se tornado beata por conselho de Fr. Doroteu, e ser de família conhecida. [*Vestem-se*] de preto com cordão branco na cintura e fazem promessa de castidade. [...] Ouvi que os índios queixam-se de Fr. Doroteu por ele lhes impedir os batuques, bebedeiras e preguiça de trabalho, e foi ele quem reparou a igreja agenciando esmolas. (DOM PEDRO II, 1859).

Diante de distintos documentos e registros analisados, observamos que alguns pensamentos coincidem e outros divergem sobre o comportamento e a estada de Frei Doroteo junto aos indígenas Xokó. Com características de comportamento com “mentalidade eurocêntrica” e colonialista, podemos identificar que: considerava os indígenas preguiçosos e desordeiros; durante a visita do Imperador Dom Pedro II em 1859 foi denunciado por maus tratos, mas defendeu-se alegando que os indígenas não respeitavam sua autoridade; arrendava terras e não repassava o dinheiro aos indígenas; vigiava constantemente a vida dos indígenas, praticava inúmeros castigos e maus tratos; tinha relação bastante próxima com o tenente-coronel João Fernandes da Silva Tavares, diretor do aldeamento, o que o deixava mais próximo dos “brancos”.

Esse panorama representa um primeiro momento da presença da Igreja Católica na Ilha de São Pedro, ou seja, ao descrevermos o que foi confrontado é possível detectar uma fase sombria e injusta para os indígenas. Entretanto, o que torna discrepante a trajetória de Frei Doroteo são outros relatos diversificados apresentados na tese de Oliveira que sintetizamos: ajudava os indígenas a se livrarem da escravidão e os amava como se fossem seus irmãos; ainda hoje os indígenas o recordam com gratidão e veneram seus restos mortais; o missionário tratava os indígenas de tal maneira que não suportavam viver com sua ausência.

Apesar de registros e narrativas tão desconcertantes da vida de Frei Doroteo e da presença da Igreja Católica na Ilha de São Pedro, Oliveira ainda considera uma trajetória significativa que de certa forma contribuiu na sobrevivência de alguns Xokó:

Os Xokó são quem são devido a toda uma trajetória repleta de diversos elementos, entre eles a presença da Igreja Católica. O papel dessa instituição em sua história teve momentos distintos, tendo como marco inicial o aldeamento instalado na Ilha de São Pedro, com o intuito de catequizá-los, em detrimento de sua cultura autóctone. Dessa maneira, o catolicismo constituiu-se num dos principais vetores da identidade intercultural característica dos Xokó. (OLIVEIRA, 2018, p. 39/40).

Lembrando que tudo isso foi por volta de 1850-1860, mas antes ainda, documentada por Caminha (1500), a presença da Igreja em 1500, o que se pensava ou se sabia de fato sobre

o termo cultura? Qual entendimento e conhecimento que a Igreja (representada pelos Padres e Frades da época) tinha sobre os povos originários para tratá-los de forma tão severa? Infelizmente, nada justifica tamanha falta de empatia e de sensibilidade por um ser humano.

Para isso, Cuche (2002) nos assessora novamente desmistificando acerca do período que o conceito de cultura foi construído e abordado cientificamente:

Se o século XVIII pode ser considerado como o período de formação do sentido moderno da palavra, em 1700, no entanto, ‘cultura’ já é uma palavra antiga no vocabulário francês. Vinda do latim *cultura* que significa o cuidado dispensado ao campo ou ao gado, ela aparece nos fins do século XIII para designar uma parcela de terra cultivada [...]. No começo do século XVI, ela não significa mais um estado (da coisa cultivada), mas uma ação, ou seja o fato de cultivar a terra. Somente no meio do século XVI se forma o sentido figurado e ‘cultura’ pode designar então a cultura de uma faculdade, isto é, o fato de trabalhar para desenvolvê-la. Mas este sentido figurado será pouco conhecido até a metade do século XVII, obtendo pouco reconhecimento acadêmico e não figurando na maior parte dos dicionários da época. Até o século XVIII a evolução do conteúdo semântico da palavra se deve principalmente ao movimento natural da língua e não ao movimento das ideias, que procede, por um lado pela metonímia (da cultura como estado à cultura como ação), por outro lado pela metáfora (da cultura da terra à cultura do espírito), imitando nisso seu modelo latino *cultura*, consagrado pelo latim clássico no sentido figurado. (CUCHE, 2002, p. 19-20).

Talvez assim, possamos entender as limitações da falta de humanidade e de interpretação sobre o modo de viver dos indígenas “donos da terra” Brasil em 1500. Como já escrevemos, nada justifica tamanha brutalidade. Cuche ainda complementa sobre “o termo cultura no sentido figurado”:

O termo ‘cultura’ no sentido figurado começa a se impor no século XVIII. Ele faz sua entrada com este sentido no *Dicionário da Academia Francesa* (edição de 1718) e é então quase sempre seguido de um complemento: fala-se da ‘cultura das artes’, da ‘cultura das letras’, da ‘cultura das ciências’, como se fosse preciso que a coisa cultivada estivesse explicitada. (CUCHE, 2002, p. 20).

Contudo, considerando todas essas elucidações, posteriormente uma nova fase foi vivenciada como forma, talvez, de reparação por parte da Igreja, na década de 1970 com a chegada do Frei Enoque Salvador de Melo, natural de Cachoeirinha, Pernambuco conforme relatado por ele em entrevista concedida à pesquisadora na véspera da 40ª Festa da Retomada (08/09/2019) e que detalharemos no próximo capítulo. Frei Enoque é vinculado a AMINE (Associação de Missionários e Missionárias do Nordeste)<sup>16</sup> e fez nessa entrevista uma breve

<sup>16</sup> Inspirados pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e com o objetivo de evangelizar os pobres, curar os doentes e os oprimidos da terra, os Freis Enoque Salvador de Melo e Roberto Eufrásio de Oliveira iniciaram uma pequena fraternidade no sertão sergipano. Em 1970 foram acompanhados pelos Freis Angelino Caio Feitosa e Juvenal Vieira Bonfim, seguindo juntos numa vida itinerante e comunitária nas cidades Sergipanas de Porto da

retrospectiva sobre as lutas dos Xokó para reconquista das terras, bem como sobre a presença da Igreja com o trabalho desenvolvido também pelo Frei Roberto Eufrásio de Oliveira e de Dom José Brandão de Castro<sup>17</sup> que atuou na Diocese de Propriá de 1960 até renunciar em 1987.

Evidenciamos na Fotografia 6, momento ímpar na vida de Frei Enoque e dos Xokó. Durante a celebração ocorrida em sua homenagem na Igreja de São Pedro, ele é coroado com um Cocar pelos Xokó, simbolizando seu pertencimento aos povos indígenas, uma forma de gratidão e acolhida por todo seu trabalho e dedicação junto à Comunidade. Sem dúvida, um acontecimento muito representativo e que gerou grande emoção em todos os indígenas e não indígenas que estavam presentes.

Fotografia 6 - Frei Enoque Salvador de Melo na ocasião de homenagem recebida na Igreja de São Pedro pelos Xokó – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

---

Folha, Poço Redondo e Canindé de São Francisco, sendo apoiados por Dom José Brandão de Castro. Em 1973, mais jovens Padres, Religiosos e Leigos nordestinos engajaram-se nas missões populares. Formando em 1980 uma equipe de quase 40 Missionários (as) do Nordeste, apoiados pelo Bispo da Paraíba: Dom Manuel Pereira. E em 1995, foi criada então a AMINE (Associação de Missionários e Missionárias do Nordeste) com estatuto, diretrizes próprias e uma metodologia de missionar peculiar. (ASSOCIAÇÃO DE MISSIONÁRIOS E MISSIONARIAS DO NORDESTE (AMINE), 2009).

<sup>17</sup> Dom José Brandão de Castro nascido em 24/05/1919 na cidade de Rio Espera/MG, foi seguidor fiel de Santo Afonso e da Congregação Redentorista do Rio de Janeiro. Foi o primeiro Bispo da Diocese de Propriá e atuou de 1960 a 1987 junto a indígenas, quilombolas, camponeses, pescadores e sem-terra. Em 1987 já debilitado e diagnosticado com a doença de Alzheimer, retornou à Província e em 1999 faleceu em Curvelo/MG. Em maio de 2015 ocorreu uma exposição em Juiz de Fora/MG em sua homenagem. E, em maio de 2019 foi celebrado o Centenário de Dom José na ALESE (Assembleia Legislativa de Sergipe). (DIOCESE DE PROPRIÁ, 2019).



Essa nova fase mais branda da Igreja Católica com as representações do Frei Enoque e Dom José, foi de bastante relevância para comunidade indígena Xokó e demais grupos comunitários do município de Porto da Folha. Frei Enoque e Dom José abraçaram de fato a causa indígena dos Xokó. E é com toda essa conjuntura de lutas, ameaças, mortes, injustiças e de outro lado a força e o apoio da Igreja que fez com que os Xokó efetivamente conseguissem cravar o pé no chão que sempre foi deles.

Entre 1978 e 1979, foram muitas idas e vindas, muitas noites mal dormidas, ameaças e até fome que os Xokó vivenciaram. Em 20 de outubro de 1978, foi fundada a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP) e estudos da Professora Beatriz Góis Dantas, com o Jurista Dalmo de Abreu Dallari também foram de extrema importância para os registros documentais que serviram no reconhecimento da identidade dos Xokó, bem como dos seus direitos ao longo da história. Em 29 de agosto de 1981 foi instalada a CPI de Sergipe e a partir disso todo um novo roteiro foi sendo criado na vida dos Xokó.

A data de 09 de setembro de 1979 é a registrada e solidificada na memória dos Xokó como sendo a retomada da terra, e em todos os anos as tradições e os costumes vão sendo rememorados, reinventados e celebrados em rituais de autoafirmação e identidade indígena.

A configuração da festa celebra a retomada da terra e da cultura tradicional indígena que corrobora e reconhece a identidade Xokó. É uma união de elementos que se complementam e congregam todo um patrimônio imaterial que serve de sustentáculo para a sobrevivência da comunidade.

Outra referência que também nos fundamentamos e que retrata diretamente um pouco da historicidade da comunidade indígena da Ilha de São Pedro, é o livro de Hélia Maria de Paula Barreto, *Produção cerâmica Xokó: a retomada de uma identidade*, fruto de sua dissertação de mestrado em Antropologia. Além de descrever esmiuçadamente características do meio ambiente, território, subsistência, aspectos etno-históricos e a produção de cerâmica Xokó, apresenta um acervo de fotos registradas por ela e por demais fotógrafos como Jairo de Araújo Andrade, Maria Carneiro, Maria Helena de Oliveira. O acervo fotográfico foi doado

para o Museu do Homem Sergipano<sup>18</sup>, órgão que ela dirigiu desde a criação em 1996 até 2004<sup>19</sup>.

Como desfecho para esse Capítulo, consideramos relevante situar alguns aspectos da Comunidade Indígena Xokó. A mesma encontra-se bem estruturada na Ilha de São Pedro em Porto da Folha/SE. As casas em sua maioria são bem edificadas, e na parte central onde fica a Igreja e que eles chamam de Rua do Meio, apenas uma casa com rastros de taipa encontramos. Sobre essa casa, nosso registro fotográfico é apenas parcial, mas aqui deixamos um pouco dessa arquitetura peculiar para apreciação e conhecimento do(a) leitor(a).

Fotografia 7 – Rastros da casa de taipa – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (09/09/2019).

Outra estrutura que destacamos é o Colégio Estadual Indígena Dom José Brandão de Castro que passou recentemente, em 2019, por uma reforma. O posto de saúde e o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) Indígena também estão em funcionamento, assim como o sistema de abastecimento de água com seu reservatório de distribuição. Tudo o

<sup>18</sup> O Museu do Homem Sergipano foi assim denominado e criado em 1996 após iniciação de trabalho anterior com o nome de Museu de Antropologia idealizado por Professoras e Professores da Universidade Federal de Sergipe em 1978. O Museu de Antropologia deu enfoque em exposições etnográficas de trabalhos realizados com indígenas. O Museu do Homem Sergipano além de exposições temporárias, também realizou trabalhos educativos. Segundo Nunes, o trabalho Museológico teve em sua totalidade 30 anos de atividades, sendo considerado uma instituição universitária que congregou o ensino, a pesquisa e a extensão. (NUNES, 2010).

<sup>19</sup> Atualmente a PROEX (Pró-Reitoria de Extensão da UFS) é o órgão responsável pela guarda dos acervos e coleções que constituem o patrimônio museal, repassando para o Departamento de Museologia e o Departamento de Arqueologia a responsabilidade compartilhada, além do Museu Histórico de Sergipe (mobiliário) e ainda uma parte diminuta do acervo permanecendo na antiga sede.



que tem na comunidade é bem cuidado e mantido limpo. Uma vida organizada coletivamente e em comunidade que mais parece ser uma família gigante!

Mapa 3 - Mapa atual ampliado da Ilha de São Pedro - Porto da Folha/SE



Fonte: ILHA DE SÃO PEDRO... 2019.

Pensando nesse espaço de vivência, uma pesquisa e visualização no universo virtual nos auxiliou para observar de outro ângulo e forma o mapa apresentado pelo Google Maps via satélite. No ponto em destaque vermelho é a Ilha de São Pedro e o ícone com o símbolo da cruz sinaliza a Igreja de São Pedro. A vegetação, as ruas, ruelas e casas também estão representadas, dando vida e transitar ao mapa do Território Indígena Xokó.

A verdade da minha vida

Antes de estar aqui  
Bem muito antes fui aprisionado  
Por brancos, violentos e malfeitores  
Violentado  
E meus olhos em lágrimas  
Viriam meus irmãos arrastados  
Por cima de pedras, paus e espinhos  
Duramente massacrados  
Despido como nascido  
Sobre formigueiros sentados  
Maltrataram-me como nunca  
Meus guerreiros foram afogados  
Minha cultura, meu mundo  
Tudo isso me foi roubado  
E ainda depois de tudo  
Ali fui escravizado  
De índio para branco  
Acabara de ser transformado  
E um novo texto da minha história  
Rasurada na memória  
Passou a ser copiado  
(...)

*Anísio Apolônio Lima Xokó*

### 3 A RECONQUISTA DOS FILHOS DA TERRA

Todo esse transitar que engendramos nas linhas e palavras até agora, nos fez compreender melhor o sentido da terra ancestral para o povo Xokó. Os conceitos e os significados de algumas terminologias nos deixaram mais firmes e encorajados na barca do conhecimento. As ramificações da interdisciplinaridade nos campos dos saberes acessados ampliam as vertentes das informações e precisamos nos atentar para não romper ou modificar o curso do rio. O ramo historiográfico é nosso desafio. Todavia, as referências bibliográficas e documentais alentam nossa angústia à escrita.

Logo, nesse capítulo, nos deteremos inicialmente aos registros historiográficos e documentais para fincarmos efetivamente nossa pesquisa na terra dos Xokó. O impasse maior é elencar a sequência dos períodos dos acontecimentos, de alguns personagens concretamente envolvidos, construindo uma nova releitura interpretativa das análises documentais, das lutas e da (re)conquista do território Xokó.

Posteriormente a essas análises, retrataremos nosso trabalho de campo. E, aí destrincharemos as narrativas nativas que foram fundamentais para instigar ainda mais as investigações. Todavia, discretamente vamos arquitetando uma “rosa dos ventos” em nosso trabalho escrito, intercalando entre essas narrativas e as considerações científicas, não como forma de confrontação, nem tão pouco de hierarquização, mas como ferramenta para uma melhor compreensão e valorização das falas dos nativos, nesse trabalho, personagens principais de suas próprias histórias.

#### 3.1 LINHA DO TEMPO DAS IDAS E VINDAS: RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA

Os documentos apresentados no livro de Dallari e Dantas (1980) “Terra dos índios Xocó” não são de fácil visibilidade à leitura, mesmo quando impressos, mas os resumos e os comentários de Dantas nos socorrem quando regressam até o século XVI, dirimindo dúvidas e apontando para um trajeto mais preciso e norteador. É um caminho longo e nebuloso, mas necessário.

De todas as datas documentadas ao redor dos Xokó a que mais se destaca para nós, sem dúvida, é a de 09 de setembro de 1979: a retomada efetiva e completa da Ilha e da Caiçara, o retorno à Terra. Antes disso, foi um emaranhado de acontecimentos de idas e vindas, de julgamentos e acusações que só mediante os registros documentais podemos equiparar com as narrativas Xokó que vivem atualmente na Comunidade.

O livro citado apresenta cópias de documentos entre os anos de 1818 a 1890. São ao todo vinte e um documentos comentados e transcritos que variam entre relatório, representação, memorial, sumário, auto de tombamento e ofícios. A maioria deles era dos seguintes arquivos: AMUL (Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa); APEB (Arquivo Público do Estado da Bahia) e APES (Arquivo Público do Estado de Sergipe) e encontravam-se na época autenticados nos arquivos da Comissão Pró-Índio em São Paulo (CPI/SP).

Nosso objetivo primordial é analisar os rituais e os elementos da cultura popular e tradicional indígena. Tais rituais e elementos configuram um ambiente de análise na 40ª Festa da Retomada, os quais contribuem no processo de identificação e autoafirmação. Todavia, consideramos imprescindível sequenciar os antecedentes de nosso trajeto investigador.

Nossa intenção é reorganizar os fatos num itinerário cronológico, reforçando assim nosso pilar de análise do livro “Terra dos índios Xocó”, especialmente nos capítulos de Dantas e demais referências.

**Quadro 2** – Cronologia de Atos normativos segundo Dantas (1980) e demais observações de outros autores.

(continua)

CRONOLOGIA DE ATOS NORMATIVOS (Avisos, Leis, Decretos).		
PERÍODOS	DATA	Citações/Observações
SÉC. XVI	1562	<ul style="list-style-type: none"> <li>• [...] a pedido dos jesuítas, <b>o governo dá sesmaria</b> <sup>(1)</sup> <b>aos índios</b>. (LEITE, 1938, p. 87 apud DANTAS, 1980, p. 148).</li> <li>• Barreto confirma: Historicamente, o <b>Nordeste</b> foi povoado ao longo de diferentes ciclos econômicos. <b>Todo o seu território foi dividido e distribuído em sesmarias</b>, desde o século XVI. A exceção eram as terras que estavam nas mãos dos grupos indígenas remanescentes, quase controlados, porquanto submetidos a ordens religiosas. Nas terras sergipanas os índios foram entregues a franciscanos, carmelitas, jesuítas e capuchinhos. Estes dois últimos marcaram presença nas margens do rio São Francisco, atuando junto a diversos grupos nativos. (BARRETO, 2010, p. 41).</li> <li>• Sobre esse período, também julgamos importante citar as colocações de Oliveira: <b>A catequese indígena nas terras que posteriormente viriam a se tornar Sergipe se iniciou em 1575</b> [...] As pressões sobre as sociedades indígenas se tornaram mais fortes com a conquista efetiva do território a partir de <b>1590</b>, por Cristóvão de Barros e suas tropas. Depois disso, muitos indígenas foram aqui escravizados e levados para propriedades de portugueses na Bahia. (OLIVEIRA, 2018, p. 52).</li> </ul>
SÉC. XVII	1º/04/1680	<ul style="list-style-type: none"> <li>• [...] Diversos expedientes legais reconheciam o direito dos indígenas sobre as terras, sendo descrito nesse <b>alvará</b> <sup>(2)</sup> como ‘primários e naturais senhores dela’. (RIBEIRO, 1970, p. 198 apud DANTAS, 1980, p. 148).</li> <li>• Referente Alvará Régio, Dallari comenta: No caso das terras indígenas no Brasil houve várias mudanças no tratamento legal. Uma ordenação de <b>1 de abril de 1680</b> mandava respeitar os direitos dos indígenas, ‘primeiros ocupantes e donos naturais destas terras’, como dizia a Ordenação. Essas mesmas expressões foram repetidas numa lei de 06 de julho de 1755, reconhecendo-se, portanto, que os indígenas tinham um direito decorrente da ocupação primitiva. (DALLARI, 1980, p. 9).</li> </ul>

(continuação)

SÉC. XVIII	23/11/1700	<ul style="list-style-type: none"> <li>O fato das terras terem sido medidas e demarcadas indica que houve uma doação anterior feita aos índios, talvez pelo instituidor do <b>Morgado</b><sup>(3)</sup>, talvez pelo Rei. Registre-se que, por <b>Alvará de 23 de novembro de 1700</b> o Rei ordena ‘que a cada uma Missão se dê uma légua em quadra para sustentação dos índios e Missionários; com declaração que cada aldeia se há de compor ao menos de cem casais...’ [...] O rei ordena que se dê providências e atenção aos Índios, Párocos e Missionários, que assistem nos dilatados sertões de todo o Estado do Brasil sobre o que se tem passado repetidas ordens e se não executam pela repugnância dos <b>Donatários</b><sup>(4)</sup> e Sesmeiros que possuem as terras dos sertões. Hei por bem, e mando que a cada uma Missão se dê ‘<b>uma légua de terra em quadra</b>’<sup>(5)</sup> para sustentação dos Índios e Missionários; com declaração que cada aldeia se há de compor ao menos de cem casais... (DANTAS, 1980, p. 21 e 148).</li> </ul>
	1745	<ul style="list-style-type: none"> <li>[...] A partir de um <b>tombamento</b><sup>(6)</sup> feito em 1745 apresenta extensão e limites dos terrenos confrontando-os com os limites atuais. [...] A tentativa de tornar sem efeito a doação das terras feitas aos índios aparece claramente em 1745, quando ao fazer um tombamento judicial das terras do Morgado é incluída a <b>Caicara</b><sup>(7)</sup>, então descrita como ‘fazenda e curral’. (DANTAS, 1980, p. 47 e 149).</li> </ul>
	20/12/1745	<ul style="list-style-type: none"> <li>Essa demarcação assim feita foi julgada pelo Ouvidor e corregedor Amaro Lins de Mesquita Pinto Pena no sítio do Aracaju (hoje capital da Província) em 20 de dezembro de 1745. (DANTAS, 1980, p. 48).</li> </ul>
	1781	<ul style="list-style-type: none"> <li>Na Comarca de Propriá existiram também duas aldeias, Porto da Folha que hoje é habitada por indivíduos de diferentes classes e Pacatuba, colocada a três léguas pouco mais ou menos da foz do rio São Francisco. Em 1781, por ordem do Marquês de Valença, verificou-se uma medição dessa terra, cuja legitimidade tem sido por vezes contestada. (DANTAS, 1980, p. 39-40).</li> </ul>
SÉC. XIX	06/02/1840	<ul style="list-style-type: none"> <li>[...] O problema do índio foi por várias vezes objeto de discussões na Assembleia Provincial, que decide mandar medir uma légua de terra para cada uma das aldeias. (DANTAS, 1980, p. 161).</li> </ul>
	18/03/1844	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Criação da Diretoria dos Índios</b><sup>(8)</sup>- Lei Provincial nº 127 de 18/03/1844: Essas leis tiveram contudo pequeno resultado na prática ou mesmo não chegaram a ser aplicadas. (DANTAS, 1980, p. 27 e 161).</li> </ul>
	24/07/1847	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 246 de 24 de julho de 1845: conhecido também como Regulamento das Missões, uma vez que dispunha sobre catequese e civilização dos índios. (DANTAS, 1980, p. 162).</li> </ul>
	18/09/1850	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 601 – Lei de Terras – A posição anti-aldeia ostensivamente defendida pelo Presidente remete à legislação imperial sobre terras [...] e mais especificamente às disposições sobre as ‘terras dos Índios que já não vivem aldeados, mas sim dispersos e confundidos na massa de população civilizada’ que deveriam ser incorporadas aos próprios nacionais (Aviso nº 172 do Ministério dos Negócios do Império, de 21 de outubro de 1850). [...] que manda incorporar aos Próprios Nacionais as terras dos índios que vivem confundidos com os civilizados. [...] mandando extinguir os aldeamentos que por ventura existissem. (DANTAS, 1980, p. 31, 33 e 40).</li> <li>Constatamos que nesse mesmo ano em 04 de setembro, também foi promulgada a Lei nº 581 conhecida como <b>Lei Eusébio de Queirós</b><sup>(9)</sup>, que estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Todavia, a extinção da escravidão no Brasil, ainda seria postergada através de medidas graduais, como a Lei do Ventre Livre (1871) e a dos Sexagenários, até a promulgação da Lei Áurea, em 1888.</li> </ul>
	21/10/1850	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aviso (172) de 21 de outubro de 1850 que mandou sequestrar e incorporar aos próprios nacionais todas as terras aqui concedidas a índios que já não viviam aldeados, mas sim dispersos... (DANTAS, 1980, p. 40).</li> </ul>

(conclusão)

	<b>06/04/1853</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto 1139: é extinta a Diretoria Geral dos Índios em Sergipe. Legalmente eliminam-se as aldeias e, durante a segunda metade do século XIX, sucedem-se renovados conflitos entre os índios que aí permaneciam e os proprietários rurais que queriam apossar-se das terras apresentadas como <b>devolutas</b><sup>(10)</sup>. [...] A supressão da Diretoria Geral dos Índios determinada pelo Decreto nº 1139 de 06 de abril de 1853 e a extinção dos aldeamentos. [...] As posições defendidas pelo Presidente <b>A. J. Pereira de Andrade</b><sup>(11)</sup> em relação ao índio foram adotadas pelo seu sucessor José Antonio de Oliveira e Silva, que solicita ao Imperador a extinção da Diretoria Geral dos Índios em Sergipe, o que foi decretado pelo Governo Central, em 6 de abril de 1853. (DANTAS, 1980, p. 32; 40; 42 e 165).</li> </ul>
	<b>21/01/1856</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Aviso nº 44</b> – não são considerados próprios nacionais, mas sim bens vagos pertencentes ao domínio nacional e devolutos, devendo quanto a eles observar-se ao disposto no Aviso do Ministério do Império de 21 de outubro de 1850 a fim de que possam ter o destino que lhes dá a lei de 18 de setembro do dito ano, tudo mediante o necessário processo. (DANTAS, 1980, p. 44-45).</li> </ul>
	<b>21/06/1857</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>[...] e finalmente o <b>Aviso do Ministério da Agricultura de 21 de junho de 1857</b>, mandando extinguir os aldeamentos que por ventura ainda existissem. Os indivíduos que hoje se intitulam índios vivem constantemente praticando as maiores tropelias, confiados, como dizem, num direito, que já não lhes assiste. [...] a extinção dos aldeamentos prescrita pelo Aviso já citado confirmam o que digo com relação a <b>não existência de verdadeiros índios</b>. (DANTAS, 1980, p. 40 e 43).</li> </ul>
	<b>1859</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>De um lado, sua presença na missão não garantiu aos índios a posse efetiva de suas terras, pois quando <b>em 1859 Dom Pedro II visita a aldeia</b>, os nativos se queixam que <b>‘os portugueses’ lhes aproveitam as terras</b>, justificando-se o Frei Doroteo que então exercia também as funções de Diretor, que como os índios são indolentes e não plantam, dá a terra aos pobres, às vezes sem exigir renda alguma. (DANTAS, 1980, p. 164).</li> </ul>
	<b>27/09/1860</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei 1.114 – O artigo 11 parágrafo 8º, autorizou o Governo a <b>aforar ou vender os terrenos pertencentes a antigas missões e aldeias de índios</b>. (DANTAS, 1980, p. 45).</li> </ul>
	<b>21/06/1865</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aviso de 21 de junho de 1865 mandou extinguir os aldeamentos de Sergipe, medir e demarcar os respectivos terrenos. (DANTAS, 1980, p. 42 e 44).</li> </ul>
	<b>20/10/1875</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 2672 que permite passar para os Municípios as terras das aldeias extintas. (DANTAS, 1980, p. 43).</li> </ul>
	<b>12/08/1881</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ora, estando extinta e há muito abandonada a aldeia em questão e devendo V.M., segundo o <b>Aviso de 12 de agosto de 1881</b>, medir e demarcar nessa Comarca as terras devolutas que devam ou possam ser vendidas nos termos da Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850, é claro que tem também competência para efetuar a medição dos citados terrenos observando a respeito as prescrições legais. (DANTAS, 1980, p. 45).</li> </ul>
	<b>20/10/1875</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O nº 3 do artigo 8 da Lei nº 3.348 de <b>outubro de 1875</b><sup>(12)</sup> prescreve que os <b>foros</b><sup>(13)</sup> dos terrenos das extintas aldeias de índios passam a pertencer aos Municípios onde existiram tais terrenos. Baseada em tal designação a Câmara Municipal do Porto da Folha tem aforado os terrenos que os reclamantes julgam pertencer-lhes. É o que oferece informar-vos com relação ao assunto. (DANTAS, 1980, p. 52).</li> </ul>
	<b>12/12/1887</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aviso do Ministério da Fazenda de <b>12/12/87</b> declara os terrenos do antigo aldeamento de São Pedro pertencentes à Câmara Municipal, que os põe em <b>aforamento</b><sup>(14)</sup> <b>sendo arrematados por diversos fazendeiros no início de março de 1888</b>. (DANTAS, 1980, p. 168).</li> </ul>

Fonte principal: Elaborado pela autora, com base em Dantas e Dallari (1980). Grifos nossos.

Notas:

- (1) **Sesmarias**: Sesmaria era um lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de cultivar terras virgens. Originada como medida administrativa nos períodos finais da Idade Média em Portugal, a concessão de sesmarias foi largamente utilizada no período colonial

- brasileiro. Iniciada com a constituição das capitanias hereditárias em 1534, a concessão de sesmarias foi abolida apenas quando houve o processo de independência, em 1822. (PINTO, 2020).  
Complementando: A Lei das Sesmarias foi elaborada em 28 de maio de 1375, mas foi mais aplicada no século XVI na América portuguesa para complementar alvarás e aperfeiçoar regulamentações. A divisão desses espaços era a partir de medições por léguas de comprimentos e larguras. Assim que repartidas, os semeios se comprometiam a cumprir todas as exigências vigorantes. (SILVA, 2019).
- (2) **Alvará:** Documento que uma autoridade judicial ou administrativa passa a favor de um interessado, seja de interesse público ou particular, certificando, autorizando ou aprovando certos atos ou direitos. (SANTOS, 2001, p. 34).
  - (3) **Morgado:** Vínculo inalienável e indivisível que se transmitia numa família, de primogênito em primogênito. (MORGADO, c2020).
  - (4) **Donatários:** são aqueles favorecidos por doações. No Brasil colônia, aquele que recebia terras ou capitanias hereditárias, doadas por D. João III para as povoar e cultivar. Significado de Donatário em DONATÁRIO (c2020).
  - (5) **Uma légua de terra em quadra:** O termo utilizado na época “uma légua de terra em quadra”, segundo tabela de conversões da UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), é o mesmo que légua sesmaria e é equivalente a 4.356,00 hectares, ou 6.600x6.600 metros ou ainda a 3.000x3.000 braças. No caso, é o que corresponde ao tamanho da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, conforme Decreto nº 401/1991 que será citado posteriormente. (PISSARRA, 2020).
  - (6) **Tombamento:** Confirmação processada pelo poder público quanto ao valor histórico, artístico, paisagístico, turístico, cultural ou científico de coisas, locais, prédios, monumentos, trechos de cidades, ou mesmo cidades inteiras, assegurando inscrição em livro próprio a sua preservação e memória histórica. (SANTOS, 201, p. 241).
  - (7) **Caiçara** é o nome pelo qual é secularmente conhecida a terra dos índios, que situada à margem do Rio São Francisco ficava encravada nas terras do Morgado onde se praticava intensa atividade pastoril. Em frente à Caiçara fica a ilha de São Pedro. Aí estava a sede da missão dos capuchinhos, o hospício e a pequena igreja. (DANTAS, 1980, p. 149). Observação: Segundo Oliveira (2018, p. 68), fundamentada em BARROS (1995) hospício eram as casas religiosas chamadas de não-formadas, ou seja, com menos de seis religiosos.
  - (8) **Diretoria de Índios:** ARQUIVO NACIONAL. **Diretoria/Diretores-Gerais de Índios.** Publicado por Dilma Cabral. Rio de Janeiro. jul. 2016. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/312-diretores-diretoria-geral-dos-indios>. Acesso em 28 maio 2020.
  - (9) **Lei Eusébio de Queirós:** ARQUIVO NACIONAL. **Lei Eusébio de Queirós.** Publicado por Louise Gabler. Rio de Janeiro. mai. 2015. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz>. Acesso em 28 maio 2020.
  - (10) **Devoluta:** Terra sobre a qual, não sendo própria nem aplicada ao uso público, não se incorporou ao domínio privado. (GUIMARÃES, 2019, p. 102).
  - (11) **Amâncio João Pereira de Andrade** foi o 22.º Presidente da Província de Sergipe nomeado em 09.10.1849, empossado em 17.12.1849, deixando o cargo em 19.07.1851. Bacharel, político e deputado pela Bahia na 6ª legislatura do Império, entre os anos de 1845 a 1847. (BARATA, 2020).
  - (12) A data apresentada equivocadamente no ofício como sendo de 1857, mas no comentário de Dantas ela observa que é 1875. Pesquisamos também em Brasil (1887). (BRASIL, 1887).
  - (13) **Foro:** Sinônimo de fórum; lugar onde se dão as lides judiciais: Tribunal de Justiça; o lugar onde funcionam os órgãos do poder judiciário; jurisdição, alçada, poder. Comentário: No tempo dos romanos, era a praça pública, na qual se faziam os grandes debates ou reuniões para a mesma finalidade. Era o centro de variadas atividades do império. (SANTOS, 2001, p. 103)
  - (14) **Aforamento:** [...] “contrato pelo qual o proprietário de imóvel transfere seu domínio útil e perpétuo, mediante o pagamento de um foro anual, valor certo e invariável.” (SANTOS, 2001, p. 31).

Desse modo, configuramos essa breve linha do tempo de luta pelo direito à terra dos Xokó, entre os séculos XVI e XIX. Podemos observar no livro e nos comentários de Dantas e dos documentos oficiais, a tentativa constante da negação da presença indígena no Estado de Sergipe, e no caso específico da Ilha de São Pedro onde vivem hoje os Xokó.

O processo de miscigenação, negação, violência, fome e até trabalho considerado escravo, escancara o sofrimento dos ancestrais e dos atuais Xokó que também passaram por

momentos de dor e ruptura, de diáspora forçada, trazendo até hoje uma cicatriz nos olhos quando buscam na memória os acontecimentos de luta e resistência de sua história.

### 3.2 ENTRE DATAS, REFERÊNCIAS E CONQUISTA: O APOIO DA PESQUISA NO RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE XOKÓ

Dantas foi um apoio sustentador para (re)construção e (re)conhecimento da identidade Xokó. Como ela, da mesma forma, percebemos a importância das pesquisas de Barreto, Oliveira e demais autores que confeccionaram o etnomapeamento.

Seguindo com os acontecimentos a partir do SÉC. XX, dentre outras datas, Barreto (2010) observa que a área territorial da Caiçara é considerada Terra imemorial dos índios e que entre 1978 e 1994 eles ficaram confinados na Ilha de São Pedro. Ressalta o dia 09 de setembro de 1979, o dia da invasão da Ilha de São Pedro, considerado para os Xokó o Dia da Independência (alguns relatos de extremo sofrimento que ocorreram nesse período também são comentados por Barreto).

Nesse sentido, inclui-se o apoio fundamental da Diocese de Propriá, que inclusive serviu de abrigo aos indígenas. Barreto, informa ainda, que em 07 de dezembro de 1979 a Ilha foi desapropriada após compra realizada pelo Governador Augusto Franco, mas que somente em 27 de junho de 1984, em um encontro solene realizado no Palácio do Governo de Aracaju, que o Governador João Alves entregou a documentação para o Presidente da FUNAI, passando a Ilha de São Pedro à União. Transpondo assim, a história para um tempo mais recente.

Em 19 de janeiro de 1988, a Procuradoria da República em Sergipe entrou com uma ação na 3ª Vara da Justiça Federal em Sergipe, em favor da União. O então procurador solicitou ao juiz da 3ª Vara que intimasse a FUNAI a demarcar a Caiçara. O processo demarcatório teve início em março do mesmo ano. A homologação foi feita no dia 23 de dezembro de 1991, durante a presidência de Fernando Collor de Melo, através do Decreto nº 401/1991<sup>20</sup>. [...] Finalmente, em 1999 receberam as fazendas Rancho Bom, Belém e São Geraldo, sendo concretizado o processo de devolução das terras em março de 2003, quando conseguiram reaver a fazenda Maria Preta. (BARRETO, 2010, p. 53).

Esses retratos do passado certamente são registros documentais imprescindíveis. Nos respaldamos novamente em Oliveira (2018) que adentra ainda mais no tempo quando

---

<sup>20</sup> Encontramos o Decreto do Governo Federal na íntegra: BRASIL, 1991. **Decreto nº 401 de 24 de dezembro de 1991**. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, no Estado de Sergipe. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0401.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0401.htm). Acesso em: 06 maio 2020.



descreve fato ocorrido com indígena Xokó de nome Inocêncio Pires que, em 1890, foi a pé do Município de Propriá/SE até Salvador/BA na tentativa da reconquista das terras, voltando sem sucesso. Em 1917 o mesmo indígena viajou com parentes para o Rio de Janeiro na tentativa de pedir ao então Presidente da República, Venceslau Brás (1914-1918), a restituição das terras.

Segundo a tradição oral, ele conseguiu somente em 1917, através do acesso a documentos comprobatórios dos títulos das terras expedidos por Dom Pedro II. Entretanto, mais um acontecimento no meio do caminho para complicar ainda mais essa história de tantos nomes e tantas idas e vindas. No retorno da viagem, o indígena com seus companheiros caíram numa emboscada armada pelo Coronel João Fernandes de Brito<sup>21</sup> na cidade. Ele os recepcionou com uma festa que tinha muita bebedeira, fazendo com que durante tal comemoração os títulos fossem roubados, extraviados e perdidos para sempre! Dessa forma, em 1930 ocorreu uma nova tentativa de outros indígenas para tentarem retomar as terras, mas foram expulsos e ameaçados.

A autora recorda ainda que na década de 1970 foi muito significativa a atuação do Frei Enoque junto ao então Bispo Dom José Brandão de Castro (ambos já citados no Capítulo II). Frei Enoque realizou pesquisas sobre os Padres, sobre os acontecimentos da região e com isso teve conhecimento, mediante a história oral, dos maus tratos e ameaças realizadas pela família Brito aos indígenas. Estas informações fizeram alavancar ainda mais a atuação da Igreja Católica com o apoio da Diocese de Propriá mediante participação efetiva de Dom José Brandão de Castro, conferindo assim maior visibilidade e legitimidade aos indígenas. Consta nos informes de Oliveira também a fundação da Comissão Pró-Índio em São Paulo (CPI/SP) nesse período, o que acreditamos que incentivou o aprofundamento dos estudos e a concretização do livro de Dantas e Dallari.

Todo esse empenho da Igreja, da CPI/SP e das pesquisas, foi um marco que Oliveira elucida:

---

<sup>21</sup> (...) Coronel João Fernandes de Britto ele era sócio e fundador da Fábrica de Tecidos Propriá, juntamente com seu irmão, o também Coronel Francisco Porfírio de Britto o “Coronel Chico Porfírio”. Ambos fundaram a Fábrica de Curtume Canindé, essa no Alto Sertão de Sergipe na hoje cidade Canindé de São Francisco. Em Propriá fundaram a Fábrica de Tecidos Propriá ainda no século XX (20) que, em seu auge, ela chegou a empregar mais de mil pessoas da região, no que eu chamo, particularmente, de “Época da prosperidade de Propriá”. Ambos eram visionários e empreendedores, ajudaram no desenvolvimento local fundando e construindo escolas e outros órgãos na cidade. Depois deles houve declínio na cidade. Fonte MARQUES, Adeval. Colégio Estadual É O Retrato Do Abandono E Desprezo Por Parte Do Governo. **Faxaju: A notícia agora**. Aracaju, p. 1-1. 27 abr. 2017. Disponível em: <http://www.faxaju.com.br/index.php/2017/04/27/58972/>. Acesso em: 2 abr. 2020.

Estas iniciativas marcam o que posso chamar de o momento em que aqueles ribeirinhos deixam de ser ‘os caboclos’, pois, ao recusarem uma posição de marginalidade e ambiguidade, buscam sua **afirmação étnica** e um novo posicionamento social. A atuação da Igreja mostrou-se relevante, pois conferia **legitimidade e visibilidade**. (OLIVEIRA, 2018, p. 89, grifo nosso).

E, assim como Barreto, Oliveira também registra o inesquecível momento dos Xokó:

Por fim, após várias reuniões secretas entre as lideranças Xokó, do sindicato dos trabalhadores rurais e de membros da Igreja, **foi decidida a ocupação da terra do antigo aldeamento, em nove de setembro de 1979**. Contudo, a situação legal da **posse da Ilha só foi regularizada em 1984**. (OLIVEIRA, 2018, p. 92, grifos nossos).

Sendo assim, ressaltamos que para nós foi de grande relevância a tríade de pesquisas realizadas pelas Professoras: Beatriz Góis Dantas, Hélia Maria de Paula Barreto e Valéria Maria Santana Oliveira que nos serviram de norte na condução da escrita para desmistificar o emaranhado de informações, documentos e demais registros sobre a história dos Xokó.

Também tivemos acesso à publicação do “Etnomapeamento<sup>22</sup> da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro do Povo Xokó”, um livro gerado com a parceria das Instituições: Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) cujas etapas de construção ocorreram entre junho de 2014 e janeiro de 2015. O etnomapeamento transcorreu mediante trabalhos realizados com sensibilização, mobilização, diagnósticos, validações e propostas de gestão com atividades em etapas distintas produzindo registros fotográficos, elaborando mapas e demais dados referentes à Terra Indígena Caiçara/Ilha de São de Pedro que descrevem como:

A TI Caiçara/Ilha de São Pedro, de ocupação tradicional do povo indígena Xokó, está localizada no município de Porto da Folha, no semiárido sergipano, inserida bioma da Caatinga, na bacia hidrográfica do rio São Francisco. [...] Esta Terra Indígena foi **homologada pelo Decreto Federal nº 401 de 24/12/1991** e conta com **área oficial de 4.316 hectares**, sem pendências na sua situação jurídica de regularização. Está situada a 130 km em linha reta de Aracaju e a 175 km passando por rodovias federais e estaduais (BR101, SE-230, SE-179 até SE-413). (ANAI, 2016, p. 14, grifos nossos).

---

<sup>22</sup> O **Etnomapeamento** se configura na construção de uma carta geográfica com os locais Importantes do território indígena, o seu uso cultural, a distribuição espacial dos recursos naturais, a identificação de impactos ambientais e outras informações relevantes, salvaguardando o interesse, o olhar e a compreensão indígena. O Etnomapeamento pode ser feito com base em desenhos livres, uso de imagens de satélite, croquis, mapas e cartas geográficas. É um dos instrumentos importantes na construção e estabelecimento da gestão territorial e ambiental em terras indígenas. Juntamente com os diagnósticos sócio ecológicos, os planos de vida e outros instrumentos, o Etnomapeamento possibilita a construção de cenários sobre o uso e a conservação do território. Fonte: (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2020).

Sobre o momento de luta pela terra, o etnomapeamento retrata o quanto foi importante o processo de retomada para a identidade do povo Xokó, sendo um momento doloroso, mas ao mesmo tempo unificador e significativo à comunidade. As dores são frutos dos relatos dos séculos anteriores como força de trabalho, violência física, moral, psicológica, assassinatos, castigos e, constata também, como marco da reconquista territorial, a reocupação da Ilha de São Pedro no dia nove de setembro de 1978.<sup>23</sup>

Pelo período de quase um ano os Xokó ficaram abrigados embaixo de árvores e na Igreja. Aos poucos algumas casas foram sendo construídas. Lembranças de violência, fome e muitas dificuldades foram memoradas. Foi um período de forte seca, mas os Xokó receberam apoio de entidades religiosas, instituições, pesquisadores e das comunidades vizinhas com doações de mantimentos. De forma mais contextualizada, o etnomapeamento detalha sobre esse movimento de reconquista do território:

Em 1991, os Xokó reconquistaram a fazenda Belém, no limite leste da TI (até então de posse da família Brito) e a Caiçara (área em frente à ilha de São Pedro). Em 1999, se deu a ocupação e desintração das fazendas São Geraldo e Surubim, na região mais a noroeste da TI; e por fim, em 2003, os Xokó reocuparam a área da Marias Pretas, na parte sul do território. Esta foi a última fazenda a ter sua desintração concluída, finalizando assim o processo de reocupação de toda a área. Estes locais até hoje guardam marcas deste período, como atestam as ruínas das antigas sedes destas fazendas. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA, (ANAÍ), 2016, p. 33).

Sobre o termo “desintração”, encontramos que, no Brasil o processo de demarcação de uma terra indígena segue etapas específicas, a desintração, depois do final do processo, “É um instrumento jurídico para garantir a efetivação plena dos direitos territoriais indígenas, por meio da retirada de eventuais ocupantes não indígenas.” (ARTICULAÇÃO XINGU ARAGUAIA (AXI), [20--]).

A parceria das instituições, o envolvimento de toda equipe de pesquisadores e técnicos foram fundamentais para a realização e a concretização do etnomapeamento, assim como todo o envolvimento e apoio da Comunidade que participou das atividades, relatos e demais esclarecimentos.

---

<sup>23</sup> Acreditamos que aqui talvez tenha ocorrido um equívoco quanto ao ano citado no Etnomapeamento, visto que a 40ª Festa da Retomada foi comemorada em 2019 e a maioria dos autores citam o ano de 1979. Todavia, outra dúvida consta com relação ao dia da festa que detalharemos mais adiante com a fala do Frei Enoque e a tese de Oliveira.

### 3.3 DIÁRIO DE CAMPO, DE RIO, DE TERRA E DE AR: IMERSÃO NA ILHA

Tendo assim uma compreensão melhor de todas as idas e vindas do povo Xokó, arremessamos a âncora no Rio São Francisco para trazer um pouco do que vimos no nosso trabalho de campo que teve início no dia 07 de setembro de 2019 (sábado) e, finalizando no dia 10 de setembro de 2019 (terça-feira), totalizando quatro dias de descobertas e aprendizagens.

Em nosso relato, intercalaremos a escrita das impressões, os registros fotográficos e as entrevistas realizadas. Embora num curto espaço de tempo, nosso trabalho de campo foi propositalmente escolhido para acontecer nesses dias com o intuito de participarmos dos momentos antecedentes à 40ª Festa da Retomada até sua conclusão, o que proporcionou um mergulho efetivo em nosso objeto de estudo.

Para que tudo isso pudesse acontecer, aproveitamos os contatos estabelecidos pelo *whatsapp* nos eventos que participamos anteriormente (os quais citamos em nossa introdução), e assim o fizemos. O Cacique Bá recomendou contato com o indígena Ronaldo Gomes Melo, visto que ele tem em sua casa dois quartos e banheiros extras e utiliza como se fosse uma pousada chamada “Lar e Restaurante Indígena”, oferecendo também alimentação, com valor combinado para receber visitantes, pesquisadores ou demais contatos que ele tiver e ser de comum acordo com o Cacique Bá. Tudo organizado e programado, lá fomos.

Nosso trajeto também foi pensado para ser realizado da maneira mais próxima possível à realidade da maioria das pessoas que vão e voltam da comunidade com mais frequência, como docentes de Aracaju e até mesmo os (as) indígenas. Então, escolhemos ir de ônibus até um ponto e depois ir de barco<sup>24</sup>.

Desde o momento que chegamos a Rodoviária até nosso retorno, observamos tudo a cada segundo. Tudo foi de extremo valor para a análise da pesquisa, bem como para inspiração da escrita. Ronaldo nos instruiu e saímos de ônibus da Rodoviária Velha que fica no Centro de Aracaju/SE até o Povoado Niterói pertencente ao Município de Porto da Folha/SE. A viagem de ônibus levou aproximadamente 3h30min, contando diversas paradas para descida e subida das pessoas que vão embarcando no caminho, nas demais rodoviárias com paradas para o banheiro, o que vai tornando mais demorado e cansativo. O dia estava quente e ensolarado, mas o micro-ônibus com ar condicionado proporcionou certo conforto.

---

<sup>24</sup> Observamos aqui que o barco foi nosso eixo norteador para nos encorajarmos na escrita, considerando os tópicos da nossa linha de pesquisa – Artes populares: processos analíticos, pedagógicos e criativos.

Ao chegar ao Povoado Niterói, aguardamos o barqueiro na beira do Rio São Francisco e logo nos encontramos com o indígena Rodrigo, cujo contato foi providenciado pelo Ronaldo, e que nos levou num barco amarelo, conforme apresentamos na Fotografia 8, até a Ilha de São Pedro. O barco encostado no cais chamou nossa atenção e rapidamente registramos com celular, sem saber que ele viria a ser um dos impulsionadores da nossa escrita de pesquisa. Junto no mesmo barco nos acompanhou um Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) chamado José Nascimento de França e que depois ficamos sabendo melhor de quem se tratava.

**Fotografia 8** - Com as bênçãos do “Velho Chico” (um dos termos que os sertanejos apelidaram carinhosamente o Rio São Francisco) - Povoado Niterói - Beira do Rio São Francisco - Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (07/09/2019).

A viagem de barco leva aproximadamente 1h15min e já começa a revelar a exuberância da natureza que nos esperava: A Ilha de São Pedro. Pensávamos que fosse mais perto e que levaríamos menos tempo de viagem, pois contando da saída da Rodoviária Velha até a chegada à Ilha levamos aproximadamente 06h30min. O trepidar das ondas no barco faziam chacoalhar um pouco nossos pertences. Precisamos manter a postura firme e segura no assento de madeira para atravessar e apreciar o Velho Chico. Ficamos sabendo depois que o barco foi confeccionado pelo pai do barqueiro Rodrigo, o Sr. Luís. Todo esforço, tensão de iniciante e experiência, valeram a pena!

Fotografia 9 - No balanço do barco – Rio São Francisco (Porto da Folha/SE).



Fonte: Acervo da pesquisadora (07/09/2019).

O calor que esperámos não foi tão forte quanto imaginávamos, talvez por ser primavera, mas ainda assim era quente. Colocar os pés na terra indígena só nos fez compreender ainda mais os desígnios da nossa pesquisa.

Fomos extremamente bem recebidos por toda comunidade. Francisca foi uma das primeiras indígenas que tivemos contato ao chegar a Ilha, pois estava trabalhando na pousada do Ronaldo nesse período. Falou que uma Professora da UFS também estava lá e a chamou. Era a professora Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia, do Curso de Graduação em Arqueologia e do PROARQ (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia/UFS), que estava lá há mais de dez dias. Cumprimentamo-nos e falamos rapidamente. Em seguida, caminhamos no pátio central da comunidade que eles chamam de Rua do Meio. Logo vimos Cacique Bá trabalhando. Embaixo do sol quente carregava uns entulhos num carrinho de mão por conta da mudança de casa que estava realizando. Falamos também com sua esposa Danielly, grávida de seis meses e meio de um menino.

Soubemos então de uma programação na Igreja às 19h00min. Chegando a frente da Igreja, conversamos atenta e rapidamente com seu Pedro Acácio, de 70 anos. Emocionou-se ao lembrar-se do passado triste que vivenciou e dos seus antepassados. Falou que na véspera, dia 06 de setembro teve um desfile cívico na Ilha e que nunca tinha visto algo assim em 40 anos que está ali, pois morava na Caiçara. Disse que chegou a derramar lágrimas ao lembrar e ouvir as músicas de toré antigas. Foi emocionante ouvir e conversar com seu Pedro.

Ao entrarmos na Igreja, ao lado direito do altar, havia um barco e esse foi mais um motivo para direcionar nossa escrita, convidando-nos para uma navegação teórico-científica. Registramos e mostramos na Fotografia 10. Feito de madeira com cores vermelho, amarelo,

azul marinho, azul claro e branco, num suporte também de madeira. Nele, não constava autoria nem data e não nos atentamos para isso para indagar nas entrevistas. Mas, com o passar dos dias e o convívio na Comunidade, compreendemos que a função do barco, vai além do transitar, ele serviu para transportar as cerâmicas e até os dias atuais, serve para pesca. Continua sendo meio de transporte para os moradores e visitantes.

Fotografia 10 - O barco na Igreja de São Pedro – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE



Fonte: Acervo da pesquisadora (07/09/2019).

Aproximadamente às 20h00min começaram as apresentações que foram organizadas pelo CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) Indígena. Foi um encontro intitulado de “Reconhecimento e Gratidão”, conforme consta na Fotografia 11, do banner que estava na frente do altar da Igreja. As crianças cantaram, alguns indígenas falaram e tiveram exposições de documentários.

Fotografia 11 - II Seminário Xokó RECONHECIMENTO E GRATIDÃO (40 anos de Luta, Resistência e Vitórias) 2019 – Igreja de São Pedro – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE



Fonte: Acervo da pesquisadora (07/09/2019)

O banner do evento apresenta um mosaico de imagens da Comunidade em tempos anteriores para os jovens também visualizarem, além dos vídeos que foram exibidos. Anísio Apolônio Lima, irmão do Cacique Bá e liderança responsável pela parte Cultural da Comunidade, ia lançar seu o livro de Poesias nesse dia, mas pelo adiantar da hora, ficou para a véspera da Retomada.



Fotografia 12 - Cacique Bá na Igreja de São Pedro - Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (07/09/2019).

O Cacique Bá participou todo o tempo do Seminário e também fez o uso da palavra. Mas, observamos sua concentração e respeito com toda a organização. O registro que fizemos na Fotografia 12, expõe esse momento. Então, refletimos e visualizamos a união de dois ícones: o Cristo crucificado, símbolo soberano e fortalecedor da Igreja Católica e o Cacique Bá, representante mor dos Xokó. Também consideramos a cruz do tempo vivido e sofrido pelos Xokó no passado, e o Cacique simbolizando a vitória do momento presente.

A programação do Seminário já servia de preâmbulo para os dias seguintes, assim como o dia anterior com o desfile cívico comentado pelo seu Pedro Acácio. As falas do Cacique Bá e demais lideranças, os documentários apresentados com imagens, relatos, fotografias e algumas músicas antigas; e, depois as que foram cantadas pelas crianças, formaram um baú de recordações na mente de quem estava presente. Já era o prenúncio de dias organizados coletivamente e com demonstrações de afeto e de forte emoção.

Fotografia 13 - Detalhe da participação das crianças cantando na Igreja de São Pedro - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (07/09/2019).

Na Fotografia 13, aproveitamos para registrar o entusiasmo das crianças cantando cânticos católicos na Igreja repleta de indígenas e alguns visitantes e pesquisadores como nós. Foi um momento criativo, alegre e participativo das crianças. Elas estavam acompanhadas das Assistentes Sociais que organizaram o evento e dos indígenas que cuidavam do som e tocavam violão.

Fotografia 14 – A alegria de Gustavo – Igreja de São Pedro – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE



Fonte: Acervo da pesquisadora (07/09/2019).

Aqui, temos também o registro da alegria do indígena Gustavo Acácio Lima Santos ao perceber antes da apresentação que estava sendo observado e por fim, fotografado. Alguns indígenas estavam caracterizados, os meninos com cocar e as meninas com tiara. As tiaras normalmente são feitas com acessórios artificiais ou as plumas são tingidas.

Em seguida, encontramos uma colega do Grupo de Trabalho - GT Índios na História (Seção Sergipe) Liliane da Silva Santos e fomos para a parte frontal da Igreja e lá encontramos alguns indígenas conversando, entre eles, Heleno. Logo o reconhecemos de eventos anteriores realizados em Aracaju. Tivemos uma longa conversa de maneira informal e não imaginávamos que ele falaria tão sábias palavras, pois não gravamos. Foi um momento singular. Fomos dormir tarde, quase perto da meia noite após fazermos contato com familiares e o Professor Orientador que nos acompanhou o tempo todo pelo *whatsapp*, que por sorte funcionou com o apoio do *wifi* da pousada de Ronaldo.

### 3.4 A VÉSPERA DO RETORNO QUE RETOMA O RECOMEÇO

08 de setembro de 2019 (domingo): fomos surpreendidos logo cedo com um café da manhã nordestino indígena com direito a um diferencial: peixe tucunaré fresco e frito, manteiga caseira e tantos outros alimentos naturais.

Em seguida, caminhamos na Rua do Meio observando as casas, as árvores que servem de sombra para eles conversarem sentados em cadeiras ou deitados em suas redes. As indígenas varrem o chão de terra da praça com uma vassoura que depois ficamos sabendo se chamar “vassoura de relógio”, o que nos chamou a atenção; e também notamos que alguns regam a terra com mangueira para não levantar muito poeira. Isso tudo nos deixou admirados com a manutenção da organização e da limpeza da Rua do Meio. Também vimos rapidamente Anísio pintando as crianças com tinta de jenipapo para aprontarem-se para as programações.

Retornamos na pousada e ficamos sabendo que chegara uma estudante do Curso de Graduação em Arquitetura da UNIT (Universidade Tiradentes) chamada Leandra Silva Ferreira, nos conhecemos e ela nos acompanhou até o último dia. A presença e o apoio dela foram de extrema relevância para que pudéssemos realizar as entrevistas, diria quase que providencial, pois ela nos deu suporte com a máquina fotográfica e foi companheira de todos os momentos seguintes.

Realizamos então nesse dia nossa, primeira entrevista às 11h00min com Sr. ANTÔNIO CLEMENTINO DE MELO, 91 anos, nascido em 28 de novembro de 1928.

Fotografia 15 - Registro após entrevista com Sr. Antônio Clementino de Melo, o indígena mais ancião da comunidade naquele período – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

Sr. Antônio, conforme Fotografia 15, nos recebeu após fazer sua barba e colocar perfume, com seus óculos escuros, seu rádio portátil, todo arrumado e perfumado, participou da entrevista naturalmente embaixo de uma árvore frondosa bem na frente de sua casa. Sobre o passado, seu Antônio lembra alguns momentos que destacamos. Tem orgulho de ter nascido e sido criado na terra indígena como podemos observar:

**Seu Antônio: Eu nasci e me criei aqui**, tinha carteira da FUNAI, tinha tudo. Porque naquela época a Aldeia existia, mas ninguém podia dizer nada, não é. Ninguém podia mesmo, porque se dissesse botava para fora. **Nasci e me criei aqui. Se a terra é indígena, eu sou indígena.** Era uma área que a gente sabia que era dos nossos avós. A área era dos nossos avós. Então naquela época, os grandes, que era os ricos tomaram né? Tomaram deles. Então naquele tempo nem era índio, índio que chamavam, era caboclo. E mesmo caboclo ninguém podia chamar um ao outro não porque eles botavam para fora. (risos) A FUNAI participou, botou como era índio né, porque a gente ficando como índio tem os direitos da FUNAI, tenho direito das Federais né? Então, nós somos Federá. E, finalmente aqui não entra uma polícia militar, a não ser se a gente diga que entra. Só entra Federá. Porque nós somos Federá e eles são Federá também. Entendeu? Nós vivia ontem no cabresto, hoje nós vive por nossa conta né? É porque antes nós vivia espezinhado pelos donos e hoje não tem dono, hoje os donos é nós né? Então aquilo é um presente que a gente tem em dizer que nós somos Xokó. (Sr. Antônio Clementino de Melo, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Nesse fragmento da fala do Seu Antônio, podemos observar o orgulho de dizer que se a terra é indígena, ele também o é. Entretanto, também aparece o período de sufocamento, do silenciamento em não poder dizer que era indígena. Depois a afirmação de pertencer a terra,

por saberem que pertenciam aos seus avós. Seu Antônio enfatiza que não podiam dizer nada, que não podiam dizer que eram índios, mas sim caboclos. Isso nos remete a uma análise do Professor e Antropólogo Ugo Maia de Andrade e trazemos aqui como propósito de entrelaçamento da pesquisa científica com a tradição oral:

Se, em um primeiro momento, as reduções multiétnicas produziram **identidades difusas sob o rótulo geral de ‘caboclos’** – seja o caboclo administrativo das políticas indigenistas oficiais ou o caboclo como modalidade de autopercepção e forma genérica de alteridade indígena – a produção subsequente de identidades específicas sugere mais que o pleito de um quinhão da história por unidades sociológicas inéditas; são novas organizações interpretativas que debruçam-se sobre eventos coparticipados de uma história regional e **oferecem múltiplas e diferentes revisões**. (ANDRADE, 2012, p. 185, grifos nossos).

No desenrolar da conversa com Seu Antônio, a retomada surge como veículo de libertação da voz:

**Antônio:** Tem a inauguração do dia que nós entramos aqui, que é o dia 09 né? Então por isso ... porque foi, o dia do sofrimento passou né? Aí nós viemos aqui para que? O dia da alegria, que recebemos a nossa posse, recebemos a nossa terra. Então nós hoje tamos tranquilo, graças a Deus né? Então, a gente tem essa festa agora do dia nove de setembro e é a louvor que nós viemos aqui e recebemos o direito da terra ser nossa. E aí tamo bem né, graças a Deus né. (Sr. Antônio Clementino de Melo, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE).

Ao ser questionado sobre qual ritual entende que mais fortalece a autoafirmação da Comunidade Indígena Xokó, o Ouricuri se ressalta na configuração dos momentos componentes da cerimônia da retomada:

**Antônio** – O Ouricuri! Porque o Ouricuri é uma Lei Religiosa. Mas, que eu confesso que o Ouricuri é uma salvação né? **É uma coisa que vibra para bem do Xokó né? Eu não sei, é uma coisa que Deus apontou. É um Ouricuri sagrado. Então, tem que considerar e respeitar né?** (Sr. Antônio Clementino de Melo, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

As visitas de curiosos ou pesquisadores que recebem na comunidade, no período da Festa da Retomada ou em outros momentos o fazem se sentir muito bem, conforme discorre:

**Antônio** – Eu me sinto muito bem, porque ontem nós não podia receber visita porque morava na terra dos outros. E aqui vocês vêm visitar o que? Uma área que é do Xokó não é isso? É uma área do Xokó. Isso aqui era uma terra que só tinha mato e gado né do proprietário. Então com isso a gente fica muito satisfeito. **Muito satisfeito de vocês virem e nós saber que vocês virem visitar quem? Os Xokó!**

**Porque é a terra do Xokó!** (Sr. Antônio Clementino de Melo, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).<sup>25</sup>

Dando continuidade, ao transitar na Rua do Meio, encontramos Sr. OLIVEIRA BEZERRA LIMA, 75 anos, nascido em 11 de abril de 1948 e que aceitou participar da nossa segunda entrevista. O encontramos sentado numa cadeira na sombra de uma árvore também na frente de sua casa.

Fotografia 16 - Registro da entrevista com Seu Oliveira  
- Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

Seu Oliveira já teve um derrame, por isso certa dificuldade no início para dizer a data de nascimento e outros detalhes, mas a entrevista fluiu normalmente. Quando nos aproximamos, ele já estava sentado na cadeira com apoio de braço, sem camisa pelo calor que fazia, tranquilo e quieto. Tivemos a colaboração do neto dele Gustavo de 10 anos, o mesmo que apresentamos na Fotografia 14, para a comprovação da sua idade. Ao ser perguntado, se tinha algum nome indígena, seu Oliveira disse que o chamavam de “caboclo brabo”, mas que ele não era brabo não. Seguem recortes da entrevista:

---

<sup>25</sup> Lamentavelmente seu Antônio veio a falecer num período trágico para o mundo, durante a pandemia do coronavírus no dia 03 de abril de 2020.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2020).



**Seu Oliveira:** Eu nasci na Caiçara. Uns 40 km aqui. É tudo uma área só, mas a morada era lá. Rapaz, a atividade que eu tinha era de pescar e trabalhar de agricultor de roça. Plantar milho, plantar feijão, plantar palma e tinha uma vaquinha para comer um leitinho. Na época não tinha Cacique. Só tinha o fazendeiro que dizem que era o dono. A terra sendo da gente sem a gente saber. Trabalhava para ele, plantar arroz de meia para ele. Rapaz, em qualquer canto enquanto eu for vivo, por onde eu andar, eu sou índio Xokó de verdade. Nasci e me criei aqui onde eu tô. Ah! Me sinto muito orgulhoso de ser! (Oliveira Bezerra Lima, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE).

Perguntamos sobre o dia seguinte, a Festa da Retomada. Seu Oliveira rememorou alguns fatos e relatou:

**Oliveira:** Olha, acho que eu sinto tanta alegria que eu choro, de alegria. Tá completando 40 que nós tamo aqui. Tamo aqui nessa terra. Dalí pra qui. Quando nós se identifiquemos como era Xokó, tá completando 40 anos. E nós não sabia que era. Aí junto com um fotógrafo, um fotógrafo que veio de Brasília chamada Delvair<sup>26</sup> na época, então se ela diz ói, eu tive lá em Brasília e lá eu achei um livro que tem os dados todos de Xokó. Tá lá o toco, tá lá o toco, ela aí todos vocês são Xokó. Tá lá esse, tá lá indígena. Pronto aí a FUNAI aí, disse a vocês, essa terra aqui é de vocês. A gente era besta de dizer que era na época de fazendeiro? [...] O meu pai foi judiado nessa terra. Foi batido. E quem se acalmou para não ser, ainda ficou. E, quem disse eu sou aí, tanto matou como correram. Hoje tem uma aldeia ali, chamada aldeia Colégio. Lá tem, tem Xokó porque correu daqui para lá. E os outros que não puderam, atravessaro, mataram afogado. Correram com medo, atravessar o rio, naquele tempo o rio enchia muito para nado e morreram afogado. E o meu pai foi judiado aí nessa terra. Bateram os fazendeiros, queriam ser dono, judiaram o meu pai. Nesse tempo não era de nada. Eu era piquininho. Eu vim saber depois de eu criado foi que eu sube, que judiaram do meu pai. (Oliveira Bezerra Lima, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE).

Finalizando nossa conversa, perguntamos sobre qual dos rituais presentes na Festa da Retomada que mais fortalece a autoafirmação da comunidade indígena Xokó e seu Oliveira refletiu:

**Seu Oliveira** – Rapaz, eu acho, a gente, que nós temos uma fortaleza tão grande que a gente tem dentro da gente, a gente saber que nós somos Xokó de verdade, é uma força grande que a gente tem. Eu acho que pelo menos pra gente o Ouricuri é uma das mais forte. O Ouricuri é quando a gente de mês em mês a gente vamo pra lá fazer os deveres. Os deveres que a gente tem lá ninguém pode, só a gente mesmo é quem tem. É isso mesmo é. Lá é um dever que a gente faz dentro do mato, lá só fica pra gente mesmo. [...] Eu não sei se eles tavam ali na Igreja rezaram ontem o ofício indígena. Eu não sei se a senhora chegou a ver. Devem rezarem hoje. Hoje de madrugada, eles vão sair hoje de madrugada eles devem rezar antes de sair da igreja, eles devem rezar hoje. Porque tem o ofício que os Padres reza e a gente tem o da gente. E lá tem mais coisa que ninguém pode esclarecer pra ninguém, só pra gente mesmo. É um segredo. (Oliveira Bezerra Lima, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE).

<sup>26</sup> Aqui possivelmente seu Oliveira confundiu com o termo. Ele se refere à antropóloga Delvair Montagner Melatti, enviada pela FUNAI em 1979 à Comunidade para investigação. Posteriormente, Frei Enoque também citará a mesma e confirmando a nomenclatura. A mesma aparece ao final no “ANEXO C”, com o Boletim da CPI/SP.

Observamos que a história oral vai correspondendo com as pesquisas bibliográficas e documentais. Seu Oliveira também recorda a fase da tentativa de negação dos indígenas e da alegria sobre o retorno a terra. Além de todo esse sofrimento e das lutas, o ritual do Ouricuri, também se destacou em sua fala.

Dando continuidade às entrevistas, à tarde fomos ao encontro do Ex-Cacique o Sr. HELENO BEZERRA LIMA, 75 anos, nascido na Caiçara em 27 de outubro de 1958, que nos recebeu muito bem e concordou em conceder um tempo para entrevista. Ao ser perguntado se tinha algum nome indígena, seu Heleno disse que não, mas que apenas sabia que o significado do seu nome é “Dono da Profecia”. Como ele é um Ex-Cacique, conversamos sobre suas atividades desempenhadas na Comunidade e nos arredores, bem como o processo de eleição e demais informações que seguem nesse recorte:

**Seu Heleno** – Eu fui Cacique. Eu fui Presidente de um Conselho de Saúde aqui, eu fui tesoureiro aqui de uma Associação aqui por dois mandatos, eu fui Conselheiro Municipal em Pão de Açúcar porque lá caía algum dinheiro, um recurso do povo Xokó, eu fui representante de pais de alunos aqui, e na época tinha uns que estudavam em Pão de Açúcar... em Mocambo, no Quilombo, porque aqui não tinha o Ensino Médio e lá eu fui representante também de pais de alunos. E lá quando foram fazer outras, mudaram do Quilombo para Pão de Açúcar, eu também fui representante lá em Pão de Açúcar na Escola de lá, fui representante dos pais também. (Heleno Bezerra Lima, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE).

Na Comunidade mesmo, além de ser Ex-Cacique seu Heleno exerceu outras três funções: de tesoureiro, de Presidente do Conselho de Saúde e de representante de pais e alunos. O tempo de Cacique e demais peculiaridades ele detalhou:

**Seu Heleno: Na época a gente elegia por um ano.** É que era todo ano, quando chegava a época das eleições já estava aquela luta porque, foi como o Cacique falou lá, tava já **aquela briga de poder, aqueles candidatos já fazendo promessas**, não do jeito bem nivelado lá de baixo como os políticos fazem hoje né? Mas, aí eu já fiquei um ano e sete meses, mas exigindo que já fizesse a eleição. [...] Como a gente ficou mais de cem anos e **perdemos o nosso linguajar e até a nossa característica, mas a parte melhor, a gente, eles não conseguiram levar que foi a nossa história.** A gente fazia eleições sabendo que não era da forma correta a escolha de um Cacique. Não era daquela forma. E aí a gente foi batalhando, lutando né, frequentando a mata. E aí surgiu o Cacique da forma como a gente entende que é a correta. Sem eleições, e por isso ele está há dezesseis anos e ninguém faz eleição. (Heleno Bezerra Lima, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Com relação a como se sente enquanto indígena, seu Heleno dialogou:



**Seu Heleno: O que faz eu me identificar como indígena é o sentimento indígena.** É o que eu mais desejo a toda comunidade, que um dia todos vejam a nossa tribo como ela merece ser vista. [...] **O que faz eu me identificar como Xokó é a nossa história, a nossa história de guerra, de luta... e saber que foi através da nossa história que a gente conquistou o que muitas comunidade talvez aí não tenham condições de conseguir.** [...] (Heleno Bezerra Lima, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Seu Heleno, além de expor suas atividades realizadas na Comunidade e nos arredores, também fala um pouco sobre o processo de escolha que acontecia antes com os Caciques, e que aos poucos foram aprendendo. Enfatiza que embora tenham perdido a língua materna, não perderam os registros da história, o que contribuiu na identificação de ser Xokó, na conquista da terra e no sentimento de pertencimento.

Quando falamos sobre a Festa da Retomada, do retorno a terra que propiciou o recomeço dos Xokó, seu Heleno discorre:

**Seu Heleno:** A festa da retomada me representa um passado que eu não vou... desejo para ninguém muito menos para as futuras gerações. Deixando a gente muito alegre e com um sentimento profundo porque a gente sabe que foi muito complicado, custou muito caro essa vitória. Porque hoje a gente vê os jovens sempre. Essa cicatriz pra mim é uma vitória muito grande, porque o que a gente viveu sarou, mas a cicatriz ficará, está e ficará pro resto da vida, **porque o tempo apaga, sara uma ferida, mas não apaga a cicatriz.** [...] (Heleno Bezerra Lima, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Com esse relato, refletiu também sobre o que fortalece a condição de ser indígena Xokó, o que os ajuda a enfrentar as adversidades do passado e do presente:

**Seu Heleno: O que fortalece? É o cântico religioso.** Porque da forma que vocês cantam, vocês brancos, cantam na Igreja Católica, por exemplo: “Porque Ele vive, eu posso crer no amanhã”, é um canto religioso. E muita gente ouve **o nosso Toré** pensando que é apenas como se fosse uma cantiga, mas ali é um canto religioso, **é o que nos fortalece como nosso cântico depois de 100 anos.** [...] É, porque a gente hoje é...muita gente chega e ignora a gente ir pra Igreja, porque diz que né Aldeia não existe Igreja Católica e realmente não. Aquele povo que já nasceram no ritual é... não tem Igreja Católica e nem cemitério construído assim de alvenaria. Mas, no nosso caso foi porque **eles tumaram a nossa terra e construíram aquela Igreja e aquele cemitério com esse objetivo de destruir a nossa história.** Só que a juventude hoje tem a consciência que **a nossa religião é a indígena.** Mas, **a gente não pode também menosprezar a Igreja Católica,** porque muitos é, já virou cultura a igreja, a religião católica. E **a gente não pode jamais menosprezá-la. Se todos pensasse como eu penso hoje, a gente destruíra aquela Igreja e aquele cemitério e fazia uma oca, mas sem raiva, porque tudo que você faz com raiva é pecado.** Eu destruíra de uma forma carinhosa, pensando no futuro das novas gerações. Porque para o futuro da nova geração, **aquela igreja e aquele cemitério não contribui em nada. Mas, só que a gente vai trabalhando eles devagarinho pra eles ter a consciência.** É tanto que quando eu estou na Igreja que eu fico emocionado, eu penso lá no Ouricuri. [...] **O Ouricuri é o local onde a gente se encontra pra manifestar o nosso sentimento indígena. E o ritual é a minha autodefesa.** É tanto que eu não tenho nem medo. **Antigamente eu tinha muita pena de**

**quem é feio, assim como eu. Mas hoje eu tenho muita pena mesmo é de quem pensa em me derrubar e não consegue. Eu sou como um pedaço de gordura que você bota na brasa e quando joga água sai aquela labareda assim, que se você facilitar queima as pestanas. E essa força é o meu ritual, é quem me segura, me dá essa força. [...]** Eu sei que muitos nos admiram, tem aqueles que até vem com o objetivo de nos criticar depois, mas que **terminam se encantando com a nossa vitória**, com o nosso jeito de se apresentar e aqueles que nos criticar e não abre mão desse desejo de nos menosprezar, isso não me deixa triste porque é como eu disse é: **inseto não mata lâmpada apagada**. [...] (Heleno Bezerra Lima, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Nesse relato, na voz do Seu Heleno, podemos observar certo desabafo sobre o ocorrido no passado com relação a Igreja Católica, a chegada dos jesuítas e depois dos capuchinhos com a catequização, a missão, a invasão não apenas da terra, mas da cultura indígena como já explanamos anteriormente. Porém, deixa claro que jamais a Igreja poderá ser menosprezada. Entendemos que não se trata apenas do que foi construído concretamente – a Igreja e o Cemitério – mas, a forma como foi feita essa introdução da Igreja na Comunidade é o que o entristece. Esse sentimento de tristeza então se mistura com o respeito e a emoção que sente ao falar do cântico do Toré e do ritual Ouricuri que servem de autodefesa e autoafirmação.

Fotografia 17 - Registro da entrevista com Seu Heleno  
- Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

Na Fotografia 17 que registramos do Seu Heleno, podemos observar em sua indumentária e postura, a alegria e o orgulho de ser Xokó. Alguns acessórios podemos elencar. O cocar é diferenciado, pois além das plumas tem um trabalho artesanal com barbante colorido. O maracá que ele segura mão direita, é confeccionado com o coité<sup>27</sup>, uma árvore decorativa presente em algumas casas do território indígena que também serve para fazer espátulas ou paletas utilizadas para dar um acabamento final ou fazer ranhuras nas cerâmicas. A ponta de lança que ele mantém firme na mão esquerda, é feita de madeira e foi um instrumento de caça muito utilizado pelos seus ancestrais. A madeira para essa produção pode ser encontrada no território dos Xokó, retirada da planta conhecida como pau d'arco<sup>28</sup> e da mesma maneira serve para fazer os remos das canoas. O colar é composto por argolinhas

<sup>27</sup> Coité, nome científico *Crescentia cujete*. A árvore é de porte médio, o fruto é redondo, pode ter até 25cm de diâmetro e é na cor verde-escuro. Em outras regiões também é utilizado na confecção de utensílios domésticos e outros instrumentos musicais como berimbau e corpo de viola.

<sup>28</sup> Pau d'arco, nome científico *Tabebuia serratifolia* (Vahl) Nichols *Bignoniaceae*, também conhecido como ipê amarelo, e entre os indígenas Xokó, eles também chamam de maçadeira.

confeccionadas de coco, uma planta que é chamada de “coco ouricuri”<sup>29</sup>, e o pingente branco é feito com dentes dos animais encontrados na região. Aqui precisamos nos atentar à coincidência com o nome do ritual do Ouricuri, e não podemos confundir.

Finalizando nosso encontro com seu Heleno, ele deixou um recado à juventude:

**Seu Heleno:** Eu quero falar pra juventude, tudo que a gente tem hoje, toda essa grandeza, toda essa alegria, toda essa terra, pois somos único povo do Nordeste que não tem mais um palmo de chão a reivindicar, é graças as nossas, a nossa história, graças aos nossos ancestrais. Sem a existência deles no passado não teria se conseguido um documento comprovando que a nossa terra é indígena. Lute, e não tenha vergonha de dizer: eu sou Xokó. Eu me orgulho demais. E aqueles brancos que ainda sofrem o preconceito por não terem terra, e que acham que nunca vão conseguir terra, não esqueçam que sem luta não existe vitória, e que **toda dor é passageira, só o orgulho é eterno**. (Heleno Bezerra Lima, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Continuando o trajeto, no mesmo lado da rua, decidimos tentar contato com a Dona MARIA IDALINA DOS SANTOS, 83 anos, nascida em 22 de outubro de 1935, esposa do falecido Ex-Pajé Raimundo, citado em nossa introdução. Uma de suas filhas falou um pouco antes da entrevista. Disse que Dona Idalina tem o nome indígena, ou apelido de “Pajoa”, por ser esposa do Ex-Pajé Raimundo que faleceu há três anos, e que inclusive Frei Enoque a chama assim. Dona Idalina foi durante muitos anos produtora da materialidade cerâmica e isso foi um diferencial para nossa entrevista.

**Dona Idalina:** Nasci e me criei aqui. Foi na Caiçara, mas é uma terra só. Caiçara e aqui sabe. Nasci e me criei aqui. A vida da gente era fazer cerâmica. Comecei a fazer com 12 anos. A gente morava do lado de lá. Depois nós viemos pra aqui. Aí eu fiz aí 80, com uns 80 anos eu deixei de fazer, porque eu já vou fazer 83 anos. Viu? Criei meus fio tudo com cerâmica. O marido pescando, fazendo roça. Chegamo aqui ele foi fazer roça, nós ajudamo. Graças a Deus deixei de trabalha. Ele já tava velho se aposentou. Eu também. Deu pra nós passa. Se aposento, nossos fio já tavam tudo criado graças a Deus. **Abaixo de Deus é a cerâmica!** Eu vendia em Pão de Açúcar, eu vendia em Belo Monte, eu vendia em Propriá, eu vendia na Lagoa da Volta. (Maria Idalina dos Santos, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Perguntada como foi que aprendeu a fazer cerâmica, Dona Idalina confirmou o que já imaginávamos: a tradição oral dos seus ancestrais:

**Dona Idalina:** Não, nós, já veio dos meus avô, minhas avó viu? **Aí minha mãe boto nós pa ela fazer as panela e botava pra gente fazer as panelinhas.** Então eu aprendi. Quando fiquei moça mesmo que me casei já sabia fazer, fazia panela, fazia pote. Toda loja eu fazia, fazia. É, e roça, plantar arroz... Era pote, panela, fogareiro

---

<sup>29</sup> Coco Ouricuri, nome científico *Syagrus coronata* Mart. É colhido de uma palmeira também presente no território dos Xokó.

é, frigideira, panela grande. Toda peça de louça a gente fazia, tudo misturado, que era pra vender sabe? Um comprava uma coisa, outro comprava outra. E assim nós foi. (Maria Idalina dos Santos, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

O sentimento de ser indígena, de ser Xokó também foi apresentado por Dona Idalina:

**Dona Idalina:** Me sinto como todo mundo. Sou do ritual. Nós temos um ritual da gente. Graças a Deus. **O Ouricuri. Nós têm e forte!** Porque a Igreja ajudou nós, nós não sabia, nós vivia como, na nossa terra e os branco dizendo que era deles, e nós não sabia. Porque lá ninguém podia dizer que era índio. Porque dissesse, as vó da gente, as mãe, sabia que a terra era de índio. Mas, a gente não podia dizer porque se soubesse eles botavam nós pra fora. Porque eles sabia que a terra não eram deles e nós tava enganado trabalhando pra eles. Aí foi quando a Igreja se reuniu, o sindicato, aí fizeram reunião. E, veio gente Delvair não sei, veio gente de Brasília, uma Delvair que tinha uns documentos, pegá os documento do povo todinho da terra. Foro agora o lugar que eles foro ver o documento daqui, eu já me esqueci, eu me esqueci, não tá lembrada não? foi longe que foro com os documento dos índio. Aí eles foro ver, chegaro lá encontraro os documento da gente que eram índio Xokó. Aí trouxeram aí nós tava certo que a terra, a terra era da gente. Aí nós entremo aqui. **Foi uma luta bonita viu?** Mas, graças a Deus não morreu ninguém. Eles pelejaram, tentaro, mas não pudero com nós que a terra era nossa. Foi declarada com documento que a terra era da gente e graças a Deus nós vencemo a luta e tamo aqui só sai quando morre. Que a Sra. sabe que já morreu uma parte, outra tá doente, outra tá se esfriando, e aí vai. (Maria Idalina dos Santos, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

A Festa da Retomada, seus elementos, o que a festa significa e qual elemento se destaca, Dona Idalina prontamente respondeu:

**Dona Idalina:** Saímos do cativeiro pra libertação! Não trabalhamos para rico nem pra nada. **O que nós trabalha aqui, o que nós trabalha aqui é nosso.** São Pedro deu muita força a nós também. A força primeira é a Deus, e depois é a da mãe natureza. A Igreja deu uma força a nós, o sindicato deu a força a nós. E então e o ritual tem muita, graças a Deus tem muita força. O ritual, o Ouricuri pra nós é muito forte. [...] Ah tem coisas que eu não posso que deve ser **segredo**. Só posso dizer que **é bom pra quem comunica lá sabe?** Daquela serra pra lá sabe. De mês em mês a pessoa vai pra lá, se reúne... Tem os que não pode ir, mas a maioria vai no ritual. (Maria Idalina dos Santos, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Na oportunidade, registramos o momento com Dona Maria Idalina, conforme Fotografia 18. O detalhe da tiara de plumas aparece no meio da entrevista quando uma das filhas vem e coloca sobre os cabelos dela. É uma tiara feita de penas brancas e verdes tingidas. Ela disse que sua filha, seu genro e neta que fizeram e alguns artesanatos eles colocam para vender durante a festa.

Fotografia 18 - Registro da entrevista com Dona Maria Idalina  
- Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora - Foto: Leandra Silva Ferreira (08/09/2019).

Quando estávamos quase finalizando a entrevista com Dona Maria Idalina, tivemos grata surpresa de conhecer e conversar com Frei Enoque. A sincronicidade do universo estava ao nosso favor. Fomos agraciados com sua gentileza para em seguida nos conceder uma entrevista.

Frei Enoque chegou cumprimentando todas as pessoas que estavam na casa da Dona Idalina, já a chamando de Pajoa. Muito atencioso e carinhoso, de forma livre e espontânea fomos conversando, e inicialmente os relatos do passado foram recordados por ele:

**Frei Enoque:** Aqui tem que conhecer como é a Ilha. A Ilha de São Pedro nunca foi território indígena, era território de missão. Chegou a ser Sede da Paróquia de Poço Redondo, de Porto da Folha. Tinha professor aqui nomeado pela Intendência e tudo mais. Vigia, banda de música, festa, era habitada, a Ilha morava parte dos Xokó, parte de negros, brancos, porque as festas da região eram aqui. Tinham os Frades Capuchinhos, naquele tempo era difícil ter Padre e eles se esmeravam onde tinha um com fama de Santo: Frei Doroteo de Loretto que morreu em 1678<sup>30</sup> e tem mais história... é com a morte dele que eles aparecem que os índios perdem a terra e aí repassa também por esse processo. E ainda veio marcos<sup>31</sup> da casa do Império porque o Imperador Dom Pedro II ou I não sei, é... deu de boca uma légua de terra em reconhecimento ao trabalho dos índios na ajuda da captura dos escravos. De maneira

<sup>30</sup> A data do falecimento do Frei Doroteo de Loretto seria 30 de outubro de 1878, conforme consta no quadro que fotografamos com seus restos mortais.

<sup>31</sup> Marco - Peça de madeira, cimento armado ou pedra com que se faz a assinalação das linhas divisórias nas demarcações de terras. Baliza, piquete, estaca. Dividem-se em: condutores, os que indicam o rumo nos trabalhos geodésicos; primordiais, principais ou peões, os que terminam o ponto de partida das operações nas áreas a demarcar; e terminais, o que indicam os pontos onde finda a demarcação. (GUIMARÃES, 2019, p. 172).

que sempre houve um que entre aqui e Mocambo. Nesse contexto que o Coronel João Porfírio de Brito que era Intendente dessas terras do Morgado de Porto da Folha, declara instinto no pé da Câmara que aqui não tem mais índio. Depois numa lei, chamada Lei nº 10 que não se encontra mais também na Câmara ele passa as terras para ele próprio, para família dele com a anuência da Câmara de Vereadores. É nesse contexto que ele expulsa os que se rebelam, tortura, muita gente corre para Colégio, outros ficam por aqui mesmo e faz todo jogo dele. E na passagem de Dom Pedro, Frei Doroteo apresenta a ele os índios e ele dá de boca uma légua de terra e quadra. Mas, por causa disso isso manteve os índios, sobretudo os que foram para Colégio. Que Colégio era os Kariri. Com essa chegada dos Xokó virou Kariri-Xocó porque casaram entre si e se misturaram, como aqui se misturou com os negros. Então, por incrível que pareça o despertar dos Xokó começa com a política e com a Igreja. E São Pedro da frente ele vem com o Bispo de Propriá, veio buscar São Pedro, aquela imagem grande que no Brasil só existem três. É São Pedro dos Clérigos, São Pedro Papa daqui e uma de Ouro Preto. Aí o pessoal chorando muito porque se perdia seus Santos, já tinha sido vendido muito e outro Dom Luciano vinha e pergunta a ele de quem é os Santos? De quem são as imagens? Aí Dom José Brandão disse assim: minhas não são! Aí ele disse: são vocês Dom Luciano. Mas, vocês não têm condições de guardar não. Um índio Paulino que nem sabia que era índio mais, disse: que o sangue dá no meio da canela, mas essas imagens não saem daqui! Resultado, os índios bateram palma, não saiu, ficou aqui. Mas, isso fez com eles ficasse mal visto agora do problema pelos fazendeiros e por parte da Igreja, Dom Luciano. Dom José não, Dom José deu todo apoio a eles e tudo mais. E nós fomos proibidos eu e Frei Roberto de visitá-los na Ilha de São Pedro. **Dona Elizabeth Brito** entrou com o pedido de impedimento que o juiz deu e Dom José para permitir que eu continuasse entrando aqui me nomeou Vigário, que como Vigário eu tinha obrigação. (Frei Enoque Salvador de Melo, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifo nosso).

Quando Frei Enoque citou Elizabeth Brito, não nos lembrávamos de ter lido sobre o nome da mesma, apenas dos “Brito”. Entretanto, ao pesquisar mais atenta e minuciosamente, encontramos nos arquivos do Instituto Socioambiental (ISA) - (CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação) os jornais que relatam o ocorrido. Portanto, aproveitamos para colocar três recortes que entendemos serem pertinentes para a concretização de nossas investigações, conforme segue na Figura 4:

Figura 4 - Recortes: Jornal do Brasil de 03/10/1978: “Índios Xocó querem ilha de volta”; Jornal O Estado de São Paulo de 24/11/1978: “Bispo ignora interpelação” e 28/11/1978: “Bispo de Propriá volta a apontar pressões e ameaças”:



Fonte: Instituto Socioambiental, (2020).

Prosseguindo com nossa conversa, Frei Enoque foi contextualizando a relevância da pesquisa da Professora Beatriz e demais estudiosos:

**Frei Enoque:** Bom, é quando entra a Faculdade com Beatriz Góis. Ela escreveu o livro “Terra dos Xokó” com o prefácio de Dalmo Dallari. Ela e Prof. Motti... aí a gente correu atrás. Porque a luta tava como posseiros. Assim que o Sindicato de Porto da Folha entra. Eles eram posseiros e meeiros de arroz. Não tinha nada de índio, nada de não sei o que. Mas, com essa luz, a gente então entra em contato com os Capuchinhos de Bahia, Salvador. Tem um historiador que escreveu “Os Capuchinhos em Sergipe”, três livros. E fomos ver que tipo de índio era e foi assim que resgatamos a história. Mas, essa história, ao meu ver, tá mal festejada. Era para festejar a tomada da Caiçara, que a Caiçara foi em 1996. Porque a FUNAI fez chantagem com eles. Disse: vocês ficam com a Ilha e assinam um documento abrindo mão das outras terras. E uns assinaram, outros não. Dividiu a comunidade. Mas, tinha um poeta aqui chamado Paulino, Paulo Acácio. E ele escreveu “Saudades da minha terra” (e cantarolou): *Se vocês estão vendo essa terra/ Que fica do lado de lá/ Essa terra é da gente/ E um dia nós vamos buscar/ Olha minha querida Caiçara!* E isso alimentou-se com Gileno, Cacique. A luta continuou e se tomou. Tanto é que essa terra daqui foi desapropriada diferente das terras dos índios. (Frei Enoque Salvador de Melo, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE).



Frei Enoque relatou também sobre a desapropriação da terra e a participação de Dom José Brandão de Castro:

**Frei Enoque:** Essa terra foi desapropriada pelo Governador Augusto Franco por intervenção de Dom José Brandão por interesse social, né. Por interesse social. E, foi desapropriado como tendo seiscentos e poucas tarefas, quando na verdade só tinha trezentas e poucas, e o Estado pagou dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros aos Britos. Mas, o pessoal começou a festejar. **Aí o dia da entrada que Paulino canta que foi a 08 de setembro. Ela mesmo veio para cá no dia 08** (apontou para Dona Maria Idalina). A emissão de posse dada no dia 08 de dezembro o Governador assinou. Então Paulino canta “Ilha da Vitória” ele disse: **Foi a 08 de setembro/Um dia cheio de sol/Viemos, saímos da nossa terra/Viemos para Ilha terra dos Xokó.** E essa festa que é celebrada a entrada, uns atravessa no domingo, outros na segunda bem cedo. Esse movimento migratório, de maneira que durante três dias muita gente se mudou, não veio todos de uma vez não. Mesmo sendo poucas famílias, eram 23 famílias. (Frei Enoque Salvador de Melo, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Observamos que Frei Enoque cita a data de 08 de setembro, possivelmente o que havia conversando também com Oliveira durante suas pesquisas, visto que a mesma reflete com afinco sobre a efeméride da retomada:

Nesse sentido, um dos aspectos que ainda levanta polêmica, é a divergência acerca da data em que deve ser comemorada a Festa da Retomada. Para frei Enoque, a data correta seria oito de setembro, pois segundo ele, foi quando o grupo que saiu da Caiçara começou a chegar na Ilha, concluindo a chegada no amanhecer do dia nove. Contudo, há muitos anos **a efeméride é celebrada no dia nove de setembro, data consolidada na memória coletiva como o dia da retomada da Ilha.** (OLIVEIRA, 2018, p. 105, grifos nossos).

Dando sequência, dialogamos sobre a Festa da Retomada, qual elemento ele considera de maior relevância para autoafirmação dos Xokó e mais informações conseguimos extrair do baú de recordações do Frei Enoque mediante sua grandiosa experiência com o povo Xokó.

**Frei Enoque: O Ouricuri!** A cerâmica praticamente acabou. E foi um dos motivos da luta deles da Caiçara, porque lá é que fica as lagoa de arroz e o barro da cerâmica. Foi uma pena que eles foram se deixando e os jovens não assumiram nem como parte da cultura né? Porque eles viviam disso. Porque era muito artesanal. Mas, hoje... porque, porque o trabalho, porque eles foram chamado muito tempo de caboclo. **Eles mesmo chamavam terra dos caboclo. Porque não podia dizer que a terra, que eles eram índio.** Apagou da memória. Talvez por isso, eles com tanta garra. Você vê uma criancinha pequena você pergunta: o que você é? Eu sou Xokó. **Mas, é, sem sombra de dúvida o grande elo de ligação é o Ouricuri.** É lá que eles tomam as decisões mais importantes... O Cacique mesmo, não era revelado. Era eleito cada dois anos, por uma imposição da FUNAI. Antes não tinha Cacique, eles tinham os Conselheiros, eram dez homens. Então, e brigavam muito pelo poder né. De ser Cacique, Pajé. Depois foi lá, eles também não faziam o Ouricuri. Entrou uns três anos depois deles tá

aqui. (Frei Enoque Salvador de Melo, 08/09/2020 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Com relação aos dirigentes governamentais atuais do país e a vida dos jovens na comunidade, Frei Enoque refletiu:

**Frei Enoque:** A situação atual do país, como a gente diz: a maré não tá para peixe. É uma tomada de direito que nunca se viu. **É que a gente vive numa sociedade líquida, de mudança muito rápida.** E é claro que o mundo dos brancos penetra violentamente. Eles não tinham essas casas boas, a televisão, é claro que isso tudo atinge. Aqui ainda há famílias que há um desnível social ainda diria. Tem uns que vivem ainda de pescar, o que é meu afilhado, Minguinho, que já morreu. Pois é. Mas, eles são muito enfrentados por empregos. Em Aracaju tem restaurante, Xokó trabalhando em restaurante, Salvador. Porque não é porque aqui não tinha condições de vida. É porque eles não querem viver de campo. Eu até interpelei-os porque não tem, eles têm vergonha de trabalhar na roça na enxada como ele diz, no que é dele e não tem vergonha de trabalhar nas cozinhas dos restaurante servindo os brancos. E a cachaça que é uma droga muito ruim. Também os velhos vão morrendo, é a lei natural. E quem tem 40 anos se lembra pouco da luta. **E não há um papel de transmissão que os índios do passado fizeram muito.** A gente foi empurrando, foi. Delvair a antropóloga se valeu muito de umas fitas gravadas que a gente tinha de Donata, de Zé do Chalé, Medeiros, João de Deus contando a história. Os novos sabem pouco da história. Sabem pouco. Eles estão mais preocupados em arrumar emprego na FUNAI. [...] Obrigada a você por se interessar pela história dos povos! (Frei Enoque Salvador, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Ao finalizar a entrevista com Frei Enoque, fomos gentilmente convidadas a tomar um chá de erva-cidreira frescas colhidas no quintal de Dona Maria Idalina, com biscoitos e o pé de moleque muito conhecido na região. É feito da goma de macaxeira (aipim, mandioca) - também conhecida por massa puba ou carimã - coco, açúcar e enrolado na folha de bananeira e assado ao forno.

Entretanto, antes do chá, não poderíamos perder a oportunidade de fazer um registro fotográfico com Frei Enoque. Carinhoso e acolhedor, nos deixou abraçá-lo feito um gesto familiar paternal. Constatamos em sua fala e seus gestos que sua presença amorosa na Comunidade de fato contribuiu muito.

Fotografia 19 - Registro da entrevista com Frei Enoque  
- Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE



Fonte: Acervo da pesquisadora. Foto: Leandra Silva Ferreira (08/09/2019).

Concluindo as entrevistas, resolvemos ir com Leandra até a beira do Rio São Francisco para ver o pôr do sol e as águas do rio no fim da tarde, mas nosso registro especial ficou por conta de uma embarcação, cujo carpinteiro não sabemos se é José, mas de um indígena que não investigamos o nome.

Fotografia 20 - A barca no fim da tarde – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

Mais uma vez o barco nos acompanhando. A paleta de cores verde e azul com a luz do fim do dia, é emoldurada pelo vermelho que ampara o barco. Um horizonte de reflexões sobre tudo que ouvimos nas entrevistas, um singelo abraço das ondas do rio nos pés, uma pausa entre as entrevistas para darmos continuidade aos acontecimentos subsequentes da pesquisa.

### 3.5 NA CHAMA DO TORÉ E NA LUZ DA IGREJA

Permitimo-nos um breve descanso e retornamos à Rua de Meio, bem na frente da Igreja para acompanhar mais um momento da programação por volta das 20h00min. Logo, os Xokó chegaram dançando Toré no meio da rua com tochas iluminadas e cantando. Recapitulando o que já mencionamos no início: “um dos métodos utilizados em nosso estudo o uso da fotografia, não como uma mera ilustração, mas como parte imprescindível do próprio texto, sendo explorada no trabalho de campo”, o que em certos momentos nos desafia ao ter que selecionar entre tantas opções, uma imagem para aqui representar.

Logo, na Fotografia 21, trazemos a fusão de duas imagens de um mesmo acontecimento, o toré noturno. Um momento mágico e restaurador da autoafirmação indígena Xokó. Toda a Comunidade estava reunida, mas as indumentárias estavam centralizadas nos homens, adultos e crianças com saias e cocares de embira, cocares de plumas e tochas feitas com troncos de árvores da região. As tochas acesas iluminavam a noite da caatinga e a dança e a música emocionavam a todos que acompanhavam o ritual.

Fotografia(s) 21 - Toré noturno – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

Lembramo-nos de mais um artigo científico de Andrade “Um Grande Atrator: Toré e Articulação (Inter)Étnica entre os Tumbalalá do Sertão Baiano” que faz considerações acerca do Toré dos indígenas do Nordeste, o que nos atenta para lapidar o olhar e a pesquisa:

O toré é o condensador por onde passa todo universo político, motivando uma real imbricação entre os campos político e religioso. [...] O trabalho ritual do toré é também re-produção cultural, atualização histórica do tempo dos antigos índios, detentores de saberes mais apurados e que resistiram ao tempo, porque sobreviveram na forma dos encantados. Re-ligar e re-criar são ações conjuntas, indissociáveis, realizadas na reprodução simbólica do trabalho do toré; são atitudes que não ostentam sinais diversos e antagônicos (‘religar’, como fator de positividade, retorno, volta à origem, e ‘recriar’ como fator de negatividade, arbítrio, postulação, degeneração), senão aos olhos de quem procura por alguma pureza ou originalidade imaculada. Porque a re-criação é um elemento tão próprio da cultura que não haveria re-ligare sem ela, já que é do presente que os homens pensam o passado para construir sua historicidade. (ANDRADE, 2002, p. 79-92).

Constatamos esses dois momentos citados por Maia de “religar e recriar” presentes no ritual do Toré Xokó, e o que mais nos chamou a atenção foram a sincronicidade dos passos fortes, a intensidade no pé direito, a firmeza de quem toca o maracá, a entrega ao canto sagrado. Um ritual de muita concentração, respeito e coletividade que parece estremecer a terra, “religando e recriando” sentidos e significados com seus ancestrais.

Oliveira, em sua tese já citada que trata da memória, identidade, práticas educativas e tradição, também analisa o Toré dos Xokó e disserta:

Característico dos indígenas do Nordeste, o Toré é uma tradição delimitadora de seus praticantes, como membros de um grupo social. É uma **tradição sagrada, mobilizadora de sentimentos e noções identitárias**. [...] O Toré é, a um só tempo, elemento catalizador do grupo, como também elemento de distinção frente à comunidade não indígena e a outros grupos étnicos. O Toré pode ser considerado produto de constantes reinvenções dos povos originários, visto que, nos aldeamentos missionários, eram reunidas várias etnias, proporcionando assim, embates, mas também, **reelaborações culturais**. Nesse sentido, o **Toré Xokó** vem sendo **perpetuado e reinventado constantemente**, pois no passado foi uma manifestação proibida pelos missionários. (OLIVEIRA, 2018, p. 118, grifos nossos).

Concordamos com o pensamento de Oliveira principalmente quando se refere à tradição sagrada, as noções identitárias e as reelaborações culturais, pois são categorias que observamos vigentes no Toré Xokó.

Voltando ao nosso diário, observamos que ao concluírem a dança do Toré circulando o pátio central da Rua do Meio, os indígenas continuaram dançando, cantando e tocando o maracá ao direcionarem-se à Igreja de São Pedro, já com as tochas apagadas.

Fotografia 22 - Toré noturno conduzido pelo Cacique Bá e Pajé Jair  
Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Em nossa Fotografia 22 apresentamos o momento da chegada dos Xokó no pátio da Igreja, encontrando-se com Frei Enoque que sem saber, depois seria homenageado. Juntos e de mãos dadas dançaram o Toré. Todos estavam envolvidos espiritualmente com o momento. O semblante do Cacique Bá cantando fortemente e o Pajé com olhar concentrado no chão, ambos tocando maracá, nos fez observar o respeito e seriedade com o momento ímpar que a Comunidade estava vivenciando.

Fotografia 23 - Frei Enoque e os Xokó na frente da Igreja de São Pedro  
- Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).



Agrupados, todos seguiram dançando Toré e entraram na Igreja. Destacamos novamente os registros dos homens e dos meninos com saias de embira e cocares também de embira e plumas. Os paramentos indígenas são elementos da cultura tradicional que evidenciam e legitimam a autoafirmação de ser indígena Xokó. Presentes no ritual da dança do Toré e durante todo o cerimonial dentro da Igreja São Pedro, as indumentárias também são uma forma de rememorem e homenagearem seus ancestrais.

Fotografia 24 - Entrando com Toré Noturno na Igreja  
- Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

O ritual do Toré noturno foi o princípio do evento realizado na véspera da festa, com o lançamento do livro de poesias “Histórias do talento Xokó” (Fotografia(s) 26), cuja autoria é do indígena Anísio Apolônio Lima Xokó, organizado pelo Professor de Alagoas que conhecemos no barco Dr. José Nascimento de França. No final do livro consta também um adendo cronológico de alguns fatos históricos dos Xokó.

Fotografia 25 - Lançamento do livro de Anísio Apolônio Lima - Igreja de São Pedro - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

Além da fala de Anísio, em agradecimento pelo momento e pelo apoio e organização do Professor Dr. José Nascimento de França, o Cacique Bá e o Pajé Jair também fizeram o uso da palavra, reforçando a importância do livro e da valorização da Cultura. Entendemos que o livro com os poemas de Anísio, também é um elemento de afirmação identitária.

Fotografia(s) 26 - - Livro Histórias do Talento Xokó (Anísio Apolônio Lima).



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

Embora poucos exemplares estivessem disponíveis no dia, conseguimos adquirir um deles para podermos apreciar a leitura e conhecer um pouco mais da cultura e poética Xokó.



Dentre tantos poemas grafados, ousamos fragmentar e citar o que nos mais sensibilizou da escrita de Anísio e que tem relação com nossa pesquisa “A minha terra Xokó”:

Venho até aqui com força  
 Relembrar águas de cura  
 Essa terra tem espírito  
 Essa terra tem cultura  
 Aqui tem fortes mistérios  
 É uma casa de estrutura.

Aqui é mais que isso  
 Aqui é livro sagrado  
 Essa terra é luz que brilha  
 Não a deixem ao passado  
 Não ceguem ao presente  
 Nem durmam acordados.

Meus irmãos, acreditem  
 Essa terra tem vida  
 É espelho da nossa história  
 És aqui, terra querida,  
 Onde brotam coisas belas  
 Desse barro fiz panelas  
 E canções não ouvidas.

Dessas matas tirei a caça  
 Com a qual me alimentei  
 Neste rio e em riachos  
 Em lagoas eu pesquei  
 E naquela árvore gigante  
 Foi onde por instantes  
 Tempestades eu passei.  
 (LIMA, 2019, p. 98).

Nas estrofes que extraímos do poema e em nossa interpretação, as últimas palavras da primeira estrofe composta por seis versos, expressam luta, esperança e resistência: força, cura, espírito, cultura, mistérios e estrutura. Na segunda, também com seis versos, observamos a mistura do presente, do passado e um alerta para o valor da terra; na terceira estrofe agora com sete versos dá continuidade do valor da terra, do barro, do trabalho, da produção das panelas; e, na última, também com sete versos, a busca pelos alimentos da caça e da pesca no rio; e das dificuldades ultrapassadas, protegidos pela natureza, pelos braços de uma árvore.

Desta forma, o livro com os poemas de Anísio torna-se mais uma referência que também retrata e expõe, de certa maneira em versos, a voz do povo Xokó, do que são e do que foram, do que fizeram e sentiram. Palavras rimadas que antes estavam esquecidas e agora tornaram-se reconhecidas e concretizadas nas folhas de um livro também indígena.

Dando sequência, aconteceu então uma homenagem para Frei Enoque e junto um agradecimento pela presença da Igreja Católica na Ilha de São Pedro, como uma forma que

carinhosamente encontraram para manifestar essa gratidão. Foi uma encenação realizada pelas crianças indígenas, organizada pela Professora Daniely, esposa do Cacique Bá e Coordenadora do Colégio Indígena Estadual Dom José Brandão de Castro já citado em nossa introdução.

Fotografia 27 – Homenagem das Crianças ao Frei Enoque e Agradecimento à Igreja pelos trabalhos e apoio realizados - Igreja de São Pedro – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019)

Esse foi um momento singelo de grande emoção para toda Comunidade, pois rememoram tempos passados ao lembrarem também de Dom José Brandão de Castro; e prosseguiram com uma homenagem *sui generis* para Frei Enoque.

Fotografia 28 - Homenagem para Frei Enoque na Igreja de São Pedro  
- Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019)

A Professora Daniely, o Cacique Bá e o Pajé Jair proclamaram palavras de agradecimento e o Pajé Jair ofereceu um Cocar ao Frei Enoque, considerando-o parte da família Indígena Xokó. Todos dançaram Toré na nave central<sup>32</sup> da Igreja e em seguida Frei Enoque também proclamou palavras de agradecimento.

Fotografia 29 - Frei Enoque com Cocar e o Cacique Bá na Igreja de São Pedro - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

Ao sairmos da Igreja, mesmo depois de toda essa programação que estava acontecendo na Comunidade desde sexta-feira (com eles), combinamos anteriormente com Cacique Bá uma entrevista/conversa e o mesmo colocou-se à disposição para conversar conosco depois desse momento, visto que o dia seguinte seria mais intenso ainda.

### 3.6 A NOITE DA VÉSPERA PERANTE AS NARRATIVAS DO CACIQUE BÁ

Domingo, 08 de setembro de 2019 às 22h30min, nós começamos a entrevista com o Cacique Bá em sua nova casa amarela, pois a mudança foi praticamente concluída. Dentro de diversos assuntos que conversamos, destacamos alguns tópicos que estão mais relacionados à nossa pesquisa e outras que rememoram e acasalam com nossa pesquisa bibliográfica e

<sup>32</sup> Nave: tem origem no termo grego “naos”, que designa a sala principal no templo grego, onde fica a estátua de culto. Esse sentido também permaneceu nas igrejas, onde a nave corresponde à sua sala principal, que abriga a comunidade no culto cristão. (REZENDE, 2006).

documental. **Cacique Bá**, cujo nome de nascimento é LUCIMÁRIO APOLÔNIO LIMA, nasceu no dia 16 de abril de 1983, percorreu com relação a ter ou não nome indígena:

**Cacique Bá** - Então, se não é possível dançar o Toré, cantar o Toré, quanto mais se dar o nome de uma criança um nome indígena. Porque era motivo de ser expulso, apanhar ou morrer. Então, é, depois da reconquista, da nossa terra o povo Xokó foi dando nome às suas crianças indígenas, mas sendo que o nome dele já não era o nome indígena. Mas, **eu como Cacique recebi um nome num ritual sagrado**, dentro da nossa cultura, sem meu pai dizer assim: seu nome é esse, seu nome é esse, nem minha mãe. Foi **através de um sonho revelador**, sonhando que eu estava dentro de um rio, brincando com as crianças e entre essas criança indígena, é, elas brincavam com debaixo d'água então e na minha saída, eu queria deixar de brincar com elas, depois desisti e lembrei que tinha que perguntar alguma coisa a elas. Isso de sonho. Aí pergunte pra elas: sim, e como é o meu indígena? Elas assim. Essas criancinhas, nesse sonho que eu tive, olhavam tudo um pro outro assim. Deram mais ou menos o intervalo de um minuto. Tudo assim com a cabeça dentro d'água, e eu sonhando. Aí numa voz só todos falaram: Cacique Apoá, Cacique Apoá, Cacique Apoá. Aí então eu acordei com esse nome na boca. **Cacique Apoá!** (Lucimário Apolônio Lima – Cacique Bá, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Para recordar, conforme apresentamos em nossa introdução, Apoá significa fruto das águas. E foi com esse sonho, essa revelação que Lucimário tornou-se Cacique Bá da Comunidade Xokó com 20 anos de idade e ele nos descreve como aconteceu esse processo de transição:

**Cacique Bá** – Foi. Nasci aqui né. Foi, quando eu nasci, como eu contei já em Aracaju. No ano que eu nasci em 83, foi o ano que o povo estava escolhendo o seu primeiro Cacique. Então, era o povo escolhendo o Cacique e minha mãe, dando a luz um futuro Cacique. Então, Deus já tava dizendo assim, o ano que surgiu o povo escolheu o Cacique para liderar esse povo, estava nascendo um futuro Cacique, escolhido sem ser pelo processo eleitoral né, foi num ritual sagrado. Foi bem nesse dia, nesse ano. Eu estou há 16 anos. **Entre de Cacique no dia 03 de maio de 2003. Se ligue! Nasci em 83 e entrei de Cacique no dia 03 de maio de 2003!** Minha função é tida como a liderança maior da Aldeia. Claro que eu não vou me apegar esse nome “maior”. Mas, é considerado. Porque nada pode passar também a não ser por mim, tem que existir a minha canetada, **o meu consentimento, porque é meio que se fosse um Prefeito de uma cidade. E, o meu trabalho é sempre coletivo, é democrático.** Então eu tenho esse papel de **administrar**. Só tenho esse papel, de ser Cacique. Eu não fui através de voto, foi em processo eleitoral como se fazem muitos anos anteriores. Então, **eu fui o primeiro da história do povo Xokó escolhido pelo ritual sagrado.** E espero que a partir de hoje, a partir daquela data, sempre seja assim. Para o bem desse povo, porque a eleição foi importante até a reconquista. E a gente agradecemos demais. Porque era a forma que ele, era a forma que eles sabem inspirar daquela forma, não tinha outra opção. Porque a gente mesmo nem podia ir para o ritual. Mas, assim, depois da reconquista, é a gente se escolheram alguns anos, mas a gente voltou pro ritual. Então, até o Pajé atual, o Pajé de hoje era o Cacique de antes, antes de mim. Então, eu me tornei, ele foi o último Cacique através de eleição. A eleição não tava fazendo bem o processo de escolha. **Então, eu sou o primeiro Cacique escolhido no ritual sagrado do povo Xokó no Ouricuri.** (Lucimário Apolônio Lima – Cacique Bá, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

As palavras, os nomes e os significados nos auxiliam a arquitetar e a entender uma rede de informações, como um tarrafeiro que vai confeccionando ponto por ponto com malhas, linhas e chumbos sua tarrafa para realizar a pesca e obter sua alimentação, nós vamos obtendo conhecimentos e informações que formam novos instrumentos de configuração da nossa pesquisa.

A identidade perpassa por vários afluentes e para cada pessoa tem um significado que vai compondo essa trama de linhas. Recordando Geertz (2009), sobre a “teia de significados”, aqui compomos uma rede, uma tarrafa de significados e informações. Cacique Bá explana sobre o que o faz se autoafirmar como indígena:

**Cacique Bá** – É, aqui tem muitas pessoas, não sei, não é nem que, coitados, não vou nem dizer que é, talvez, é, por falta até de, de, entendimento, conhecimento assim. Na verdade, a gente tem alguns, por ser tão inocente assim, são descendentes? Não sei o que? Não! Nós somos índio! Isso não quer dizer... o índio não tem que tá na capa! Não é que tá com o cabelo nas costas, tá com o pau na orelha... Mas, existe uma coisa muito importante, o sentimento, a alma. Você quer ser. Sentimento. Claro que os índio, principalmente os índio do Nordeste, eles passaram por essa mistura. Mas, eu não me considero como quilombola, não me considero como branco, eu me considero como um indígena. Será que tem um pouquinho de Quilombola em mim? Pode ter. Será que tem um pouquinho de branco em mim? Pode ter. Mas, o que fala alto é a parte indígena. É isso que eu quero ser. Viu, então. Eu dei uma entrevista uma vez para um jornal foi até polêmico isso. Não, eu sou índio puro, limpo. Porque, mesmo porque é que tem índios que tem a língua materna. Tem índios que tem o cabelo nas costas, você sabe que o sindicato, você sabe que tem índio mesmo negão, mas ele não quer ser. Aí, e aí? Para mim não é só aquele que quer a capa. Isso é engano. Mesmo porque em outros país existem índios de outro tipo. Índio na nossa cabeça é aquele que tem o cabelo que é enorme, cê chega em outros países tem índio sem cabelo né, e outros, assim. E na verdade índio não foi os índios que deram esse nome índio. Nós somos os nativos, os primeiros nativos dessa terra. Entendeu? Então, só isso. (Lucimário Apolônio Lima – Cacique Bá, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE)

Amalgamando um pensamento no outro, também conversamos sobre o que faz o Cacique se identificar como Xokó:

**Cacique Bá** – Xokó é uma palavra, é um nome que desde nossos antepassados, que foi escolhida através de um pássaro que voa e pesca, é pescador. Que se chama Socó, Socó<sup>33</sup>, aí se deu esse nome Xokó. Então, se assume esse título de Xokó. (Lucimário Apolônio Lima – Cacique Bá, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

<sup>33</sup> SOCÓ: O socó-boi pertence à família das garças. O pescoço castanho tem penas mais longas na nuca, que podem ser eriçadas. De hábito solitário, o socó-boi pode ser encontrado em todo o Brasil. Nome em inglês: Rufescent Tiger-Heron. Família: Ardeidae. Tamanho: 76 cm. Dimorfismo sexual: não. Alimentação: invertebrados e pequenos vertebrados. Habitat: próximo à corpos d'água. Pode ser confundido com: o socó-boi-escuro (*Tigrisoma fasciatum*). (ALLENSPACH, 2017).

Apresentamos na Imagem 5 um registro fotográfico que encontramos do Socó. No breve período que estivemos na Ilha não tivemos tempo hábil para direcionar melhor nossa busca e fotografar. Na imagem podemos observar o aspecto do pássaro, parecendo estar pronto e focado para pescar. A plumagem, quase camuflada com a vegetação, mistura o marrom que segue da cabeça até peito e o cinza continua do peito até parte das pernas. No centro do peito, segue uma faixa de penas brancas. O bico é um pouco alongado e as pernas esguias e finas devem torná-lo ainda mais ágil.

Figura 5 - Socó / Socó-boi (*Tigrisoma lineatum*), o pássaro que inspirou o nome da etnia Xokó.



Fonte: Allenspach (2017).

Cacique Bá fez uma reflexão sobre sua identificação enquanto se autoafirmar como indígena. E sobre o nome Xokó, ele trouxe o que já imaginávamos e havíamos escutado de maneira informal e em alguns eventos, a homenagem ao pássaro Socó. Dando sequência a nossa conversa, Cacique Bá falou sobre o significado da Festa da Retomada e perguntamos sobre os rituais que a compõem, qual deles ele entende ter um destaque, um fortalecimento maior à Comunidade:

**Cacique Bá** – O que significa? **Liberdade!** Porque a gente não era livre. A gente não podia gritar para o mundo ouvir, que a gente era liberto. Que a gente podia cantar, dançar, plantar, criar para nós. **Fazer valer a pena o nosso suor, o calo.** As nossas mão. Isso era, e era feito tanto com **muito esforço, suando, fazendo calo, era para eles! E, o que vinha para nós era o que não servia para ele.** Então essa retomada foi liberdade. (Lucimário Apolônio Lima – Cacique Bá, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).



Ao ser perguntado sobre qual ritual presente na Festa da Retomada que mais fortalece a autoafirmação da Comunidade Xokó, Cacique Bá explicou:

**Cacique Bá:** Para eu escolher um é complicado. Porque na verdade, é unificado. **É uma coisa só.** Porque a gente não consegue separar. A tradição não permite mais. Agora, isso não quer dizer que não somos católico, isso não quer dizer que nós somos só Ouricuri. Não. **É uma coisa ligada à outra.** Agora é, eu não posso dizer assim: é isso. O que eu tenho certeza é que através desses três ponto, para o dia de hoje, **é a cultura** né, que é o ritual, no momento, no dia hoje tá sendo a salvação na Aldeia. Mas, pra gente chegar a essa salvação no momento, passemos pela mão e pelo apoio também da **Igreja**, como foi contato hoje. E, **o Toré** que é o tudo ligado, **é a nossa comunicação com Deus**, no nosso linguajar. Então, **o Deus é um só.** Mas, com nomes diferente. Se eu busco o **Deus do Toré**, mas o que nos deu a mão, busca lendo uma Bíblia, e com orações católicas né. Então, não dá para dizer assim qual foi mais... O que a gente não pode fazer antes, a Igreja fez, e o que a Igreja não pode fazer, a gente fez. Então, existe essa irmandade. **A história fez com que unisse essa, fizesse essa aliança.** (Lucimário Apolônio Lima – Cacique Bá, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Quando Cacique Bá diz que é uma coisa ligada na outra, que a história fez uma aliança, entendemos que foi efetivado o momento da triangulação: o Ouricuri, a Dança do Toré e a Cerimônia na Igreja, formando um hibridismo cultural <sup>34</sup>e religioso que fortalece ainda mais o nosso Tripé Identitário Xokó, e ainda que este hibridismo aconteceu como forma de ratificar as experiências vivenciadas pela comunidade indígena, envolvendo o universo católico e as suas práticas nativas.

Também pedimos ao Cacique Bá para falar sobre como se sente com relação aos não-indígenas nas visitas esporádicas ou festivas que fazem na Comunidade.

**Cacique Bá** – Olha. É... quando eu me tornei Cacique, lembro que antes de eu me tornar Cacique, é, não, não tinha essa, esse, esse, como é que se diz, esse mar de gente, essa grandeza...Essa quantidade né? Porque, a Cultura como eu disse, não sei se você ficou até o final na Igreja? Mas eu acho que você ainda me ouviu eu falando. Quando eu disse que a Cultura tava dando adeus, tava morrendo. Então, eu lembro que meia dúzia de pessoas cantava o toré, a missa no terreiro... o **dia nove** era isso!... porque **a divisão e a falta da energia, do calor da Cultura estava longe do povo Xokó.** Entendeu? Aí o quando eu me tornei Cacique aí veio essa quantidade de gente. Aí o que foi? **A Cultura trouxe o povo!** O povo é acostumado vê uma missa fora, o povo é acostumado a vê outras coisa fora. Mas, a Cultura, o povo...diz Oh! Aí surgiu, o Cacique, aí pronto, aí no primeiro ano que eu me tornei Cacique, de branco só vinham os professores de fora, os professores que ensinavam que foi que veio.

<sup>34</sup> O termo é amplamente utilizado por Canclini. O autor dialoga com variados entrelaçamentos de elementos culturais, dentre eles as culturas erudita, popular e de massa, gerando uma mesclagem que o faz criar reflexões referentes às culturas híbridas. Para ele, “As tradições se reinstalam mesmo para além das cidades: em um sistema interurbano e internacional de circulação cultural” (2013, p. 218). Entendemos que essa circulação é o que faz entrecruzar os elementos e gerar o hibridismo cultural. E da mesma maneira concordamos que “(...) todas as culturas são de fronteira. Todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, os vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento. (CANCLINI, 2013, p. 348).

Aí trouxe filho. Primeiro ano de Cacique comigo né? Aí desde que os professores, aí pronto, eles tiraram foto. Os professores disseram: ota que festa bonita! Aí já foi, nos outros anos foram vindo os parentes dos professores com outros amigos, aí pronto! A festa hoje... chegou um ponto que a gente fechou a festa com dois anos como Cacique, porque muitas pessoas estavam misturando, misturando álcool, misturando som... que vem as pessoas com cabeça diferente né? É, querendo brincar de outra forma, hoje mesmo era uma de zoadeira (som) e ligando o som. Mas aí, aqui não é uma festa como no Mucambo, a festa em Niterói...**É uma festa, mas é uma festa que a gente agradece a Deus e a Cultura, entendeu?** Então, o olhar que nós temos sobre as pessoas que vêm, principalmente aqueles que vêm com objetivo como vocês que vindo hoje, de pesquisar e prestigiar e divulgar a nossa cultura, para nós é um ponto muito positivo e gratificante. **Porque se não fosse a voz de vocês, o trabalho de vocês, a gente também não estava no mundo. Porque como a gente, no tempo da luta, os estudantes tiveram um papel importante.** Quando abandonaram a Escola (...) do Marcelo Déda fazendo protesto a nosso favor, é aquilo dali foi para criar uma situação para que se as autoridade tivesse conhecimento do que a gente tava passando. Então, os estudante disseram ói, vou deixar de estudar e passar um tempo com o povo Xokó. Então hoje quem vem mais é estudante. Vem pesquisar. Então para nós é isso que eu falei, principalmente pra quem já vem com esse objetivo. É tanto que você não vê som, é difícil né? Porque já foi uma medida já como Cacique para acabar com o som. Antes e durante da festa do dia 09. Porque já não tava dando certo misturar. Porque a gente tava, diz o que? A gente tava limpo de manhã e a tarde tava se melando. Limpo porque a gente faz a festa bonita cultural e de tarde estava se embriagando. Estava chamando Jesus de Genésio. Então a cultura já não permite. Ou uma coisa ou outra. Então a gente para e diz. **Esses dois dias é de festa cultural.** Então assim. Aí também não adianta. **A cultura é pra ser divulgada, pra ser espalhada pelo mundo afora. Então vocês fazem esse elo para divulgar a nossa cultura. Então para o nosso olhar é um olhar muito positivo, principalmente de quem vem fazer esse trabalho.** (Lucimário Apolônio Lima – Cacique Bá, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Essa fala do Cacique Bá nos traz a reflexão já fundamentada no Capítulo I sobre os termos da espetacularização e canibalização. Quando Cacique Bá fala: “porque muitas pessoas estavam misturando, misturando álcool, misturando som... que vem as pessoas com cabeça diferente né? É, querendo brincar de outra forma (...) aqui não é uma festa como no Mucambo, a festa em Niterói...” Percebemos que houve a tentativa de espetacularização da Festa da Retomada e também da canibalização, ao buscarem apropriar-se do momento para deturpar o sentido genuíno da Festa.

Neste caso, foi possível diagnosticar que a presença e o direcionamento do Cacique revelado naquele momento, bem como o empenho coletivo e organizacional da comunidade foi imprescindível para que a Festa não perdesse o sentido celebrativo.

Atendendo nossa pergunta, o Cacique finalizou nossa entrevista com uma mensagem direcionada à juventude:

**Cacique Bá** – A mensagem que eu deixo é, veja bem. A mensagem que eu deixo para essa grande entrevista é que nós como povo indígena, principalmente Xokó, é nós passamos muita noite mal dormida, fomos perseguido, ameaçado. Enfim, mas, estamos aqui. Hoje, sossegado, tranquilo, em paz. Mas, passamos por uma grande



luta. Que isso sirva de lição para todas classe, que seja índio, que seja negro, etc. Mas, que a juventude, principalmente do nosso povo Xokó deixa essa **sede de ser índio. Não se preocupe com o que** você, você e você **vão dizer por aí.** (Lucimário Apolônio Lima – Cacique Bá, 08/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE, grifos nossos).

Impressionamo-nos com a gentileza e disponibilidade do Cacique Bá em fazer toda essa conversa tão tarde da noite. Saímos de lá às 23h30min. Não sabemos se eles dormiram, pois logo em seguida já nos acordaram para o Toré da madrugada.

### 3.7 TORÉ DA MADRUGADA

Despertamos às 03h40min com o barulho de um estouro e em seguida do maracá ao redor da pousada e na janela do quarto que estávamos dormindo. Foi sem dúvida, uma experiência singular. Às 04h00min já estávamos na Rua do Meio que aos nossos olhos parece uma enorme Praça da Igreja. O declínio da noite com ar frio na madrugada, fez com que alguns colocassem até camiseta de manga longa e alguns que assistiam colocaram um moletom.

Os indígenas já estavam dançando o Toré quando chegamos à Rua do Meio e acompanhamos fotografando (Fotografias 30, 31 e 32) enquanto eles dançavam e cantavam: “Oh Xokó venha cá/Vem pro terreiro cantar/Vamos juntos cantar, com o Cacique Orubá”.<sup>35</sup> Crianças, jovens e adultos, homens e mulheres, iniciavam nesse momento o despertar do dia 09 de setembro para comemorar os 40 anos do retorno a terra.

Como este momento gera o princípio da Festa da Retomada, faremos breves inserções teóricas, pincelando alguns conceitos e reflexões sobre as retomadas de terras, o Toré e o Ouricuri, intercalando com nossa escrita do diário de campo.

---

<sup>35</sup> Conseguimos a letra desse trecho da música com o indígena e interlocutor virtual Ivanilson Martins Santos durante período da pandemia mundial, quando fizemos contato telefônico em 01/06/2020 para obtermos demais informações. Ivanilson vem se destacando e conquistando seu protagonismo mediante o uso das redes sociais. Compartilhando livros, artigos e textos sobre os Xokó e demais estudos de história e da temática indígena.

Fotografia 30 - Toré da madrugada I - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

A dança do Toré entrelaça repetições que rememoram a ancestralidade. No caso dos Xokó, constatamos mais uma vez a firmeza ao pisar com o pé direito, transmitindo força na luta e na resistência. O olhar fixado na terra que observamos nas Fotografias 30 e 31, também é um distintivo que nos chama a atenção, assim como o uso do cocar que evoca a ancestralidade. E a partir dessas análises, vamos formando uma nova rede de informações e teorias sobre novos significados que vão surgindo nos acontecimentos da Festa da Retomada.

Fotografia 31 - Toré da madrugada II - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

O maracá desperta e conduz, mas a Dança e toda composição do Toré é o que fortalece, afirma e dignifica a potencialidade da identidade Xokó. Mais uma vez, Andrade corrobora na ciência em sua pesquisa que ressalta o Toré:

De um lado, o Estado brasileiro exige a demonstração de uma ligação entre os atuais grupos nordestinos (este é um procedimento geral, não valendo somente para a região Nordeste) e as antigas populações indígenas autóctones como requisito para atender ao pedido desses grupos do direito ao território e à tutela oficial. Do outro, os índios nordestinos **reinventam o toré** para satisfazer esses fins e serem declarados remanescentes indígenas, caboclos ou índios mais “apurados”. (ANDRADE, 2002, p. 79-72, grifo nosso).

A dança aconteceu em movimento circular, contornando o pátio central da Rua do Meio. Posteriormente, todos foram dançando ao redor do mastro, conduzidos pelo Cacique Bá e lá formaram um grande círculo. Cacique Bá proclamou algumas palavras e todos rezaram de mãos dadas a oração do Pai Nosso.

Na Fotografia 32, fitamos nossos olhos para um momento memorável da festa. A iluminação no meio da noite escura, a oração e a concentração dos Xokó preparando-se para o alvorecer de um novo dia, e ao mesmo tempo, o silêncio da madrugada geravam reflexões e emoção para um momento intenso e mágico que estava por vir.

Fotografia 32 - Toré da madrugada e Oração - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

Em seguida, voltamos para pousada e os indígenas foram para o ritual do Ouricuri na Caiçara. Um ritual que enfatiza a identificação e o pertencimento de ser indígena Xokó. A noite ainda escura, algumas nuvens tímidas surgindo no céu e ar frio em plena caatinga...

### 3.8 O GRANDE DIA: A FESTA DA RETOMADA!

O amanhecer ensolarado era agora o motivo de nosso despertar. Toda a nossa atenção e curiosidade estava voltada para a chegada dos indígenas que foram à Caiçara. Às 08h00min já estávamos na Rua do Meio aguardando o grande momento. Enquanto eles não se aproximavam, conversamos com alguns indígenas que preparavam o ambiente. Alguns organizavam artesanatos para vender, outros preparavam o almoço para a Comunidade. Sendo assim, mais fotografias julgamos serem necessárias compartilhar para compor nossa tarrafa de saberes, fazeres e conheceres.

Fotografia 33 - Bandeira dos 40 anos de Retomada do Território Indígena Xokó.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

O mastro com a bandeira erguida no azul anil rodeado por instantes de nuvens, no pátio central da Comunidade já anunciava o motivo maior da Festa: os 40 anos da Retomada! Lembramo-nos aqui das dificuldades que passaram até conseguirem levantar as bandeiras ano após ano. E a música que por hora recordamos “Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima!”, composta por Paulo Vanzolini, em 1960. (VOLTA, 2012).

A Antropóloga Daniela Fernandes Alarcon, que também pesquisou sobre o retorno a terra, define: “Em uma definição sucinta, pode-se afirmar que as retomadas de terras consistem em processos de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não-índio”. (ALARCON, 2013, p.100).

Dentre outras materialidades da Cultura Tradicional Indígena que os Xokó apresentam na Festa da Retomada, a produção Cerâmica é uma delas, e os objetos criados são funcionais para atividades domésticas, como panelas e fogareiros. Variam no tamanho e no formato das tampas com pequenas “orelhas” nas laterais, que, aliás, a tampa, eles chamam de “texto”. Por hora, não sabemos o motivo dessa terminologia.

Fotografia 34 - Exposição e venda das Produções Cerâmicas.



Fonte: Acervo da pesquisadora (08/09/2019).

Na Fotografia 34, registramos os utensílios domésticos de cerâmica que foram expostos. Eles organizam os fogareiros com as panelas acima. Por serem queimadas com troncos e galhos de árvores, algumas partes ficam esbranquiçadas, mas ao lavar, todas as peças mantêm o tom marrom do barro da cerâmica. Outra curiosidade é o fundo da panela que é todo arredondado, próprio encaixar no fogareiro ou no fogão a lenha.

Ainda referente ao assunto da cerâmica, expomos na sequência imagens que registramos em outra ocasião que visitamos a Comunidade no ano de 2020.



Fotografia 35 - A matéria prima da argila: o barro.



Fonte: Acervo da pesquisadora (15/02/2020)

De todas as pesquisas, a que mais nos auxilia minuciosamente sobre a questão da cerâmica dos Xokó, continua sendo Barreto (2010). Além do conceito que já citamos e todo histórico que ela apresenta, também expõe alguns antecedentes:

A Arqueologia acredita que os primeiros objetos foram confeccionados sobretudo para armazenar víveres e água, inspirando-se, quanto aos formatos, em utensílios encontrados na própria natureza. Os recipientes aos poucos foram aperfeiçoando-se e variando de acordo com as diferentes destinações, ou seja, com a função determinando às formas. A cerâmica apresenta-se, assim, como uma das mais remotas indústrias humanas. É um trabalho artesanal e especializado, que se caracteriza pela transformação de agentes químicos, componentes das argilas, através do contato com o fogo. (BARRETO, 2010, p. 75).

A autora ainda explica que a forma de ensinar as técnicas da produção de objetos em argila, as louças já citadas, aconteciam mediante tradição oral com narrativas entre familiares sendo passadas de geração em geração. A aprendizagem era frequente e acontecia nas casas, nos quintais e a queima das peças geralmente acontecia na frente das casas de quem produzia e eram voltadas para o pátio central da Comunidade ou no fundo dos quintais. E para a divisão de tarefas, era considerado o gênero e a faixa etária.

A obtenção da lenha e a busca da argila eram feitas normalmente pelos homens e a ceramista sempre dependia de algum familiar em algum momento, seja na produção ou na logística de comercialização para lugares distantes. Entretanto, em alguns relatos torna-se evidente que as mulheres sempre trabalhavam mais que os homens no que se refere à

produção da materialidade cerâmica, pela frequência, pelo esforço físico, pela organização e pelo planejamento do feitiço e venda.

No mosaico da Fotografia 36, podemos observar as distintas “orelhas”, as alças das panelas. A panela da esquerda apresenta um formato com acabamento mais retilíneo e com ranhuras e a da direita são alças arredondadas. Quando negociam as indígenas explicam para que cada uma serve se é melhor para o preparo do arroz, da carne ou do feijão.

Fotografia(s) 36 - Panelas da Indígena Maria Damiana dos Santos.



Fonte: Acervo da pesquisadora (15/02/2020).

Em 1978, os Xokó moravam na Caiçara e isso facilitava a acessibilidade aos barreiros, e consequentemente a escolha da matéria prima pela cor e consistência. Mas, como muitas dificuldades já relatadas sobre o passado, com a cerâmica não foi diferente. Entre os anos de 1978 e 1993, ou seja, 15 anos, os Xokó foram proibidos de ir até a Caiçara, mas conseguiram acesso até Alagoas e lá retiravam os barros.

Barreto (2010) ainda observa que aos poucos, as confecções de louças dos Xokó foram diminuindo. Se em 1981 haviam onze residências com a presença de louceiras, em 1995 a pesquisadora verificou a presença de apenas sete e no ano 2000 apenas duas produtoras apenas resistiam como louceiras. Em 2020 conseguimos constatar 03 ceramistas da terceira idade que ainda confeccionam algumas peças, mas a comercialização é praticamente realizada nas Festas, o que demonstra pouca produção. Acreditamos, mediante análise de nossas observações interpretativas, que com o passar dos anos, a resistência da geração mais nova em querer aprender esta atividade, pode ter acontecido por conta da escassez nas vendas e da defasagem do consumo de louças em cerâmica. O processo de industrialização da cerâmica tanto funcional quanto ornamental também pode ter interferido de alguma maneira nesse

desinteresse dos jovens em querer aprender essa técnica de produção da materialidade cerâmica.

Fotografia(s) 37 - Demais registros de cerâmicas – Ilha de São Pedro.



Fonte: Acervo da pesquisadora (15/02/2020).

Nas Fotografias 35, 36, e 37 que apresentamos, notificamos que a matéria prima estava na frente da casa da ceramista Maria Damiana e as panelas também fazem parte da produção dela. As panelas têm diferentes tamanhos e formatos e em alguns detalhes nas bordas, como o diferencial nas “orelhas”, como está evidente no agrupamento de imagens da Fotografia 36. Foi com a Damiana que ouvimos pela primeira vez o termo “texto” referenciando a “tampa” da panela.

Também tivemos a oportunidade de conhecer e conversar com um dos funcionários da FUNAI, o Sr. Rodrigo Lins, que na época Coordenava a Região. Inserimos na montagem da Fotografia 38, breves registros do nosso bate-papo e da presença de outro funcionário da FUNAI.



Fotografia(s) 38 - Presença da FUNAI na Festa - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora. Fotos: Liliane da Silva Santos (08/09/2019).

Esclarecemos na conversa que por estabelecermos contato com os Xokó em eventos desde o ano de 2017, e tendo uma relação cordial e próxima com o Cacique Bá e sua esposa Daniely, realizamos a pesquisa considerando a autorização do Cacique para nossa presença na Comunidade e investigações pertinentes. A anuência do Cacique e demais lideranças nos deixou com tranquilidade para posteriormente fazer contato com a FUNAI, visto que além do trabalho de campo, também cursávamos as disciplinas obrigatórias e optativas do curso, solicitando de nós tempo extra para demais estudos bibliográficos.

Logo, nosso contato com a FUNAI aconteceu informalmente na Festa da Retomada e depois por e-mail em fevereiro e março de 2020. Diante da pandemia, as anuências para ingresso em Terra indígena foram suspensas conforme o Memorando-Circular no 7/2020/CGETNO/DPDS-FUNAI que segue no “ANEXO D”. Sendo assim, consideramos a autorização do Cacique e nossa proximidade com a Comunidade suficiente para seguirmos e concluirmos nossa pesquisa.

Aproveitamos também para registrar a produção do almoço comunitário que foi servido após a cerimônia na Igreja.

Fotografia 39 - Almoço Comunitário dos Xokó  
– Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE



Fonte: Acervo da pesquisadora (09/09/2019).

Recordando o que acontecia com seus antepassados, os Xokó nesse dia preparam um grande almoço comunitário para servirem após a Celebração na Igreja de São Pedro. Enquanto uns vão para o Ouricuri, outros ficam na Comunidade para os preparativos da Festa. Tudo de forma coletiva e muito organizada. O fogo a lenha aceso no buraco da terra é todo preparado pelos indígenas, assim como os alimentos. Eles ficam na lateral da Rua do Meio, perto do pátio da Igreja, por onde passam perto os Xokó dançando Toré. Depois da cerimônia da Igreja todos se reúnem para comemorar no grande almoço. Oliveira também cita e descreve esse momento:

Após a liturgia, o Toré sempre finaliza a celebração, continuando Igreja a fora e culminando com o **almoço coletivo**, que sempre ocorre debaixo do ‘pé-de-árvore’. É momento de união, integração, reavivamento da identidade étnica, constituída pela mescla de elementos que compõem a sua memória/identidade, entre eles o catolicismo. (OLIVEIRA, 2018, p. 137, grifo nosso).

Após essas observações antecedentes a chegada dos Xokó, ficamos aguardando ouvindo fogos e os cantos que se aproximavam.

Fotografia 40 - Chegando da Caiçara, do Ouricuri  
– Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (09/09/2019).

A chegada dos indígenas do Ouricuri é de um sentimento, uma força, uma energia indescritível. Acreditamos que na Fotografia 40 conseguimos captar um pouco dessa sensação e ficamos felizes com o resultado. O sol forte característico da região, a poeira subindo pela dança fervorosa do Toré, as crianças germinando o ritual conduzido pelo Cacique e o Pajé e todos com as indumentárias indígenas, saias e cocares de embira, cocares e tiaras de penas de aves distintas, a diversidade dos colares e maracás, as regatas estampando os 40 anos da Retomada, tudo vai configurando um verdadeiro espetáculo de luta, resistência e retorno! A espiritualidade renovada é o que nos parece reafirmar de fato a identidade Xokó.

No livro do Etnomapeamento, existem também contribuições interessantes sobre o Ouricuri que reforçam o que ouvimos nas entrevistas e que recortamos:

Logo após a retomada da Caiçara, **o ritual do Ouricuri** era realizado próximo ao rio, no pé da serra Surubim. Como os pescadores de outras localidades ouviam facilmente o ritual, **decidiu-se transferir seu local para o interior da Caiçara, num ponto secreto da Caatinga**. Devido à sua importância simbólica essa área é considerada pelos Xokó como prioritária em qualquer ação de proteção e conservação. (...) É na mata, onde os Xokó fazem o ritual do Ouricuri e onde encontram os remédios do mato: raízes, cascas e outras partes de plantas utilizadas na medicina tradicional. **Da mata retiram a embira cuja entrecasca é usada para a confecção de saias e cocares; o jenipapo, cujo fruto usa-se nas pinturas corporais; e o angico, madeira usada na fabricação de bordunas, lanças, arcos e flechas. Os Xokó também usam penas de aves como a garça, o gavião, o carcará**



**e o corujão para confecção de tiaras e cocares.** (...) Um ponto importantíssimo para os Xokó é o Ouricuri: local sagrado onde é realizado o ritual, que acontece todo primeiro final de semana do mês, reunindo boa parte dos Xokó que mora na Ilha de São Pedro. Nos encontros do Ouricuri são realizados cultos sagrados, comemorações, além de ser um momento de transmitir saberes intimamente ligados à natureza. A localização do Ouricuri é considerada secreta pelos Xokó e por isso não está representado nos mapas. (Etnomapeamento, p. 32, 60 e 64, grifo nosso).

Mais uma vez os registros teóricos, documentais e fotográficos contribuem para articular nosso olhar atento. Assim, também concebemos nossa pesquisa.

Fotografia (s) 41 - A dança do Toré Xokó – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (09/09/2019).

A chegada dos Xokó na Rua do Meio levanta a poeira e cria um mosaico de elementos que aos nossos olhos gera perplexidade. Todas as mulheres de saia de embira, algumas segurando ramos de árvores da Caiçara, com colares, pinturas corporais, tiaras, muita sincronicidade no pé e muita força na voz para cantar os cantos sagrados. O maracá, além da música, evidencia a força da luta e o respeito ao rememorem os antepassados. Como no Toré da madrugada, o olhar fixo para o chão de terra batida aparece novamente. É um momento ímpar na Comunidade, porque cada ano é um novo ciclo que se forma.

Fotografia 42 - O Toré dos Xokó e a Igreja Católica - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (09/09/2019).

Os Xokó se direcionam para o mastro com a bandeira no pátio central, conduzidos pelo Cacique Bá e o Pajé Jair. Lá se reúnem com o Bispo Dom Vitor Agnaldo de Menezes<sup>36</sup>, da Diocese de Propriá; Frei Enoque Salvador de Melo, atualmente Vigário da Paróquia Nossa Senhora da Conceição - Poço Redondo/SE; e Padre Isaías Carlos Nascimento Filho, Pároco da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Povoado São Miguel, Propriá/SE<sup>37</sup>. Todos unidos num só canto, sintonizados numa mesma energia, e que pelo respeito e luta construídos conjuntamente com o passar dos anos, constituíram e lapidaram uma aliança híbrida de culturas e religiosidades.

Após os momentos da chegada do Ouricuri e da dança do Toré, todos os indígenas, visitantes, celebrantes e pesquisadores entram na Igreja com os Xokó, cantando e dançando o Toré. Além da dança em passos firmes, o canto também é em bom volume, ecoa em toda a Igreja. Grande parte das lideranças indígenas, inclusive integrantes do Conselho Tribal, fica com os celebrantes no altar. É bonito de se ver!

<sup>36</sup>DIOCESE DE PROPRIÁ. **Dom Vitor Agnaldo Menezes**. Disponível em <https://www.diocesedepropria.org/domvitor>. Acesso em: 22 maio 2020a.

<sup>37</sup>DIOCESE DE PROPRIÁ. **Clero**. <https://www.diocesedepropria.org/clero>. Acesso em: 22 maio 2020b.

Fotografia(s) 43 - O Cacique, o Bispo e o Pajé – Igreja de São Pedro  
- Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (09/09/2019).

Na Fotografia 43, unimos e congregamos imagens de momentos singulares. Na primeira imagem (esquerda acima) capturamos o momento em que o Cacique Bá fala direcionado para o altar e destaca-se o Cocar com as plumas na cabeça e nas costas. Na segunda imagem (central acima) a proclamação da palavra feita pelo Bispo no momento da homilia. Na terceira imagem (direita acima) quando o Pajé fala com toda a Comunidade. Por fim, na quarta e maior imagem (abaixo), o Cacique e o Pajé fizeram agradecimentos, entregando ao Bispo um arco e uma flecha, em sinal de fortalecimento da instituição com os



Xokó, para que a Igreja continue na luta com eles. É, de fato, a culminância do momento celebrativo da Festa. A Comunidade inteira participa de toda a organização da liturgia e todos se concentram no ritual da Igreja Católica com os elementos da Cultura Indígena dos Xokó. A Igreja decorada com ramos de plantas nativas, deixa o ambiente ainda mais próximo da natureza. Transcrevemos o momento final da fala do Pajé ao entregar os objetos indígenas ao Bispo Dom Vitor:

**Pajé Jair:** Hoje, a gente vem se defendendo com nosso Pai Nhanderu através da Natureza. E em nome de Nhanderu, em nome da tribo Xokó, receba esse símbolo. Que fique marcado, a vinda pela primeira vez comemorar essa festa de 40 anos. Seja sempre bem-vindo e jamais esqueça o povo Xokó. (Pajé Jair, 09/09/2019 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE).

Além dos aplausos nesses momentos solenes e durante as músicas, o toque do maracá evidencia-se no meio do povo. É um instrumento sagrado, criado por eles e manuseado num momento de comemorar, louvar e agradecer.

Fotografia 44 - O Bispo Dom Vitor e os Xokó – Igreja de São Pedro  
- Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (09/09/2019).

Finalizando os momentos celebrativos da Festa da Retomada, não poderíamos deixar de registrar imagens com pessoas tão importantes para composição desse evento. Todas ali foram fundamentais e indispensáveis para a realização dos rituais, mas externamos nossos

agradecimentos às lideranças dos Xokó e da Igreja Católica que conduzem e estão à frente da espiritualidade da Comunidade.

Fotografia 45 - Agradecimentos ao Frei Enoque, Cacique Bá e Pajé Jair - Igreja de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora. Fotos: Leandra Silva Ferreira (09/09/2019).

Na mescla de imagens da Fotografia 45, nossos agradecimentos conduzidos com muita emoção em forma de registros com Frei Enoque (foto da esquerda) que carinhosa e respeitosamente nos abraçou; Pajé Jair e Cacique Bá (foto central) com as indumentárias e os maracás; e na foto da esquerda de frente para o Altar com o Pajé Jair para evidenciar a pintura do gavião em suas costas feita de jenipapo por Anísio. Ressaltando a cultura tradicional indígena numa pintura peculiar.

### 3.9 O DIA SEGUINTE

O dia seguinte foi de pouco tempo, visto que retornamos pela manhã. Mas, foi o suficiente para ver que logo cedo, aproximadamente às 07h00min, todo o pátio central da Rua do Meio já estava completamente varrido, limpo e organizado. Ainda conseguimos observar o local onde os indígenas cozinham no dia anterior. Uma engenhosidade para elaboração do



almoço comunitário aos moldes dos seus antepassados que certamente trazem na memória e nas narrativas dos mais velhos.

Fotografia 46 - Os rastros da engenhosidade ancestral  
– Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (10/09/2019).

Outro objeto que também nos chamou a atenção na Comunidade foi a vassoura que eles mesmos confeccionam, mas o mais peculiar é a sua denominação. Eles a chamam de “vassoura de relógio”, o termo vem do nome da plantinha que eles colhem.

Fotografia 47 - Vassoura de relógio e as plantinhas  
– Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (10/09/2019).

Retornamos revigorados pela energia que percebemos em toda comunidade. Um momento singular para nossa pesquisa que nos impulsionou para continuar nas reflexões da constituição dos Xokó. O barco da comunidade, das leituras e da escrita continua latente em nossa memória e investigações. Com tudo isso, tecemos a tarrafa do conhecimento e do saber sobre a Cultura Tradicional Indígena e os elementos que identificam e reafirmam a existência da Comunidade Indígena Xokó.

Fotografia 48 - O barco vai e volta – Rio São Francisco – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (10/09/2019).

E da mesma forma que nos deslocamos para ir, assim o fizemos na volta. A mesma água que nos conduziu e abençoou, nos encaminhou à terra firme do Povoado Niterói para dar continuidade a viagem de ônibus até a Rodoviária Velha em Aracaju. Seguimos no mesmo barco com o barqueiro Rodrigo, o Prof. Dr. José Nascimento de França e duas crianças indígenas que trafegavam para ir à Escola no Município de Pão de Açúcar em Alagoas.

### 3.10 O RETORNO

Retornamos à Ilha de São Pedro no dia 14 fevereiro de 2020. Pousamos apenas uma noite. Fomos com os amigos Diogo e Kléber do GT Índios na História (Seção Sergipe), já citados anteriormente. Dessa vez, o conforto do carro nos possibilitou maior comodidade, mas

não transitamos de barco. Uma breve aventura que proporcionou um novo olhar para o que não tivemos tempo de exercitar na ocasião anterior.

Visitamos o “Cemitério local”, pouco depois da Igreja de São Pedro, construído em 1883. Prestamos uma breve homenagem ao Ex-Cacique Apolônio. Um dia de muito calor, mas que não impediu nossas visitas. Observamos o Colégio Indígena Estadual Dom José Brandão de Castro pelo lado de fora e passamos rapidamente no CRAS.

Fotografia 49 - Cemitério da Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (14/02/2020).

As imagens que trazemos do cemitério, mostram inicialmente um pouco do caminho de terra antes da entrada (esquerda acima) e no alto do portão de acesso os números delineados no concreto em alto relevo do ano em que foi construído (direita acima). Nas fotografias apresentadas, a lateral do cemitério com os pilares da época ainda sobrevivem ao tempo e num dos lados, o muro estava rodeado de flores da cor rosa pink.



Nesse primeiro dia aproveitamos para estreitar laços de amizade. Conversamos bastante com Cacique Bá e Seu Heleno, que novamente nos receberam muito bem, assim como toda Comunidade.

Tivemos oportunidade de aprofundar assuntos com Cacique Bá e com sua esposa Daniely. Inicialmente, dialogamos sobre os cocares, que são feitos da palha embira ou das penas de aves. As penas que eles mais usam são da garça, do gavião e do carcará, aves mais comuns na região. Quando usam penas de Arara, são fornecidas pelos parentes do Xingu. O urubu é considerado sagrado, porque segundo o Cacique Bá, esta ave serve para fazer a limpeza do mundo. Falou que eles se sentem mal ao saberem que alguém matou um urubu, por isso instituíram a proibição desse ato. Os Xokó consideram todas as aves sagradas. No entanto, as aves fornecem penas para a confecção de cocares e ainda servem de alimento, não é o caso do urubu.

A elaboração de um cocar não é tão fácil quanto parece, pois necessita em torno de seis aves, porém a durabilidade pode ser de até 20 anos para quem cuida bem deste artefato. A parte do cocar que fica abaixo da orelha e alonga-se como extensão dele mesmo até o peito, normalmente é feita com as penas de carcará e de garça, intercalando entre as cores pretas e brancas. As penas coloridas são das Araras. Os cocares do Pajé e do Cacique costumam ser maiores, mais elaborados e destacados.

Os cocares de embira são feitos apenas pelos Xokó, assim como as saias e tem boa durabilidade também. Bá disse que tem 16 anos de Cacique e o cocar de embira é o mesmo. Está do mesmo jeito. Que através da embira também é possível fazer corda e armar a rede.

Fotografia 50 - Cocares de plumas e palhas dos Xokó  
– Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (09/09/2019).

Com relação à produção de cerâmica, o Cacique falou que além do peixe e do arroz, a cerâmica foi fonte principal de renda. Lembramos que Barreto (2010) disse que em 1981 haviam apenas 13 residências que tinham como um dos meios de sobrevivência a produção da louça de barro e que “No início de 2000, soube que só restavam duas produtoras ainda confeccionando cerâmica na Ilha de São Pedro...”

**Cacique Bá:** Você trabalha e luta para adquirir alguma coisa né? Então, a cerâmica quando o alumínio tomou o espaço, a cerâmica perdeu força. Aí o pessoal da região deixaram de comprar muito a cerâmica. O pessoal levava para Pão de Açúcar, levava 10 voltava com 11, só o modo de falar entendeu? Eu mesmo fui várias vezes com meu pai levando panela coitado, de 10 vendia 3, 4, não valia a pena. Aí o que acontece? Dá muito trabalho ser feito né, aí o pessoal foi perdendo. Aí muita louceira foi se acabando, alguns deixaram de fazer e pronto. Aí hoje só existe uma meia dúzia de louceira que sabe fazer mesmo. Então se essas meninas de hoje não aprenderem, só aprenderem, daqui há 10 anos, 15, é o mínimo para acabar. (Lucimário Apolônio Lima – Cacique Bá, 14/02/2020 – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE).

No meio de nossa conversa, Cacique Bá pegou uma peça e quis contar uma história. Era um colar semelhante a um terço<sup>38</sup>, e transcrevemos:

**Cacique Bá:** Os anos todos que eu estou de Cacique é os anos que esse colar tem. Essa peça quem fez fui eu. Quando eu me tornei Cacique, antes os colares se acabavam logo, a gente fazia de semente e se acabava. Aí eu pedi a Deus para eu

<sup>38</sup> O terço é uma terça parte (50 contas/pedrinhas pequenas) de um Rosário (150 contas/pedrinhas em um cordão). É um instrumento de reza que foi proposto pelo Frei Alan de Rupe em 1470. (QUAL, 2017).

fazer um colar para não se acabar. Aí a espiritualidade falou assim: é um colar de pereiro!<sup>39</sup> Nunca soube que pereiro dava para fazer cocar. Peguei as galhas, trouxe e quando eu torei descobri que dentro dele tem uma massinha, que você pega uma agulha e consegue furar. Agora em 03 de maio vai fazer 17 anos. E a cruz ainda é mais velha, é de casca de coco e já tinha um ano antes. Tão cedo não se acaba. Isso aqui foi Deus que ensinou, estava no mato e encontrar um tipo de madeira que nunca se acaba. (Lucimário Apolônio Lima – Cacique Bá, 14/02/2020, Ilha de São Pedro - Porto da Folha/SE).

Fotografia 51 - Colar do Cacique Bá – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (14/02/2020).

Sobre a língua materna, Cacique Bá disse que não falam mais na língua materna e quis explicar que eles achavam que a língua deles era tupi guarani. Para eles, o tupi guarani é como se fosse inglês para os indígenas, uma língua universal. Contudo, disse que acabaram de descobrir que a língua da região é “Dzubucua”. A língua do povo Xokó, do baixo São Francisco. Disse que faziam parte do grupo dos Kariri, que o povo já sabia que eram os Xokó. Falou que historicamente os Xokó tem uma ligação com o Ceará e que um indígena Xokó pesquisou e descobriu que era “Dzubucua”.<sup>40</sup>

<sup>39</sup> Pereiro (*Aspidosperma pyrifolium*): Conhecida também por pau-pereiro, peroba-rosa e trevo, essa árvore é típica da caatinga brasileira. Considerada uma árvore ornamental, pode ser empregada no paisagismo, inclusive na arborização urbana. A casca também é utilizada para tratar dores de estômago. (PEREIRO, 2017).

<sup>40</sup> As diversas tribos, que pertenciam à mesma família linguística Kariri, habitavam a região do rio São Francisco, desde o rio Paraguaçu até ao Itapicuru, estendendo-se também até o Ceará, ocupando inclusive a serra da Borborema, tendo como centro a região da margem esquerda do rio São Francisco e, segundo a tradição, conservada pelos missionários, teriam vindo do norte, de um lago "encantado", que bem poderia ser o rio Amazonas, segundo Capistrano de Abreu, e falavam no século XVI, pelo menos 4 dialetos, o Kipeá, o Dzubucúa, o Sabujá e o Pedra Branca. Os Kariri teriam sido os primitivos ocupantes da região e em épocas

Alguns cantos espiritualmente estão na língua, mas eles não sabiam. Quando ele diz ser espiritual é no momento do Toré, tanto no Ouricuri quanto na Comunidade, porque depois de um tempo eles soltam para todos. Daniely disse também que é um canto por inspiração. Explicou que Nhanderu é em tupi guarani. Bá disse que a ideia é estudar historicamente sobre a língua para colocar inclusive no Colégio. A Daniely comentou inclusive que os Padres da época fizeram um catecismo nessa língua. E que estudiosos no Ceará já fizeram estudos inclusive do alfabeto. Bá então disse que inclusive podíamos perguntar ao Ivanilson. E assim o fizemos.

Falamos novamente por telefone com Ivanilson, nosso interlocutor virtual, no dia 04 de junho de 2020. Ele nos disse que pelo seu entendimento e estudos realizados, os Xokó são um subgrupo dos Kariri, e fundamentado nisso, citou o “Katecismo do Frei Bernardo de Nantes de 1709” que direcionou seus estudos para os indígenas do Rio São Francisco. Logo, Ivanilson nos encaminhou alguns textos e um arquivo em pdf com o Katecismo.

Copiamos, na Figura 6, a página inicial que já cita os Kariri e a língua Dzubucua para breve conhecimento do leitor.

---

mais remotas teriam atingindo o litoral nordestino. Entretanto com a chegada dos índios Tupi, os índios Kariri foram gradativamente sendo empurrados para o interior nordestino, com exceção, dos Tremembé, que mesmo durante o processo de conquista, ainda permaneceram no litoral do Ceará e ocupavam as praias e estuários cobertos de mangues dos rios do nordeste, desde a foz do rio Gurupi até a foz do rio Apodi (Maranhão, Piauí e Ceará). (Pompeu/1,257) (...) Na verdade os Kariri ocupavam todo o interior do sertão nordestino até o atual estado do Ceará, onde viviam os índios Tremembé, também pertencentes à nação Kariri (Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará). O dialeto Kipéa, estudado pelo Pe. jesuíta Luiz Vincencio Mamiani na aldeia do Geru em Sergipe (hoje Tomar do Geru), o dialeto Dzubucúa, estudado pelo Frei capuchinho Bernardo de Nantes, na aldeia dos Arumuru, na ilha do Aracapé, no rio São Francisco, município de Cabrobó - PE, o Pedra Branca e o Sabujá (dos nomes das aldeias em que foram falados depois da conquista) (Martius/2,215). (CARRARA; SOUZA; ALMEIDA, 2004).

Figura 6 - Catecismo do Frei Bernardo de Nantes, Capuchinho (folha de rosto/parte inicial).



## AO LEYTOR.

A Ver o titulo deste Katecismo, poderà ser, Amigo Leytor, te pareça logo ser obra inutil à vista de outro Katecismo na mesma lingua, que poucos annos ha sahio a luz ; porém se quizeres tomar o trabalho de combinar hum com o outro, mudaràs logo o parecer : porque veràs que como ha em Europa nações de diferentes linguas, com terem o mesmo nome, assim tambemas ha no novo Orbe, como são os Kariris do Rio de S. Francisco no Brasil, chamados Dzubucua, que são estes, cuja lingua he tão differente da dos Kariris chamados Kippea, que são os para quem se compoz o outro Katecismo, como a lingua Portugueza o he da Castellhana, quer pela distancia das paragens entre estas duas nações, que he de cento, & tantas legoas, quer pela diversidade das cousas, que cada terra cria, como são plantas, arvoredos, animaes, passaros, peixes, que pela mayor parte são differentes no ser, & pelo consequente no nome ; uzando os Kariris

a iij do

Fonte: Nantes (1709).

No dia seguinte, fomos rapidamente à Igreja com a Dona Zezé (Maria José Faustino de 73 anos), que cuida da Igreja e fica com a chave, para obter um registro melhor do quadro do Frei Doroteo, e assim o fizemos. Depois, estivemos no “Cemitério dos caboclos”, que fica na Caiçara e prestamos breve homenagem para o Ex-Pajé Raimundo. É nesse cemitério que estão os ancestrais dos Xokó. O Pajé Jair nos conduziu até lá, junto com um indígena “guerreiro”, que nos acompanhou. O guerreiro é Antônio Acácio Neto, mas o chamam de Netinho. Pajé Jair também fez uma reflexão e pediu a Nhanderu permissão para que pudéssemos entrar no Cemitério. Não tiramos foto por respeito aos ancestrais e ao Ex-Pajé Raimundo, retratamos apenas uma parte da Caiçara. A maior experiência de calor numa região de caatinga sergipana que enfrentamos até o momento, pois para ir e voltar ao cemitério levamos aproximadamente duas horas de caminhada. Muito protetor solar e água com gelo para nos hidratar e refrescar no caminho. Sem contar uma sombrinha de dona Zezé que conseguimos emprestada. Mesmo assim, não foi o suficiente para proteger de tanto sol.



Fotografia 52 - Na Caiçara – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (15/02/2020).

Na composição das fotos, assinalamos Pajé Jair e Netinho segurando um ramo de uma das árvores da caatinga. Ao ser perguntado por que estava com o ramo, o Pajé disse que é para mostrar a natureza. Na outra foto o cactus como símbolo de resistência do alto sertão sergipano envolvido com galhos retorcidos secos, e na foto abaixo desta, a imagem que capturamos da Caiçara bem na frente do Cemitério dos Caboclos. Uma terra firme e seca pelo clima do verão, mas rodeada da vegetação nativa.

Resolvemos ir até a beira do rio após o almoço. Pajé Jair nos indicou um caminho de melhor acesso e visibilidade da paisagem. O calor era tão forte que não aguentamos e entramos no rio mesmo de roupa. E, para nossa surpresa, o mesmo indígena que nos agraciou com um sorriso na Igreja na Festa da Retomada, estava lá e logo nos reconheceu. Na foto: Diogo, Gustavo e pesquisadora.

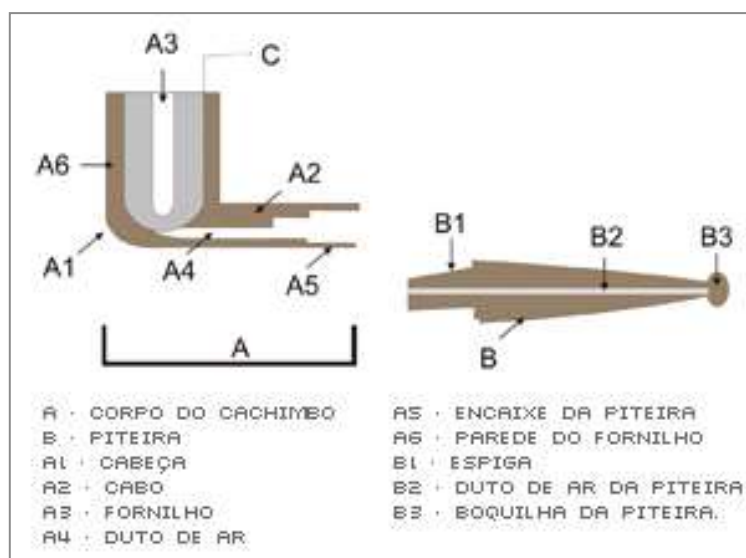
Fotografia 53 - Mergulhando no Rio São Francisco - Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora. Foto: Kléber Rodrigues Santos (15/02/2020).

Depois do almoço, já era hora de voltar. E, no caminho conversamos rapidamente com Tamires, esposa de Acácio, irmão do Cacique Bá. Ele estava num jogo de futebol indígena, mas veio até sua casa para nos mostrar um cachimbo que o Cacique Bá havia pedido ele para guardar. O cachimbo foi encontrado embaixo da casa do Cacique Bá, na ocasião da mudança de casa ano passado e apresentamos na colagem de fotos que fizemos na Fotografia(s) 54. Na verdade, é uma parte do cachimbo, é o corpo do cachimbo, onde fica o forninho, conforme imagem 7 que encontramos com detalhes das partes de um cachimbo.

Figura 7 - Partes de um cachimbo – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Brian (2018).

Quando soube de nossa segunda ida à Ilha, nosso Orientador sugeriu que verificássemos se ainda havia algum cachimbo de cerâmica na Comunidade. O que provavelmente devem utilizar nos rituais da Caiçara, no Ouricuri. Lembramo-nos que na

Festa da Retomada havia sim um indígena quando retornou dançando Toré fumando cachimbo, mas era de madeira e não registramos a imagem.

Fotografia 54 - Cachimbo de cerâmica – Ilha de São Pedro – Porto da Folha/SE.



Fonte: Acervo da pesquisadora (15/02/2020).

Nossa trama da tarrafa segue para o final, neste período de isolamento, num momento extremamente difícil e delicado do mundo e principalmente do país, com as circunstâncias adversas sanitárias, educacionais, econômicas, sociais e políticas. Uns acreditando e respeitando a ciência. Outros, ousando ignorá-la.

Na data de 03 de junho de 2020, tivemos conhecimento do falecimento de Dom Mário Rino Sivieri<sup>41</sup>, que foi Bispo de Propriá e atuou na Igreja de São Pedro. Os Xokó manifestaram sentimentos nas redes sociais, inclusive Daniely prestou homenagem, por ele ter celebrado o casamento dela com Cacique Bá.

Para concluir nosso terceiro capítulo, que teve em sua raiz o propósito de diagnosticar os elementos identitários dos Xokó presentes na Festa da Retomada, bem como todo seu processo de retomada, retorno, (re)conquista e demarcação da terra dos Xokó, resolvemos dar uma “piscadela”, feito Geertz, para verificar como foram acontecendo as demarcações em nosso país e aqui apresentamos um cenário estatístico arquitetado pelo Instituto Socioambiental, publicado em 19 de abril de 2018.

<sup>41</sup>DIOCESE DE PROPRIÁ. **Nota de falecimento: Dom Mário Rino Sivieri.** Disponível em: <https://www.diocesedepropria.org/post/nota-de-falecimento-dom-m%C3%A1rio-rino-sivieri>. Acesso em 04 jun. 2020.

MORRE em Aracaju o bispo emérito de Propriá Dom Mário Rino Sivieri. **G1:**Sergipe. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2020/06/03/morre-em-aracaju-o-bispo-emérito-de-propria-dom-mario-rino-sivieri.ghtml>. Acesso em 03 jun. 2020.

Quadro 3 - Registro de demarcações ocorridas no Brasil até 19/04/2018.

Demarcações - Brasil				
Presidente [período]	TIs Declaradas		TIs Homologadas*	
	Nº**	Extensão (Ha)**	Nº**	Extensão (Ha)**
Michel Temer [mai 2016 a set 2017]	2	1.213.449		
Dilma Rousseff [jan 2015 a mai 2016]	15	932.665	10	1.243.549
Dilma Rousseff [jan 2011 a dez 2014]	11	1.096.007	11	2.025.406
Luiz Inácio Lula da Silva [jan 2007 a dez 2010]	51	3.008.845	21	7.726.053
Luiz Inácio Lula da Silva [jan 2003 a dez 2006]	30	10.282.816	66	11.059.713
Fernando Henrique Cardoso [jan 1999 a dez 2002]	60	9.033.678	31	9.699.936
Fernando Henrique Cardoso [jan 1995 a dez 1998]	58	26.922.172	114	31.526.966
Itamar Franco [out 92   dez 94]	39	7.241.711	16	5.432.437
Fernando Collor [mar 90   set 92]	58	25.794.263	112	26.405.219
José Sarney [abr 85   mar 90]	39	9.786.170	67	14.370.486

Fonte: Instituto Socioambiental (2018).

Observamos, pela tabela apresentada, que o período mais favorável às demarcações de terras indígenas ocorreu no Brasil entre os anos de 1995 a 2002. Análises mais aprofundadas a respeito dos dados mencionados merecem estudos, porém não é objeto específico da nossa investigação, portanto não nos detivemos e deixamos a livre reflexão do leitor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As descrições de Américo Vespúcio retratando sua percepção sobre as características do indígena em 1501, ainda permeiam o imaginário das memórias das pessoas. Constatamos que esta é uma visualização presente nos livros didáticos até hoje, cuja análise desse assunto também foi realizada por Monteiro e Rodrigues (2016).

No ensaio de Antonio Alves Camara sobre as “construções navais indígenas do Brasil” (Camara, 1888), destacamos imagens das embarcações presentes em Sergipe e no Nordeste em 1888. Hoje, o que vemos são os barcos sem velas, registrados e apresentados em nosso trabalho de campo, até porque hoje existem outros meios de transporte de acesso à região como ônibus, moto, carro e bicicleta.

A carta de Vespúcio e as embarcações de Camara (1888) foram bases iniciais da história geral para fundamentar nossos estudos. A partir daí, utilizamos o caleidoscópio científico de informações para compreender a variação de conceitos apresentados e que foram imprescindíveis na construção inicial de uma tarrafa simbólica de significados.

Considerando a “árvore genealógica de autores consagrados”, conforme Peirano (1995), sobre o termo Cultura concordamos com Arantes (1981), quando diz que “a cultura está em toda parte” e é constituída por “códigos e convenções simbólicas”. Afirmamos o pensamento de Geertz (1989), que entende a cultura como “teias de significados” visto que, para ele é uma ciência que pode ser interpretada mesmo com suas “expressões enigmáticas”, e foi com esse pensamento que a observação interpretativa nos serviu de método para o trabalho de campo.

A cultura popular e as culturas populares apresentadas, respectivamente por Abreu e Soihet (2003) e Canclini (1983), nos fizeram entender sobre “um certo sentido de diferença, alteridade e estranhamento cultural em relação a outras práticas culturais”, bem como a desigualdade econômica e cultural nos setores subalternos, “pela compreensão, reprodução e transformação, real e simbólica”. Aspectos que também observamos na cultura tradicional indígena que, no caso o estranhamento maior, parece ser por parte do não-indígena pela não compreensão de seus rituais, indumentárias, religiosidade e respeito a terra.

A diversidade cultural e a identidade étnica são analisadas por Peixoto (2018), que reflete sobre as ressignificações de elementos, valores culturais e saberes ancestrais e que podem gerar uma nova identidade e um novo indivíduo, mesclando o tempo passado com o presente. O autor expõe ainda a tentativa de interação de povos e culturas, o que gera o compartilhamento de saberes e informações das mais variadas identidades étnicas, até como

mecanismo de sobrevivência social. Com esse pensamento, confirmamos em nosso trabalho de campo quando visualizamos a triangulação do Ouricuri, a Dança do Toré e a Celebração na Igreja, gerando o hibridismo cultural e religioso, respeitando a diversidade cultural e a identidade étnica dos Xokó.

O Decreto n. 6.040/2007 (PNPCT) e o Decreto-lei nº 4.887/2003 contribuem da mesma maneira em nossos estudos, nos fazendo reconhecer ainda mais a dimensão das lideranças como detentores e salvaguardas da transmissão dos saberes e conhecimentos à Comunidade. (BRASIL, 2007; Brasil 2003).

Outro aspecto que confirmamos é que os Xokó utilizam seu território e recursos naturais em benefício da comunidade, da cultura, da religiosidade, da economia e em respeito aos seus ancestrais, quando rememoram narrativas que afirmam sua identidade e suas tradições. Para entrecruzar os pensamentos Cunha (2009) também nos atenta para as “experiências visuais, auditivas e perceptivas” presentes nas narrativas dos anciões e pajés, o que também dialoga com a reflexão de Cuche (2002) sobre cultura, sendo a “soma de saberes acumulados” e isso observamos nas entrevistas realizadas.

Almeida (2010) explica a tentativa de desaparecimento indígena, porém só ocorrendo na história escrita do Brasil. Isso aconteceu pelo processo de aculturação na colonização, forçando a perda da identidade étnica, de mudanças culturais. Hall (2000, p. 103-133) também discorre sobre a desconstrução das perspectivas identitárias integrais, originárias e unificadas. Sobre essa tentativa, Amorim (2003) disserta trazendo o período da invasão em 1500 e a trágica redução dos povos originários, assim como a diáspora, as perdas identitárias, linguísticas, ritualísticas, educativas e que no Nordeste aconteceu, o que ele chama de “drama da miscigenação”, considerando um ato de barbárie.

Essas reflexões referentes às tentativas de desaparecimento dos indígenas, foram comprovadas na investigação quando analisamos os documentos apresentados por Dantas (1980) e que organizamos brevemente na tabela cronológica do III Capítulo. A tabela expõe a tentativa de extermínio e apagamento dos Xokó, a miscigenação forçada para que não tivessem direito ao que sempre os pertenceu.

Observando esse processo de miscigenação e hibridismo, encontramos acolhida aos povos tradicionais novamente no Decreto n. 6.040/ 2007, que em seu objetivo geral trata da preservação dos direitos culturais, das tradições e da identidade racial e étnica. (BRASIL, 2007). É um documento que ampara as comunidades indígenas, com objetivo de fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais e demais que valorizam e respeitam a identidade. Todavia, os documentos gritam e comprovam pelo que não vinha acontecendo.

A “desfavorável conjuntura do século XIX” é apresentada por Almeida (2017, p. 17-38), quando ainda não há espaço para a “pluralidade étnica”. E concordamos com Cunha (2012), quando entende que a explicação para o morticínio na invasão fica restringido em dois “motivos mesquinhos: ganância e ambição”. Hall (1997/98, p.22-29) elucida sobre as “estórias inenarráveis da subjetividade” em que “o sujeito colonizado está sempre ‘em outro lugar’: duplamente marginalizado”. Constatamos que esses pensamentos se entrecruzam e conectam nas informações da tabela cronológica e das narrativas nas entrevistas realizadas com os Xokó.

Outros termos que trouxemos para reflexão foram a espetacularização e a canibalização propostos por Carvalho (2010, p. 39-76) que acontecem tanto nas culturas populares quanto nas tradicionais. A espetacularização e a canibalização evidenciam ações de invasão, consumo e mercantilização da cultura do outro. Ambos, quando executados efetivamente, expõem a violação aos direitos autorais de todas as naturezas, formando um verdadeiro festival de plágios.

Essas situações não apareceram na pesquisa durante observação no trabalho de campo, todavia, destacamos a relevância do assunto por alguns relatos nas entrevistas sobre anos antecedentes, pela negação e silenciamento dos seus ancestrais e da diáspora sofrida por alguns anciões há 40 anos, fazendo com que os Xokó buscassem constantemente a autoafirmação na prática dos seus rituais e nas produções dos elementos identitários indígenas.

Essa trama de conferências e produções científicas corrobora que mesmo diante de tanta mortandade, os povos originários resistem e sobrevivem. Mesmo enfrentando rupturas, diásporas, repressão, miscigenação, dor e fome, conseguem na vida coletiva reproduzir materialidades da cultura tradicional indígena para sobreviver como é o caso da cerâmica dos Xokó. Nesse sentido, Barreto (2010) pesquisa o termo e apresenta como sendo “a arte de dar forma a terra”. Também citamos brevemente a produção de materialidades de plumas e palhas dos Xokó, elementos componentes do Tripé Identitário que fortalecem a autoria e identificação da Comunidade.

Com relação aos povos indígenas da Região Nordeste do Brasil, Peixoto (2018) discorre que a expulsão dos territórios fez com que eles adotassem o silenciamento, a invisibilidade e o anonimato como estratégia de sobrevivência. Com isso, adaptações culturais como a perda do idioma nativo foram acontecendo e segundo o autor, os rituais foram ressignificados, assim como os cânticos e as divindades. Amorim (2003) também contribui na pesquisa sobre os indígenas da Região Nordeste brasileira, e reforça que eles se



autorreconhecem na aldeia principal, do “tronco” e transmitem seus referenciais étnicos as demais aldeias que ressurgem. Essas considerações também são percebidas por nós na história documentada retratando o processo de aculturação e miscigenação, bem como nas narrativas das entrevistas quando falam do Ouricuri e da Dança do Toré.

Decifrando melhor o território das palavras, acessamos distintas autoras e autores para compreender a denominação “índio” e verificamos que Cunha (2009) reflete sobre o anacronismo evidente no uso de outras denominações como “gentio” ou “negro da terra”. Segundo Tayassu (2013) o termo reproduz preconceito direta ou indiretamente, como se comparassem os indígenas aos “selvagens” ou “não-civilizados”. Munduruku (2013), mesmo sendo protagonista da própria história, usa sua voz para explicar que o termo índio era desprezado pelos brasileiros, distorcendo a visão que as pessoas tinham com relação aos povos originários, mesmo com pesquisas antropológicas comprovando a complexidade cultural. Rosa (2015), entende que o processo de colonização e história das identidades sociais teve como resultado classificações inventadas e forjadas. Dialogando com Karnal (2004), a autora comenta o equívoco geográfico de Colombo.

Tendo o entrecruzamento dessas informações, interagimos com Oliveira (2018), quando defende o respeito a singularidade de cada etnia, sendo que cada povo se autorreconhece e autodenomina a sua maneira. Também reflete que não é só a questão do termo, mas a forma como ele é proclamado, para que não ocorra qualquer tipo de equívoco ou interferência indesejada. O uso incorreto, preconceituoso e pejorativo que ainda pronunciamos muitas vezes por um costume ou hábito entranhado do passado sobre o ser “índio” e a influência que tem em algumas etnias, também nos fez entender que algumas comunidades pelo mesmo motivo (da imposição histórica dessa nomenclatura) se autorreconhecem assim. Nesse caso, distingue de etnia para etnia, é conforme as escolhas que cada um faz para se autodenominar.

Constatamos, da mesma maneira, as variações ocorridas com a nomenclatura “Xokó”, bem como as orientações da Convenção para grafia dos nomes tribais, ocorrida em 1953 na Reunião Brasileira de Antropologia, para conceber prudentemente detalhes particulares das grafias dos nomes “tribais”. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1954).

A respeito do termo “tribo”, encontramos em Melatti et al. (1985), que o conceito de tribo é aplicado erroneamente, por interesses diversos, querendo impressionar autoridades e conseguir maior fonte de recursos financeiros. A “Convenção 169” (BRASIL, 2004) considera o termo de caráter pejorativo e em desuso, e Figueiredo (2012) explica que o termo foi introduzido antropológicamente desde 1871, referindo-se a “barbárie e selvageria”.



Assimilar a raiz dos termos índio, tribo e Xokó nos esclareceu historicamente, a construção da identidade e o fortalecimento da resistência na reconquista da terra.

As transmutações na grafia do termo Xokó e a depreciação dos termos “índio e tribo”, formaram um prenúncio para outros processos que foram tramitando na história e nas raízes entranhadas do tempo. Deparamo-nos com a imposição da mestiçagem, da mistura, do hibridismo, como tentativa de anulação, de rompimento com a ancestralidade, de um genocídio e um etnocídio ensurdecedores.

Investigar a etimologia ou o significado das palavras nos proporcionou maior compreensão dos estigmas carregados até mesmo nas nomenclaturas. São minúcias da grafia que também contribuem de alguma maneira no contato com o outro, no exercício da alteridade, no respeito às diferenças. Nesse sentido, Freire (1996) contribui com seus pensamentos quando reflete sobre o respeito às diferenças constatando que a escuta é imprescindível para compreensão e entendimento da fala e da vida do outro.

Apresentamos a Lei das Terras (601/ 1850), que dispõe sobre as terras devolutas do Império e, na sequência, elencamos demais Leis e Decretos referentes as terras indígenas. Barreto (2010), contextualiza geograficamente a TI dos Xokó e Dantas (2013), sobre os sítios arqueológicos. Nantes (1709), apresenta um mapa do etno-histórico do Brasil e todas essas informações nos fizeram “fincar o pé no mapa” e preparar ainda mais nossa viagem investigativa.

O Boletim da Comissão Pró-Índio de SP nos oportunizou uma aproximação maior com a Comunidade mediante conhecimento da transcrição de entrevistas realizadas com o Ex-Pajé Raimundo e Ex-Cacique Apolonio que na voz deles mesmos protagonizaram a trajetória dos Xokó.

Observando essa trajetória, trouxemos para reflexão a carta de Pero Vaz de Caminha que descreveu a primeira missa realizada no Brasil. Assim, conectamos com a chegada do Freio Doroteo de Loreto em 1849 na região dos Xokó. Sendo que, apenas em 1716 foi construída a Igreja de São de Pedro e o Convento, segundo informações do Etnomapeamento da FUNAI. (ANAÍS, 2016). Esses relatos e registros contribuíram para despertar ainda mais o caráter investigativo da pesquisa, fazendo-nos deparar com o Diário de Dom Pedro II de 1859, que confirmou as narrativas trazidas no Boletim e depois nas entrevistas que fizemos sobre a presença e o comportamento do Frei Doroteo na Ilha.

Os momentos distintos da presença da Igreja Católica na Comunidade são apresentados por Oliveira (2018), foram os “principais vetores da identidade intercultural característica dos Xokó”. O primeiro e difícil momento foi vivenciado desde a chegada de

Frei Doroteo em 1859 e o segundo e promissor momento aconteceu na década de 1970 com a chegada do Frei Enoque Salvador de Melo e Dom José Brandão de Castro na Diocese de Propriá. Uma nova fase que contribuiu na luta efetiva pela terra dos Xokó, fortalecendo-se ainda mais com o apoio das investigações feitas pela CPI-SP, das pesquisas realizadas pela Professora Beatriz Góis Dantas e do Jurista Dalmo de Abreu Dallari, bem como da Professora Hélia Maria de Paula Barreto. Com isso, observamos que o apoio da Universidade Federal de Sergipe nas pesquisas foi e continua sendo de extrema relevância para desvelar e esmiuçar documentos e registros históricos da trajetória dos Xokó.

Analizamos minuciosamente os dados contidos no livro de Dallari e Dantas (1980) “Terra dos índios Xocó” e arquitetamos uma tabela cronológica que serviu de alavanca para fazer a conexão dos estudos historiográficos com as narrativas dos indígenas em nosso trabalho de campo. Destacamos aqui, uma frase singular que ouvimos do Cacique Bá sobre as pesquisas da Professora Beatriz na ocasião em que participamos da Jornada dos Povos Originários no dia 21/05/2019: **“Se Cristo deixou a Bíblia para quem quisesse seguir, Dona Beatriz deixou para o povo Xokó a sua pesquisa”**. A navegação por letras, palavras e datas atracou na Ilha e ancoramos nossa pesquisa na retomada de uma comunidade que ficou à deriva por muito tempo.

Um novo horizonte surgiu e diante da pesquisa bibliográfica e das observações interpretativas na Festa da Retomada, nos fez confirmar o tripé identitário Xokó que engendramos no início e que serviu de astrolábio para rota da identificação e da autoafirmação de ser Xokó.

A configuração da linha do tempo nos permitiu, com uma lente de aumento científica, visualizar melhor a história. Debruçamos nosso pensamento na história para compreender com mais afinco o trajeto percorrido até o momento da retomada que aconteceu em 1979. 40 anos se passaram e ainda ouvimos narrativas nas entrevistas e nos eventos com relação aos aspectos que configuraram os períodos de dor, luta e negação dos povos originários. Até hoje é uma cicatriz na Comunidade que salta aos olhos quando proclamam as agruras do passado.

Vivenciamos de perto a organicidade da Comunidade para a triunfal 40ª Festa da Retomada que foi reconfigurada com o conhecimento de registros documentais, narrativas e foi aqui interpretada por nós com os acontecimentos dos dias 07, 08, 09 e 10 de setembro de 2020.

A presença dos momentos que estruturamos na triangulação, reforçou o que havíamos pensado. Os rituais do Ouricuri, da Dança do Toré e a Cerimônia na Igreja, consagram a Festa na sua mais profunda essência. São elementos que se complementam e conectam entre si a

cultura, a música, a dança, a sincronicidade, a organicidade, o hibridismo cultural e espiritual. Integrando-se a esses momentos a produção da materialidade indígena da cerâmica e os artefatos de palhas e plumas, são apresentados nas suas mais variadas formas. Tudo sendo lapidado, amalgamado, rememorado e reafirmado.

Com todo esse arcabouço teórico, investigativo e prático da pesquisa, constatamos que a construção da identidade Xokó acontece a partir da terra. O que seria dos Xokó sem a Caiçara e sem a Ilha de São Pedro?

A Caiçara é o local de onde eles vieram para ocuparem efetivamente a Ilha de São Pedro. É na Caiçara que eles realizam o ritual do Ouricuri e no cemitério da Caiçara é onde estão sepultados os seus ancestrais. Na Ilha de São Pedro está localizada a Igreja que realizam as cerimônias com a Dança do Toré, onde vivem em comunidade e realizam o almoço coletivo da festa.

Toda a formação do Tripé Identitário Xokó só foi possível pelo processo de retomada da TERRA. É na terra que eles praticam o ritual do Ouricuri, onde se reinventam e criam um processo de autonomia identitária para além das concebidas e recomendadas pela FUNAI, visto que foi a partir do ritual do Ouricuri que aconteceu a definição do novo Cacique dentro de novos critérios e uma nova perspectiva de gestão da Comunidade, definida e recomendada não mais pela FUNAI, rompendo com paradigmas conceituais de tutela e assistencialismo, mas, através das revelações dos seus antepassados, na realização do ritual do Ouricuri. É a partir da terra onde eles tiram os elementos vitais para a organização identitária, como o barro para produção da materialidade cerâmica a partir de uma atividade feminina que por muito tempo foi meio de sobrevivência da comunidade.

É com esses elementos componentes na nossa triangulação, constituídos a partir a ancestralidade vinculada as dimensões da terra, que eles mesmos insistem, se reinventam e resistem, tentando criar a partir da ideia da retomada, as lições para que não se apaguem os processos de reinvenção, reconstrução e ressignificação do que é ser Xokó, que está para além desses elementos.

É no território que a natureza se veste de recursos para que eles possam coletar as penas do gavião, do carcará e da garça; é nas matas que eles colhem a embira para criação das indumentárias; é na terra de onde eles tiram o barro para produção da materialidade cerâmica; é na terra que eles plantam e colhem alimentos e ervas medicinais. A terra tem um significado muito mais que importante para Comunidade. Os Xokó não são apenas os donos da terra, mas parte integrante da própria terra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. **Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 247 p.
- ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria "conhecimento tradicional" no contexto de uma nova ordem discursiva. In: BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Héio (Org.). **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Massangana, 2011, p. 65-78
- ALLENSPACH, Natalia. **Aves brasileiras: socó-boi (tigrisoma lineatum)**. 2017. Disponível em: <http://apassarinhologa.com.br/soco-boi-tigrisoma-lineatum/>. Acesso em: 2 jul. 2020.
- ALMEIDA, Maria Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 37, nº 75, 2017.
- ALMEIDA, Maria Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 167p. (Coleção FGV de bolso. Série História).
- ASSOCIAÇÃO DE MISSIONÁRIOS E MISSIONARIAS DO NORDESTE (AMINE). **História da Associação dos Missionários e Missionárias do Nordeste**. 2009. Disponível em: <http://amine-missionarios.blogspot.com/2009/11/historia-da-associacao-dos-missionarios.html>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- AMORIM, Siloé Soares de. **Índios Ressurgidos: A construção da auto-imagem - Os Tumbalalá, os Kalankó, os Karuazu, os Catókin e os Koiupanka**. 2003. 301 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Curso de Pós-Graduação em Multimeios, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- ANDRADE, Ugo Maia. Um grande atrator: toré e articulação (inter)étnica entre os Tumbalalá do sertão baiano. **Cadernos de Campo**. USP, nº 10, 2002. p. 79-92.
- ANDRADE, Ugo Maia. A Jurema tem dois gaios: história tumbalalá. In: CARVALHO, Maria Rosária; CARVALHO, Ana Magda (org.). **Índios e caboclos: a história recontada**. Salvador: Edufba, 2002. p. 183-222.
- ANJOS, J. B. dos. DRUMOND, M. A. Estratégias de aproveitamento dos co-produtos do coco ouricuri (*Syagrus coronata* Mart.) na alimentação humana e animal do semi-árido baiano (Resultados preliminares). In CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 8, 2010, São Luís. Agricultura familiar: crise alimentar e mudanças climáticas globais; anais. São Luís: UEMA: Embrapa, 2010. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/113277/1/Anjos.pdf>. Acesso em 26 de set. de 2020.
- ARANTES, Antônio Augusto. **O que é Cultura Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 83p. (Primeiro passos, 36).
- ARQUIVO NACIONAL. **Diretoria/Diretores-Gerais de Índios**. Publicado por Dilma Cabral. Rio de Janeiro. jul. 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/312-diretores-diretoria-geral-dos-indios>. Acesso em 28 maio 2020.
- ARQUIVO NACIONAL. **Lei Eusébio de Queirós**. Publicado por Louise Gabler. Rio de Janeiro. mai. 2015. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz>. Acesso em 28 maio 2020.

ARTICULAÇÃO XINGU ARAGUAIA (AXI). **Marãiwatsédé, Terra dos Xavante**: o que significa desintrusão?. [20--]. Disponível em: <https://maraiwatsede.org.br/content/o-que-significa-desintrus%C3%A3o>. Acesso em: 5 maio 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA (ANAI). **Etnomapeamento da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro do povo Xokó**. Salvador: Anaí, 2016.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. **Sergipe - Governadores e Presidentes da Província (1821 – 1889)**: Subsídios Biográfico-genealógicos. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/wp-content/uploads/2012/07/sergipe-I.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

BARRETO, Hélia Maria de Paula. **Produção cerâmica Xokó**: a retomada de uma identidade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira. 2010. 102p.

BARROS, Clara Emilia M. de. **Aldeamento de São Fidélis**: o sentido do espaço na iconografia. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

BELARMINO, Manoel. Ao Pajé Raimundo. 2016. In: **Racismo Ambiental**. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/quem-somos-2/quem-somos-nos/>. Acesso em: 05 dez. 2019.

BRASIL, 1991. **Decreto nº 401 de 24 de dezembro de 1991**. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, no Estado de Sergipe. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0401.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0401.htm). Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL, **Decreto nº 5.051, de 19 de Abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm). Acesso em: 30 de nov. de 2019.

BRASIL, **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em 30 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 3.348, de 20 de outubro de 1887**. Orça a Receita Geral do Imperio para o exercicio de 1888 o dá outras providencias. . Rio de Janeiro, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1887, Página 33 Vol. 1 pt I (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3348-20-outubro-1887-542992-publicacaooriginal-52680-pl.html>. Acesso em: 1 maio 2020.

BRIAN. **Literatura:** partes do cachimbo. Partes do cachimbo. 2018. Disponível em: <https://www.cachimbo.org/category/literatura/partes-do-cachimbo/>. Acesso em: 29 maio 2020.

CABACEIRA (*crecidentia cujete*). Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/flora/noticia/2015/01/cabaceira.html>. Acesso em: 26 de set de 2020.

CAMARA, Antonio Alves. **Ensaio sobre as construções navaes indígenas do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos. 1888. 209p.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A Carta:** de Pero Vaz de Caminha, 1500. In: Domínio Público (Brasil). Universidade da Amazônia. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 150p.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas:** Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. São Paulo: Edusp, 2013. 385p.

CARRARA, Douglas; SOUZA, Zélia Peres e ALMEIDA, Marcelo Maschietto Elias. **Relatório Preliminar Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Xukuru – Kariri – AL**. Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio, Brasília. 2004.

CARVALHO, José Jorge de. ‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina – **Anthropológicas**. Recife: UFPE, ano 14, vol.21, 2010,

CENTRO NORDESTINO DE INFORMAÇÕES SOBRE PLANTAS (CNIP). **Espécies Nativas mais utilizadas pelas comunidades rurais:** Embira (*Xylopia frutescens*). Disponível em: <http://www.cnip.org.br/PFNMs/embira.html>. Acesso em: 19 fev. 2020.

CNBB REGIONAL NE3. **Diocese de Propriá**, [S.l., 2019?]. Disponível em: <https://www.cnbbne3.org.br/dioceses/diocese-de-propria/>. Acesso em: 15 jun. de 2019.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO - SP. **A outra vida dos Xocó**. Boletim. São Paulo, p. 1-27. maio/jun. 1983.

*Crescentia cujete* in Ficha de Espécies do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR). Disponível em: [https://ferramentas.sibbr.gov.br/ficha/bin/view/especie/crescentia\\_cujete](https://ferramentas.sibbr.gov.br/ficha/bin/view/especie/crescentia_cujete). Acesso em: 26 set de 2020.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002. 256p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. 436p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil:** história, direitos e cidadania / Manuela Carneiro da Cunha. — 1ª ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DANTAS, Beatriz Góis. A tupimania na Historiografia sergipana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. nº 29, 1983-87, p.39-47.

DANTAS, Beatriz Góis. **Os índios em Sergipe**. In: DINIZ, Diana M. de Faro Leal (Org.). Textos para a História de Sergipe. 2ª ed. Aracaju: IHGSE, 2013, p. 25-74

DANTAS, Beatriz Góis; DALLARI, Dalmo de Abreu. **Terra dos índios Xocó: estudos e documentos**. Comissão Pró-Índio: São Paulo, 1980.

DENATELLO. **Baby do Brasil**. Biografia. 2011. Disponível em: <https://babydobrasil.webnode.com.br/baby-do-brasil/biografia/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

DIOCESE DE PROPRIÁ. **Dom José Brandão de Castro**. Disponível em: <https://www.diocesedepropria.org/bispos>. Acesso em: 15 de jun. 2019.

DIOCESE DE PROPRIÁ. **Dom Vitor Agnaldo Menezes**. Disponível em <https://www.diocesedepropria.org/domvitor>. Acesso em: 22 de maio 2020a.

DIOCESE DE PROPRIÁ. **Clero**. Disponível em: <https://www.diocesedepropria.org/clero>. Acesso em: 22 maio 2020b.

DIOCESE DE PROPRIÁ. **Nota de falecimento: Dom Mário Rino Sivieri**. Disponível em: <https://www.diocesedepropria.org/post/nota-de-falecimento-dom-m%C3%A1rio-rino-sivieri>. Acesso em 04 jun. 2020c.

DOM PEDRO II. **[Diário]** 1out, 1859. Viagem à Costa Leste - 1ª Parte (Bahia) 01/10 a 07/11/1859. Disponível em: [http://museuimperial.museus.gov.br/images/stories/imagens\\_museu/PDF/Diarios-imperador/vol02.pdf](http://museuimperial.museus.gov.br/images/stories/imagens_museu/PDF/Diarios-imperador/vol02.pdf). Acesso em 04 fev. 2020. Localizado nos Arquivos do Museu Imperial.

DONATÁRIO. In: **Dicionário Online**. Disponível em <https://www.dicio.com.br/donatario/>. Acesso em 06 jun. 2020.

EVIDENCIE-SE. **Síntese realiza Encontro de educadores(as) negros(as) e indígenas**. Aracaju, 2018. Disponível em: <https://evidencie-se.com/sintese-realiza-encontro-de-educadoresas-negrosas-e-indigenas/>. Acesso em: 19 jun. 2019.

FERNANDES ALARCON, Daniela. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais** - UNICAMP, v. 7, n. 1, 11.

FIGUEIREDO, Fabio Baqueiro. **Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980**. 2012. 439 f. Tese (Doutorado Estudos Étnicos e Africanos) — Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

FREIRE, Felisberto. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis, Ed. Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 144p. (Coleção Leitura).

FUNDAÇÃO CULTURAL CIDADE DE ARACAJU (FUNCAJU). **Apresentação**, Aracaju, 14 jun. 2019. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/cultura>. Acesso em 14 jun. 2019.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Instrumentos: conhecendo os instrumentos para a gestão ambiental e territorial de terras indígenas**. Brasília, [20--]. Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTAs). Disponível em: <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/instrumentos/>. Acesso em: 5 maio 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan. 1989. 224p.

GEERTZ, Clifford. **O antropólogo como autor**. Tradução Vera Ribeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 204p.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Jurídico**. Atualização de Ana Claudia Schwenck dos Santos. 23 ed. São Paulo: Riddel, 2019.

HALL, Stuart. **Ideias: Identidades Mínimas**. Nossa América. São Paulo, nº 13, 1997/98. p. 22-29.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

ILHA DE SÃO PEDRO-PORTO DA FOLHA-SE. In: GOOGLE MAPS. Mountain View: Google, [2019?]. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/ILHA+DE+S%C3%83O+PEDRO-+PORTO+DA+FOLHA-SE/@-9.7903687,-37.3666167,17z/data=!3m1!4b1> Acesso em: 04 dez. 2019.

INFONET. **UFS realiza VI Seminário Nacional Filosofia e Natureza**. Aracaju, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/educacao/ufs-realiza-vi-seminario-internacional-filosofia-e-natureza/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes**. 1987. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278\\_mapa.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_mapa.pdf). Acesso em 03 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Porto da Folha Sergipe - SE**. 2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/porto-da-folha/historico>. Acesso em 03 dez. 2019.

INSTITUTO CULTURAL CRAVO ALBIN. **Jorge Benjor**: dicionário cravo albin da música popular brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cravo Albin, [20--]. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/jorge-benjor/dados-artisticos>. Acesso em: 18 jun. 2019

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Com pior desempenho em demarcações desde 1985, Temer tem quatro Terras Indígenas para homologar**. 2018. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/com-pior-desempenho-em-demarcacoes-desde-1985-temer-tem-quatro-terras-indigenas-para-homologar>. Acesso em: 20 maio 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Notícias**. Disponível em: [https://acervo.socioambiental.org/adv-search?form\\_id=advanced\\_search\\_form&form\\_build\\_id=form-8v6nsg6R1E-552c\\_WIn9VRrmmWCEPYFsodpHg4lMTLM&search\\_term=xok%C3%B3&field\\_data\\_initial=&field\\_data\\_final=&content\\_type=noticias&page=13..](https://acervo.socioambiental.org/adv-search?form_id=advanced_search_form&form_build_id=form-8v6nsg6R1E-552c_WIn9VRrmmWCEPYFsodpHg4lMTLM&search_term=xok%C3%B3&field_data_initial=&field_data_final=&content_type=noticias&page=13..) Acesso em: 24 maio 2020.

JUNQUEIRA, Jéssica Sousa Santos; SILVA, Priscila Pereira; GUERRA, Wendell. Elemento químico: Ouro. **Química Nova na Escola**, v.34, n. 1, p. 45-46, 2012. Disponível em [http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc34\\_1/10-EQ-104-10.pdf](http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc34_1/10-EQ-104-10.pdf) Acesso em 11 abr. 2020.



KARNAL, Leandro. **Os textos de fundação da América: a memória da crônica e alteridade.** Ideias, Campinas, v. 11, n. 11, p. 09-14, 2004.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64p.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia.** Tradução Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2003. 170 p.

LINDO, Luiz Antônio. **A Carta Mundus Novus de Vespucci e a lenda do homem natural e Rousseau.** *Rev. Hist. (São Paulo)* [online]. 2015, n.172, pp.279-297. ISSN 2316-9141.

LIMA, Anísio Apolônio. **Histórias do Talento Xokó.** (Anísio Apolônio Lima Xokó) Maceió: Q-Gráfica, 2019. Organizado por José Nascimento de França. 132 p.

MADEIRAS BRASILEIRAS E EXÓTICAS. Disponível em <http://www.remade.com.br/madeiras-exoticas/419/madeiras-brasileiras-e-exoticas/pau-d%E2%80%99arco>. Acesso em 26 de set. de 2020.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Diário no estrito sentido do termo.** Tradução de Celina Cavalcante Falck. Rio de Janeiro: Editora Record, 1967. 336p.

MARQUES, Adeval. Colégio Estadual É O Retrato Do Abandono E Desprezo Por Parte Do Governo. **Faxaju: A notícia agora.** Aracaju, p. 1-1. 27 abr. 2017. Disponível em: <http://www.faxaju.com.br/index.php/2017/04/27/58972/>. Acesso em: 2 abr. 2020.

MELATTI, Julio César et al. O índio e nós. **O Povo:** Universidade Aberta, Fortaleza, 15 fev. 1985. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/K1D00062.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

MONTEIRO, Diogo Francisco Cruz; RODRIGUES, Kléber (Orgs.). **Temas de História e Cultura Indígena em Sergipe.** Aracaju: Infographics, 2016. 154 p.

MORGADO. In: **Dicionário Priberam.** [S.l], c2020. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/morgado>. Acesso em 06 maio 2020.

MORRE em Aracaju o bispo emérito de Propriá Dom Mário Rino Sivieri. **G1:Sergipe.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2020/06/03/morre-em-aracaju-o-bispo-emerito-de-propria-dom-mario-rino-sivieri.ghtml>. Acesso em 03 jun. 2020.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo no movimento indígena brasileiro.** São Paulo: Paulinas, 2013.

MUSEU DA GENTE SERGIPANA. **Museu.** Aracaju, 2019. Disponível em: <http://www.museudagentesergipana.com.br/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

NANTES, Bernardo de. **Katecismo Indico da língua Kariris.** Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1709. 363 p. Disponível em: <http://www.etnolingustica.org/biblio:nantes-1709-catecismo>. Acesso em: 4 jun. 2020.

NASCIMENTO FILHO, Isaías Carlos. **Dom Brandão, o profeta do povo de Deus do baixo São Francisco.** 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Curso de Pós Graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2012.

NASCIMENTO, Eugênio. Morre aos 58 anos Apolônio Xocó, ex-cacique da única tribo indígena de SE. **Jornal da Cidade.net**. Aracaju, 28 maio 2019. Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/cidades/2019/05/309150/morre-aos-58-anos-apolonio-xoco-ex-cacique-da-unica-tribo-i.html>. Acesso em: 21 jun. 2019.

NUNES, André Gustavo Alves. **Os Argonautas do Mangue**: uma etnografia visual dos caranguejeiros do Município de Vitória/ES. 1998. 242 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Curso de Pós-Graduação em Multimeios, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

NUNES, Clara. **Canto das três raças**. Rio de Janeiro, 1976. Disponível em: <https://sambaderaiz.org/albuns/clara-nunes-canto-das-tres-racas/>. Acesso em 14 nov. 2019.

NUNES, Verônica Maria Meneses. O Museu do Homem Sergipano. **Patrimônio e Memória** (UNESP), v. 6, n. 2. p. 67-85, 2010.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Coord). **Teorias & políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador, BA: EDUFBA, 2007. 256 p. (Coleção Cult).

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. **Currículo do sistema Lattes**. [Brasília]. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9901368485788985>. Acesso em 19 de jan. de 2020.

OLIVEIRA, Valeria Maria Santana. **Memória/identidade Xokó**: práticas educativas e reinvenção das tradições / Valéria Maria Santana Oliveira. 2018. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós Graduação em Educação, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Folha informativa**: covid-19 (doença causada pelo novo coronavírus). COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). 2020. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875). Acesso em: 7 maio 2020.

PATEO, Rogerio Duarte. **Direitos Humanos e Cidadania**: proteção, promoção e reparação dos direitos das comunidades tradicionais. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016. 13 p. 13 v. Coleção Cadernos de Direitos Humanos: Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais/EFDH-MG.

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1995. 180p.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume**: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó - Alagoas. 2018. 204 f. Tese (Doutorado Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco. Pernambuco, 2018.

PEREIRO (*Aspidosperma pyrifolium*). **G1**: Terra da Gente, c2017. Disponível em: <http://faunaeflora.terradagente.g1.globo.com/flora/arvores-palmeiras/NOT,0,0,1223965,Pereiro.aspx>. Acesso em 04 jun. 2020.

PINTO, Tales dos Santos. **O que é sesmaria?** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-sesmaria.htm>. Acesso em 06 maio 2020.

PISSARRA, Teresa Cristina Tarlé. **Tabela de Conversões**. Disponível em: [https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/engenhariarural/TERESACRISTINATARLEPISSARRA/Conversao-Tabelas\\_Conversoes.pdf](https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/engenhariarural/TERESACRISTINATARLEPISSARRA/Conversao-Tabelas_Conversoes.pdf). Acesso em 05 maio 2020.

PORTAL DA FOLHA. Prefeitura Municipal. **O Município**. 15 jun. 2019. Disponível em: <https://www.portodafolha.se.gov.br/>. Acesso em: 15 de jun. de 2019.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Lista de organizações indígenas**. 2018a. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Lista\\_de\\_organiza%C3%A7%C3%B5es\\_ind%C3%ADgenas](https://pib.socioambiental.org/pt/Lista_de_organiza%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas). Acesso em: 24 jun. 2019.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Direitos constitucionais dos índios**. 2018b. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Constitui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 26 nov. 2019.

QUAL é a origem do terço católico? Super Interessante. set. 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/blog/oraculo/qual-e-a-origem-do-terco-catolico/>. Acesso em: 04 de jun 2020.

REZENDE, Regina Helena. **Formas arquitetônicas clássicas em edifícios religiosos do Período Bizantino**. 2006. 246 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-09052007-122147/pt-br.php>. Acesso em: 15 maio 2020.

ROSA, Francis Mary Soares Correia da. **A invenção do índio**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 257- 277, jul./dez. 2015.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 73p. (Primeiros Passos nº 110)

SANTOS, Washington dos. **Dicionário jurídico brasileiro**. Santos. - Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SILVA, Misleine Neris de Souza. **Sesmarias**. 2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/sesmarias/>. Acesso em: 6 maio 2020.

SOMOS Transformação. Dançando com os índios Xokó. Porto da Folha, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gth54tM48vs>. Acesso em: 18 jun. 2019.

TAYASSU, Catitu. (2013). Diáspora Brasileira: Uma Diáspora Afro-Ameríndia. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento**: um enfoque multidimensional. Brasília, DF, v. 1 n.1 p. 163-194, 2013. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-377846>. Acesso em: 20 nov. 2019.

TODOROV, Tzvetan. Descobrir. In: **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Cap. 1, p. 3-32.

UNIVESIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS). **Jornada dos Povos Originários/Sonora Brasil**. [S.l., 2019. Disponível em: <http://www.ufs.br/agenda/865-jornada-dos-povos-originarios-sonora-brasil-2019-5-21>. Acesso em 18 jun. 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Convenção Para a Grafia dos Nomes Tribais**. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 150-152, dez. 1954. Transcrição de documento assinado na 1a. Reunião Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro, em 14

nov.1953. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8378/558>. Acesso em: 25 jul. 2020.

VIDIGAL, Rafael. **4 músicas libertárias com Baby do Brasil**. Esquina da Música. [S.l], 2 set. 2016. Disponível em: <http://www.esquinamusical.com.br/4-musicas-libertarias-com-baby-do-brasil/>. Acesso em 18 jun. 2019.

VOLTA por cima, [S.l], 20 no. 2012. Disponível em <http://museudacancao.blogspot.com/2012/11/volta-por-cima.html>. Acesso em 18 maio 2020. Blog: Museu da Canção.

XOCÓS são homenageados em evento sobre indígenas de SE. 2019. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/1735/xocos-sao-homenageados-em-evento-sobre-indigenas-de-se>. Acesso em: 11 fev. 2020.

## APÊNDICE A - Termo de Concordância da Instituição

**PESQUISA: A Festa da Retomada: uma Celebração Identitária de ser XOKÓ na Ilha de São Pedro - Porto da Folha/SE.**

**ORIENTAÇÃO: Professor Dr. Fernando José Ferreira Aguiar**

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo **Analisar os sentidos celebrativos da Festa da Retomada, buscando compreender a autoafirmação da Identidade Xokó**. Este projeto vincula-se ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares da Universidade Federal de Sergipe e sua realização é requisito para obtenção do título de Mestre em Culturas Populares. Para tanto, solicitamos autorização para realizar este estudo nesta instituição. Será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada participante.

Participarão desta pesquisa os indígenas Xokó, do estado de Sergipe. A coleta de dados envolverá entrevistas com gravação, posteriormente transcritas, observações, registro de imagens e análise de material e de documentos históricos.

Os participantes do estudo serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os responsáveis pela comunidade indígena poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes, se assim o desejarem. Todo material desta pesquisa ficará sob responsabilidade da pesquisadora coordenadora do estudo e após cinco anos será destruído. Dados individuais dos participantes coletados ao longo do processo não serão informados às instituições envolvidas, mas poderá ser realizada uma devolução dos resultados, de forma coletiva, para os participantes, se for assim solicitado.

Através deste trabalho, esperamos contribuir para a reflexão sobre a Cultura Tradicional Indígena e a necessidade de evidenciarmos o protagonismo indígena na produção de saberes sobre sua história e cultura. Agradecemos a colaboração para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável é a Mestranda Angelita Queiroz, cujo telefone é (79) 99157-0377.

Concordamos que os indígenas Xokó do Estado de Sergipe participem do presente estudo.

Instituição: \_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Professor Orientador da Pesquisa

## **APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **A Festa da Retomada: uma Celebração Identitária de ser XOKÓ na Ilha de São Pedro - Porto da Folha/SE.**

Nesta pesquisa pretendemos **Analisar os sentidos celebrativos da Festa da Retomada, buscando compreender a autoafirmação da Identidade Xokó.** O motivo que nos leva a estudar o referido tema está ancorado na subjetividade de minha história e na identificação com os povos indígenas. Meu respeito sempre esteve pautado pela admiração ao modo de viver e contemplar a natureza, bem como ao reconhecimento do protagonismo dos povos originários na História do Brasil.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: a coleta de dados, buscando observar e analisar as memórias e as narrativas indígenas reveladas nos aspectos culturais produzidos e vivenciados pelos Xokó e, ao mesmo tempo, observar e analisar de que maneira os indígenas se identificam nesse contexto. Os instrumentos utilizados serão: uma câmara fotográfica ou aparelho celular, o diário de campo e um gravador. A pesquisa contribuirá para um reconhecimento maior da presença indígena no Estado de Sergipe, a História do Nordeste e a História do Brasil, que tanto devem a esses povos resistentes. São mais de 500 anos de resistências dos povos originários e estudar a temática indígena em Sergipe significa também considerar a presença desses povos na História do Estado, buscando fazer justiça a um passado silenciado em todo território brasileiro.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a). A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida ao (à) Sr. (a). Os dados e

instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “**A Festa da Retomada: uma Celebração Identitária de ser XOKÓ na Ilha de São Pedro - Porto da Folha/SE.**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

São Cristóvão (ou Porto da Folha), Sergipe, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora

<p><b>Nome da Pesquisadora Responsável:</b> Angelita Queiroz <b>Endereço:</b> Avenida Marechal Rondon, s/n - Rosa Elze, São Cristóvão/SE <b>CEP:</b> 49100-000 / São Cristóvão- SE <b>Fone:</b> (79) 99157-0377 <b>E-mail:</b> angelitaqueiroz@gmail.com</p>
--

# APÊNDICE C - Declaração de Anuência do Cacique e Lideranças



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
SERGIPE

ppgcult  
PROGRAMA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM CULTURAS POPULARES

## ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DO CACIQUE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares  
PPGCULT/UFS

### Declaração de Anuência do Cacique e Lideranças da Comunidade Indígena Xokó

Eu, Leucimária Apolônio Lima  
RG. 3.177.935-2, Cacique da Comunidade Indígena  
Xokó, localizada na Terra Indígena da Ilha de São Pedro no Município de Porto da  
Folha/SE, bem como as lideranças relacionadas ao final desse documento, declaramos  
que a Mestranda Angelita Queiroz, RG 4000913-0 SSP/SE:

1. Conta com a ANUÊNCIA desta comunidade indígena para desempenhar a função de Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares/UFS.
2. Conhece e respeita a organização social, costumes, crenças e tradições da referida comunidade indígena?  
SIM ( ☒ ) NÃO ( )

Desse modo, AUTORIZO a realização nesta comunidade da referida pesquisa de Mestrado, colocando-nos à disposição para cooperar com a execução das atividades e permitindo o uso de informações e imagens, exceto aquelas determinadas como sigilosas por aspectos legais e éticos, para divulgação, desde que utilizadas para fins estritamente acadêmicos, culturais e esportivos, sem finalidade de obtenção de lucro.  
Declaramos, ainda, que nós abaixo assinados, zelaremos pelo estudo da pesquisadora no cumprimento das atividades pelas quais ela se propõe.

Comunidade Indígena XOKÓ – Ilha de São Pedro, Porto da Folha – Sergipe.

Data 07.09/2019.

Dados do Cacique e demais lideranças da comunidade indígena:			
1	Nome Completo:	<u>Leucimária Apolônio Lima - Leucimária Apolônio Lima</u>	
	RG:	<u>3.177.935-2</u>	CPF: <u>-5</u> Data de nascimento: <u>3</u>
	Função na Comunidade:	<u>Cacique</u>	
2	Nome Completo:	<u>Jair Acácio dos Santos - Jair Acácio dos Santos</u>	
	RG:	<u>8</u>	CPF: <u>-1</u> Data de nascimento: <u>17.2</u>
	Função na Comunidade:	<u>Paje</u>	
3	Nome Completo:	<u>Alysson Acácio Lima dos Santos - Alysson Acácio Lima dos Santos</u>	
	RG:	<u>-</u>	CPF: <u>-1</u> Data de nascimento: <u>1987</u>

ANEXO III - Declaração de Anuência do Cacique e Lideranças da Comunidade Indígena Xokó



4	Função na Comunidade:	Presidente do Conselho de Saúde		
	Nome Completo:	Inajarú Lima dos Santos - <i>[Assinatura]</i>		
	RG:	CPF	Data de nascimento:	
			5	
5	Função na Comunidade:	Conselho Tribal - <i>[Assinatura]</i>		
	Nome Completo:	Helena Bezerra Lima Bl		
	RG:	CPF	Data de nascimento:	
			3	
6	Função na Comunidade:	Conselho Tribal (Protetor/Pai)		
	Nome Completo:	Ubiratan Soares dos Santos		
	RG:	CPF	Data de nascimento:	
			4	
7	Função na Comunidade:	Conselho Tribal - <i>[Assinatura]</i>		
	Nome Completo:	Uiram Ricardo dos Santos		
	RG:	CPF	Data de nascimento:	
			83	
8	Função na Comunidade:	Conselho Tribal - <i>[Assinatura]</i>		
	Nome Completo:	Manel Acácio Martins		
	RG:	CPF	Data de nascimento:	
			5	
9	Função na Comunidade:	Conselho de Saúde (Bideranço)		
	Nome Completo:	Anísio Apolônio Lima		
	RG:	CPF	Data de nascimento:	
			87	
10	Função na Comunidade:	Conselho Tribal - <i>[Assinatura]</i>		
	Nome Completo:			
	RG:	CPF	Data de nascimento:	
	Função na Comunidade:			

## APÊNDICE D - Entrevista Semiestruturada Utilizada como Apoio



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares PPGCULT/UFS

### Entrevista Semiestruturada

<b>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:</b>	
Nome completo de registro:	
Nome indígena (se tiver), significado (se souber):	
R.G.	
Data de nascimento: __/__/__	Naturalidade:

1 – Você tem alguma função/atividade na comunidade?
2 – Caso afirmativo, quem pode ter essa função e como é feita essa escolha?
3 – Você se identifica como indígena?
4 – O que faz você se identificar como indígena?
5 – O que faz você se identificar como Xokó?
6 – Qual o significado da Festa da Retomada na sua vida?
7 – Dentro dos rituais da Festa da Retomada, qual você acredita que fortalece a autoafirmação da Comunidade Indígena Xokó?
8 – Como você se sente diante dos olhares/da observação dos não-indígenas nos momentos celebrativos do dia 09 de setembro?

## ANEXO A - Registros de Participação em Eventos (2017 – 2019)

Registro 1 - I Fórum Sergipano de Cultura Indígena (12/04 a 11/05/ 2017).



**I Fórum Sergipano de Cultura Indígena**  
No Teatro João Costa - Centro Cultural de Aracaju

**PROGRAMAÇÃO**

11/05 (Quinta)	12/05 (Sexta)
<b>Manhã</b> <b>08:00hs - Credenciamento</b> <b>09:00hs - Palestras:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contribuição ao estudo dos índios em Sergipe</li> <li>- Palestrante: professora Beatriz Góis Dantas (HQSSE)</li> <li>- A nação Kokoi: memórias e histórias de um povo indígena de Sergipe</li> <li>- Palestrante: embaixador Apolônio Kokoi</li> </ul> <b>Tarde</b> <b>15:00hs - Exibição de documentários:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Título: Índios e Missionários no Sertão Sergipano</li> <li>- Direção: Edson Júnior e Renato Mariano</li> <li>- Criação e roteiro: Valéria Oliveira</li> <li>- Duração: 32 minutos e 14 segundos</li> <li>- Debatedora(s): professora Ms. Valéria Oliveira (UNIT)</li> </ul>	<b>Manhã</b> <b>09:00hs - Palestras:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aterramento das terras indígenas em Sergipe no século XIX</li> <li>- Palestrante: Professor Dr. Pedro Abelardo de Santana (UFAL)</li> <li>- Imagens sobre os indígenas nos livros didáticos: Presenças e ausências</li> <li>- Palestrante: Professor Ms. Kéber Rodrigues (SEED/SE)</li> </ul> <b>Tarde</b> <b>15:00hs - Exibição de documentário:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Título: Índios no imaginário sergipano</li> <li>- Direção: Kéber Rodrigues e Diogo Monteiro</li> <li>- Duração: 20 minutos</li> <li>- Debatedor(es): Professor Ms. Kéber Rodrigues (SEED/SE) e professor Ms. Diogo Monteiro (Faculdade Pio Décimo)</li> </ul>

Realização:  
ANPUNSE, CENTRO CULTURAL ARACAJU, FUNCAJU, ARACAJU

INSCRIÇÕES GRATUITAS DE 12/04 A 11/05  
centro.cultural@aracaju.se.gov.br telefone: 3214-3357

Fonte: Acervo da pesquisadora.

Registro 2 - Primeiro contato da pesquisadora com um indígena Xokó – Ex-Cacique José Apolônio dos Santos (*in memoriam*) e primeiro contato com a Professora Emérita da UFS Beatriz Góis Dantas (12/05/2017).



Fonte: Acervo da pesquisadora.



Registro 3 – A pesquisadora recebendo livro que foi sorteado no I Fórum Sergipano de Cultura Indígena pelos Coordenadores Diogo Francisco Cruz Monteiro e Kléber Rodrigues Santos, com um dos autores e também palestrante Professor Dr. Pedro Abelardo dos Santos (13/05/2017).



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Registro 4 – II Fórum Sergipano de Cultura Indígena (17e 18/05/2018).



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Registro 5 - I Encontro de Educadores(as) Negros(as) e Indígenas (09/ 11/ 2018).



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Registro 6 – Pesquisadora, Cacique Bá (Lucimário Apolônio Lima) e Daniely Silva dos Santos Lima, no I Encontro de Educadores(as) Negros(as) e Indígenas (09/ 11/ 2018).



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Registro 7 - Apresentação da Dança no Toré Xokó no I Encontro de Educadores(as) Negros(as) e Indígenas (09/ 11/ 2018).



Fonte: Acervo da pesquisadora.





Registro 10 - 17ª Semana Nacional dos Museus (17/05/2019).



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Registro 11 - 17ª Semana Nacional dos Museus: Toré dos Xokó. Homenagem dos Xokó: Cacique Bá e Pajé Jair. Entrega de Cocar para o representante do Museu da Gente Sergipana (17/05/2019).



Fonte: Acervo da pesquisadora

Registro 12 – Jornada dos Povos Originários - Sonora Brasil – NEABI/ UFS – SESC  
(21 a 24/05/2019).

**PROGRAMAÇÃO • 2019**

**21/05 | Universidade Federal de Sergipe (São Cristóvão)**  
**9h | Palestra de Abertura: A Jornada do Povo Xocó**  
 Professora Beatriz Góis Dantas (UFS)  
**11h | Debate**  
 Mediadora: Rita Simone Barbosa Liberato (Sesc)  
**Local:** Auditório da Adufs  
**14h | Mesa Redonda: Povo Xocó: resiliência e resistência**  
 Cacique Lucimário Ba Xocó | Pajé Jair Acácio Xocó | Josiane Acácio Xocó  
**15h30 | Debate**  
 Mediadora: Professora Edinéia Tavares Lopes (Neabi/UFS)  
**Local:** Auditório da Adufs - Campus São Cristóvão - Aracaju  
**16h30 | Cortejo Indígena**  
 Abertura do Sonora Brasil (Saída da Didática VI)  
**16h45 | A Música dos Povos Originários do Rio Grande do Sul**  
 Teko Guaraní do povo Mbyá-Guarani | Nôg Gá do povo Kaingang  
**18h | Bate papo após apresentação**  
 Mediador: Fábio Oliveira (Sesc)  
**Local:** Memorial da Democracia - Campus São Cristóvão - Aracaju

**22/05 | Sesc Centro (Rua Senador Roldenborg, 501, São José)**  
**9h | Sonora Brasil – Oficina Cantos da Floresta:**  
 uma aproximação com o universo sonoro indígena brasileiro com Magda Pucci (SP)  
**Local:** Sala de cursos (segundo andar)  
**12h | Vivência com plantas medicinais**  
 Mediadora: Zênia Santos | **Local:** Hall  
**14h | Exibição do documentário "A Terceira Margem"**  
 de Fabian Remy | 57 min, Livre  
**15h | Debate**  
 Mediadora: Clarissa Rocha (Sesc)  
**Local:** Auditório  
**16h30 | Sonora Brasil**  
 Apresentação musical do Grupo Wyayá (AM/ SP)  
**19h45 | Bate papo após apresentação | Local:** Auditório  
 Mediador: Fábio Oliveira (Sesc)

**23/05 | Museu da Gente Sergipana (Rua do Prado, 388, Centro)**  
**15h | Exibição do filme O Abraço da Serpente, de Ciro Guerra**  
 125 min, 14 anos  
**17h | Debate com a professora Suyene Correa (Bangalô Cult)**  
 Mediadora: Clarissa Rocha (Sesc) | **Local:** Auditório  
**18h30 | Sonora Brasil - A Música dos Povos Originários da Região Nordeste**  
**Local:** Atrio  
 Oribucua do povo Kariri-Xocó (AL)  
 Memória Fulni-ô do povo Fulni-ô (PE)  
**19h45 | Bate papo após apresentação**  
 Mediador: Fábio Oliveira (Sesc)

**24/05 | Sesc Socorro (Rua Maximiliano B. 200 - CJ. Marcos Rêgo R. N. 504, do Socorro)**  
**13h30 | Exibição do filme Terra Vermelha, de Marco Bechis**  
 105 min, 10 anos | **Local:** Auditório  
 Mediador: Wolney Nascimento (Sesc)  
**15h30 | Sonora Brasil - A Música dos Povos Originários da Região Norte |**  
**Local:** Auditório  
 Byiyyty Osoy Aky do povo Karitiana (RO)  
 Wagoh Pakob do povo Palter Surui (RO)  
**16h45 | Bate papo após apresentação**  
 Mediador: Fábio Oliveira (Sesc)

APÓIO:

REALIZAÇÃO:

Fonte: Acervo da pesquisadora.

Registro 13 - Homenagem dos Xokó ao trabalho de pesquisa da Professora Beatriz Góis Dantas. Momento singular e emocionante. “Se Cristo deixou a Bíblia para quem quisesse seguir, Dona Beatriz deixou para o povo Xokó a sua pesquisa.” (Lucimário Apolônio Lima - Cacique Bá, 21/05/2019 – UFS/São Cristóvão/SE) (21/05/2019).



Fonte: Caroline Timóteo – (XOCÓS, 2019).



Registro 14 - Jornada dos Povos Originários do Brasil: Pesquisadora com a Professora Emérita da UFS Beatriz Góis Dantas (21/05/2019).



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Registro 15 - Jornada dos Povos Originários do Brasil: Mesa Redonda Cacique Bá, Pajé Jair e Joseane Acácio - Povo Xokó – Resiliência e Resistência (21/05/2019).



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Registro 16 - Jornada dos Povos Originários do Brasil: Dança do Toré dos Xokó (21/05/2019).



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Registro 17 - Jornada dos Povos Originários do Brasil: Dança do Toré dos Xokó, depois do Cortejo indígena (21/05/2019).



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Registro 18 - Jornada dos Povos Originários do Brasil: A Música dos povos originários do Rio Grande do Sul (Coral infanto-juvenil – Grupo Teko Guarani do povo Mbyá-Guarani) (21/05/2019).



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Registro 19 - Jornada dos Povos Originários do Brasil: A Música dos povos originários do Rio Grande do Sul (Grupo Nog Gã do Povo Kaingang – São Leopoldo) (21/05/2019).



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Registro 20 - Jornada dos Povos Originários do Brasil: A Música dos povos originários do Rio Grande do Sul (Grupo Nog Gã do Povo Kaingang – São Leopoldo) (21/05/2019).



Fonte: Acervo da pesquisadora

Registro 21 - Jornada dos Povos Originários do Brasil: A União dos povos após Cortejo Indígena e apresentações.



Fonte: Acervo da pesquisadora.



Registro 22 - Jornada dos Povos Originários do Brasil: Encerramento do dia - Pesquisadora, Cacique Bá e uma indígena Mbyá-Guarani (21/05/2019).



Fonte: Acervo da pesquisadora.

## ANEXO B - Relação dos Trabalhos Publicados Sobre os Indígenas em Sergipe

### RELAÇÃO DOS TRABALHOS PUBLICADOS SOBRE OS INDÍGENAS EM SERGIPE POR BEATRIZ GÓIS DANTAS, EM ORDEM CRONOLÓGICA (1976-2017)

- 1976 - Índios e brancos em conflito pela posse da terra - Aldeia de Água Azeda: século XIX. Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, 1976, *Revista de História*, São Paulo, n. LXV, V.II, p.421-452, 1976.
- 1980a - *Terra dos Índios Xocó* (co-autoria com DALLARI, Dalmo). São Paulo: Comissão Pró-Índio/ Ed.Parma, 1980, 186 p.
- 1980b - Xocó, os filhos da ilha: morrer, matar ou correr. *Porantim*, Manaus, jan/fev. 1980.
- 1981 - Os Xocó e a questão da indianidade. *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, 19.04.1981.
- 1982 - [1973] A missão indígena do Geru. *Programa de Documentação e Pesquisa Histórica*, DFH/UFS sd. Republicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 28, p.65-87, 1979-1982.
- 1982 - O nu e o vestido. *Folha da Praia*, Ano 2, n. 48, Aracaju: 17.04.1982, p. 4.
- 1983 - [1982] O nu e o vestido. *Jornal Piripiri*. Aracaju: 12.05.1983.
- 1984 - Os índios e nós. *Gazeta de Sergipe*, Aracaju: 13.04.1984.
- 1985 - [1984] História de grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe. *Revista de Aracaju*, n. 8, p.115-123, 1985. Aracaju. Republicado na *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 30/31/32, p. 469-479, 1987/88/89. Ver 2016.
- 1987a - Do frade ao fazendeiro: estudo de caso sobre a missão de Pacatuba (SE) no século XIX. *Anais da XV Reunião Brasileira de Antropologia [resumo]* (ABA), Curitiba. 1987, p.60.
- 1987b - [1986] A tupimania na historiografia sergipana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 29, 1983-1987, p. 39-47.
- 1988a - Resenha sobre “Os Capuchinhos na Bahia: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil”. Pietro Vitorino Regni. Salvador (BA), Brindes (RS), Casa Provincial dos Capuchinhos/Escola Superior de Teologia, 1988. In. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju, n. 414, 23 a 29 out. 1988. Suplemento Arteliteratura. p. 7. Republicado in: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro. v.15, n. 2-3, p. 205-206, 1990.
- 1988b - Nem selvagens nem bons: Representações sobre índios no século XIX. *Resumos da XVI Reunião da Reunião Brasileira de Antropologia.ABA*. Campinas, 1988 p. 35.
- 1988c - Divulgação de pesquisas através de exposições: Experiências no campo da Antropologia. Seminário de Pesquisa da UFS, 1988. Aracaju. *Resumos de Comunicações*. Aracaju. Universidade Federal de Sergipe. 1988. p. 59.
- 1991 - Os Índios em Sergipe. In: *Textos para a História de Sergipe*. DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (coord.). Aracaju, UFS/BANESE, 1991, p. 19-60.
- 1992 - *Os povos indígenas do Nordeste brasileiro: um esboço histórico*. Escrito em parceria com SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras e CARVALHO, Maria Rosário G. de. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, FAPESP/SMC, Companhia das Letras, 1992, p. 431-456.
- 1993 - *Repertório de documentos para a história indígena* – Arquivo Público Estadual de Sergipe: Coleções Clero e Câmaras Municipais. [vol. 1], São Paulo, NHII/USP/FAPESP, 1993.
- 1994a - Repertório de documentos sobre índios em Sergipe. In: PORTO ALEGRE, Sílvia; MARIZ, Marlene; DANTAS, Beatriz Góis (Org). *Documentos para a história indígena no Nordeste*. São Paulo, NHII/USP/FAPESP, 1994, p. 189-269.

- 1994b - Documentos para a história indígena em Sergipe. In: MONTEIRO, John Manuel (org.). *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em Arquivos Brasileiros* - Acervos das Capitais. São Paulo, NHIH/USP/FAPESP, 1994, p. 440-449.
- 1994c - Sistematização de fontes e instrumentos de pesquisa para a história indígena. *II Semana de História, Resumos*, ANPUH/UFS. Aracaju, 1994. p.21-22.
- 1994d - Cruzando fronteiras: multidisciplinaridade na pesquisa documental sobre temática indígena. In. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. *Resumos da ANPOCS*. 1994. p.18
- 1995 - Da taba de Serigy ao balão do porvir: representações sobre índios em Sergipe no século XIX. *Resumos da ANPOCS*, 1995.
- 1996 - *Xocó: presença indígena em Sergipe*. Catálogo de exposição. Aracaju: CEAV/UFS, 1996, 10 p.
- 1997a [1992] - Fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos de Aracaju. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 31, p. 13- 30, 1992 - 1997.
- 1997b - *Xokó: grupo indígena de Sergipe*. SEED/NEI. Aracaju: 1997, 45p.
- 1997c - [1995] Do *Campus* para as escolas: o uso da fotografia na divulgação de pesquisa e na integração de saberes. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org). *Imagens e Ciências Sociais*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1997, p. 185. Republicado [com muitas incorreções] In: *Revista do Mestrado em Educação*. Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, n. 1, p. 3-17, 1998.
- 1997d - Dom Pedro entre índios: fontes escritas. In. Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste. Recife, 1997. *Programa/Resumos*. UFPe/CNPq/FINEP/ABA, Recife, 1997, p.48.
- 1999a - O índio em Sergipe no século XIX. *Judiciarium*. Aracaju, n. 34, p. 10-12, 1999.
- 1999b - [1996] História indígena no Nordeste: fontes e instrumentos de pesquisas. In: ALMEIDA Luiz Sávio; GALINDO, Marcos; SILVA, Edison. *Índios no Nordeste: Temas e problemas*. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 1999, p. 77-101. Republicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 32, p. 19-39, 1993-1999.
- 2002 - Da taba de Serigy ao balão do porvir: representações sobre índios em Sergipe no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 33, p.20-45, 2000-2002.
- 2003 - Representações sobre índios em danças e folguedos folclóricos. *Revista do 6o Festival Nacional de Danças Folclóricas de Blumenau*. Fundação Cultural de Blumenau, p.34-38, 2003.
- 2006 - Representações sobre índios em danças e folguedos folclóricos (revisado e com notas). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 35, p. 89-104, 2006.
- 2013 - [1991] Os Índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (coord.). *Textos para a História de Sergipe*. 2. ed. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: IHGE, 2013. p. 25-74. 2016 - História de grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe (texto ampliado e atualizado). In: MONTEIRO, Diogo Francisco Cruz e RODRIGUES, Kleber (Org.) *Temas de História e Cultura em Sergipe*. Aracaju: Infographics, 2016. p 27-49.
- 2017 - *Contribuição ao estudo dos índios em Sergipe: depoimento sobre pesquisa e ação*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n.47, 2017, p. 323-351.

## ANEXO C - Boletim – CPI/SP – “A Outra Vida dos Xocó”





## Editorial

Este Boletim da CPI-SP traz como tema principal a situação dos Xokô da ilha de São Pedro e Calçara, no rio São Francisco (SE), em sua luta pela posse das terras que lhes pertencem desde tempos imemoriais. Para situar historicamente o problema, iniciamos com uma cronologia das relações entre a FUNAI e os Xokô, abrangendo os anos de 1978 até o atual. Em seguida, uma entrevista com os líderes Xokô José Apolônio e Raimundo, contando suas experiências decorrentes do contato com a sociedade brasileira e da longa luta pela conquista dos direitos que lhes são devidos. Dois documentos oficiais complementam a entrevista: o primeiro é um levantamento sobre os índios Xokô realizado pela antropóloga Delvaire Melatti a mando da FUNAI, e o segundo é o Parecer jurídico do advogado Dr. Rauldo Carvalho, também a serviço da FUNAI, que comprova a imemorabilidade da posse Xokô sobre as terras.

Outro problema que os índios em frente está expresso na carta do chefe do Posto Diaurum, do Xingu, sobre a situação de saúde dos indígenas. Maiawê Kaiabi, através de casos concretos, relata o descaso e maltratos que eles vêm recebendo nos hospitais para onde são encaminhados, e acusa a FUNAI de não impedir e até mesmo de colaborar com acontecimentos de sua natureza.

Noticiamos a realização da Reunião do Instituto Indigenista Interamericano, na Venezuela, com representantes de vários grupos que habitam a Bacia Amazônica, demonstrando a disposição dos índios em lutar pelos seus direitos de participar nos programas de desenvolvimento governamental em suas regiões.

Julgando necessária e importante uma articulação a nível internacional entre as nações indígenas, este Boletim aproveitou a estada no Brasil de José Carlos Morales, presidente do Conselho Mundial dos Povos Indígenas, para reforçar esta idéia. Morales esteve na sede da CPI-SP, relatando o que viu em suas visitas a algumas reservas indígenas de Mato Grosso do Sul, além de tratar de diversos aspectos da questão indígena no Brasil.

## Semana do Índio - SP

Entre 19 e 24 de abril comemorou-se em São Paulo a Semana do Índio, com uma programação organizada pela Comissão Pró-Índio/SP no Centro de Lazer SESC-Fábrica da Pampéia.

Destinado a destacar a situação em que se encontram as nações indígenas, sob seus diversos aspectos, o programa reuniu várias atividades: exposição Oreyuy (Nossa Terra), com peças de artesanato indígena e fotografias, apresentação de filmes e audiovisuais, show musical, presença de representantes indígenas guarani, terena, bororo, xavante, camela, tikano e krenak, além do deputado federal xavante Mário Juruna.

Um acontecimento marcante foi a realização do Seminário, Canto e Dança promovido por indígenas bororo da aldeia do Meruri (MT), que por iniciativa própria fizeram uma caravana para participar da Semana do Índio em São Paulo, apresentando pela primeira vez fora da aldeia seus cantos e danças. Além disso, discursaram em sua própria língua falando da situação bororo, da importância de preservar o índio e a natureza e finalmente sobre a experiência de mostrar aspectos de sua cultura para os habitantes de São Paulo, o que ocorreu num clima de grande envolvimento recíproco.

Outro destaque foi o encontro dos vários representantes indígenas numa mesa-redonda coordenada pelo representante da UNI - Região Sul, Álvaro Tukano, debatendo questões relativas aos índios, com a participação aberta da população de São Paulo.

Neste debate foi possível conhecer os trabalhos que o deputado Juruna vem realizando na Câmara Federal, a situação da União das Nações Indígenas em sua luta pela organização unificada dos índios brasileiros e ainda vários depoimentos pessoais e outros assuntos de caráter geral, demonstrando o grau de conscientização que o problema da população indígena vem alcançando, tanto por parte de seus próprios como por parte dos brasileiros em geral, que sempre receberam de modo distorcido a imagem e as informações sobre a situação do índio.



# Fatos Históricos Xokó

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SERGIPE  
CRONOLOGIA DA RELAÇÃO FUNAI - KOKO

1 9 7 8

No mês de setembro, os Kokô, índios do Baixo São Francisco, município de Porto da Folha, Estado de Sergipe, cercam a ilha de São Pedro, parte da Léguas de terra (Caiçara) que no século XVII fora doada ao grupo indígena. Pela violência dos fazendeiros, que se apoderaram das terras, os índios tinham sido expulsos da ilha à qual estavam agora retornando. Por decisão judicial são contido obrigados a abandoná-la e quatro processos são instaurados contra eles.

1 9 7 9

No início do ano os Kokô enviam carta à FUNAI solicitando sua intervenção para que seus direitos sejam reconhecidos. A FUNAI, ainda no primeiro semestre, envia à área uma antropóloga (Delvaire Melatti) que faz um levantamento genealógico dos habitantes e conclui pela ascendência indígena da população que se identifica como KOKO.

S E T E M B R O

- 9- Os Kokô, após um ano de espera por decisões judiciais, retornam à ilha de São Pedro, desta vez dispostos a não mais abandoná-la.
- 11- Ofício nº 398/A 3º DE/79 da FUNAI, desta data, é enviado à Juiz de Direito da Comarca de Porto da Folha - E, comunicando que não se deve tomar qualquer decisão a respeito do processo que envolve "Índios chocós, e por consequência, tutelados desta Fundação", sen que se já citada a FUNAI.
- 12- Chega a Sergipe uma representação da FUNAI constituída de Advogado (Romildo Carvalho), do Delegado da 3ª Delegacia Regional (Francisco Eudes Ramos de Araújo Lima), de sócio-linguista (João Bosco) e de antropóloga (Hidelgates Rick), que visita a área dos Kokô.



Kokô da Ilha de São Pedro

Foto: João de Almeida Assunção

- 20- A FUNAI é citada pelo Juiz de Direito da Comarca de Porto da Folha para contestar as acusações feitas aos Kokô.

O U T O B R O

A FUNAI é acusada de tentar impedir uma Assembleia de Chefes Indígenas promovida pelo CIMI, assembleia que se realiza na ilha de São Pedro, ilha dos Kokô. Além de impedir a participação de alguns grupos indígenas do Nordeste na Assembleia, a FUNAI condiciona sua realização à presença de um representante seu às reuniões.

N O V E M B R O

Farta documentação histórica com provando a posse imemorial e contínua da dos Kokô sobre as terras da ilha de São Pedro e Caiçara é enviada à FUNAI pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, ampliando desse modo a documentação já enviada pela Diocese de Propriá através do CIMI.

- 11- A FUNAI presta ajuda aos Kokô enviando-lhes alimentos e lona para abrigá-los, uma vez que na ilha não há casas e eles se enconram embaixo das árvores.

- 26- A FUNAI contesta as acusações feitas aos Kokô, segundo as quais eles teriam invadido terras da propriedade de Elisabete Brito, afirmando textualmente que "Verdade é que os índios inmemorialmente detinham, como de fato ainda detêm, a posse das terras por eles ocupadas, compreendendo, indistintamente, a ilha de São Pedro e Caiçara, não obstante a presença condenável da Autora, que através de processos ilegais adrede fabricados por terceiros, reclama para si a posse de referidas terras, não podendo, entretanto, esconder os vícios que impedem o julgador de reconhecer-lhe o alegado direito. Trata-se, sem a menor dúvida, de posse viciada e não pode esmagar a legítima posse dos índios Kokô."

A FUNAI perde o prazo para apresentar na justiça essa contestação e a Juíza não a leva em consideração.

- 29- A Juíza da Comarca de Porto da Folha, sob alegação de que a FUNAI não apresentara, no devido prazo, nenhuma prova da existência de índios na área, lavra sentença segundo a qual os indivíduos que a invadiram a ilha deverão abandoná-la no prazo de 10 dias.

#### DEZEMBRO

- 7- Pelo Decreto nº 4.530 de dezembro de 1979 o Governo do Estado de Sergipe, sob pretexto de restabelecer a paz social, desapropriou a Ilha de São Pedro. Reconhece assim o direito de propriedade dos Brito, que receberam Cr\$ 2.400.000,00 pela ilha, que segundo o decreto de desapropriação teria aproximadamente 600 tarefas, quando na realidade tem apenas 319,28 tarefas (96,75 hectares). Observe-se que o decreto de desapropriação não faz nenhuma alusão aos índios.
- 10- O advogado da FUNAI Romildo Carvalho, consegue dos Kokô um acordo segundo o qual eles abririam não da lôgua de terra da Caiçara, pelo menos enquanto o Coronel Nobre Veiga estivesse na Presidência da FUNAI. Nesta ocasião os Kokô fazem entrega ao advogado da FUNAI de um abaixo-assinado reivindicando o acesso às es-

tradas que passam pela Caiçara e que estavam bloqueadas pela família Brito, o direito de ir e vir na Caiçara barro para fazer sua cerâmica (uma das principais atividades do grupo), e que as terras da ilha de São Pedro não ficassem sob o domínio do Estado de Sergipe.

#### 1980

#### JANEIRO

- 7- O Presidente da FUNAI dirige um Ofício ao "Conselho da Comunidade Kokô", declarando sua absoluta confiança no Governador do Estado, que tem colaborado no sentido de abreviar a solução da questão, conciliando os direitos e interesses das partes envolvidas. Comunica que a efetivação da doação da ilha de São Pedro aos índios se dará quando a Assembleia Legislativa do Estado, naquele momento em recesso, voltasse a funcionar, no mês de março.

#### MARÇO

A FUNAI envia ferramentas para os Kokô.

#### JUNHO

- 25- Lei nº 2.263 do Estado de Sergipe autoriza o Poder Executivo a doar ao Governo da União a Ilha de São Pedro, que sob a responsabilidade deste será destinada à "criação ou melhoramento de centro de população e seu abastecimento regular de meios de subsistência". Significativamente o documento não faz nenhuma referência aos Kokô e, até a presente data, não foi lavrada a escritura das terras.

#### 1981

#### JANEIRO

O Delegado Regional da 3ª DR, Leonardo Reis, acompanhado de técnicos agrícolas que estavam percorrendo as aldeias do Nordeste, faz uma visita à ilha. Neste primeiro contato o delegado promete um "Posto da FUNAI", a construção de uma casa de farinha e uma nova visita.

Retorna à ilha o Delegado da 3ª DR, desta vez acompanhado de equipe



da saúde que se demora três dias, exige os Xokô, manda despachar medicamentos em Pão de Açúcar e deixa alguns remédios na ilha. Nesta ocasião os Xokô solicitam escola e reforçam o pedido anterior de acesso a uma antiga estrada real que passa pela Calçara e pela qual foram proibidos de transitar pelos Brito. Sobre esse assunto, os Xokô, depois de terem recorrido em vão às autoridades estaduais, enviaram ao Presidente João Figueiredo um expediente solicitando sua intervenção para reconhecimento desse seu direito.

26- Carta do Delegado da 3ª DR, aos Xokô dando conta do seu insucesso nas negociações com o Prefeito de Propriá, membro da família Brito, quanto à liberação da Calçara.

A FUNAI cria comissão para esta belecer os "Indicadores de Indignidade."

Ainda no primeiro semestre, o Chefe do Posto Indígena Kariri-Xokô, se diado em Porto Real do Colégio (AL), vai à ilha de São Pedro levando dinheiro para comprar um motor e ele volta com o dinheiro para consultar o Delegado, não mais voltando à ilha.

#### A G O S T O

Xokô enviam à 3ª DR carta solicitando escola na ilha.

#### S E T E M B R O

9- Em ofício nº 619/3ª DR/81 dirigido à tribo Xokô, o Delegado da 3ª DR, Leonardo Reis, comunica que não poderá atendê-los porque "Os Xokô ainda não foram reconhecidos pela FUNAI como Comunidade Indígena."

#### 1 9 8 2

Durante o ano de 1982 a FUNAI se faz mais ausente em relação aos Xokô.

Os índios continuam insistindo no pedido de escola, assistência médica e legalização da terra. A FUNAI de um lado alega a impossibilidade de atendê-los, em face do decreto que proíbe contradições; do outro, condiciona a assistência à transferência da Ilha de São Pedro para a União.

Na tentativa de agilizar o processo de transferência do imóvel doado pelo Governo do Estado de Sergipe ao Governo da União, a Comissão Pró-

Índio de Sergipe esforça-se para conseguir documentos cuja ausência é atribuída à paralisação do processo. Ora é uma declaração de isenção de ônus sobre a terra, ora é a indicação dos ângulos que não consta no mapa da ilha anexado ao processo.

Por volta de outubro deste ano, quando as águas do Rio São Francisco baixaram, o gado da família Brito começou a entrar na Ilha de São Pedro, destruindo as roças dos índios Xokô, causando-lhes prejuízos.

Os índios apresentam queixa ao Juiz de Porto da Folha. Mais uma vez retornam à presença desta autoridade solicitando-lhe providências e esta alega que não pode fazer nada por se tratar de período eleitoral.

#### 1 9 8 3

Passaram-se as eleições e nenhuma providência foi tomada em relação ao gado dos fazendeiros, que continua a entrar na ilha.

Em janeiro aparece uma vaca morta e os fazendeiros acusam os Xokô. No dia 9 deste mesmo mês chegam à ilha quatro policiais de Porto da Folha e verbalmente intimam os índios a comparecerem para prestarem depoimentos na polícia.

Os Xokô se comunicam com a III Delegacia Regional da FUNAI, sediada em Recife, e o Delegado envia um representante à área.

No dia 14 de janeiro o técnico indigenista Geraldo Vieira de Melo e o advogado Moacir Ribeiro, ambos da FUNAI, fazem uma visita à ilha de São Pedro. Na oportunidade constata-se a presença do gado dos fazendeiros na área dos índios e avaliam as condições para a implantação de um Posto Indígena na Ilha. Após contatos mantidos com os Brito, alguns pontos ficaram acertados:

1 - Retirada imediata do gado da ilha de São Pedro e seu deslocamento para um lugar distante, até que se ergam as cercas na fazenda Belém, cercas cuja construção deverá ser iniciada no dia 17 do corrente.

2 - Dentro de 15 dias a FUNAI deverá enviar um técnico para estudar a possibilidade de uma cerca também na ilha.

3 - Os Xokô não serão indenizados dos prejuízos causados pelo gado. Estes foram avaliados em trezentos mil

cruzeiros e resultaram na destruição das plantações dos índios.

4 - Em fevereiro, o titular da III Delegacia Regional da FUNAI deverá ir à ilha discutir e resolver junto com os Xokó questões relativas ao Posto Indígena, escola etc.

Os Xokó parecem animados com a presença da FUNAI e esperançosos de

que afinal esta assuma efetivamente os encargos da tutela. Esperam que sejam resolvidos não só as questões relativas à escola e assistência médica, de que tanto necessitam, mas também a questão da terra que ocupam. Como a ilha de São Pedro foi doada pelo Estado de Sergipe à União em junho de 1980, mas até o momento não se efetivou essa transferência, isso gera muita insegurança para os Xokó.

# A Outra Vida dos Xokó

**"A Gente tem que andar devagar... Se correr, cai"**

(Sr. Raimundo explicando por que não entram logo naquesão Caiçara)

DEPOIMENTO ÍNDIOS XOKÓ: José Apolônio, Raimundo

Em São Paulo, 6 de março de 1983, e janeiro de 1983.

**Boletim** - Sen Raimundo, eu queria que o senhor contasse a história do povo Xokó. O que o senhor lembra da história do seu povo?

**Raimundo** - O início da história dos Xokó é um romance tão comprido... talvez a gente vá amanhecer o dia aqui e eu contando essa história, né? Eu vou contar porque cusei, isso está gravado na minha memória; isso é que é interessante, isso é que é bonito! No tempo do pai dos Brito, do Elcio, do Toni não e tem mais uns irmãos... então, ele era o poderoso lá da Fazenda Belém dizia que era o dono. E ele dava grito lá. Ele era durão. Política tudo de cima... ele era o poderoso. A casa lá é grande... quando saía no alpendre da casa chamava os moradores: dava grito, dava ordem e todo mundo tinha que baixar a cabeça e ouvir a voz dele.

Foto: João de Araújo Antunes



Mulher Xokó enfeitada para festa

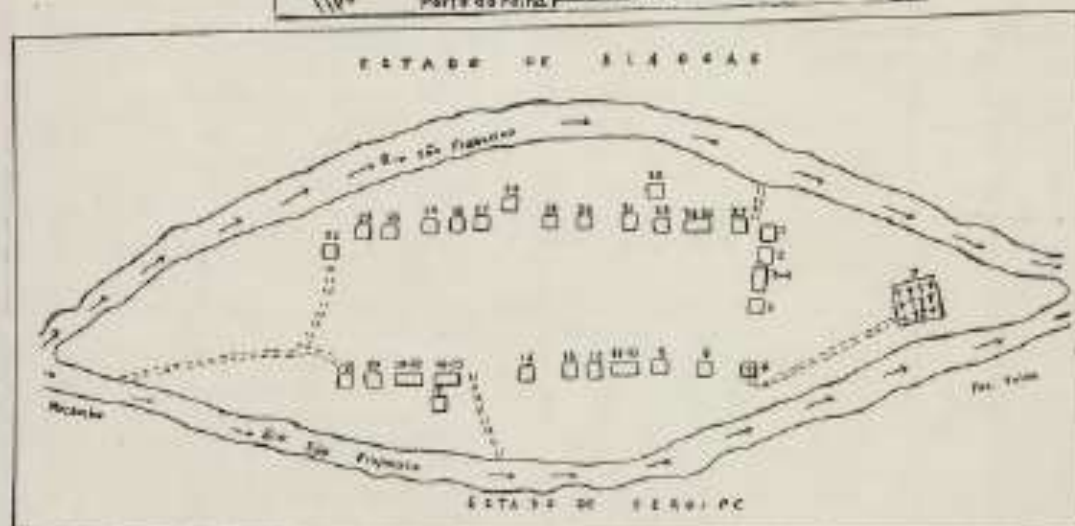


"Porque a gente tinha vontade de brincar as nossas cerimônias, mas se dissesse naquela época que era índio eles matavam".



Ilha de São Pedro

LOC. SIT. Ilha de São Pedro Nº 37  
Mun. Porto da Folha  
Est. Sergipe





B - Essa casa ficava dentro da área indígena?

R - É. Belém. Fazenda Belém. Dentro da área indígena. Naquela época, política de cima, governo de cima, ele estava com tudo na mão. E acontecia da gente trabalhando, eu pequeno, garoto assim, mas me lembro bem da plantação de arroz, minha mãe e meu pai trabalhando, plantando arroz. Agora, tinha que dividir de mais. Ao cabo de muito tempo o velho Brito morreu mas ficou a viúva Elizabete nos se mesmo regime com os trabalhadores e todo mais. E vai pra aqui e vai pra ali e pra acolá... mas ao tempo marcado ela botou o filho, que se chama João Brito, como gerente da fazenda e ele já começou a fazer mais duraça que o pai fazia: dava grito nos moradores, queria que os trabalhadores trabalhassem a pulso...

B - Os moradores eram vocês, né?

R - Era nós. Os índios Xocó, cerca de 22 famílias na Caiçara, né? Por fim, ele achou por bem apresentar um candidato a vereador, um tal de José Gavião. E queria que a gente votasse nesse candidato dele. Na marra, né? E a gente achou por bem que não devia votar nele porque ele não fez bondade com a gente e nós já tinha nossos compromissos por fora e achava que devia acompanhar quem nos vinha servindo. Gente pobre, da nossa classe, mas que a gente achava que era mais merecedor do que esse Gavião que apareceu por lá e que ninguém sabia de onde vinha... e por aí começou abusando.

B - Quando foi isso?

R - 1978. Fica essa parte aí pra Ed Apolônio contar que agora eu vou contar da nossa tradição TORÊ. Eu ainda sei um son do TORÊ. Porque eu via minha avó, quando plantava arroz lá... Eu era pequeno mas saía lá pro beijo da lagoa e via elas brincarem assim com o chapéu de palha todo enfeitado, uma bandeira branca bem no meio da lagoa. Então aquela terra que fosse fechando, plantando, plantando e quando fechava era o TORÊ! Lembro bem que começava assim as mulheres todas e um ho-

mem no meio que enfrentava a brincadeira do TORÊ.

B - O que é fechar?

R - Fechar a terra do arroz! Ia plantando (em círculo) até fechar. Terminou esta, vai começar em outra. E quando terminava aquela, aí, era um TORÊ. O fechamento da terra do arroz, a festa! Festa dos Xocó! Nessa altura aí a gente nem sabia o que era um Xocó. A gente estava proibido. A gente sabia que era índio, que era Xocó, mas não podia dizer não.

ZE - É, naquela época em que as mulheres faziam essa plantação era dentro da lagoa. Quando elas saíam nessa brincadeira toda cantando, era dentro d'água; porque se saísse pra brincar no terreiro... porque nós tinha um terreiro, eu digo nós porque era o meu avô, eu não alcancei... mas se a gente brincasse fora da lagoa os Brito proibiam, entendeu? Então, essa brincadeira toda era dentro d'água. Porque a gente tinha vontade de brincar, sabendo que era descendente dos índios... mas se nós, naquela época, dissesse que era, eles matavam... como muitos foram mortos, outros foram deportados e hoje se encontram na aldeia Kiriri-Xocó. Porque nós era 22 famílias só. Eles, os Brito, o que eles diziam ali todo mundo apoiava: os grandes, os governadores... eles eram bem adiantados nesse problema da política. Só que agora, depois desse novo levantamento nosso, eles caíram 90%. Porque tinha um deles que era prefeito mas não fez nada... então, ele apresentou um candidato e perdeu. Então eles caíram um pouco na política. Mas a Igreja começou, em 1970, a fazer um trabalho de base lá com a gente. Organizando nós. Agora, nós com medo! Esse medo que vem de longe...

B - Como é que a Igreja entrou em contato com vocês?

ZE - Olha, se a gente for relatar todo o ocorrido da Igreja a gente vai passar um dia e uma noite e ainda não dá. Eu vou fazer um resumo...

B - Você falou que na ilha tinha mais índios, né? Os índios viviam nessa missão?

ZE- É. Mas essa missão eu não alcançei. Isso era do tempo dos Capuchinhos, é antiga. No tempo do frei Doroteu, há mais de 100 anos... Então, quando esses Capuchinhos saíram de lá a ilha ficou como um deserto... não habitava ninguém, só o gado dos Brito!

B - A ilha fica em frente à terra Caiçara?

ZE- Em frente à Caiçara, que é uma lagoa em quadro\*, que foi dada pelo rei D. Pedro II. Aí a Igreja começou a fazer um trabalho. Mas ela encontrou muita dificuldade pra organizar a gente por que a gente estava com medo de dizer que era Xocô... A gente não tinha o costume assim de lutar, nós estava por fora da política indigenista. Mas quando nós começamos a sofrer, nós fomos abrindo os olhos, colocando na cabeça que aquela não era a nossa vida. Que nós tínhamos outra vida pra viver. Aí a Igreja começou a realizar um trabalho que foi de muita importância pra nós. Ela vendo que nós estava com aquele medo... mas que aquele medo um dia ia se transformar numa coragem. E ela insistiu até que nós enxergamos que a gente devia partir pra uma outra vida melhor. Essas dificuldades que nós enfrentamos junto com a Igreja, em 78, foi que nós conseguimos ver que aquele trabalho que estava sendo implantado era de futuro para nós. Então os Brito proibiram de nós plantar por completo. Nós plantamos em 78 e eles disseram:

"- Vocês plantaram mas não vão colher, porque nós vamos botar o gado dentro".

Como eles botaram? Quem foi à Ia Romaria em 78 viu. Todo mundo tirou fotografia com o gado dentro do nosso arroz. Nós plantamos mas não colhamos. Pensamos:

"Então o que nós vamos fazer? Vamos reivindicar as nossas terras. A Caiçara é muito extensa pra nós... somos poucos índios por aqui, pra nós lutar pela Caiçara agora... é melhor pensar e lutar pela ilha.

Então nós recebemos as instruções daquela pessoa, daqueles trabalhadores rurais:

"- Aí vocês têm que cercar".

O próprio presidente do Sindicato também disse que a gente tinha que cercar...

*"Mas quando nós começamos a sofrer, nós fomos abrindo os olhos, colocando a cabeça que aquela não era a nossa vida. Que nós tínhamos outra vida pra viver."*

B - Sindicato de quê?

ZE- Trabalhadores Rurais. Se nós deixasse lá aberto era mesmo que não dá. Então o que nós vamos fazer? Tinha lá um velho chamado seu Neninho, ele hoje já morreu...que tinha dado uma vaca a São Pedro, que é o padroeiro...

B - Seu Neninho era Xocô?

ZE- É não! Só não era o nome Xocô mas todo trabalho ele fazia como se fosse um índio...

B - Trabalhava a ben da comunidade.

ZE- Pois é! Aí nós conversamos com o frade: que a gente não tinha condições, que a única saída que nós tinha era vender aquela vaca pra poder cercar.

Dai ele concordou:

"- Da quem é a ilha? Né de São Pedro? É a vaca né dele? Vocês não são de lá? Vocês podem vender!"

Aí nós vendemos a vaca. Compramos 17 bolas de arame e cercamos a ilha.

Isso do dia 13 ao 16... foram 3 dias pra nós cercar. No dia 16, que era uma sexta-feira, ao meio-dia, nós terminamos de fazer a cerca e pensamos:

"- Agora vamos esperar o que vem o que a gente vai enfrentar!"

Nós ia enfrentar muitas dificuldades. E não demorou muito. A gente terminou na sexta e no sábado chegaram lá 2 rapazes dizendo que eram jornalistas da Bahia. Aí nós perguntamos:

"- Rapaz, nós terminamos ontem e vocês já estão sabendo?"

Ele disse:

"- É o Bispo de vocês é mole? Ele telefonou lá pra nós e viemos aqui pra fazer uma matéria."

Recebemos eles muito bem. Dai eles perguntaram quantas famílias tinha, examinaram tudo... Nós que já tinha feito um levantamento e já sabia responder: "tem tantas famílias, tantas pessoas..." tudo isso aí.



Foto: João de Souza Andrade



Mulher Kokô

Dai eles perguntaram:

"- A terra que vocês cercaram é aquela ali?"

A ilha fica bem em frente à Caiçara, umas 100 varas. Eles pediram então pra ir até lá e nós levamos... eles dizendo que eram jornalistas... iam fazer uma matéria...

B - Como vocês iam da Caiçara pra ilha?

IE - A gente ia de dois modos: quando o rio estava mais seco a gente ia a pé, porque o lugar mais fundo dava nos joelhos; quando estava mais cheio nós tinha um barquinho que pega 8 a 10 pessoas e atravessava pra ilha. Mas nessa época, o rio estava seco... aí nós pegamos os 2 rapazes e levamos lá. Eles tiraram retrato da Igreja, viram tudo e voltaram.

Quando chegamos de volta perguntamos:

"- Cadê os documentos de vocês, de jornalistas?"

"- Estão no carro."

Então viemos com eles até o carro:

"- Cadê os documentos?"

"- Estão em Porto da Folha. Eu pensei que estavam aqui no carro mas não estão. Agora, se

um de vocês quiser ir, vamos que eu aguardo."

"- Você não disse que estava aqui no carro?"

Aí o pessoal disse:

"- Bom, o que é que a gente faz com eles?"

Tinha bastante gente... aí um rapaz disse:

"- Não, rapaz! Deixa eles irem embora que isso aí não vai acontecer nada não".

Mas nós estava desconfiados que esses caras aí eram mandados dos Brito. E foi mesmo, mas foi até bom porque eles entraram logo com um processo contra nós dizendo que nós era invasor.

B - Eles diziam que a ilha era deles?

IE - É. Eles diziam que a ilha era delas, inclusive já tinham invadido a ilha. Na década de 70 eles botaram uma roça. Mas essa roça não teve muito futuro...

B - E vocês, usavam também a ilha?

IE - Usava. No ano que ele usou. Agora, diferente disso nós não usamos ela antes porque nós tinhamos medo, né? Viviam lá... Aí nesse período que nós cercamos a ilha, relou quase um ano a gente sendo intimado. Todo mês era certo uma



a duas viagens a Porto da Folha. Aí nós vimos que ali não ia dar mais certo: fizemos a questão por uma terra e estava morando em outra?

Então nós dissemos:

"- Nós num planta lá e nem cá! Então se nós for pra lá, nós planta lá..."

"- Então vambora!"

Isso foi em setembro de 79... no dia 8, a gente conseguiu falar na televisão... que nessa época dava muito apoio.

B - Televisão de onde?

IE- Sergipe, de Aracaju. Daí ela veio e filmou nós brocando as primeiras roças na ilha. Aí foi que veio as pressões contra nós. Aumentou porque eles viam que a gente agora ia desmatar a ilha pra fazer roça. Enquanto a gente estava na Caiçara nós só estava sendo intimidado. Eles não estavam tendo prejuízo, né? Nós é que estava porque nem plantava numa terra nem neutra... e o gado de lá dentro da ilha! Aí quando foi no dia 9, isso foi num domingo, eu disse:

"- Bom, hoje nós vamos pra ilha. Eu vou lá pras 4 ou 5 horas e não volto mais!"

Aí os outros disseram:

"- Já que vai um, vamos todos!"

Sei que domingo, de 5 horas da tarde até uma e meia da noite de segunda-feira estava todo mundo lá na ilha. Nós chegamos e ficamos nos pés de pau: jazeiro, quixabeira, tamarineiro... aí nós limpamos, fixamos lá um jeito dum rancho.

B - Vocês ficaram até uma reunião lá, né? Nós sabemos pelas jornais...

IE- Foi. Em 78 mesmo houve lá uma Assembleia do CIMI, que teve muitos índios lá... foram fortalecer cada vez mais a nossa caminhada. Aí nessas alturas nós já estava entendendo um pouco...

B - Quando foi que o juiz proibiu de sair o gado da ilha?

IE- Foi quando nós cercamos logo a ilha. Ele embarcou: que nem era pra nós entrar e nem tirar o que tinha lá, que era o gado.

B - Quer dizer que nesse ano vocês ficaram lá na Caiçara?

IE- Foi.

B - Vocês não usavam a ilha, quando cercavam, porque estava embargada?

IE- É. A gente não queria desobedecer a justiça. Já que estava embargada, né?

B - É como vocês resolveram não ir a ilha?

IE- Porque mudou o juiz... veio o Dra. Aparecido. Aí os advogados cessou a liminar e derrubou esse negócio daí. Aí nós continuamos. Tinha um rapaz que tinha umas 2 cabeças de gado, botou lá pra ilha, ficou lá com o gado dele... e quando houve essa Assembleia sentamos que já estávamos em outra vida, uma vida nova. Aí nós criamos mais coragem, entendeu? Porque foi muito índio e explicaram pra nós como é... porque nós estava por fora da política indígenista.

Quando terminou a Assembleia nós começamos a ser novamente intimidado. Isso era quase que diariamente: a gente intimidado pela justiça. Então dissemos:

"- Bom então a gente vai ficar aqui. Não vamos sair mais. Ou a gente mata ou morre. Daqui nós não sai!"

"- O diabo é a gente ficar aqui nesses pés de pau..."

"- Não tem problema. O índio sempre viveu no mato. Então agora a gente vai ficar aqui."

Sei que nós passamos 9 meses nos pés de pau. Aí a Igreja arranhou um dinheiro e fez um empréstimo pra nós. Nós conseguimos fazer as casas e hoje tem 40 e tantas casas, né?

B - Minha casa lá na Caiçara, a néqui na passou por cima. Derrubou tudo! Na minha e de muitos colegas.

B - Derrubaram todas as casas?

IE- Derrubaram. Só deixaram o salão onde eles colocaram os jagunços que passaram mais de mês lá ameaçando nós com a Polícia Civil. Ela passou lá uma semana. Agora, depois que eles saíram, que o governador deu a ilha, foi que derubaram tudo. Todas as nossas casas na Caiçara eles derrubaram.

Dai começamos a fazer roça. A gente comia quando os vizinhos davam. 1880 passou foi meses... aí a FUNAI, nesse período que nós estava na ilha, chegou. Inclusive, andou até uma antropóloga lá, Delvair\*; nós estava ainda na Caiçara, no início, sabe? Fez lá um levantamento que não sei nem se serviu...

B - Vocês ocupavam toda a ilha?

ZE - Foi. A ilha não é tão grande não.

B - É muito menor do que a da terra Caiçara?

ZE - Ah é! A ilha tem 119 tarefas e a Caiçara são umas 15 mil tarefas. Como vocês vêem é muito grande...

B - É de toda essa Caiçara os Brito se dizem donos?

ZE - É. Os Brito dizem que é dele o que na realidade não é. Então a FUNAI foi, levou ainda uns mantimentos lá pra nós. O próprio governo estadual também, ainda deu 1.200 kgs de arroz, feijão e outras besteiras lá... E daí nós começamos a fazer roça. Nós tra balhava na roça e botava uns pra vigiar os portos, entendeu? Com medo que eles entrasse. Nós via eles... andavam lá com os rifles na mão... nós não podia descer na parte do rio Pequeno pra vir tomar um banho porque eles atira vam.

B - A distância pra Caiçara é pequena?

ZE - É. Unas 70 varas. Aí nós ficamos sempre recebendo ameaça deles e caminhando pra Porto da Polha. Veio dezembro e todo mundo lá sabendo... inclusive, foi abalado em muitos lugares... veio um cara da França e fez um filme sobre nós... daí o governo viu que aqui lá poderia causar uma coisa mais grave e desapropriou a ilha pagando aos Brito a quantia de 2 milhões e quatrocentos mil cruzeiros. Esta quantia que ele pagou não achamos justa, porque desse dinheiro eles deveriam ter pago aos índios pelo trabalho que os índios tinham feito. Tantos anos trabalhando pra ele, entendeu? Já que nós estava trabalhando nas nossas terras e eles dizendo que

era os donos, mas os verdadeiros donos somos nós! Então não achamos que o governo agiu dentro da lei. Ele fez aquilo por causa da política...

B - O Governo pagou aos Brito pela ilha?

ZE - Foi. Ele pagou 600 tarefas, que era a ilha, entendeu? Mas o próprio governo mandou medir e só deu 119 tarefas.

B - E ele pagou o preço das 600?

ZE - Agora, a gente está reivindicando as 281 que faltam pra completar as 600 e a nossa terra, que é a Caiçara. Mas da terra Caiçara nós vamos fazer um estudo primeiro pra nós adquirir ela. Aí o governo desapropriou e esses conflitos que estavam sendo por dia e noite acabou-se mais um pouco. Daí os Brito começaram a ameaçar. Inclusive hoje, lá dentro da aldeia, tem um rapaz que todo dia recobia um recado, junto com Raimundo, que a cabeça dele ia ser colocada numa estaca... daí conseguiram arrastar com ele. Hoje esse rapaz, a palavra dele não vale nada dentro da ilha. Por que quando nós chama ele pra alguma coisa, ele vem falar contra. Porquê? De tanta ameaça que ele recebeu: ficou com medo.

B - Saíram muitos Xocó da Caiçara antes de vocês?

ZE - Saíram. No tempo de Antonio Brito, do pai desses. Expulsaram eles. Tem o meu avô... ele é de 1896. Naquela época que os Xocó foram expulsos para Porto Real do Colégio (Alagoas) ele serviu de capanga proa Brito. Com medo de morrer, coitado! Era muito jovem ainda. O velho Brito deu uma canoa a ele pra ser canoeiro dele, imagine! Espia como ele não ficou com tanto medo, vendo aquele sofrimento. Essa canoa foi até bom... no início ele contou pra nós: que várias noites ele conseguiu atravessar vários índios de Sergipe pra Alagoas. Da Caiçara pro outro lado. Em frente a Propriá. Daí os índios Xocó foram pra lá que era onde tinha aquela aldeia Kixiri e ficaram lá até hoje. Mas nós estamos tentando vários contatos pra eles voltarem pra cá pra ver se nós consegue de volta a Caiçara. Mas

(\*) Ver Relatório adiante.



eles... assim... ainda estão sentindo aquilo que eles sofreram antes, entendeu? Porque a gente fala e eles nem dão de dentro pra querer vir...

B - Eles estão vivendo de quê, em Alagôas?

ZE - Da agricultura do arroz...

B - Plantando de meia nas terras dos outros?

ZE - Não. Eles têm terra suficiente. Têm muita terra lá.

B - Mas é delas mesmo?

ZE - É delas mesmo. Eu estive lá em São João e eles falaram que têm muita terra. Então, nós ficamos... a ilha foi desapropriada e não sabemos como ficou esse negócio das 600 taras.

B - Mas como é que os Brito provam que a ilha é deles?

ZE - Olha, a gente foi informado que eles provam com um documento negativo. Certidão negativa, entendeu? Foi entre os Brito, Prefeitura e cartório que são tudo uma curtiela só... daí conseguiram arranjar esse documento pra eles dizendo que são os donos não só da ilha como da Caiçara! Aonde antes da gente entrar em questão eles diziam que só constatava no documento deles a Caiçara e outras terras que tem lá. A ilha era fora, entendeu? Porque eles não pagava nenhum imposto por essas terras lá. E quando foi da gente entrar nessa questão eles disseram que a ilha era deles. E agora, depois disso tudo, que eles viram que cada vez mais iam decaindo e coisa e tal, eles acharam por bem de procurar um comprador pra terra Caiçara, essa terra que é nossa. Lá na Caiçara tem um marco antigo... acho que foi quando D. Pedro II doou essas terras pro seus antepassados.

B - E essas terras foram doadas no Início?

ZE - Foi. E lá na Caiçara, ainda hoje está lá pra quem quiser ver: tem um cemitério, não está inteiro não, porque eles fizeram roça e queimaram, e tem o terreiro que já tem uns 70, 80 anos que ninguém vai lá e ainda hoje não nega

ce um pé de rato. Passa aquele inverno todo e nada! Lá na Caiçara: o cemitério e o terreiro lá, entendeu?

E eles venderam tudo agora a um tal do Jorge Pacheco. E esse já começa a fazer intê umas certas ameaças: dizendo que nós se conformarmos com a ilha, não pense em voltar a Caiçara, porque com ele é diferente. Com ele é na bala!

Então nós viemos aqui. Já colocamos o problema pra vocês. Não queremos agora abrir esse problema da Caiçara, esse outro caso, né? Porque assim vai ficar muito atrofiado pra nós. Antes de resolver uma coisa, já começar outro problema, vai ficar muito bagunçado e não sabemos como vamos fazer porque tem muito índio lá que estão muito temeroso de voltar à Caiçara. Não por nada não, porque sempre a gente vive ameaçado, entendeu? Eles dizendo que vai matar: mata fulano, mata beltrano.

A gente fica um pouco choqueado porque não é fácil a gente saber que um cara quer matar nós, né? Mas a gente também tem cuidado. E agora teve um problema lá. Porque nós plantamos, em 82, e quando começamos a colher, o rio secou, eles não fizeram a cerca e botaram o gado bem aqui em frente à ilha.

Agora, pra eles botar esse gado aqui, eles tinha que ter botado um travessão pra não passar esse gado pra cá, entendeu? Botaram o gado e, como o rio tava seco, começaram a penetrar na nossa roça. Aí como nós não queríamos saber mais de confusão, primeiro fomos a eles. Fizemos uma carta dizendo que aquilo não dava certo, que eles tomasse uma providência com o gado pra que não surgisse um problema maior. Tudo bem, eles receberam a carta e não tomaram providência, o gado continuou por todo lado, então dizemos:

"- Bom, agora nós vai à justiça!"

Nós fomos ao juiz de Porto da Folha, Dr. Francisco Melo de Noves. Quando nós fizemos a queixa, ele disse:

"- Certo. Eu vou chamar ele aqui porque ele é quem deve carcer!"

Mas na realidade ele não fez na da. Bom, passou o inverno de 81, nós colhemos uma parte e o gado comeu a outra. Aí, em 82 mesmo, nós procuramos o juiz de novo - e não foi uma só vez - daí ele viu que nós estava pressicionando muito... não tinha mais o que dizer, disse que era ano eleitoral e não ia resolver nada.

Então a gente esperou. Bom, resu mindo um pouco a história, quando foi agora em dezembro, já no fim do mês... e o gado rapaz, in mistindo! Nós, várias vezes, fomos mesmo aos Brito. Mandamos o gado pra ele, pra nós se encontrarem no outro terreno, da outra fazenda, que ele viesse até nós por que nós não queria saber mais de confusão... eles não vieram. Daí tem um rapaz lá que tinha um cercado e nós todo dia prendia 10, 15, 20 cabeças de gado delas... agora, nós não sabia quem é que soltava! Nós prendia à tardezinha e no outro dia de manhã o gado não estava mais. Acho que era os vezeiros que vinham à noite, levavam pro outro lado e soltava quando é no outro dia o gado e a nhacia novamente dentro da roça!

A justiça não toma as providências. Mesmo quando a gente deu parte ao juiz ele veio cá pra vê quem deveria cercar, e disse:

"- Vocês não têm condições de cercar. Cercar agora, quando o rio encher arromba com esta cerca... vocês vão ter condições de fazer cerca todo ano?"

"- Bom, nós não tem!"

"- É. Já sei que ruim são eles mesmo. Eles não querem acordo com vocês. Eu vou chamar eles e eles tem que fazer."

Mas isso era quando ele via nós... quando nós ia dar queixa pra ele, porque nada disso ele fazia. E quando vimos que ele não ia resolver, dissemos:

"- Sabe o que vamos fazer? Quem vai resolver somos nós mesmos!" Quando foi em janeiro, lá pro dia 6 ou 7... nós tem lá uma cobrazinha que ela quase fala, entendeu? A gente faz um sinal pra ela e ela entende um pouco. Daí a gente disse:

"- Olhe, tá acontecendo isso e isso e a partir de hoje não va

mos aceitar mais o gado deles aqui. Então nós queremos uma providência da gente mesmo."

Bom, nós dissemos isso de manhã, com 24 horas a gente viu uma "abeibinha zoar". Isso foi na sexta-feira e no sábado os Brito viram 2 vacas dele morta. Agora, nós não sabemos se foi essa cobrazinha que nós soltemos. Nós damos a ordem a ela pra fazer isso, entendeu? E na certa ela cumpriu a ordem que demos. Aí no dia 8 os Brito foram a Porto da Folha procurar a polícia que no outro dia de domingo, veio intimar nós, dizendo eles que nós tinha mata do 2 vacas...

B - Mas como essa vaca apareceu morta? Nas terras de vocês, na ilha?

JE - Foi dentro da roça. Porque a ilha está dividida: uma parte tá em roça e a outra ainda está o mato. E essas bichas... uma foi encontrada dentro d'água, na "trevezinha", não tinha cicatriz de nada; e a outra foi encontrada dentro do mato mesmo. E nessa outra eles encontraram muito sangue e disseram que tinha sido de bala, mas nós não tinha arma pra fazer esse trabalho. Temos simplesmente essa cobrazinha, entendeu? Ela chegou, acho, em vez de pegar no pé, pegou na cabeça... Por isso que aconteceu esse conflito todo. Aí quando eles procuraram a polícia, imediatamente eles vieram, no outro dia, na nossa aldeia.

Chegaram lá perguntando:

"- Qual é a novidade daqui?"

Como nós não estava sabendo nenhuma, dissemos:

"- Que nós saiba, nenhuma!

Aí o cabo Cícero disse:

"- Não sabe o quê, rapaz! Como é que vocês matam o gado dos Brito e diz que não sabe?"

"- Bom, essa conversa é desconhecida pra nós. Se está havendo isso aqui, nós não estamos sabendo."

"- Pois está! (cabo Cícero disse bem assim). Eles encontraram bem aqui dentro da aldeia e eles me procuraram e eu vou resolver!"

Nós disse:

"- Pois muito bem. Agora, o que



"a gente acha estranho é que des de 82 que nós vem procurando a justiça, inclusive o senhor mes mo veio aqui com o avaliador da justiça pra avaliar o prejuízo, e onde é que está esse processo que o senhor fez aqui com o avalia dor da justiça, engavetou e não soube tirar pra ver como é que estava?"

"- Não, eu não quero saber! Que ro saber que eles ne procura ram e eu vou resolver."

"- Então o senhor vai resolver. Agora, só que o senhor nunca vai saber quem foi que matou essa va ca. Quem sabe num foi eles, só pra fazer mal a nós, né?"

"- Não sei! Se eu soubesse quem foi, eu levava preso agora!"

Isso eles andava à paisana (sem farda);

"- Bom, isso vai ser difícil, ca bo, descobrir, porque nós desco nhece essas vacas mortas aqui. Se ela morreu, deve de ter sido al guna cobra..."

Isso foi no dia 9, que eles vie ram, e a intimação era pra 14 de janeiro, numa sexta-feira.

Aí nesse dia, tinha lá uma reu nião das comunidades vizinhas (não índios); eles pediram pra fazer lá dentro da aldeia, nós

aceitamos e participamos. Tinha o presidente do Sindicato e uma irmã. À noite nós nos reunimos: "- que é que nós vamos fazer? Ia so aí é uma trama deles pra pren der nós, então a gente tem que procurar jeito de nos defender."

Segunda-feira nós fomos a Pão de Açúcar (AL), chegamos lá e liga mos primeiro pra CPI de Sergipe. Mas como era época de férias, a Beatriz falou que ela não podia dar uma ajuda mais concreta por que não tem um departamento jurí dico. A gente já ia telefonar pra CPI de São Paulo, aí ela chegou e disse:

"- Eu acho que é muito melhor vo cês ligarem pra CPI de São Paulo, porque eles têm um de partamento jurídico."

"- Nós só estamos comunicando à CPI de Sergipe pra vocês ficarem sabendo, mas vamos ligar pra CPI de São Paulo e pra FUNAI. Inclu sive, quem falou intê com o dele gado da FUNAI fui eu. Eu liguei e contei."

Ele disse (FUNAI):

"- O que é que está havendo?"

"- Está havendo isso... (daí con tei o problema do gado) e a gen te quer saber hoje qual é a posi ção que a FUNAI vai tomar."



José Apolônio e Raimundo Kokô num debate público em São Paulo.

"- Como é seu nome?"

"- José (não disse meu sobrenome não)."

"- Mas você não está me ameaçando não, não é?"

Cheguei até a ficar assustado. Tã pensando o quê? A gente está comunicando e eu pedi uma decisão dele daquele momento pra ele dar:

"- Não senhor, estou comunicando pro senhor tomar uma decisão, por que eles querem prender nós!"

"- Então muito bem. Vocês estão intimado pra quando?"

Eu cheguei, contei que era pro dia 14 e ele disse:

"- Não vão não! Mande 2 ou 3 homens pra cidade que a gente vai mandar um agente aqui da FUNAI."

Então nós ficamos assim. Volta nós e fizemos outra reunião na segunda-feira e colocamos que a gente tinha conversado com o pessoal os assuntos daqui com a CPI de SP, de Sergipe, pessoal de Brasília que assumiram a União dos Índios (UNI) e a FUNAI. Então nós ficamos um pouco tranquilos. Na terça-feira fomos a Aracaju, demos entrevista nos jornais pro pessoal saber, não?

Já que a FUNAI tinha dito que não era pra nós ir, nós anunciamos que não ia comparecer na Polícia. Aí com isso, eles criaram mais raiva, foran a Aracaju e trouxeram o Delegado da Superintendência acompanhado de cem soldados. Isso, eles ficaram com eles um dia e uma noite. Na sexta-feira nós fomos a Porto da Folha: fui eu, Zuxa e Oliveira (irmão de Raimundo); chegamos lá e estava o advogado da FUNAI, Dr. Moacyr, e um indigenista da FUNAI. Aí nós colocamos o problema. Eles perguntaram quem tinha matado as vacas, daí dissemos:

"- Nós não sabemos. Acho que foi uma cobrazinha que temes lá que fez esse trabalho..."

Ele disse:

"- Então tudo bem!"

Aí de lá nós conseguimos vir à área. Veio a gente, o Presidente do Sindicato, a Polícia e a FU

NAI. Passamos lá na casa dos Brito, ele não estava, estava em Propriá, só estava na casa a mulher dele. O pessoal da FUNAI conversou com ela dizendo que tinham vindo pra resolver o problema. Ela então disse:

"- Eu espero que vocês resolvam da melhor maneira possível, por que ali não tem índio..."

E começou a atacar um pouco nós.

Fomos até a área, chegamos lá e mostramos. Aí o advogado olhou assim pro cabo e disse:

"- Olha você fique sabendo que hoje nós só volta com a decisão certa, entendeu? E outra: os índios não podem cercar isso aqui não, quem deve cercar são eles mesmo."

Nós voltamos e passamos novamente na casa dos Brito. Eu já fui com o gravador preparado. Quando a gente pôs o carro e saltou ela vem com a mesma conversa: atacando nós, dizendo que o esposo dela não era mau, porque se fosse já tinha mandado bater em nós, mandado matar...

Aí peguei o gravador, liguei e fiquei em pé entre ela e o pessoal da FUNAI: gravei tudo. Depois telefonaram pro João Brito, que estava em Propriá, e o delegado de polícia pediu pra ele vir com urgência porque a FUNAI tinha vindo pra resolver o problema. Ele veio. Daí nós não foi a Delegacia como estava marcado. Quem foi pra lá foi a FUNAI e tiveram um debate por mais de 3 horas. Eles entraram às 6 da noite e saíram às 10 e ficou certo que eles é quem iam cercar. Aí o tal do João Brito pediu que a FUNAI fizesse uma cerca, daí ela disse:

"- Bom a gente vai fazer. Agora, primeiro a gente vai trazer um engenheiro pra vê se a gente faz uma cerca pra ficar para sempre. Pra gente fazer todo ano, a FUNAI não vai fazer. Agora, se ele ver que tem condições de fazer uma cerca que nunca se acaba, nós vamos fazer. Agora, a de vocês tem que ser feita agora!"

Ele disse:

"- Está certo!"

Aí o advogado, que já tinha sido informado de que havia gado dos



+ Brito lá, disse:

"- É outra: a partir de amanhã vocês têm que retirar o gado de lá."

Aí no sábado (isso foi na sexta-feira) eles começaram a retirar o gado e a cerca era pra ir começando na sexta-feira... daí tão bôn não sei se eles fixaram a cerca, entendeu? O rio encheu e o gado também não atravessou mais.

Agora parou um pouco. E até a nossa vinda pra cá (fev./83) tava até calmo. Agora, os Brito estão dizendo que lá tem uns 40 Xô cõ que ele ia arrancar a cabeça.

B - Agora eu queria que vocês me falassem da posição da FUNAI em relação à terra de vocês: a Caiçara.

ZE - Quando a gente saiu da Caiçara, em 79, teve um advogado, Dr. Romildo... porque nessa época eu não fazia parte do Conselho não...

B - Você é Conselheiro da tribo Xecô?

ZE - Eu sou. Entrei há pouco tempo.

B - Seu Raimundo também é?

ZE - Não. Mas vai haver uma eleição agora e nós estamos com vontade de colocar ele. Inclusive, quando ele quis fazer esse documento pra nós assinar, pra ilha ficar pra nós...

B - Quem fez esse documento?

ZE - Foi o Dr. Romildo\*, aqui de Brasília.

B - Da FUNAI?

ZE - Sim. Ele disse que era um dos fundadores da FUNAI. Então fez esse documento pro Conselho dos Xecô daquela época assinar. Naquela época eram 10... Dizendo que a ilha era nossa e a Caiçara ficava se pros Brito. E quase que a gente assina esse documento, porque os Brito, nesse espaço de tempo que nós entramos lá na ilha, trançaram todas as estradas pra nós não entrar lá na Caiçara. Então disseram:

"- Nós só assina esse documento se o senhor abrir as estradas, colocar um posto médico aqui dentro, uma professora e outras solicitações que fizemos à FUNAI. Se a

FUNAI cumprir com isso, nós podemos assinar..."

B - E vocês iam desistir da Caiçara?

ZE - Era. Mas você sabe que naquela época a gente estava muito sufocado, entendeu? Então pensamos assim... mas depois a gente viu que não dava certo e ninguém assinou. Também a FUNAI não cumpriu... e quando foi agora, desta vez que o advogado veio, estava eu, ele e o delegado de polícia e eu falei:

"- Olhe, essa terra aí é nossa! Você está sabendo disso?"

Ele disse:

"- Cale com isso, rapaz! Essa terra aí não dá pra vocês?"

"- Hoje ela dá, mas amanhã não vai dar mais não."

B - Quem falou assim?

ZE - Eu que falei pro advogado da FUNAI, Dr. Moacir... porque nós estávamos lá em frente à ilha...

B - Mas a FUNAI sabe que a Caiçara é de vocês? Todo mundo sabe inclusive os Brito, que a terra é de vocês.

R - A FUNAI sabe sim.

ZE - Sabe! A gente tem documento dizendo que a terra é nossa e os Brito tem uma certidão negativa que arrumaram lá com o prefeito. Agora, a FUNAI mesmo sabe. Antes de fazer aquele documento que ela que a gente assinasse, o Dr. Romildo disse:

"- Eu sei que aquilo ali (a Caiçara) é de vocês. Mas a FUNAI agora não tem condições de lutar por essa terra."

R - Disse isso a mim?

ZE - Foi. A FUNAI disse lá, sem a gente mesmo entrar em detalhe sobre a Caiçara, ela mesmo disse:

"- Eu sei que essas terras são de vocês. Vocês estão sabendo disso?"

Daí a gente falou bem assim:

"- O senhor que está chegando agora está, imagine nós que nascemos ali, que é que nós vamos dizer?!"

Ele disse:

"- É, mas a FUNAI não vai ter con

\* Ver Relatório Adiante



dições pra lutar por aquela terra ali..."

B - Então veio com esse documento pra vocês assinarem desistindo...

ZE - Foi. Pra desistir, entender? E a gente quase que assina esse documento! Mas mesmo que a gente tivesse assinado, isso não ia ser muito válido. Porque quando a gente se reunisse novamente e se conscientizasse, aí voltava atrás. Porque nós não desistimos da Caiçara não! Não queremos entrar em questão agora porque precisamos resolver as outras coisas primeiro, entendeu? Daí os Brito estão pensando que a gente está fazendo outro trabalho pra voltar à Caiçara. Por isso que eles venderam essa parte. Não venderam toda não, dividiram a Caiçara e venderam uma parte. Agora, nós nem sabemos se eles venderam mesmo, se é verdade isso. Está um pouco assim confuso porque o cara está gastando um dinheiro que não é fácil: desmatou um bocado de terra, inclusive a área que ele comprou... Está transformando a área em roça. Construíram uma bela casa lá... derrubaram as nossas 22 casas e no maio de 2 eles construíram uma, entendeu? Levantaram uma casa lá dizendo que nós não vá pensando em voltar à Caiçara, porque agora é dele e com ele o negócio é diferente. Então nossa situação agora está assim: cai mas não cai.

R - Pois é! Talvez eu seja até um dos que vão primeiro, mas dentro da aldeia Xocô sempre vou dizer a verdade e morro dizendo a verdade: a Caiçara é nossa! Ele comprou porque quis comprar, sabendo que a Caiçara é nossa.

Até o filho dele falou:

"- Olha, meu pai, se eu fosse o senhor não entrava nesse impenso ali, porque aquela terra é terra enrolada, aquilo é terra de índio!"

Aí ele falou:

"- Mas eu vou comprar!"

E comprou. No meu ponto de vista ele comprou uma questão pra ele. Ele não foi enganado, foi sabendo que aquela terra ali não é dos Brito, é dos Xocô. Nasci e me criei dentro da Caiçara e aquela terra nós pertencemos, é nossa!

B - Seu pai e seu avô nasceram lá?

R - Exatamente. Nasceram e se criaram dentro da Caiçara. Eu tenho 48 anos e vou completar 49 no dia 22 de dezembro, sempre ouvi meu pai dizer, minha mãe, minha avó:

"- Olha meu filho, essa terra pertence a vocês!"

E contava o ocorrido do que se passou... naquele tempo em que fomos espancados... naquela pancadaria... com coronel espancando nós. E eu sempre sabendo que a terra é nossa. Meu pai, meu avô já morreram. Minha mãe já com 85 anos está bem velhinha e na Caiçara tem um pé de tamaríno muito bonito, que dá uma grande sombra, que foi ela quem plantou. Então ela conta todos os detalhes, certinhos... como é que foi o acontecimento ali...

Então como é que os Brito, vêm dizer que a terra é deles?!

B - Sempre foram os Brito, desde a época dos seus avós?

R - Sempre. O avô do João Brito, do Toninho. Sempre os Brito! Na base da pancadaria... tempo de coronel: espancando, aquela coisa toda...

B - Muitos Xocô foram mortos nesse tempo?

R - Foram embora com medo, coitados. Porque se dissesse que eram caboclo, eles apanhavam...

B - É a língua Xocô?

R - A língua Xocô eu não alcancei porque já estava pra trás... o pessoal ia deixando de falar... com medo. Porque se dissesse assim, que era índio, levava porrada. E por isso o pessoal mais antigo apanhou mesmo, porque dizia que era caboclo e que as terras foi D. Pedro II quem deu, e o que os Brito queria era tocar o pessoal pra fora e ficar com a terra.

B - A FUNAI reconhece vocês como índio?

ZE - Reconhece sim, e a ilha como nossa. Só a Caiçara não. E agora eles querem colocar um posto da FUNAI lá na ilha. É possível até que já tenha chegado porque eles disseram que ia na segunda quinzena de fevereiro...

B - O que vocês acham da criação des-  
te posto?

R - Eu já ouvi falar muita coisa da  
FUNAI, muita coisa ruim... mas  
apesar de saber tudo isso, espe-  
ro que ela vá lá e defenda nós.  
Paga as coisas direitinho. Por  
que ela está aí pra isso, né?

ZE - A FUNAI tem suas falhas, mas a  
gente está precisando de escola  
lá. As crianças querendo estudar  
e a gente espera que ela dê coher-  
tura. Só que não pense que chefe  
de posto vai chegar lá e fazer  
o que ele quiser não. Vai fazer  
o que nós quer!

B - E os outros Xocô que moram em Ma-  
goas, os Xocô-Kikiki?

ZE - Ah, eles sempre diziam que nós  
tinham ficado lá mole e coisa e  
tal e a gente dizia que eles ti-  
nham saído por medo. Eles aí res-  
pondiam:

"- Não, não saímos por medo. Nós  
saímos para garantir a nossa  
língua e a nossa tradição."

Aí nós dissemos:

"- Então nós também não tivemos  
medo porque nós ficamos pra ga-  
rantir a terra."

B - Eles falam a língua?

ZE - Falam. Inclusive vocês vendo um  
Xocô-Kariri e vendo nós... não  
tem quem diga que nós somos tudo  
de uma aldeia só. Por quê? Por  
que eles saíram e conviveram en-  
tre eles mesmo... juntos, enten-  
deu? E nós ficamos com branco no  
meio, daí misturou. Mas o segre-  
do mesmo dos Xocô eles é quem so-  
be.

B - E vocês não estão pensando em Aca  
prender com eles?

ZE - Eles são muito amigos pro nosso  
lado porque nós somos duma raça  
só. Mas a gente está meio afasta-  
do, entendeu?

B - E se vocês adotam a Caiçara, que  
é a terra original deles também,  
daí eles não vão se chegar mais?

ZE - Nós pensamos muito. E tem um es-  
paço que a gente pode usar, viu?  
É através do futebol. Eles são  
doidos pra jogar com a gente, en-  
tendeu? Já acertamos até pra jo-  
gar com eles lá e cá.

B - Eles têm posto da FUNAI lá?

ZE - Eles têm. Eles são doidos pra vim  
brincar lá com a gente, mas é que  
o campo ainda não está pronto: fi-  
zemos só um lado. E nós temos ce-  
teira que, não das primeiras ve-  
zes, mas depois da terceira ou  
quarta a conversa entre nós vai  
ficar bem adiantada, entendeu?  
Eles nunca solteram nada pra nós  
não, mas quem sabe através da brin-  
cadeira eles vão soltar.

Eles cismaram porque já tinham  
ido a Brasília, tinham procurado  
o problema da Caiçara... antes de  
nós... nós fazendo o trabalho lá  
em silêncio e eles também lá fa-  
zendo entendeu? Eles estavam fa-  
zendo esse trabalho para entrar  
na ilha, mas quando eles foram,  
aí nós dissemos:

"- Não, na ilha não. Na ilha nós  
já vai entrar. Agora, se vocês  
quiserem pra nós entrar na Caiça-  
ra, a gente topa!"

Daí eles cismaram, entendeu? Por  
que eles chegaram até a desco-  
brir... foram a Brasília, mas a  
ilha não dava pra nós, entendeu?  
Porque eles são suítes, são uns  
800. Agora, pra Caiçara... mas  
agora eles têm também a terra de-  
les.

R - Mas Gavagarzinho nós ganha essa  
terra. Não carece pressa... cha-  
mando aos poucos... pode até ser  
que não seja pra mim. Mas pode  
ser pra meu filho, pra minha fi-  
lha. Isso eu tenho uma grande sa-  
tisfação. Nem que seja pro futu-  
ro: Xocô está apossado na Caiça-  
ra! Isso pra mim, mesmo eu morto,  
pode chegar na minha cova, pisar  
assin e dizer:

"- Raimundo, hoje somos os donos  
da Caiçara!"

Pra mim, mesmo eu morto, ainda o  
coração se aleventa, o espírito  
digno de um XOCÔ!



# Documentos da Funai sobre os Xokó da Ilha de São Pedro

**Levantamento da antropóloga Delvaire Melatti**

Em 1974, a FUNAI envia à área Xokó uma antropóloga Delvaire Melatti, para que faça um relatório sobre a situação. Neste levantamento a antropóloga apresenta um histórico da ocupação das terras da Ilha de São Pedro e Caiçara pelos índios Xokó, com os dos retirados de documentos de 1749 e 1761, entre outros.

Do relatório consta também um levantamento genealógico e demográfico dos habitantes. A partir dos dados colhidos a antropóloga considera com provável a ascendência indígena da população que se identifica como Xokó.

Abaixo alguns trechos transcritos do parecer da FUNAI:

"Documentos de 1749 e 1761 mencionam a existência do grupo Xokó no baixo rio São Francisco, no lado de Alagoas (Hohenthal, 1960:49). Em outro documento do século XVIII, os "... índios moravam na Aldeia do Pão de Açúcar, em Penado" (p. 50). O mesmo autor faz um apêndice da situação atual dos índios do Nordeste: "Continuando rio abaixo (São Francisco), do Colégio a São Pedro, no Estado de Sergipe, se brevemente uns cinquenta descendentes de índios Xokó e Natu, ainda outros moram em Pacatuba, nesse mesmo Estado" (p. 59).

Os Xokó não mencionaram a existência de índios Natu entre eles ou que tivessem parentes em Pacatuba.

Ao longo do rio São Francisco situavam-se vários agrupamentos indígenas que foram catequizados por missionários capuchinhos. A literatura consultada não localiza os Xokó na Ilha no século XVII, mas sim os índios Orunurus (Aramurus). Não fica claro se estes índios foram aldeados juntos

aos Xokó, ou se naquela época eram assim denominados, ou se estes nomes pertenciam a metades, clãs ou sibs. Só a partir do século XIX, os Xokó são explicitamente mencionados com esta designação. (...)

Um Documento de Ultramar (1786-98: 324) diz que os Orunurus foram incorporados à aldeia de Pacatuba. Os Orunurus ora estão localizados na Ilha do Ouro, em Propriá, em Porto da Folha, ora na Serra do Pão de Açúcar, entre 1698 a 1746.

Segundo Hohenthal (1960), depois de 1759 os Romaris (Omaris) se estabelecem em Propriá e São Pedro (p.48). Os Abacatiara foram visitados em 1898 por Monsenhor Capitulino Carvalho na Ilha São Pedro Dias. Essa Ilha está entre o Pão de Açúcar e Belo Monte. O nome da Ilha foi posto em homenagem a um missionário jesuíta do local (p. 51). Os Cicocó (Shocó ou Ceocosa) foram localizados em Pacatuba (Doc. de Ultramar).

O Memorial das Terras (1884) menciona que a Fazenda Caiçara fora incluída no tombamento de 1745, aí existindo gado vacum, cavalos e escravos. Ficava a uma légua de Araticum. No Inventário dos Documentos (1913:313) este faz referência à Missão de São Pedro e de Pacatuba em 1758 (p.314). Em 1821 é criada a Freguesia de São Pedro do Porto da Folha com sede na Ilha de São Pedro. Segundo Mott (1974) a Missão de São Pedro em 1829 tinha 139 índios (p. 164) e em 1802 havia 241 pessoas, e 300 em 1808 (p. 170). Em 1829 o Capitão-Mor de Índios escolheu 8 índios de São Pedro para se enfileirarem no exército e marinha (p.168).

Gardner (1942), em sua viagem pelo rio São Francisco, aporta em 1838 na Ilha de São Pedro e descreve como a encontrou: "... cerca de meia légua de comprimento por um quarto de largura, plana e de solo arenoso." Criavam porcos e cabras (p. 103). O

número de famílias era além de 40 e a maioria eram índios civilizados. Os índios estão diminuindo. Havia uma Igreja na Ilha (p. 104). Havia pouca alimentação no local (p. 107). O peixe era o prato principal. As crianças andavam nuas e os adultos semí-despidos. As mulheres fiavam algodão (p. 108).

Em 1841 a sede da Freguesia de São Pedro é mudada para Buraco (atual Porto da Folha). Em 1849 Frei Dorotheo chega à Ilha para assistir aos índios. Já 1870 três índios do aldeamento de Porto da Folha fazem reclamações no Rio de Janeiro (pelas suas terras?). - APES, 3ª seção, nº 1 -. Cícero, o capitão atual do PI Kariri, conta que nesta viagem o índio Gesuíno e mais duas pessoas foram buscar os documentos de doação da Ilha, por D. Pedro II. Na volta, ao chegarem em Porto da Folha, os capangas dos Britto se apossaram dos documentos. Desconhecem o fim que eles tiveram. Achan que no Museu Imperial de Petrópolis há cópias desta doação. Posteriormente, também, o caboclo Inocência foi ao Rio de Janeiro para tratar sobre a terra.

O Frei Dorotheo, em carta dirigida ao Presidente da Província e V. Exas, em 1872, diz que os índios de São Pedro são "...domésticos que se ocupam na lavoura e na factura de panelas e potes em grande escala ...". Neste mesmo ano, o Juiz de Direito de Villa-Nova, em Ofício ao Presidente da Província, informa que existe há tempos os aldeamentos de Pacatuba e de São Pedro, cujos índios estão reduzidos a pequeno número e são "civilizados". Novamente em 1888 quatro índios, de São Pedro, vão para o Rio de Janeiro reclamarem a restituição das terras que estão sendo invadidas por vizinhos (APES, 3ª seção, nº 1). O Jornal Gazeta de Notícias, de fevereiro de 1917, informa que três índios de São Pedro foram reclamar ao Governador da Bahia contra o esbulho de terras que há muito estão sofrendo. Pleiteiam a restituição dos terrenos ocupados por João Fernandes de Britto.

O capitão Cícero, do PI Kariri, informa que em 1930 o índio Inocência mantinha contato com o Governador do Estado de Sergipe e este mandou que tomassem a Ilha, cujo dono já era Antônio Britto, descendente de João Porfírio. A polícia e os "cabras"

vieram retirá-lo da Ilha, mas Inocência e Manoel Francisco (Lapada) aí permaneceram.

Em 1964 fazem um abaixo-assinado ao Presidente da República, pedindo a posse da Ilha. O SPI faz um levantamento da situação. O capitão Cícero em 1966 vai à 3ª DR expor o problema e o Delegado manda um chefe de posto fazer um levantamento das escrituras dos terrenos. Mas a Câmara local pede ao Governador do Sergipe para que as terras fiquem sob o domínio da Prefeitura de Porto da Folha. (...)

O Diário da Manhã (11/04/1917) publica cópia da carta de aforamento de quatro áreas dos terrenos dos índios de São Pedro em 1888, aforados por Fernandes da Silva Tavares e outros. A carta é datada de 22/11/1879. Na mesma data, outra carta de aforamento de três áreas, que são transferidas ao Cel. Fernandes de Britto que as comprou por 272.000, parcelados a partir de 07/03/1898. Parece que ocorreu um desentendimento entre as famílias Tavares e Britto, sendo que este ganha a causa e se torna proprietário de dois lotes. Em 1964 a Prefeitura de Porto da Folha fez o aforamento da gleba Belém, não especificando os limites da mesma. Mais tarde os Britto conseguem outro documento que contém os limites da terra.

Antes de dirigir-me à Ilha, visitei o PI Kariri; aí Cícero de Sousa Santiago contou-me parte da história de sua tribo. Inclusive fornecendo alguns documentos antigos que lhes fora dado pelo irmão Fábio, da Diocese de Propriá. Dentre os índios do Posto Indígena, o capitão é o mais interessado em reaver a Ilha de São Pedro, mas particularmente não manifestou desejo de aí residir, mas sim alguns de seus patrícios. Os Kokô (Socô ou Chocô: nome de um pássaro) residentes no PI Kariri são originários da Caiçara ou da Ilha, sendo que seus pais ou avós aí nasceram. A descendência dos dois grupos é procedente de dois irmãos que se separaram (Inocência e Maria Castor). O chefe Inocência e familiares foram expulsos da Caiçara pelo Cel. João Porfírio de Britto, entre 1870 a 1898. Em 1889 tentam reaver, sem sucesso, a Ilha. Saíram de suas terras há mais de 90 anos, quando os Britto invadiram a Ilha.



O avô dos Britto mandou embora muitos caboclos velhos, sendo que alguns vieram a falecer devido à mudança. Para que deixassem a área, mandava que deitassem os índios na areia quente do meio-dia e aplicassem uma surra neles. Narra que Antonio Britto andava sempre cercado por seus capangas e batia de chibata nas mulheres. Muitas delas o enfrentavam corajosamente. O velho índio Manoel Santos (falecido) fugiu para Porto da Folha porque um dos Britto queria fazê-lo engolir um telegrama. Se recusasse, seria chicoteado até falecer. Era filho da índia Rosalina e de um filho dos Britto.

Na época em que os Kokô foram para o PI Kariri, este ainda não fora criado, isto acontecendo somente em 1944. Os Kokô escolheram como refúgio os Kariri (1941), após uma última tentativa de se reapossarem das terras de onde foram expulsos, porque mantinham relações amistosas com aquele grupo. Por ocasião dos Ouricuri se visitavam. Ainda se encontram vestígios na ilha, do local (pântano) onde realizavam o Ouricuri. Após a fixação dos Kokô no PI Kariri, os laços que uniam os transferidos e as restantes famílias Kokô que permaneceram na ilha na "propriedade" dos Britto, ou em Mocambo, povoado próximo a Caiçara, se dissolveram por pressões impostas pela referida família.

Atualmente através do CIMI e do Chefe do PI Kariri reiniciaram os contatos com os caboclos Kokô da Ilha, com a intenção de voltarem ao seu local de origem.

Em maio de 1979 o filho do capitão Cícero e o Chefe do PI Kariri estiveram na Ilha e foram recebidos pelos caboclos. Estes recebiam que as informações que foram gravadas, na ocasião, caíssem em posse dos Britto e posteriormente estes agissem contra eles. Os Kokô do Posto também sentem-se observados e vigiados por agentes policiais a mando dos Britto. Recusam retornar até mesmo a passeio à ilha. O capitão Cícero e mais 35 índios também estiveram no local alguns meses atrás, para fazerem um levantamento genealógico. Permaneceram 1 hora no local. Os caboclos, no princípio, recusaram-se a fornecer as informações solicitadas por desconfiança. Esta mesma desconfiança aconteceu comigo, pediram minha carteira de identidade profissional. Dizem que

os Britto mandam pessoas para entre vistá-los e depois os prejudica...]

A situação dos Kokô agravou-se em 1977, quando a família Britto os proibiu de plantarem na Caiçara e na Ilha. Estes índios pertencem à Diocese de Propriá, recebendo orientação e assistência da mesma. Foram os missionários que divulgaram a identidade étnica dos habitantes da Caiçara, ao entrevistarem a índia Maria José, de mais de 80 anos, residente em Porto da Folha. O Frei Enoque, de Crato Cardoso (SE), tem uma fita gravada da história da deserção deles. Também foram identificadas quatro famílias descendentes do grupo Maromba pelo irmão Fábio (do CIMI), habitantes da Gleba Belém, que moram junto aos Kokô.

Contam que os mais velhos, como por exemplo a Senhorinha, considerada a Rainha do terreiro (morreu há 15 anos atrás), negava que era índia, pois temia ser surrada até a morte pelos Britto. Os caboclos mais valentes fugiram do local e os mais fracos permaneceram na ilha, mas renegaram sua ascendência indígena. Os pais não conversavam na língua indígena e não falavam sobre sua identidade em frente aos filhos, por medo. Também por recer um represália, a cabocla Maria José (antiga cantadora ritual) nunca cantava em frente a seus parentes. Todos têm consciência de que seus antepassados nasceram, se criaram e morreram na localidade.

Os Kokô de Porto Real do Colégio casaram com os Kariri, conservando assim seus traços físicos indígenas. Os caboclos que ficaram com os Britto foram se miscigenando ("racizando") com brancos ou negros ("cabeça seca"), por consequente, têm características ne gróides e mongolóides.

Dizem que os habitantes de Porto da Folha são descendentes de holandeses e que eles trouxeram muitos escravos, colocando-os nas ilhas do Rio São Francisco. Os Kokô expulsaram aqueles escravos que foram colocados em suas terras, mas apesar disto muitos pretos se casaram com caboclos, daí os traços negróides.

Quando D. Pedro II, em 1859, ao viajar pelo Rio São Francisco com destino à cachoeira de Paulo Afonso, passou pela Ilha de São Pedro, aí hospedou-se, sendo a residência em que se hospedou chamada "casa do Império". Nesta época já existia na ilha o conven

to, a Igreja, o cemitério (tem 125 varas em quadro) e as casas residenciais. Atualmente restam escombros do convento que rodeava a Igreja; vestígios do local das casas, cujo material foi carregado pelos Britto para sua Fazenda Belém; e a Igreja que está sendo restaurada pela Diocese de Propriá. O colégio destinado à educação das crianças índias encontrava-se ao lado da Capela. O cemitério que fica atrás da Igreja era utilizado pelos jesuítas desde 1883 e atualmente pelos Xokô.

A terra da Ilha é superior à da Caiçara. É em Caiçara, perto da lagoa, que se acha o cemitério em que eram enterrados os antigos caboclos. Pagam promessas neste cemitério, atualmente. O Imperador doou aos Xokô uma légua em quadro, das terras que ocupavam. Estas glebas encontravam-se dentro da Sesmaria de um português. (...)

Atualmente há uma grande disputa entre os Xokô, Elizabeth Britto e filhos herdeiros, proprietários da Fazenda Agropastoril Belém, que abarca as glebas Belém, Caiçara e a Ilha de São Pedro. A família Britto está radicada na gleba Belém, onde existem inúmeras benfeitorias e empregados (índios e civilizados). Os Xokô moram na Caiçara até meados de setembro de 1979, depois passaram para a Ilha. Na Caiçara e na Ilha não existem benfeitorias ou posseiros. Há gado dos Britto. Em 1950 os Britto mandaram desmatar a Ilha, na parte que ia da praia ("crua") à Igreja, depois isso nunca mais ocorreu. Com os índios que um mestiço Fulniô quis comprar um pedaço da Ilha, os Britto não aceitaram, reconhecendo que a terra era dos caboclos, que foi tomada deles na força. Esta família Fulniô foi expulsa da Ilha e sua casa destruída, sendo as telhas levadas para a Fazenda Belém. Antes dos Xokô se reapossarem da Ilha, eram proibidos de lá plantarem e também em Caiçara. Havia fome em Caiçara e muitos se transformaram em bôias-frias. Já em 1970 a fome tinha vitimado algumas pessoas.

A família Britto é bem relacionada com os políticos locais e regionais. Durante o impasse sobre a reintegração de posse da Ilha, os Xokô contaram com o apoio e orientação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Porto da Folha e da Diocese de Propriá.

Os Padres são ameaçados de morte pela família Britto, por defenderem os Xokô. Puseram um advogado à disposição delas, uma vez que foram despejados da Caiçara. O Sindicato dos Trabalhadores tem um advogado da FETASÉ que advoga os interesses dos caboclos em Porto da Folha. (...)

Brasília, 26/10/79

DELVAIR M. MELATTI\*

### A Posse imemorial da Caiçara - Terra Xokô

A posse imemorial dos índios Xokô sobre as terras da Caiçara é testemunhada por vários documentos e depoimentos:

1) a constatada em relatório do Sebastião da Silva, funcionário do SPI que fez um levantamento no aldeamento Xokô em 11/04/1966:

"O 2º ponto visitado foi um lugar hoje por nome da Caiçara; lá encontramos índios trabalhando em cerâmica. Indiscretamente me aproximei das índias mais velhas e perguntei: a senhora aqui há muito tempo? Ela respondeu: fui nascida e criada nesta propriedade. Sabe dizer se aqui foi terra de índios? Respondeu: foi, não é. A senhora é índia? Respondeu: meu senhor quem pode dizer que é índio nesta terra, para morrer no pau como morreram meus avós? A senhora paga renda? Não senhor, dou a metade da produção de minhas lavouras ao proprietário. Perguntei: sabe dizer se esta propriedade é demarcada? Respondeu que era, mas os marcos foram mudados. Como se chama? Respondeu: se chama Maria Moeda. Em seguida ouvi o Sr. Antonio de Dália, que contou a mesma história, acrescentando mais, que a metade desta Propriedade já fora vendida por determinação da Câmara dos Vereadores da cidade de Porto Folha. E assim informam todas as pessoas residentes do Araticum à boca da Barra do Mucambo, pontos limítrofes da aldeia Missão de São Pedro, que sejam índios ou não, que ali sempre foi conhecida por terra de índios, da Tribo Xokô, tendo eles abandonado sua aldeia temendo a morte, mas nunca deixaram de procurar seus direitos, pedindo providências dos massacres re-



cebidos dos brancos usurpadores da terra de índios, ao Sr. Governador de Sergipe, recebendo somente promessas, sem um resultado satisfatório. Tão dos nós servidores do SPI sabemos que o maior flagelo do índio brasileiro tem sido os brancos invasores da terra de índios, e nossas pesadas lutas não são catequizar o índio, e sim combater estes invasores."

2) é também expressamente reconhecida e defendida pela FUNAI, em contestação a uma ação movida pela viúva Brito contra os Xokô em novembro de 1979. Consta das peças processuais assinadas pelo advogado da FUNAI, Dr. Romildo Carvalho:

"Com efeito, os índios Xokô sempre detiveram a posse inmemorial da Ilha de São Pedro, bem assim de CAIÇARA, não obstante as pressões impostas pela Autora, que culminaram com a propositura da Ação de Reintegração de Posse em curso nesse Juízo.

A verdade é que os índios Xokô, desde que se fez sentir a presença da família Brito em suas terras (Caiçara e Ilha de São Pedro) tudo fizeram para se manterem na posse das referidas terras e que, no entendimento daquela gente, nunca a perderam."

Com efeito, se não podiam nelas viver tranquilamente, faziam questões de lá permanecerem mesmo recebendo ordens dos ditos civilizados, contando que marcassem sua presença na área, o que, na concepção deles, silvícolas, seria, como efetivamente é, o suficiente para que se lhes reconheça a posse sobre as terras que constituem a Ilha de São Pedro e Caiçara.

Que, em verdade, os índios Xokô sempre detiveram a posse inmemorial da referida gleba CAIÇARA, onde edificaram suas humildes casas, mantendo as suas roças, dedicando-se à caça, pesca e criação, além da fabricação de panelas; atividades indígenas pensáveis à subsistência da comunidade de Xokô."

Acrescenta mais adiante o advogado da FUNAI:

"Que as terras denominadas Caiçara, cuja posse inmemorial é dos índios Xokô, estão sob proteção constitucional" (Art. 198 e 55), por isto o juiz não poderá reconhecer à viúva Brito qualquer direito de propriedade sobre aquelas terras.

Ainda na defesa dos Xokô, nesta mesma ação, ao requerer a nulidade dos atos praticados na ação judicial conclui o citado advogado:

"Já tivemos oportunidade de, ao contestarmos a Ação de Reintegração de Posse proposta pela Autora contra os índios Xokô, demonstrarmos que a inmemorialidade da posse dos aludidos índios sobre as terras denominadas Caiçara é indiscutível.

A alegação da Autora de ser legítima possuidora e proprietária da Fazenda Caiçara constitui um verdadeiro alibi através do qual se pretende esconder os índios de suas terras, tal como ocorre com relação à Ilha de São Pedro!

Justamente no lugar Caiçara vamos encontrar as humildes casas dos índios Xokô, local em que efetivamente residem; onde sempre se dedicaram à pesca e à fabricação de panelas, além da feitura de parte de suas roças, pretende a Autora se arvorar de detentora da posse e domínio!

Em verdade, os remanescentes Xokô sempre se mantiveram firmes na posse da CAIÇARA, até que por pressões da Autora se viram proibidos de exercer suas atividades acima referidas, levados a verdadeiro estado de miséria, sobrevivendo às custas de donativos!

A subversão dos fatos é patente, pois os remanescentes Xokô, não obstante detentores da posse inmemorial das terras que constituem a Ilha de São Pedro e Caiçara, tiveram suas terras esbulhadas, algumas de suas casas criminosamente incendiadas e, há menos de um mês, foram vítimas de cerrado tiroteio!

A Autora, através de seus prepostos, tudo tem feito para consumir o esbulho na totalidade da Caiçara e presentemente estão os índios impedidos de pisar em suas terras, acucados (esta é a expressão) na Ilha de São Pedro, onde também sofrem idênticas pressões; inclusive respondendo a uma ação de reintegração de posse cujo feito tem curso nesse Juízo!

É sem dúvida horripilante o procedimento da Autora na sua caminhada em busca do que de direito não lhe pertence!

Não se pode admitir a "elasticidade de uma escritura, fruto de informações falseadas, para se arrega-



dar as terras indígenas num todo, batizando-as como Fazenda Tal ou Quali.

Os remanescentes Kokô sempre não tiveram criações na Caiçara e o que pretende a Autora é a retirada, não só dos indígenas, mas também de suas criações.

E, como se não bastassem as investidas contra os indígenas, a Autora requer, iníto litis, a retirada dos animais pertencentes aos Rãs, de "suas terras", cujo pedido é descabido e não deverá ser acolhido.

O mais interessante é que a Autora, nas duas ações possessórias em curso, pretende provar a inexistência de posse indígena, alegando na reintegratória que os mesmos lá não residem.

Não se pode deixar de ressaltar o fato de que as próprias testemunhas, que prestaram depoimento nesta ação, reconhecem a inmemorial presença dos

Índios Kokô na Caiçara, como reconhecem que os mesmos sempre tiveram suas criações e que somente após o ajuizamento da Reintegratória, pela Autora, começaram as pressões contra os remanescentes Kokô.

São depoimentos que, caso não aceita a preliminar arguida, sobre a nulidade dos atos anteriores praticados no processo, servirão para corroborar o que afirmamos sobre a posse legítima dos Kokô e consequente reatuação que os mesmos passaram a sofrer, até a consumação do esbulho!

Repetimos que os Kokô, mesmo aqueles que por pressões foram obrigados a abandonarem a Ilha e Caiçara, não consideram perdida a sua luta pela libertação de suas terras. Eles queiram se juntar aos seus irmãos que lá se encontram e unidos trabalhem para a conquista de dias melhores."

## Situação de Saúde - Baixo Xingu

**Relatório Entregue ao Diretor do Parque Nacional do Xingu:**  
**Claudio Romero**

No dia 08 de março de 1983, o pessoal e os chefes dos povos servidos pelo PI Diauarum fizeram reunião para discutir problemas de saúde. Os capitães e o chefe do Posto, bem como a enfermeira que trabalha no posto, já estavam preocupados com o tratamento dos casos mais graves de doença há muito tempo, uma vez que morreram 23 pessoas no período entre maio de 82 e março de 83 (sendo que de janeiro até esta data morreram 8 pessoas), entre elas duas pessoas que foram mandadas para fora do Parque em bom estado, mais para observação, e voltaram mortas depois de serem tratadas no Hospital de São Félix. Os chefes também sentiram a necessidade de discutirem sobre saúde por causa do grande número de reclamações do pessoal sobre o tratamento no hospital, em São Félix e também em Brasília.

Apareceram na reunião os capitães Cuabano Kaiabi, Krenton Krenakore, Kuyusi Suyá e Caradine Juruna, que escutaram testemunhos de Paio Kaiabi, Kupécangi Kaiabi, Yovite Kaiabi, Koka Krenakore, Aka Krenakore e também foram levados em consideração as reclamações de Monti Suyá, Pekho ro Suyá, Muti Suyá, Ointi Suyá, Weidundo Suyá, Tacapôani Kaiabi, Pat Kaiabi, Ianaru Suyá, Kuni Suyá, Axixi Suyá, Siravé Kaiabi e Adia Juruna. Também assistiu a reunião Mairavê Kaiabi, chefe do posto, Maria Aparecida Carniero, enfermeira, Dinamarques, enfermeira e Stephan Schwartzman, antropólogo.

O primeiro assunto a ser abordado foi a morte da Tutidi Krenakore no Hospital de Base em Brasília. As enfermeiras falaram que ela foi enviada para Brasília em bom estado de saúde, mais para avaliar se a gravidez que acharam podia apresentar problemas. Ela foi encaminhada diretamente para Brasília pelo médico do EPM Dr. Páres, sendo que lá teria melhores condições para avaliá-la. Após

sar disso ela foi parar no hospital de São Félix, como contou Koka Krenakore, marido dela que a acompanhou e contou a seguinte história: A Tutidi apresentou febre depois de chegar em São Félix, tomou remédio e aparentemente melhorou. O médico então a mandou voltar para o Xingu; ela está esperando avião quando ela entrou em trabalho de parto e deu à luz uma criança morta. O marido diz que a cortaram (episiotomia?) e depois ela piorou, tendo muita dor. Ela foi mandada para Brasília junto com o marido e o corpo do menino morto, isso depois de ficar 5 dias em São Félix, sendo que ela saiu do POKIN no dia 5 de fevereiro e chegou em Brasília no dia 10, à noite. Ela foi obviamente mandada na última hora, uma vez que ela morreu no mesmo dia. Porém, o marido não sabia disso, porque ele foi levado para a Casa de Ceará logo depois de chegar e deixou a mulher, ainda viva, no hospital.

Levando-se em consideração o testemunho das outras pessoas sobre a experiência em Brasília, aqui se levantou a grande suspeita de que ela não teve atendimento médico adequado tanto em São Félix como em Brasília. De qualquer forma ela morreu lá por problemas decorrentes do parto. A certidão de óbito dá como causas mortis pneumonia, septicemia, e infecção puerperal, o que se faz pensar que a gravidez não foi bem observada em São Félix, e esta foi a razão original de a mandar para fora. O marido Koka Krenakore viu o menino nascer morto em São Félix, tendo ele mesmo levado para Brasília, todavia a certidão de óbito atesta que a criança teria nascido em Brasília, que é contraditório.

Não também o fato de a morte dela ter sido descoberta por acaso por Mairawê Kaiabi, que foi procurar a Tutidi no dia 11 de fevereiro para a visitar. Nesse mesmo dia o marido estava para viajar para o Xingu, sem saber que a mulher dele tinha morrido. O pessoal do hospital contou para Mairawê que ela já estava morta um dia e meio, e até ele mesmo informou a FUNAI. Já que nem a FUNAI nem o marido sabiam. Fica claro que ninguém da FUNAI acompanhava o tratamento dela no hospital, e que o marido foi chamado para viajar sem que ninguém da FUNAI tivesse se informado antes sobre a condição de saúde dela.

Esses fatos foram levados ao conhecimento dos capitães.

A discussão tornou para o hospital de São Félix. Várias pessoas notaram que o hospital lá é igual, ou pouco melhor do que a farmácia do Diauarum em termos de aparelhos, remédios, e condições para tratar os doentes.

O Paié Kajabi e Kupecangui Kaiabi falaram que o atendimento médico em São Félix não é bom. Kupecangui falou que quando chegou lá com seu menino doente, este demorou muito para ser atendido pelo médico. O Paié comentou que o médico não examinou os doentes quando ele estava lá, mas só perguntava se eles estavam bem e saía.

Vários índios disseram que acompanhantes ou índios mandados para observação ficaram doentes lá, e queixaram que há grande quantidade de mosquitos, sendo que o índio doente dorme sem mosquitoireiro ou cobertor, apresentando grande possibilidade de pegar malária.

Também foi comentado que a comida em São Félix é insuficiente, tendo só duas refeições fracas por dia, e que os meninos frequentemente choram por causa da fome. Kretomo Krenakore e Kupecangui contaram que levaram esse problema ao conhecimento do pessoal do Hospital sem conseguir qualquer melhoramento.

Sendo discutidos esses problemas, os capitães acrescentaram que essas mesmas reclamações já foram escutadas por eles há muito tempo e de muita gente.

A discussão então seguiu para Brasília, e foi notado que muitos dos problemas encontrados em São Félix, também são encontrados pelos índios do Xingu em Brasília.

Mairawê Kaiabi contou uma experiência dele numa viagem recente para acompanhar sua mulher doente. Ele falou que chegando em Brasília, na Casa de Ceará, ele teve que insistir com o funcionário para levar a sua mulher para o Hospital, porque o funcionário disse que não tinha transporte. Chegando ao Hospital, o funcionário queria deixar a mulher sozinha, e quando o Mairawê se recusou (sendo que sua mulher nem fala Português), o funcionário saiu sem fazer ficha, para internar Uankurê, e sem fazer nada para se informar sobre o



tratamento e muito menos para acompanhá-lo. De seguida, ninguém da FUNAI compareceu no hospital para acompanhar o tratamento, nem para visitar a doente. Mairawê contou que em outra ocasião em que ele ficou um mês no hospital com o filho doente a única pessoa da FUNAI que o visitou foi uma enfermeira do Diauarum. Ele achou necessário insistir com os médicos para conseguir tratamento adequado para sua mulher. Foi notado que poucos índios daqui têm o domínio do português e o conhecimento do branco para fazer isso.

Ele também apontou o fato de que ele foi chamado para viajar e deixar a sua mulher lá no hospital sozinho. Ele se recusou, mas ficou impressionado com o fato de os funcionários da FUNAI o chamarem para viajar de uma maneira arbitrária, sem se informarem sobre o estado de sua mulher, nem tampouco perguntarem se ela estava melhor.

Faiê e outras pessoas confirmaram que isso é lugar-comum, e de fato aconteceu a mesma coisa com o marido da Tutidi Krenakore.

Foi notado mais uma vez que o Mairawê tem conhecimento para não se deixar ser intimidado numa situação dessas, mas muitos índios daqui não têm esse conhecimento.

O Caradine Juruna depois comentou que a Adia Juruna tinha uma experiência bastante semelhante enquanto acompanhava a sua mulher doente. A mulher dele já tinha viajado para São Félix e voltado para o Xingu sem resolver a infecção urinária, e foi depois para Brasília. O marido dela contou que ela ficou três dias no hospital sem ser vista pelo médico, e que ele teve que ir lá na FUNAI e pedir para fazer com que ela fosse atendida. Ela depois voltou para o Xingu, sem ter resolvido o problema, e foi só quando ela foi tratada em São Paulo que ficou melhor.

Outro caso foi o de Faiê Kaiabi, que está fazendo tratamento de tuberculose, e cuja filha foi encaminhada para Brasília para fazer exame, sob suspeita de ter a mesma doença. Ele levou a filha para fazer exame, e ela foi tirada, e ele então foi mandado de volta antes de pegar os resultados do exame, os quais não tinham saído quando ele viajou. Nesse caso a viagem foi perdida, e sugere uma

grande falta de organização na parte da Assistência Social.

Outras pessoas que já passaram em Brasília acharam os mesmos problemas: que muitas vezes é difícil conseguir transporte para o hospital para visitar parentes internados, que as pessoas são largadas no hospital sem ninguém da FUNAI para acompanhar o tratamento, e que são notificados das viagens arbitrariamente. O Paiê comentou que com a entrada de Cláudio Romero, estava começando melhorar, mas agora que ele saiu, não está claro como é que vai ficar.

Os capitães responderam que os problemas do hospital de São Félix tanto quanto Brasília não são novos, eles vêm escutando essas coisas há muito tempo. Para melhorar a situação sugeriram que a FUNAI deve empregar pessoas que fazem um trabalho consciente e a favor do índio e não o contrário. Também foi colocado que as enfermeiras que estão aqui agora, Dinamar e Aparecida, trabalham bem, e que devem ficar duas enfermeiras aqui para sempre ter uma quando a outra for viajar, o que fará com que haja uma cobertura melhor do que só uma poderia dar. Também foi resolvido que não se deve mais mandar doentes para São Félix enquanto continuar como é agora, e que se deve mandar quando necessário os doentes para Brasília. Os Capitães concordaram entre si que o certo seria melhorar as condições para tratar doentes aqui, para não ter que mandar tratar pessoas fora.

As enfermeiras então colocaram a sua opinião. Primeiro, que aqui falta muita coisa básica, não se tendo condições para tratar alguns doentes, o que muitas vezes poderia ser feito se tivesse na farmácia vários remédios e aparelhos simples que faltam (Ver Relação de Medicamentos). Já tem casos de pessoas que possivelmente morreram por falta de remédio (Máku Krenakore, que tinha edema pulmonar e faltou diurético), ou de aparelho (a menina Kaiabi que aspirou corpo estranho poderia talvez ter aguentado até a chegada de um socorro melhor, se tivesse aspirador), bem como o Pkã Krenakore que teve hemorragia pulmonar e perdeu muito sangue, forçando as enfermeiras a fazerem transfusão sob condições perigosas para ela não morrer por falta de san-

## ANEXO D - Memorando – Circular Nº 7/2020/CGETNO/DPDS-FUNAI

19/03/2020

SEI/FUNAI - 2030129 - Memorando-Circular



2030129

08620.002445/2020-91



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Memorando-Circular nº 7/2020/CGETNO/DPDS-FUNAI

Em 18 de março de 2020

Aos Senhores Coordenadores Regionais,  
cc/ CGIIRC

Assunto: **Suspensão de Cartas de Anuência para Planos de Visitação.**

1 Cumprimos cordialmente, informo que **ficam suspensas todas as Anuências concedidas para implantação e execução de Planos de Visitação para fins turísticos em terras indígenas, bem como a concessão de novas Anuências, por tempo indeterminado, em razão da necessidade de prevenção à propagação e infecção do novo Coronavírus (COVID-19).** Sendo assim, solicito que as unidades regionais contribuam com a Funai Sede oficializando todos os proponentes de Planos de Visitação turística em sua jurisdição acerca dessa suspensão.

2 Tal determinação é mera decorrência das disposições da Portaria nº 491/PRES de 17/03/2020, mais precisamente em seus seguintes dispositivos:

*Art. 3º. O contato entre agentes da FUNAI, bem como a entrada de civis em terras indígenas devem ser restritas ao essencial de modo a prevenir a expansão da epidemia.*

*§1º. Fica suspensa a concessão de novas autorizações de entrada em terras indígenas, à exceção das necessárias à continuidade da prestação de serviços essenciais às comunidades, conforme avaliação pela autoridade competente da Coordenação Regional.*

*(...)*

*§5º. Consideram-se essenciais as atividades que fundamentem a sobrevivência da comunidade interessada, em especial o atendimento à saúde, à segurança, a*

sei.funai.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\_imprimir\_web&acao\_origem=arvore\_visualizar&id\_documento=2211292&infra\_sistema=100000100&infra\_unidade\_atual=110000623&infra\_hash=276795227d... 1/2

19/03/2020

SEI/FUNAI - 2030129 - Memorando-Circular

*(...)*

*Art. 6º. As diretorias da FUNAI poderão expedir orientações adicionais para o esclarecimento do cumprimento desta Portaria no âmbito de suas respectivas atribuições.*

3. Sendo assim, com base nesse Art. 6º, esta DPDS reforça o papel de cada unidade regional na comunicação com as comunidades proponentes, assim como com operadores turísticos que estejam atuando em parceria junto a essas comunidades e, em caso de descumprimento, solicita-se que a unidade regional informe diretamente a CGETNO, com cópia à DPT/CGMT, no sentido de, eventualmente, tomar medidas coercitivas para a retirada de visitantes nas Terras Indígenas.

4. Estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por JUAN FELIPE NEGRET SCALIA, Coordenador(a)-Geral, em 18/03/2020, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Ione Tereza Arruda Mendes Machado, Diretor(a), em 18/03/2020, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [http://sei.funai.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 2030129 e o código CRC 9445193E.